

Simone Cristina Mendonça de Souza

***Primeiras impressões: romances publicados pela
Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)***

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de Doutor
em Teoria e História Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Azevedo de
Abreu

Campinas

2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

So89p

Souza, Simone Cristina Mendonça de.

Primeiras impressões : romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822) / Simone Cristina Mendonça de Souza. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Márcia Azevedo de Abreu.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ficção - História e crítica. 2. Leitura - História. 3. Bibliografia - Primeiros livros impressos - Séc. XIX. I. Abreu, Márcia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: First impressions: novels published by the Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822).

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Fiction - History and criticism; Reading - History; Bibliography - Early printed books - 19th century.

Área de concentração: História e Historiografia Literária.

Titulação: Doutor em Teoria e História Literária.

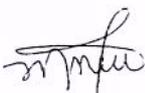
Banca examinadora: Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (orientadora), Prof. Dr. João Luís Lisboa, Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, Prof. Dr. Aníbal Bragança e Profa. Dra. Orna Messer Levin. Suplentes: Profa. Dra. Isabel Lustosa, Profa. Dra. Marisa Philbert Lajolo e Prof. Dr. Jefferson Cano.

Data da defesa: 28/08/2007

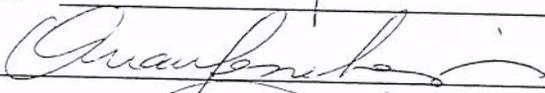
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

Márcia Azevedo de Abreu



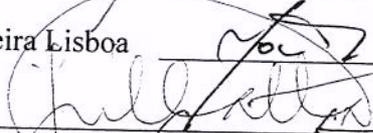
Orna Messer Levin



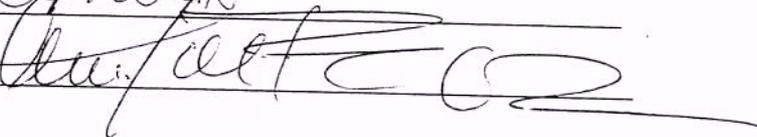
João Luís da Costa Campos Vieira Lisboa



Luiz Carlos Villalta



Aníbal Francisco Alves Bragança



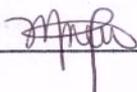
Isabel Idelzuite Lustosa da Costa

Jefferson Cano

Marisa Philbert Lajolo

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

IEL/UNICAMP
2007



Em memória de
Joaquim Mendonça, minha maior saudade.

“A vida pode ser dura, mas tem momentos de
alegria e há poesia batendo à porta de um sonhador”.
(Rildo Hora - “O filho do ‘seu menino’”)

Impressão Régia do Rio de Janeiro. À sua bibliotecária, Cristina Antunes, pela eficiência e prontidão no atendimento, além de sua acolhida carinhosa.

E às agências de fomento: *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – CAPES; e *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* – FAPESP, pelos auxílios financeiros oferecidos, indispensáveis para a concretização desta pesquisa.

Agradecimentos

No percurso de construção desta tese, muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente. Nesse momento de conclusão do trabalho, devo dizer que estou sinceramente agradecida:

Ao Meu Senhor, à minha família e ao meu querido Adão, companheiro incondicional.

À Professora Márcia Abreu, que leu atenta e incansavelmente a versão que se apresenta e as inúmeras anteriores, me auxiliando sempre, com sua dedicada orientação. Aos Professores Marisa Lajolo, Luiz Carlos Villalta e João Luís Lisboa pela leitura atenciosa das versões deste trabalho submetidas aos Exames de Qualificação e pelas preciosas críticas, sugestões e indicações bibliográficas.

Ao amigo Antonio Davis, meu primeiro leitor. Ao querido grupo genericamente designado “turma 99”, com os quais, ainda que quietinha e nem sempre presente, aprendi e sorri muitíssimo. Aos amigos todos do IEL e dos Projetos *Memória de Leitura* e *Caminhos do Romance no Brasil*, desde os mais próximos, até os que se encontravam geograficamente distantes (em São Paulo, no Rio, em Minas, no Mato Grosso, em Belém, etc), amados por igual, com os quais pude dividir alegrias, trabalhos, alguns momentos difíceis e tantos outros tão agradáveis. Aos “computeiros” Capitania e André. Aos “bons”, amigos com os quais vivi intensamente minhas emoções portuguesas.

Aos pacientes e prestativos funcionários da *Biblioteca Central*, da *Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem* e do *Arquivo Edgard Leuenroth*, da Unicamp. À Maria Itália Causin, do *Instituto de Estudos Brasileiros* da USP. À Cláudia, da Divisão de Obras Raras da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Aos funcionários do *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Carla Lopes e Sátiro Nunes. Às simpáticas funcionárias do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*; à Dra. Manuela Domingos, da *Biblioteca Nacional de Portugal*; e à Dra. Margarida Ortigão Ramos, do *Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda*, em Lisboa.

Ao Dr. José E. Mindlin, pela gentileza de permitir que seu acervo pessoal fosse consultado, permissão essencial para a localização de parte dos romances publicados pela

Resumo:

Dentre os muitos títulos publicados entre 1808 e 1822 na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, este trabalho se concentra nos romances. Os títulos dos documentos e das obras diversas publicados nesse período foram catalogados ainda no século XIX. Entretanto, boa parte dos exemplares já havia desaparecido, fazendo com que o método utilizado para identificação dos títulos incluísse os anúncios de jornais. Como também eram anunciadas publicações feitas em Lisboa, havia a dúvida quanto à delimitação das que efetivamente foram editadas na Imprensa Régia do Rio de Janeiro. A confusão de locais de impressão levantava a hipótese de uma relação editorial entre a Imprensa Régia estabelecida na colônia e sua congênere lisboeta. Tal hipótese foi refutada após investigarmos a casa impressora portuguesa e os títulos de romances nela editados. Concluímos que somente seria possível definir quais foram os romances feitos pela primeira casa impressora oficialmente instalada no Brasil com a localização dos exemplares e a confirmação, pelos dados das folhas de rosto, de que foram impressos no Rio de Janeiro. Por meio de buscas, localizamos quase todos os romances catalogados e delimitamos os que saíram dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. No processo, traçamos a história editorial de cada um deles, verificamos de que maneira eram anunciados pelos livreiros nos jornais e analisamos esses livros do ponto de vista material e textual. Raros e de localização trabalhosa, esses romances são atualmente pouco lembrados ou totalmente desconhecidos. No entanto, têm sua importância nos estudos sobre a circulação de livros no período colonial e em anos posteriores e, certamente, fizeram parte da formação do gosto do público por livros do gênero.

Palavras-chave: Ficção-História e crítica, Leitura-História, Bibliografia-Primeiros livros impressos.

Abstract:

Among many titles published between 1808 and 1822 by *Impressão Régia* (Royal Printing) from Rio de Janeiro, this thesis concentrates on the novels. In the 19th century the organization of documents and different works published in such period began. However, a significant part of the copies had already disappeared at that time. So, the method used for identifying the titles included newspaper announcements. As publications made in Lisbon were also announced, there was a doubt regarding the delimitation of the ones which had been effectively published by the *Impressão Régia* from Rio de Janeiro. The confusion about printing places supported the hypothesis about an editorial relation between the *Impressão Régia* established in the colony and its congener in Lisbon. Such hypothesis was refuted by us after investigating the Portuguese printing house and the titles of novels published by it. We concluded that it would only be possible to define which novels were published by the first printing house officially established in Brazil by means of the localization of the copies and the confirmation, through the data printed on the title page, that they were printed in Rio de Janeiro. We localized almost every novel which were catalogued and delimited those which originated from the press of *Impressão Régia* from Rio de Janeiro. During the process, we framed the editorial history of each one of them, verify the way they were announced by the booksellers in the newspapers and analyzed these books from the material and textual points of view. Being rare and hard to be located, nowadays, these novels are seldom remembered or totally unknown. Nevertheless, they are important for studies about the circulation of books during the colonial period and the subsequent years, and they definitely played an important part in forming the audience's taste for novel reading.

Key words: Fiction-History and criticism, Reading-History, Bibliography-Early printed books.

*Primeiras impressões: romances publicados pela
Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*

Sumário

Introdução: Fontes, controvérsias e possíveis caminhos.....1

Capítulo I - A Impressão Régia em Lisboa e no Rio de Janeiro: fundação, produção e circulação de romances

I. 1. Contexto: censura e proibição aos impressos.....15

I. 2. Prelos para as Luzes: breve histórico da Impressão Régia de Lisboa.....20

I. 3. Prosa nos prelos: os romances da Impressão Régia de Lisboa.....25

I. 4. Chegada da Família Real e fundação da Impressão Régia do Rio de Janeiro.....36

I. 5. “Extra, extra”: romances em anúncios de jornais.....46

Capítulo II – Definição do *corpus*

II. 1. Delimitação dos romances efetivamente publicados no Rio de Janeiro.....65

II. 2. O primeiro contato com os livros.....72

II. 3. Edições em comparação.....83

Capítulo III – Os romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro

III.1. O romance no contexto europeu.....93

III. 2. Iniciando a leitura: prefácios dos romances.....103

III. 3 Por dentro das tramas: temas, personagens, ambientes.....110

Conclusão.....135

Bibliografia143

Anexos:

1. Para conhecer os textos excluídos.....ii

2. Tabelas.....xxiv

3. Índice Remissivo.....xxxviii

Introdução

Fontes, controvérsias e possíveis caminhos

A presente tese trata dos livros em prosa de ficção publicados pela primeira casa impressora oficialmente instalada no Brasil, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, e se limita ao período entre a fundação dessa casa, em 1808, e o ano de 1822, em que foi proclamada a Independência do país¹.

As publicações da Imprensa Régia do Rio de Janeiro despertaram o interesse de estudiosos ainda no século XIX e foram objeto de pesquisa de Alfredo do Valle Cabral, criador da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e autor de *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808 a 1822*², escrito em 1881, obra de fundamental importância para o início de nossas pesquisas.

1 Utilizaremos o termo “publicar” nesta tese com o sentido de “dar ao público”, como sinônimo de “imprimir”, pois, embora atualmente os verbos “imprimir”, “editar” e “publicar” tenham significados bastante distintos, no período de nosso trabalho a diferenciação ainda não era clara, como mostra o dicionário de Moraes Silva, de 1813: “**Editor**, s. m. O que faz a edição de algum livro, isto é, o que faz publicar a obra de algum Autor, ou por impressão, ou por cópia manuscrita. (p.647, v. I); **Edição**, s. f. Impressão de algum Livro. Publicação de cópia manuscrita. (p. 646, v.I); **Publicação**, s. f. O acto de publicar, publicação de lei, de bando, de algum escrito ou livro. (524, v. II)”. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa Reconpilado dos vocábulos Impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, ano de 1813. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. [Fac Simile da 2ª. Edição. Fotografada pela “Revista de Língua Portuguesa” sob direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Oficinas de S.A. Litho-typographia Fluminense, 1922. 2 vol].

2 CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808 a 1822*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. [cuja reedição encontra-se no periódico Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Porto Alegre, Vol. 4 (3), 1998]. Há também, do mesmo autor, os *Anais da Imprensa Nacional (1823-1831) e suplemento aos Anais da Imprensa Nacional (1808-1823)* (separata do volume 73 dos anais da Biblioteca Nacional), reeditado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, em 1954.

Ao assumir a direção da Imprensa Nacional, quando esta ainda se situava no Rio de Janeiro³, esse autor muito se esforçou para reunir e arquivar as publicações dessa casa impressora oficial ou, ao menos, catalogar os dados daqueles aos quais não pôde ter acesso.

Pouco tempo depois que assumi a direção da Imprensa Nacional criei no estabelecimento um arquivo typographico constituído de todas as obras, opúsculos papeis avulsos, e gazetas sahidos das nossas officinas desde a sua fundação em 1808. A falta d'este arquivo era por demais sensível, quando as primeiras obras impressas no Brasil sahiram d'este estabelecimento, então denominado Impressão Régia. A casa não guardava um só exemplar das obras que imprimia, e por isso, fundando o archivo, impenhei-me, como ainda me empenho, reaver e reunir tudo o que produziu a nossa Imprensa Nacional desde seus primitivos tempos. (...) Para a boa conservação dos livros, são elles accomodados em pequenas caixas de folhas de Flandres, para assim evitar, de futuro os estragos que possam produzir a larva do insecto que no nosso clima tantas devastações fazem nas livrarias.⁴ [grifo nosso]

Empenhado, o diretor procurou reaver o maior número possível de publicações feitas pela Imprensa Nacional, "desde seus primitivos tempos", quando esta ainda se chamava Impressão Régia do Rio de Janeiro, para constituir um "arquivo Typographico", que tanto fazia falta, em sua opinião. Valle Cabral não conseguiu encontrar todas as obras, mas, reunindo uma parte delas, preocupou-se em conservá-las para a posteridade, guardando-as das traças devastadoras.

Para identificar outra parte das publicações, contou com os registros constantes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No caso de não ter encontrado algumas delas, nem seus registros, consultou anúncios do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*⁵, que indicassem a impressão das mesmas. Esse periódico, também publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, teve seu primeiro número impresso em 1808 e circulou até 1822. O método de catalogação de Valle Cabral justificava-se porque os livros recém-publicados vinham anunciados precedidos pelas informações "Sahio á luz" ou "Sahiram á luz" e tais informações, no entender do diretor, poderiam confirmar que as obras oferecidas pelos

3 Em 1877, a Imprensa Nacional recebeu um novo prédio, no Rio de Janeiro, no qual permaneceu até o ano de 1940. Com a mudança da Capital do país, na década de 60 dos novecentos, a Imprensa Nacional foi transferida para um conjunto de prédios em Brasília, inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek. A transferência de todas as atividades só se concretizou no ano de 1979. Informação disponível no *site* oficial da instituição <<http://www.in.gov.br>>, consultado em 03/06/2004.

4 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* "Prefácio à primeira edição", pp. 7-8. (Em todas as citações foram respeitadas a ortografia e a pontuação originais dos textos consultados.)

5 *Gazeta do Rio de Janeiro*. MEC – SEAC plano nacional de microfilmagem de periódicos Brasileiros – Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

livreiros atuantes no Rio de Janeiro fossem impressas na única oficina tipográfica disponível na Corte naquele momento.

Seguindo uma ordem cronológica e alfabética, Valle Cabral organizou as referências bibliográficas de 1.243 publicações, com o cuidado de informar as fontes consultadas: “Segui a ordem chronologica dos annos e depois alphabetica pelos títulos das obras. Das que não pude vêr exemplares accuso as fontes d’onde extrahi as respectivas noticias”⁶. Desse total, interessavam-nos os livros cujos títulos indicassem que se tratavam de narrativas ficcionais.

De acordo com a listagem estabelecida por Valle Cabral, 30 títulos poderiam ser considerados, quais sejam: *O diabo coxo, verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta* (tomos I e II, 1810); *A filosofa por amor, ou cartas de dous amantes apaixonados e virtuosos* (tomo I, 1810 e tomo II, 1811); *Cartas de huma peruviana, traduzidas do francez na lingua portugueza por huma senhora* (tomos I e II, 1811); *A Choupana Índia, escripta em francez pelo autor de Paulo e Virgínia (o abbade de Saint-Pierre), e vertida em portuguez* (1811); *Historia de dois amantes ou o templo de Jatab* (1811); *Paulo e Virgínia: Historia fundada em factos traduzida em vulgar* (tomos I e II, 1811); *Aventuras pasmozas do celebre Barão Munkausen que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descripção de huma viagem á Lua e Canícula* (1814); *O amor offendido, e vingado* (1815); *A boa mãe* (1815); *O bom marido* (1815); *O castigo da prostituição* (1815); *As duas desafortunadas* (1815); *Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria* (1815); *História verdadeira da princeza Magalona, filha delrei de Napoles, e do nobre, e valeroso cavalleiro Pierres Pedro de Proença, e dos muitos trabalhos, e adversidades que passárão, sendo sempre constantes na fé, e virtudes; e como depois reinarão, e acabárão a sua vida virtuosamente no serviço de Deus* (1815); *A infidelidade vingada* (1815); *A má mãe* (1815); *Triste effeito de huma infidelidade* (1815); *Amante militar* (1816); *O amigo traidor* (1816); *A cadelinha pelo author do Piolho Viajante* (1816); *Combate das paixões* (1816); *Lausus e Lydia* (1816); *Metusko, ou os Polacos* (1816); *Recreio domestico, ou Ramallete de novellas, historias, contos, &c.* (1816); *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes, ou a historia admiravel da famosa*

6

CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* pp. 7-8.

Cornelia (1818); *Leituras para os meninos, contendo huma collecção de Historias Moraes relativas aos defeitos ordinarios ás idades tenras, e hum dialogo sobre a Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia Natural* (1818); *Receita para melancolicos, ou descripção do Reino do Amor* (1818); *Carta escrita pela Senhora de *** residente em Constantinopla a huma sua Amiga, em que trata das mulheres Turcas, do seu modo de viver, divertimentos, vestidos, maneira de tratar os maridos, &c.* (1819); *Leituras para os Meninos contendo hum silabario completo, huma colecção de agradáveis historietas próprias á primeira idade, e hum Dialogo sobre Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia natural ao alcance dos meninos* (1821) e *Leituras para os meninos* (1822).

O trabalho de Alfredo do Valle Cabral, de reunir em um arquivo único todas as publicações feitas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, foi, contudo, destruído no ano de 1911, por ocasião de um incêndio no prédio da Imprensa Nacional⁷. Restaram-nos as informações por ele reunidas em sua obra de referência, que utilizamos como base inicial para o estudo das obras em prosa de ficção dadas à luz pela primeira imprensa oficialmente reconhecida no Brasil.

Durante quase 100 anos, os títulos de prosa de ficcional publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro não foram objeto de investigação. Em 1977, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva voltou a eles em seu livro *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*⁸, no qual elaborou um primeiro trabalho de análise dessas obras. Nizza da Silva levantou a suspeita de que nem todos os livros apontados nos *Annaes*, de Alfredo do Valle Cabral, teriam sido publicados na primeira casa impressora oficial, uma vez que, como vimos, alguns foram citados somente a partir de anúncios na *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos quais os livreiros poderiam oferecer várias obras do mesmo gênero, num único anúncio, sem especificar a casa impressora ou o local de publicação de cada uma delas.

Em suas análises, a historiadora restringiu o conjunto de livros em prosa de ficção

7 “No dia 15 de setembro [de 1911], um devastador incêndio destruiu a maior parte de suas instalações, incluindo arquivos de documentos, publicações e o preciosíssimo acervo de sua biblioteca”. Informação disponível no site oficial da instituição <<http://www.in.gov.br>>, consultado em 03/06/2004.

8 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro* (1808-1821). São Paulo, SP: Com. Ed. Nacional, 1977. p. 197-214.

produzidos pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro a apenas quatro, aqueles que pôde consultar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *O castigo da prostituição; As duas desafortunadas; Historia da donzella Theodora e Triste effeito de huma infidelidade*. Para a historiadora, seria possível que a maioria das obras constantes nos *Annaes* tivesse sido publicada na Imprensa Régia de Lisboa e que não houvesse distinção entre as casas impressoras oficiais localizadas no Rio de Janeiro e em Portugal.

Em 1993, o trabalho de Alfredo do Valle Cabral foi retomado e revisto por Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo, que organizaram a *Bibliografia da Imprensa Régia*. Na introdução, apresentando as dificuldades encontradas para a concretização da *Bibliografia*, Ana Maria de Almeida Camargo lamentou, além da perda ocasionada pelo incêndio de 1911, o fato de que muitos registros consultados por Valle Cabral no acervo da Biblioteca Nacional simplesmente já não se encontravam lá: “O arquivo da Imprensa Nacional foi destruído por um incêndio em 1911 e as coleções da Biblioteca Nacional apresentam-se desfalcadas de inúmeros documentos que ali foram então consultados”⁹.

Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo, admiradores de Alfredo do Valle Cabral e desejosos de completar algumas lacunas de seu trabalho, mantiveram o método de consulta aos registros e aos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, acrescentaram informações sobre outras obras por eles localizadas e incluíram os anúncios de venda de livros disponíveis no *Diário do Rio de Janeiro*¹⁰, que começou a ser impresso em 1821. Assim, ampliaram para 1.429 o número de títulos por eles considerados como vindos dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

Pela consulta à *Bibliografia da Imprensa Régia*, alguns títulos poderiam ser somados à lista de obras de prosa ficcional estabelecida a partir do trabalho de Valle Cabral: *Renato, Epizodio do Genio do Christianismo, e as Aventuras de Aristonoo*

9 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Dos Annaes da Imprensa Nacional à Bibliografia da Imprensa Régia” in CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993. Vol. 1, p. XI. [Para nossa pesquisa, também recorremos à Biblioteca Nacional, consultando, inclusive, um catálogo de registros manuscritos, porém nos deparamos com o mesmo obstáculo: os registros desapareceram.]

10 *Diário do Rio de Janeiro*. MEC – SEAC plano nacional de microfilmagem de periódicos Brasileiros – Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

(1821); *Cartas americanas* (1822); *Cartas familiares amorozas, e ternas de huma amante a seu apaixonado* (1822); *A Farofia, ou loucura dos Casamentos por hum Ratazana* (1822); *Perigos descobertos* (1822).

Alguns anos depois, outra historiadora interessou-se pela análise dos livros de prosa de ficção publicados no Rio de Janeiro. Maria Lígia Coelho Prado, em seu livro *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*, também enfrentou a dificuldade de estabelecer os títulos que poderia considerar como tendo sido publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro¹¹. Retomando o estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, considerou os 4 títulos constantes do acervo da Biblioteca Nacional e acrescentou 3 novos títulos pertencentes ao bibliófilo José Mindlin: *Historia de dois amantes ou o Templo de Jatab*, *O diabo coxo* e *Paulo e Virgínia*. Além dessas obras efetivamente publicadas no Rio de Janeiro, considerou 2 outros títulos indicados por Alfredo do Valle Cabral e Rubens Borba de Moraes, consultando os originais em francês: *L'Inde de la Chaumière Indienne (A choupana índia)* _ acervo de José Mindlin_ e *Lettres d'une Péruvienne (Cartas de huma peruviana)* _ Biblioteca Mário de Andrade/SP.

Temos, assim, dois trabalhos voltados para a catalogação dos títulos considerados como produtos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, os *Annaes* e a *Bibliografia*, e outros dois que, no intuito de tratar especificamente dos livros em prosa de ficção publicados por essa casa impressora, ultrapassaram as indicações bibliográficas e apresentaram reflexões críticas e análises, os trabalhos das historiadoras Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Lígia Coelho Prado, cada qual com seu foco específico.

Os *Annaes* e a *Bibliografia* apresentam os títulos de maneiras diversas: enquanto alguns são citados sem nenhuma referência bibliográfica, outros vêm acompanhados de importantes informações como os nomes do autor e do tradutor. Uma parte dos títulos vem seguida da indicação: “Nova Edição”, o que nos levou a supor que se tratasse de uma reedição de uma obra já anteriormente impressa em Portugal. Para outra parte foi dada a classificação: “Novella”, ou apresentado um comentário de Alfredo do Valle Cabral ou de

11 PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp-Edusc, 1999.

Rubens Borba de Moraes em que mencionavam os títulos como “conto moral”, classificações prévias que nos levaram a crer que fossem livros de prosa de ficção.

De acordo com as poucas referências dadas, observamos que a maioria dos títulos foi impressa “Com licença”, uma vez que seus manuscritos tiveram que percorrer um caminho que passava pela censura prévia, para que obtivessem as licenças necessárias antes de serem impressos. É possível também daí deduzir que não são estas publicações feitas para obedecer a um desejo de Sua Majestade, pois, neste último caso, a indicação seria “Por Ordem de S[ua]. A[lteza]. R.[eal]”.

Valle Cabral procurou também informar as dimensões das obras listadas em seus *Annaes*, citando, quando possível, o tamanho e o número de páginas daqueles que pôde ter em mãos. Anotava também a presença de ilustrações ou de alguma informação extra da folha de rosto das publicações, como o local de venda do livro. Essas informações sucintas, que acompanhavam as entradas dos títulos, foram de extrema importância na primeira fase de delimitação do *corpus* de nosso objeto de análise. Ao listar os títulos, entretanto, o autor repetia uma espécie de fórmula, informando o local e o ano de publicação das obras, por exemplo: “Rio de Janeiro. Na Impressão Régia. 1815”¹². Essa fórmula não poderia ser totalmente confiável, uma vez que o próprio Valle Cabral declarou não ter visto todas as publicações a que fez referência.

Importa destacar que os estudos até agora realizados divergem na delimitação dos títulos publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro. Tendo em vista a dificuldade de acesso aos volumes supostamente saídos dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro, as tentativas de estabelecimento das obras publicadas consideraram os registros da Biblioteca Nacional (ou apenas os exemplares atualmente conservados) e os anúncios dos livreiros. Restringiu-se drasticamente o número de livros apenas aos localizados, desconsiderando a possível localização de outros; ampliou-se o conjunto com base em anúncios de venda encontrados em periódicos diferentes, mesmo com incertezas quanto ao local de publicação; ou foram consideradas as edições em francês, originais das traduções supostamente publicadas na Impressão Régia, acatando-se a listagem de Valle Cabral.

O objetivo principal desta tese, então, era o de identificar os títulos em prosa de ficção que efetivamente foram publicados no Rio de Janeiro, eliminando dúvidas que já duravam

12 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 93.

mais de 100 anos, uma vez que os estudos já produzidos sobre o assunto, lidos no início do percurso, levantaram controvérsias quanto à definição desses títulos.

Assim, ao longo do trabalho que se apresenta, indicaremos aspectos que confirmam que as tentativas anteriores podem ser contestadas e apresentaremos um novo exame sobre as narrativas ficcionais da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, feito a partir da localização de outros exemplares, da confecção de uma lista atualizada de títulos e de uma nova abordagem dos mesmos.

Para a construção deste trabalho, percorremos um caminho de investigação que começou pela listagem, segundo os catálogos já apresentados, dos títulos em prosa de ficção que teriam sido impressos no Rio de Janeiro. No mesmo intuito, consultamos os periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*, uma vez que as narrativas ficcionais eram neles anunciadas por diversos livreiros. Foram investigados todos os números dessas publicações seriadas, referentes ao período de 1808 a 1822, disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. No decorrer das consultas, muitos anúncios de venda foram transcritos e a análise dos mesmos foi de fundamental importância.

Constituída a listagem de títulos, a etapa seguinte foi incentivada pelo desejo de encontrar os exemplares, pois, para sanar as dúvidas sobre o local de publicação, só nos foi apresentada uma única alternativa: localizá-los. Nesse propósito, um longo trabalho foi necessário, incluindo visitas a vários acervos públicos e privados, nacionais e estrangeiros; contatos com bibliotecários e colecionadores particulares, além de buscas em vários *sites* institucionais de Bibliotecas e de Arquivos¹³.

Nossos esforços nos renderam a localização de 10 títulos, número ao qual nenhum outro pesquisador dos que nos antecedeu pôde ter acesso. Além disso, tivemos a oportunidade de conhecer o texto e a materialidade de outros 18, impressos em Lisboa e

13 Visitas à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, à Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico e ao Acervo Pessoal do Bibliófilo José E. Mindlin; contatos, por fax, carta ou *e-mail*, com a Biblioteca do Mosteiro de São Bento e a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo; com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; com a Biblioteca da Universidade de Brasília e a Biblioteca da Imprensa Nacional, em Brasília; com o Arquivo Histórico de Porto Alegre; com a Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul; com o Instituto Moreira Sales; e também com os colecionadores Prof. Ivan Junqueira, Júlio Peterson e Japonan Soares de Araújo. Em 2004, Márcia Abreu efetuou também buscas em Portugal na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca da Universidade Católica João Paulo II, encontrando vários dos títulos citados por Valle Cabral, Camargo e Moraes.

anunciados no Rio de Janeiro, o que colaborou para que traçássemos um panorama da circulação de narrativas ficcionais no período. Contudo, a partir da localização dos exemplares e por meio de consulta em suas folhas de rosto, verificamos que boa parte deles não havia sido impressa no Rio de Janeiro, mas sim, em tipografias portuguesas, como a Impressão Régia de Lisboa.

Questionamos nossas fontes iniciais, comprovando que nem todos os títulos apresentados teriam sido publicados na Impressão Régia do Rio de Janeiro, porém não era possível considerar que se tratassem todos de produtos importados, uma vez que uma parte dos localizados realmente havia sido publicada nessa casa impressora, como atestavam seus frontispícios.

O resultado das buscas denunciava que vários dos títulos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* haviam mesmo sido impressos em Lisboa, porém as localizações traziam novidades como os casos de reedição de títulos, feitos tanto pela Impressão Régia de Lisboa como pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, o que nos levou a considerar a hipótese de que essas duas casas impressoras tivessem uma política editorial comum. Um quebra-cabeça, então, se formava.

Estabelecida a hipótese de uma relação editorial entre a Impressão Régia do Rio de Janeiro e sua congênere lisboeta, consultamos uma bibliografia sobre o histórico da fundação da Impressão Régia no Rio de Janeiro. Mas, se algumas peças se encaixavam na validação da hipótese levantada, outras complicavam ainda mais uma conclusão. Imaginando encontrar mais encaixes, partimos também à procura de fontes primárias no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como os documentos relativos à administração e ao funcionamento da casa impressora luso-brasileira, a fim de encontrar indicações sobre os responsáveis pelas publicações, bem como sobre o percurso que os manuscritos percorriam antes de chegar aos prelos, no intuito de que esses documentos indicassem alguma relação editorial entre as duas casas impressoras.

Algumas peças pareciam ser úteis, como uma carta, datada de 21 de março de 1820, na qual D. João especificava estar orientando o presidente da Junta Diretora da Impressão Régia do Rio de Janeiro a entrar em contato com o administrador geral da Impressão Régia de Lisboa, o que, de acordo com a carta, seria de grande utilidade para os negócios editoriais da casa impressora oficial em atividade no Brasil:

Para o Deputado que serve de
Presidente da Junta Directoria
Da Regia Officina Typografica

El Rey Nosso Senhor Manda participar a Junta Directoria da Regia Officina Typografica que em seqüência do Offício do Márquez de Borba, Inspector da Impressão Regia de Lisboa, em resposta do Avizo desta Secretaria d'Estado de 20 de dezembro do anno próximo passado [1819], sobre a representação dessa Junta datado de 21 de Agosto antecedente, relativa a utilidade que resultaria ao Estabelecimento dessa Regia Officina de se corresponder com a de Lisboa, pede a Junta dirigir-se a Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa, Administrador Geral da Impressão Regia de Lisboa, e formar com elle a correspondencia que lhe parecer conveniente sobre os negócios deste Estabelecimento. O que V. Me. Fará presente na mesma Junta para que assim o fique entendido.

Deos guarde a V. Me. Paço em 21 de Março de 1820. Thomaz Antonio de Villanova Portugal¹⁴. [grifo nosso]

Entretanto, fica difícil imaginar que só a partir de 1820 é que o administrador da tipografia estabelecida no Rio de Janeiro tivesse que dar início à correspondência com seu par d'além mar, já que serviam ao mesmo soberano, exerciam funções parecidas e gerenciavam casas impressoras com atividades muito semelhantes.

Contudo, de um modo geral, as consultas aos *Registros de Avisos e Offícios* não trouxeram peças específicas para as lacunas que se apresentavam, embora algumas das muitas que encontramos pudessem ser utilizadas no capítulo sobre o funcionamento da Impressão Régia do Rio de Janeiro.

Em busca de respostas, partimos para Portugal, a fim de consultar a documentação relativa ao funcionamento da Impressão Régia de Lisboa, imaginando, ainda, que pudséssemos comprovar uma relação editorial entre as duas casas impressoras oficiais estabelecidas na Metrópole e na colônia. No período em que tivemos a oportunidade de realizar um estágio de pesquisa em Portugal, sob orientação do Professor João Luís Lisboa, foram consultados, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, registros, cartas régias, alvarás, entre outros documentos, à procura de uma correspondência entre a Impressão Régia do Rio de Janeiro e sua congênere lisboeta, no que tange à produção editorial. Contudo, não encontramos informações que pudessem servir de base para afirmarmos que essas casas impressoras tivessem um plano editorial em comum, sobretudo em se tratando

14 *Registro de Avisos e Offícios*. Livro 15 da Corte –ANRJ. Notação IJJ 1 161. Série Interior Gabinete do Ministro. A6/Codes. Índice de livros [de protocolo] da Corte – IJJ 1 145 (1820), índice manuscrito do vol. 589. f. 33.

da impressão de prosa de ficção.

Pelo contrário, a partir da localização de livros de contabilidade pertencentes à Impressão Régia de Lisboa, onde eram anotados os pedidos de publicação, seus responsáveis e os valores correspondentes, constatamos que, com exceção das impressões de documentos e obras oficiais, as publicações eram feitas por solicitações de particulares (autores, tradutores, livreiros, editores). Adiante, veremos como se davam os pedidos de impressão feitos à oficina tipográfica oficial lisboeta.

Nesse percurso, algumas questões se colocavam: tendo em vista que a primeira casa impressora do Brasil era um órgão oficial, destinado prioritariamente à publicação de documentos, qual seria o interesse pela impressão de livros em prosa de ficção? Quantas foram as narrativas ficcionais efetivamente publicadas no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1822? Uma vez que, no período, muitas outras narrativas ficcionais já eram anunciadas em Portugal e mesmo publicadas pela Impressão Régia de Lisboa, por que foram escolhidos especificamente esses títulos para serem impressos no Rio de Janeiro? Haveria títulos publicados tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro? Seria possível dizer que as duas casas impressoras oficiais tiveram um plano editorial comum e que no Rio de Janeiro foram impressos somente títulos publicados previamente pela Impressão Régia de Lisboa? Poderíamos encontrar algumas narrativas que tivessem sido editadas apenas no Rio de Janeiro?

A partir do contato com os livros localizados, outras dúvidas surgiram: como era a edição dessas narrativas? Em se tratando de títulos traduzidos, quais seriam os dados bibliográficos sobre a edição original? Seria possível traçar uma história editorial das edições originais e também da tradução em Língua Portuguesa? Nesse sentido, quanto tempo se passou entre a primeira publicação da tradução em Portugal e no Rio de Janeiro? Havia habitantes da América portuguesa responsáveis pela tradução e publicação de títulos em prosa de ficção? Como esses títulos foram anunciados para a venda? De que tratavam as narrativas, quanto aos enredos e personagens? E, por fim, haveria temas comuns que nos permitissem elaborar uma análise geral do *corpus* e apontassem para uma linha editorial que justificasse a escolha desses e não de outros títulos?

Buscando responder a essas questões, elaboramos esta tese dividida em três capítulos. No primeiro, destinado à Impressão Régia do Rio de Janeiro e à de Lisboa, apresenta-se um

histórico da fundação e do funcionamento da Impressão Régia do Rio de Janeiro, sua produção ficcional e a maneira como a mesma foi anunciada em periódicos que circulavam no Brasil entre 1808 e 1822. Da mesma forma, expomos o histórico de fundação da Impressão Régia de Lisboa, analisamos sua produção ficcional, dando especial atenção aos solicitantes das impressões (editores, autores, tradutores, livreiros, etc.), e refletimos sobre a circulação dessa produção, com base nos anúncios publicados em jornais portugueses entre 1800 e 1822.

No segundo capítulo, chega-se à definição do conjunto de narrativas ficcionais efetivamente publicadas no Rio de Janeiro, que são apresentadas primeiramente a partir dos dados sobre suas histórias editoriais. No mesmo capítulo, são feitas considerações sobre as características materiais dessas narrativas, comparando-se alguns casos de reedição de títulos publicados tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro.

No capítulo final, verificamos de que maneira o conjunto de livros que compõe o nosso *corpus* de análise dialoga com a produção e a circulação de prosa de ficcional no contexto europeu. Por fim, as narrativas são analisadas do ponto de vista textual, com atenção para o conteúdo de seus prefácios e de seus enredos.

Observamos que o conjunto de textos em prosa de ficção publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro se mostrava bastante heterogêneo em relação à sua materialidade, ao número de personagens e à forma como foram trabalhados, aos temas que abordavam e à maneira como o faziam. Então, optamos por analisá-los pelo viés da moral, pois, além de ser um critério de avaliação estética, esse tema era uma preocupação constante nos processos de censura, pelos quais os livros obrigatoriamente passavam nesse período. Além disso, pelo viés da moral, dialogamos com os discursos escritos sobre o romance no contexto europeu da segunda metade do século XVIII, momento de ascensão do gênero. Devido à diversidade do conjunto, para alguns títulos as reflexões serão mais extensas, enquanto que, sobre outros, faremos uma apreciação mais sucinta.

Ao final da tese, se encontra um anexo com informações acerca da história editorial dos demais livros produzidos em Lisboa, que, embora não analisados neste trabalho, foram por nós localizados e lidos. Essas informações são seguidas de uma síntese do enredo de cada um deles, cuja leitura procuramos dividir. No mesmo anexo, foram disponibilizadas algumas tabelas, que reúnem dados sobre as duas casas impressoras oficiais, sobre os livros

em prosa de ficção nelas publicados, bem como sobre os comerciantes que lidavam com esse tipo de publicações. Há, ainda, um índice remissivo, que remete aos autores citados, aos títulos de livros em prosa de ficção e aos nomes de tradutores, editores, livreiros ou pessoas ligadas à administração das Impressões Régias.

Por fim, informamos que todos os livros encontrados, quer lisboetas, quer luso-brasileiros, foram digitalizados (ou digitados) e estão disponíveis para consulta no site do projeto temático “Caminhos do Romance no Brasil – Séculos XVIII e XIX”: (www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br).

Nota:

Esclarecemos que, para fins de nomenclatura, designaremos doravante os livros de nosso objeto de estudo como romances, mesmo conhecendo os outros nomes que estes receberam dos livreiros anunciantes e autores que deles trataram até o momento.

Nas folhas de rosto e nos anúncios de jornais da época, por exemplo, eles eram nomeados como novelas ou contos e Valle Cabral assim os apontou. Já Rubens Borba de Moraes comentou sobre esses livros designando-os às vezes como romances, às vezes como novela epistolar; outras ainda como folhetos de cordel e novelas tradicionais, como “romances populares que divertem gerações de leitores de todas as idades”, ou, ainda, como “histórias sentimentais com títulos sugestivos”¹⁵. As historiadoras Maria Beatriz Nizza da Silva e Maria Lígia Coelho Prado preferiram comentar os livros que analisaram classificando-os como novelas.

De fato, na época em que esses romances foram publicados já havia muita confusão dos termos conto, história, novela e romance, sendo possível até mesmo usar um vocábulo pelo outro, como nos apresentou Márcia Abreu, ao consultar o *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Antonio Moraes e Silva, cuja primeira edição data de 1789:

Segundo o autor, conto é ‘historia fabulosa’, enquanto novela é ‘conto fabuloso de sucessos entre homens para se dar instrução moral’. Novela é conto, conto é história. (...) Somente a partir de 1813, acresceu-se nova acepção: ‘novellas, contos fabulosos de amores, os quaes

15 MORAES, Rubens Borba de. "A Impressão Régia do Rio de Janeiro: Origens e Produção" in CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.*

começarão em versos em lingua *romance*, ou vulgar, como forão'. Novela, conto e romance eram, portanto, equivalentes, tendo todos caráter fabuloso.¹⁶

Utilizaremos então o vocábulo “romance” para designar as histórias, os contos, as narrativas epistolares e as aventuras que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, cujos enredos, de divertimento, de intuito moral, de descobrimento do exótico ou de ensinamentos didáticos, carregam em si o "caráter fabuloso", além de algumas semelhanças com romances consagrados da mesma época.

16 ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. pp. 265-6.

Capítulo I - A Impressão Régia em Lisboa e no Rio de Janeiro: fundação, produção e circulação de romances

I.1) Contexto: censura e proibição aos impressos

Embora as tipografias em Portugal funcionassem desde o século XV e as atividades tipográficas já existissem em algumas cidades das colônias africanas e asiáticas, por iniciativa dos jesuítas¹⁷, os habitantes da América portuguesa, em pleno século XIX, ainda estavam impedidos de imprimir legalmente em seu território.

Muitas podem ter sido as razões desse impedimento: razões de ordem econômica, mantendo a permissão de manufatura dos livros restrita à Metrópole; ou de ordem política, com a repressão à presença de tipos móveis nas colônias, exercida por autoridades político-religiosas, por considerá-los possíveis instrumentos de heresia e subversão. O temor em relação à imprensa não se limitava aos domínios portugueses.

Após um deslumbramento inicial por parte dos países europeus pelo invento inovador do tipógrafo moguntino Gutenberg, em 1445, e pelo trabalho de seus sucessores Fust e Schoeffer ao longo do século XV, reis e clérigos, temendo os perigos do uso indevido da tipografia, trataram de limitar sua atividade, instituindo leis, controlando materiais impressos e perseguindo os responsáveis¹⁸, como o fez o Concílio de Latrão, de 1512, a partir do qual muitos impressores passaram a ter de solicitar a permissão de um bispo local para suas publicações.

A importância da tipografia na propagação da heresia luterana viria, em breve, mostrar o quanto esses temores se justificavam, e em meados do século XVI algum tipo de controle das publicações estava em vigor em quase todas as nações cristãs¹⁹.

17 Cf. HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Trad. do inglês Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo, SP: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985. pp. 8-9.

18 Cf. RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500 a 1822)*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1988. p. 114-117.

19 HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 3.

Em Portugal, a censura aos impressos²⁰ também se iniciou nesse período, sob responsabilidade do Ordinário (1517), do Santo Ofício (1536) e do Desembargo do Paço (1576), que analisavam os manuscritos enviados para impressão e, quando aprovada a publicação, revisavam o material impresso, para certificação de que as sugestões de alterações e cortes tinham sido acatadas. Essa prática levou os tipógrafos a imprimirem na folha de rosto das publicações, entre outras fórmulas, a inscrição “Com todas as licenças necessárias”²¹. No caso dos romances, os maiores problemas a serem apontados pela censura para a emissão dessas licenças estavam, principalmente, no campo da moral, da política e, em escala menor, no da religião. O percurso desses escritos para conseguirem alcançar a publicação passava por diferentes instituições, às vezes com maior ênfase nas religiosas, outras, nas laicas, cujas atribuições censórias se modificaram ao longo do tempo.

Em 1768, houve a instituição da Real Mesa Censória, por D. José I (1750-1777), a fim de unificar e laicizar a censura, até então de responsabilidade dos já citados Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço. O tribunal da Real Mesa Censória elaborou um Index expurgatório e fixou 17 condições de proibição que majoritariamente se voltavam para os livros que abordassem questões contra a religião e a política, além das que estavam relacionadas à cultura e à moral, em menor número²². A criação da Real Mesa Censória se

20 Sobre a atividade de censura em Portugal e na América Portuguesa, consultar: ABREU, Márcia. “Censura e crítica: reações de um professor de retórica e poética à leitura de um romance”. in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada – Abralic – no. 8, 2006. pp. 113-128; ABREU, Márcia. “Em busca do leitor: estudo dos registros de leitura de censores”. in: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2005; ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec, 2004; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C., “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil” in *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 4 (1), 113-119, 1989; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura; usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999. Tese de Doutorado; VILLALTA, Luiz Carlos. “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.), 2002. *Op. cit.*

21 Cf. MORAES, Rubens Borba., 1979. *Op. cit.* p. 52.

22 Cf. VILLALTA, Luiz Carlos., 2002. *Op. cit.* pp. 57-59.

deu num contexto de propagação das Luzes, com esforços em constituir um Estado soberano no país. Se, por um lado, esses esforços buscavam desenvolver um pensamento crítico, por outro, apontavam para preocupações em conter as idéias que assinalassem para revoltas anti-absolutistas. Nesse contexto, justifica-se o número menos significativo de condições voltadas para a moral e uma atenção maior para os escritos heréticos, protestantes, de alguns ilustrados e dos jesuítas. Quanto aos últimos, cabe dizer que o primeiro ministro Sebastião de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, considerando a tipografia nas colônias uma possível fonte de poder jesuíta, aumentou o controle dos impressos, fechando e impedindo a reabertura das casas impressoras instaladas nas possessões portuguesas.

O sistema de unificação das censuras não perdurou muito tempo depois da morte de D. José I e da queda de Pombal, pois D. Maria I (1777-1792), em 1787, determinou a constituição da Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, ampliando o poder censório dos clérigos. A Real Mesa da Comissão foi extinta em 1794, quando o sistema de censura voltou a ser tríplice, mantida boa parte das regras de Real Mesa Censória. D. João regulamentou as atribuições de cada uma das partes da tríplice censura pelo Alvará de 30 de julho de 1795, instituindo 25 condições para interdição dos livros, que, conforme o documento, foram “acomodadas” àquelas já utilizadas pela Real Mesa Censória²³. De acordo com essas condições, mais uma vez, o peso dos vetos recaiu sobre os escritos que fossem de encontro à religião e à política: “dezesseis condições referiam-se à religião; duas, à moral; quatro, à política; uma, simultaneamente à religião, à política e à moral; uma, ao mesmo tempo à religião e à política e, finalmente, uma à política e à moral”²⁴. O Santo Ofício se manteve em Portugal até 1821, quando foi extinto. A Secretaria da Censura do Desembargo do Paço de Lisboa, responsável, a partir de então, cuidou das questões censórias, inclusive na América-portuguesa, até 1826²⁵.

As diferentes instituições censórias que se sucederam em Portugal, entretanto, nem sempre obtiveram resultados eficazes. A lentidão nos processos de julgamento, a falta de

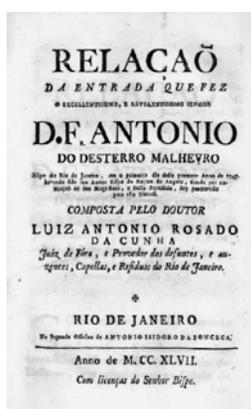
23 Cf. Idem. pp. 62-63.

24 Idem. pp. 62.

25 ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. p.117.

uma sistematização nos mecanismos e as estratégias dos livreiros e dos particulares em burlá-los, com intuítos de comercializar ou possuir livros proibidos, prejudicavam o bom funcionamento da censura²⁶. Na América portuguesa a leitura também foi veemente controlada. O controle da publicação, da posse e da circulação de livros adentrou o século XIX e, em 1808, quando da transferência do Príncipe Regente para o Brasil, foi determinada a instituição da Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro.

No período colonial, a proibição da atividade de impressão fez com que quem se aventurasse a montar uma oficina tipográfica na América portuguesa fosse obrigado a interromper seus trabalhos, tão logo o governo português tomasse conhecimento do caso. Houve quem conseguisse imprimir por algum tempo sem ser percebido, como Antonio Isidoro da Fonseca, que, com a permissão do governador Gomes Freire de Andrade, imprimiu alguns trabalhos no Rio de Janeiro, entre os quais podemos destacar:



Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente anno de 1747, por Luiz Antonio Rosado da Cunha. Na oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, de 17 páginas²⁷.

Antonio Isidoro da Fonseca já havia trabalhado como tipógrafo em Portugal, entre os anos de 1735 e 1745, e lá publicado importantes obras, como o tomo I da *Biblioteca Lusitana* e alguns trabalhos de Antonio José da Silva, dramaturgo brasileiro conhecido como “O Judeu”²⁸. O fato de Isidoro possivelmente apresentar-se como um cristão-novo, somado ao seu envolvimento com esse dramaturgo, queimado vivo em 1739 pelos autos-

26 Cf. VILLALTA, Luiz Carlos., 2002. *Op. cit.*

27 Imagem disponível em <http://www.Brown.Edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/Iregia3.htm>, consultado em março de 2002. Os demais trabalhos de Isidoro estão listados em CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* pp. 10-11.

28 Cf. HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 15-17.

de-fé²⁹, levantou suspeitas que possivelmente o trouxeram ao Brasil, como forma de escapar da Inquisição.

O trabalho do tipógrafo foi solicitado pelo governador Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, para a impressão de atos e decretos oficiais, mas, mesmo com uma autorização local e fraudando algumas datas de impressões para escapar à perseguição, foi impedido e teve seu material apreendido e remetido para Portugal, no mesmo ano da publicação da *Relação*, por ordem do governo de Lisboa³⁰.

Mesmo que houvesse permissão para imprimir no Brasil, os custos com a importação de equipamentos e materiais para impressão, assim como a falta de mão-de-obra preparada, encareceriam seus volumes de tal modo que não poderiam mesmo competir com os livros que chegavam prontos de Portugal³¹, situação que não se alterou muito nos início do século XIX, mesmo depois da chegada dos primeiros prelos.

Não obstante a impossibilidade de impressão, havia a circulação de livros na América portuguesa, desde religiosos até os de Belas Letras³², obtidos pela importação, pelo empréstimo ou mesmo pelo contrabando, no caso de livros proibidos³³. E havia a difusão da leitura, por meio de livros e manuscritos ou oralmente. Entretanto, o acesso ao objeto

29 Cf. DINES, Alberto. *Vínculos do Fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

30 Cf. MORAES, Rubens Borba de., 1979. *Op. cit.* p. 64.

31 Márcia Abreu, verificou que: “Situação semelhante ocorria nos Estados Unidos, onde foram necessárias muitas décadas para que os livros produzidos na América começassem a tomar o lugar dos livros trazidos da Inglaterra. A impressão americana era muito ruim devido à qualidade do material empregado: tipos muito gastos, papel inferior, insuficiente quantidade de papel do mesmo tipo para composição de um livro, tinta de segunda linha importada da Europa. Por isso, em 1779, quando Franklin recebeu na França cópias de um jornal de Boston, disse: ‘If you should ever have any Secrets that you wish to be well kept, get them printed in those Papers’ (BOORSTIN, s/d., p. 295)”. ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 86. [a indicação entre parênteses se refere a: BOORSTIN, Daniel J. *The Americans: the colonial experience*. New York: Random House, [s/d.], p. 295. 1ª edição 1958. *apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 86]

32 O termo é aqui colocado com base nas considerações de Márcia Abreu, levando-se em conta que a palavra “literatura” ainda não era utilizada no período em questão com a acepção que a ela damos hoje. Cf. ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 15.

33 Para saber mais sobre circulação de livros no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX, ver: ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.*; ALGRANTI, Leila Mezan., 2004. *Op. cit.*; VILLALTA, Luiz Carlos., 1999. *Op. cit.*; VILLALTA, Luiz Carlos. “A censura, a circulação e a posse de romances na América portuguesa (1722-1822)” in ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson., *Op. cit.* 2005.

impresso exigia certa perseverança, pois os leitores que viviam na América portuguesa e que desejassem obter livros deveriam solicitar a permissão para importá-los e aguardar, não somente o trâmite para aprovação da importação, como também a liberação das caixas nas alfândegas, arcando com as taxas provenientes desse processo³⁴.

Contudo, pode-se dizer que desde meados do século XVIII, já se ia formando na colônia uma comunidade de consumidores de livros de diferentes gêneros, inclusive de prosa de ficção, abastecida por livrarias e tipografias portuguesas, entre as quais destacamos a Impressão Régia de Lisboa. Essa comunidade aumentará significativamente após a chegada de D. João e sua Corte, em 1808, ano em foi fundada a Impressão Régia do Rio de Janeiro. Vejamos, então, como se deram as criações dessas duas casas impressoras oficiais.

I. 2) Prelos para as Luzes: breve histórico da Impressão Régia de Lisboa

A Impressão Régia de Lisboa foi fundada em 1768, seguindo uma tendência de importantes avanços na produção editorial portuguesa, tais como a abertura da oficina de gravura de João Villeneuve, em 1733, e a assinatura do decreto de autorização de admissão de tipo e material gráfico livre de direitos³⁵. Fundada sob as ordens do rei D. José I, a Impressão Régia de Lisboa participava de um contexto reformista, do qual faziam parte a Junta do Comércio (1756), o Erário Régio (1760), a Real Mesa Censória (1768) e a Junta de Providência Literária (1772). Mais que imprimir, a Impressão Régia teria as funções de apoio às instituições de ensino, como o Real Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, e de se constituir como uma escola de artes gráficas.

O Alvará de criação, datado de 24 de Dezembro de 1768, aponta para um trabalho de planejamento cuidadoso, não só em relação à abertura, mas à longevidade de

34 Cf. ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.*

35 Cf. ARAUJO, Norberto & MENDES, Artur Pereira. “Aspectos da Tipografia em Portugal”. Conferência realizada na Imprensa Nacional de Lisboa, em 6 de abril de 1913. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1914.

funcionamento prevista para a casa impressora real. A qualidade dos impressos, a administração minuciosa, a alta produção editorial e a continuidade da atividade tipográfica, garantida por meio do ensino das artes a ela relacionadas, se encontravam nas ordens do documento, que, logo em suas primeiras linhas, determinava que a Impressão Régia pudesse se fazer “útil; e respeitável pela perfeição dos caracteres, e pela abundância, espero [o rei] de suas impressões”³⁶.

De acordo com o mesmo Alvará, a administração inicial da casa seria composta por um diretor geral, um deputado, um administrador da oficina, um segundo administrador, um escriturário, um abridor de estampas e um mestre impressor. Foram nomeados para esses cargos, respectivamente, Nicolau Pagliarini, Bento José de Miranda, Miguel Manescal da Costa, Manuel José da Guerra, Joaquim José Escopezzi e Joaquim Carneiro da Silva³⁷. Aos responsáveis pelo Governo da dita Impressão Régia cabiam conferências semanais, para discussão dos assuntos administrativos e envio dos casos mais polêmicos para resolução pelo próprio monarca³⁸.

Dentre as orientações, constava a união da Impressão Régia à Real Fábrica de caracteres e o prosseguimento do ensino do ofício aos aprendizes da dita fábrica, “para que não falt[ass]em no Reino os professores desta utilíssima Arte, continuando como até agora está disposto”³⁹. Da mesma forma, exigia-se de outros profissionais, como o abridor de estampas e o livreiro, a formação de aprendizes para que se perpetuassem suas atividades, sem maiores problemas de substituição de cargos.

O pleno funcionamento da casa estaria assegurado pela obrigatoriedade de lá se imprimirem todas as obras da Universidade de Coimbra e do Real Colégio dos Nobres;

36 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia*. Livro 335. Alvará de 24 de Dezembro de 1768. f. 2.

37 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia*. Livro 335. Decreto de 29 de Dezembro de 1768. f. 6.

38 Cf. RIBEIRO, José Vitorino. *Imprensa Nacional de Lisboa: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1912.

39 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia*. Livro 335. Alvará de 24 de Dezembro de 1768. f. 2-6. Parágrafo: 10.

pelo monopólio da impressão de cartas de jogar, cuja venda e feitura eram vedadas às outras tipografias e, ainda, pela permissão de impressão de manuscritos enviados por terceiros⁴⁰, ou seja, pessoas não ligadas à casa impressora, nem aos órgãos oficiais, mas interessadas em publicar obras, geralmente para comercialização. Era previsto que essas pessoas deveriam pagar preços justos e moderados “pois que o fim deste estabelecimento he[ra] o de animar as Letras e levantar uma Impref[s]ão util ao público pelas produç[ões], e digna da Capital destes Reinos”⁴¹. As publicações de romances por parte da Impressão Régia de Lisboa certamente foram feitas a pedido de terceiros: livreiros, editores, tradutores, autores, etc., que pagavam à casa os valores correspondentes.

Para se dar início às atividades da Impressão Régia de Lisboa, o Alvará previa que se adquirissem todos os materiais tipográficos necessários, incluindo o papel, que era importado. O financiamento ficaria por conta de um empréstimo de quarenta contos de réis, requisitado aos cofres da Universidade de Coimbra⁴². Foram adquiridos os tipos de João Villeneuve e, entre as oficinas tipográficas disponíveis em Lisboa na altura da criação da Impressão Régia, comprou-se a de Manuel Manescal da Costa, cujos equipamentos foram instalados no Palácio de D. Fernando Soares de Noronha, defronte ao Real Colégio dos Nobres, alugado por 700\$000 réis por ano⁴³.

Em 1778, saiu o diretor Nicolau Pagliarini e a administração da casa, até então atribuída à Junta do Comércio, ficou sob o governo da Junta de Administração das Fábricas do Reino e Obras das Águas Livres. Posteriormente, em 1788, a Impressão Régia passou a ser gerida pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros e, em 1794, pelo Real Erário⁴⁴.

40 Cf. RIBEIRO, José Vitorino. *Op. cit.*

41 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia*. Livro 335. Alvará de 24 de Dezembro de 1768. f. 2-6. Parágrafo: 14.

42 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Consultas da Junta Administrativa Económica e Literária*. Maço 365. Caixa. 487.

43 Cf. FARINHA, Ramiro. *Imprensa Nacional de Lisboa: sinopse da sua história*. Edição comemorativa do II Centenário. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1969. p. 11.

44 Cf. FARINHA, Ramiro. *Op. cit.* p. 16.

Além dos locais de venda de livros existentes em Lisboa no período da fundação da Impressão Régia, o escoamento de sua produção contava com uma *Loge da Impressão Régia*, situada na Real Praça do Comércio. Seu catálogo de “livros que se vendem por justos preços”, elaborado pelo administrador Francisco de Paula da Arrabida, em 1771, listava cerca de 5.000 títulos entre a produção própria e os importados⁴⁵.

No decreto de fundação da *Loge*, de 07 de Abril de 1769, D. José I incentivava a importação de livros europeus de outras tipografias, bem como a exportação dos produzidos na Impressão Régia, “sendo este [o intercambio com as Praças da Europa] o meyo mais eficaz para os Livros da sobredita Imprefção Regia terem mais fácil consumo, e se fazerem mais conhecidas na Europa as Obras portuguesas”⁴⁶.

Algumas importantes mudanças ocorreram em 1801⁴⁷, ano em que D. Rodrigo de Souza Coutinho, passou a ser o presidente do Real Erário, órgão ao qual a Impressão Régia era subordinada. Por causa da nomeação de D. Rodrigo, nesse ano houve a incorporação à Impressão Régia da oficina e do pessoal de trabalho da “Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego”⁴⁸, por ele criada em 1799. Dirigido por Frei José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), naturalista e tipógrafo, interessado em criar uma rede de tipografias, com especial apreço por jovens intelectuais brasileiros que estavam na Metrópole, o intento editorial “Arco do Cego” funcionou até 1801⁴⁹. Assim, a partir dessa incorporação, Frei José Mariano da Conceição Veloso passou a integrar a administração da Impressão Régia. Também fazia parte da junta administrativa da casa nesse período Hipólito da Costa, que, posteriormente, fundou em Londres um periódico mensal escrito em Língua Portuguesa, o *Correio Braziliense*, publicado entre os anos de

45 Cf. GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987. p. 82.

46 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Economica, Administrativa e Literaria da Impressão Régia*. Livro 325. Decreto Real de 07 de Abril de 1769. f. 8.

47 A esta altura, a casa já havia imprimido 1.230 volumes e os lucros da Real Fábrica de Cartas de Jogar, eram de 26:600\$697 réis, que auxiliavam a financiar a publicação de obras científicas por ordem do Estado. Cf. RIBEIRO, José Vitorino. *Op. cit.*

48 Cf. MORAES, Rubens Borba de., 1979. *Op. cit.* p. 75.

49 Cf. BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. *Eros Pedagógico: a função editor e a função autor*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes – ECA. Universidade de São Paulo – USP, 2001. p. 133-136.

1808 e 1822, com ideal nacionalista e anti-absolutista e que trazia críticas ao governo e propostas de um Brasil autônomo e independente⁵⁰.

Pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1801, criou-se uma Junta Administrativa, Econômica e Literária, com 12 Deputados, que possivelmente não se mostrou hábil, uma vez que, em 1803, foi substituída por uma Administração interina, com 3 Deputados literários, dois ajudantes de oficina e um administrador⁵¹.

Construiu-se uma fábrica de papel em 1802, que não satisfez as necessidades da Impressão Régia e que foi fechada quando da invasão francesa, em 1807. Já a fabricação de tipos, privilégio da casa impressora oficial, acabou por não resistir á importação dos caracteres franceses, mais baratos e de melhor qualidade.

Somente em 1803, foi concedida à Impressão Régia a exclusividade de impressão dos papéis relativos à administração pública⁵², que, até então, poderia ser feita por outros tipógrafos que tivessem sido nomeados impressores “d'El Rey”.

A partir de 1806, Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa passou a fazer parte da administração da casa, primeiro como tesoureiro e deputado da Junta e, em 1812, como administrador geral. Ao assumir esse cargo, Annes da Costa tomou providências para que diminuíssem os gastos da oficina tipográfica, como por exemplo, substituir o carro de

50 Proibido no Brasil, o periódico de Hipólito da Costa era adquirido por meio de contrabando e foi veementemente combatido pelo governo, o qual chegou a publicar um periódico rival, o *Investigador Portuguez na Inglaterra* (1811-1819). Entre as várias fontes sobre Hipólito José da Costa, citamos: LUSTOSA, Isabel (Org.); DINES, Alberto (Org.). *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Brasiliense, 2001; PICHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 158; HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 34 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2002. p. 253.

51 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Consultas da Junta Administrativa Econômica e Literária*. Maço 365. Caixa 487.

52 “O catálogo dos papéis que deviam ser impressos privativa e exclusivamente na Régia Officina Tipográfica, constava da seguinte lista: registo para uso de todas as contadorias nas diversas repartições, tanto civis, como militares ou eclesiásticas; mapas ou letras para uso das sobreditas repartições; passaportes; conhecimentos em todas as línguas, tanto impressos, como de chapa; escritos ou obrigações de compra e venda; bilhetes para compra de vinhos, e outros quaisquer géneros nestes reinos; cartas-circulares mercantes, e em diferentes línguas; apólices de seguro de mar e terra; letras de risco; listas de géneros para leilões públicos e particulares; procurações bastantes; diários de derrota para uso da náutica; editais; listas de navios; noticias e outros quaisquer papéis de semelhante uso e natureza, e pelo volver dos anos se fizerem necessários”. RIBEIRO, José Vitorino. *Op. cit.* p. 24, nota n.º 1.

água por um aqueduto, trocar o tipo de goma e da tinta utilizados, fabricar novas prensas e adquirir um novo imóvel, com pagamento parcelado, para eliminar o aluguel. As melhorias foram relatadas pelo próprio administrador geral, em carta ao monarca datada de 30 de novembro de 1821⁵³.

Não obstante os esforços de Annes da Costa, em sua administração a Impressão Régia passou por dificuldades financeiras. Em ofício dirigido ao Marquês da Borba, presidente do Real Erário na ocasião, o administrador geral chamou a atenção para o fato de que os balanços da Impressão Régia apresentavam uma diminuição progressiva dos lucros entre 1814 e 1817. Entre os motivos apontados, constavam a “falta geral de numerário, e a decadência do comércio, pois que a venda dos impressos e mais efeitos da Impressão Régia anda[va] por muito menos de metade do que era dantes”⁵⁴.

O dedicado Annes da Costa ficou à frente da casa impressora até 1822, foi substituído por Luís Torcato de Lemos Figueiredo, retomou seu cargo em 1823 e lá permaneceu até 1833. Em 1821, na administração de Annes da Costa, a Impressão Régia de Lisboa passou a ser denominada Imprensa Nacional, nome que preserva até o momento.

Durante todo esse período, a Impressão Régia de Lisboa teve uma atividade editorial intensa, publicando, entre inúmeros impressos, livros em prosa de ficção. Esses livros eram dados ao prelo a partir de solicitações vindas de diversas pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em imprimí-los e que arcavam com os custos correspondentes, como veremos a seguir.

I. 3) Prosa nos prelos: os romances da Impressão Régia de Lisboa

Com base nos anúncios de livreiros em periódicos e na consulta aos seus catálogos, pode-se dizer que o gênero romance tinha certa circulação em Portugal já no período

53 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Consultas da Junta Administrativa Econômica e Literária*. Maço 365. Caixa 487.

54 Ofício de 25 de janeiro de 1819. *apud* RIBEIRO, José Vitorino. *Op. cit.* pp. 39-42.

próximo ao da fundação da Impressão Régia, com aumento considerável de títulos ofertados no início dos oitocentos.

No periódico *Gazeta de Lisboa*⁵⁵, por exemplo, foram anunciados alguns títulos em prosa de ficção na década de 80 dos setecentos⁵⁶, com destaque para “Escolha das melhores novellas, e Contos Moraes: efcritos em Francez por Mrs. D'Arnaud, Marmontel, Madame Gomes, e outros: e traduzidos em Portuguez, obra util para os que defejão recrear-fe, e infruir-fe á hum tempo.” (29 de Junho de 1784) e “Aventuras de Telemaco, traduzidas pelo Bacharel Jofé Manoel Rodrigues Pereira, Traductor das Noites de Young: nova edição correcta, emendada, e ornada d'huma eftampa fina” (24 de Dezembro de 1784).

A Impressão Régia de Lisboa colaborou para o aumento de livros em prosa ficcional em circulação no século XVIII, publicando, em 1777, as *Aventuras de Diófanos*, de Teresa Margarida da Silva Horta; em 1780, *O feliz independente do mundo e da fortuna*, de Teodoro de Almeida e, em 1799, a tradução *História de Gil Braz de Santilhana*, feita por Luís Caetano de Campos⁵⁷.

Aventuras e histórias diversas, desde as impressas em folhetos até as que ocupavam vários tomos, continuaram a ser publicadas na casa impressora real no século XIX, como revelam os livros de *Registo de obras impressas*⁵⁸. Como são relativos à contabilidade da

55 *Gazeta de Lisboa*. Biblioteca Nacional de Lisboa.

56 Para definir quais seriam os livros em prosa de ficção, recorri a algumas particularidades dos títulos: são geralmente nomes próprios e, na maioria dos casos, femininos; apresentam palavras relacionadas a casais apaixonados, à virtude ou à amizade; trazem uma certa classificação pressuposta pelos termos “conto”, “história”, “aventuras”, “romance” ou “novela”; e, geralmente, contam com um subtítulo, precedido pela conjunção “ou”.

57 CANAVARRO, Pedro (Coord). “Bibliografia Sinóptica das obras impressas” in CANAVARRO, Pedro (Coord). *Imprensa Nacional. Actividade de uma casa impressora. Vol. I 1768-1800*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975. pp. 73-244.

58 Os *Registos de obras impressas* são livros de contabilidade em que eram anotados os nomes das pessoas que solicitavam a impressão de uma obra, o título da mesma, o número de exemplares a ser feito, os valores correspondentes, as datas dos lançamentos financeiros e, às vezes, o responsável pela anotação. Limitamos as pesquisas aos Livros de *Registo de Obras* a partir de 1800, uma vez que foram estes as bases para a confecção do catálogo de Pedro Canavarro, acima mencionado para o período anterior. No decurso dos trabalhos, notamos que alguns romances que localizamos não foram registrados nesses livros, mas, ainda assim, optamos por apresentar os dados contidos nos *Registos de obras*, por se tratar de uma importante fonte de informações sobre a atividade editorial da Impressão Régia de Lisboa, ainda inédita. Ressaltamos que o Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda de Lisboa, se encontra no prédio da Casa

casa, esses livros informam também outros dados importantes para a compreensão das impressões de romances, uma vez que neles foram registrados todos os pedidos de publicação de manuscritos, com lançamentos que vão desde os valores do papel utilizado até os gastos com as eventuais estampas. Na maioria dos casos, o solicitante da impressão é informado como devedor do montante calculado e, em alguns registros, há a indicação de que ele “deu o papel”⁵⁹. Comparando os custos de impressão com os valores de venda verificados nos anúncios da *Gazeta de Liaboa*, conclui-se que certamente se tratava de uma atividade lucrativa, tanto pelos solicitantes (livreiros, editores, ou mesmo autores e tradutores, no papel de editores) como para a casa impressora.

Consultando os livros de *Registo de Obras*, verificamos que, em 1800, João Jacob de Mestral solicitou a impressão da *Historia de Anycio, e Lucine* em 500 cópias. O custo da impressão foi detalhado da seguinte forma: “3 folhas a 2200 rs. - 6\$600”, mais o valor estipulado “Por 3 resmas e 10 ms. de florete m. meios a 1700 rs - 6\$100” e, como o solicitante “Mandou o papel de Hollanda. Lice. 960. Livr. 60. Capillas 600 rs. de 5.”, o total foi calculado em 12\$700, que “Entrarão pela Folha deste mez [março]”. O livro ainda contou com uma “emenda” orçada em 1\$800 réis, solicitada no mesmo mês⁶⁰. Já a edição e mais duas mil cópias de *Gil Braz de Santilana* custaram mais caro. Solicitadas pela viúva Bertrand e filho, livreiros na altura, renderam para a Impressão Régia 78\$400, no ano de 1801⁶¹.

No ano de 1803 foi impressa *A Ilha Incógnita*, em 6 volumes, com uma tiragem de 2.000 exemplares. O custo total de impressão desse romance, incluindo 1\$375 “Pela escolha de 5 e ½ resmas de papel roto”, foi orçado em 410\$275 réis, pagos por José

da Moeda, onde a entrada é restrita. Agradeço à Dra. Margarida Ortigão Ramos por me permitir consultar os Livros de *Registo de obras* da antiga Impressão Régia.

59 Reunimos, numa tabela que se encontra no Anexo desta tese, os dados constantes nos livros de *Registo de Obras*, relativos à publicação de narrativas ficcionais na Impressão Régia de Lisboa entre 1800 e 1822, acrescentando dados sobre a edição de livros no gênero por parte de outras oficinas tipográficas atuantes no período.

60 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 94-5.

61 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 94-5. f. 136.

Antonio da Silva⁶². O valor pode ser tomado como muito alto, se o compararmos, por exemplo, com os salários vigentes na época para cargos importantes da própria Imprensa Régia⁶³. Entretanto, é justificável se for analisado o valor da venda do romance, que foi anunciado na *Gazeta de Lisboa*, em 7 de maio do mesmo ano, ressaltando-se suas excelentes estampas. De acordo com esse anúncio, o conjunto de 6 volumes custava 2\$880 réis⁶⁴. Ora, se calcularmos o valor total da impressão, dividido pelo número de exemplares requerido e pelos 6 volumes que compunham o romance, chegaríamos a um total de pouco mais de \$34 réis para cada volume, preço muito aquém dos \$480 réis que seriam cobrados pelo livreiro anunciante.

Em 1805, Leonardo Pinheiro de Vasconcellos solicitou que 500 cópias de *História de Adelaide* fossem impressas, com o custo de 44\$200. Prosseguiram as publicações de romances em 1806, em número de 6, com as seguintes indicações de títulos: *Os Amores de hum Heroe; huma novella; Novella de João de Callais; O Amor vencido e castigado; Novella Laura e Nicella e Novella da Vida de Justina*⁶⁵.

O custo da impressão desses títulos variava conforme a extensão de seus textos e o número de exemplares solicitados. Joaquim Maria Coelho, por exemplo, pagou 3\$600 réis para imprimir 500 cópias de “huma novella”, que, tendo em vista ter sido impressa em apenas “2 folhas”, acreditamos ser uma publicação de poucas páginas. As aventuras de *João de Callais*, que também são contadas em poucas páginas, mereceram a representativa edição de 2.000 exemplares e tiveram sua impressão orçada em 17\$800, paga por Vicente Joaquim, que “deu o papel”. José Francisco Carneiro, por sua vez, pagou 20\$900 por apenas 300 exemplares da história de *Laura e Nicella*, mesmo tendo entregado o papel necessário para a feitura dessa narrativa, que ocupava “9 folhas e meia”.

62 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 220.

63 Em 25 de Janeiro de 1802, foi decretada a instituição de uma escola de gravura na Imprensa Régia de Lisboa, para a direção da qual contratou-se o artista Francisco Bartolozzi, com a pensão anual de 600\$000 réis, valor que também recebia o gravador Gregório Francisco de Queiroz. Cf. RIBEIRO, José Vitorino. *Op. cit.* p. 23.

64 A fim de se ter idéia do quanto valia essa quantia, informamos que no mesmo ano [1803] o periódico *Gazeta de Lisboa* teve sua “subscrição” semestral anunciada por 2\$800 réis, no próprio quadro de avisos.

65 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º7 (1804-1808). Fundo 029 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 480, Série contabilidade. f. 71-123.

O tradutor José Pedro de Souza Azevedo foi o responsável pela impressão, em 1807, de 600 exemplares da *novella Templo de Jatab*⁶⁶. Também em 1807, José Joaquim de Paula pagou por 500 *Novella[s] Aristonous*. A mesma tiragem obteve a *Novella Zadig, ou o Destino*, mandada a imprimir por José Vicente, “compositor da Cafá”, enquanto que cada um dos tomos das *Viagens de Guliver* mereceu uma reprodução de 1.000 exemplares⁶⁷.

O ano de 1808 contou com apenas um livro em prosa de ficção, impresso a pedido de José Fenei. Trata-se do primeiro folheto de *Kariton, Contos amorosos*, que obteve uma tiragem de 425 exemplares⁶⁸. Porém nesse ano a circulação de romances não foi tão restrita, uma vez que só na *Gazeta de Lisboa* foram anunciados 24 títulos.

Já em 1809, quando somente *Cartas Americanas* foi publicado, com o custo de 87\$800 réis por 1.000 exemplares, pagos pelo seu autor Theodoro José Biancardi⁶⁹, apenas 2 romances foram anunciados nesse periódico. Nos dois anos seguintes, não houve impressão de romances, enquanto outros 6 novos títulos saíram à luz em outras tipografias no país, como apontou Gonçalves Rodrigues, ao estudar a publicação de traduções em língua portuguesa, caso em que se encaixa a maioria quase absoluta dos livros em prosa de ficção em circulação no período⁷⁰.

O quadro se alterou em 1812, com as publicações de *Prêmios de Amor*, dois tomos de *Astúcias de Bertholdo*, *Engeitado* e *A mulher atrevida e descarada*, respectivamente com tiragens de 300, 500, 500, 1.000 e 500 exemplares⁷¹.

Em 1813, imprimiram-se 100 exemplares dos *Acasos da Fortuna* e 500 do segundo tomo de *Tom Jones*, cujo tomo terceiro saiu no ano seguinte com a mesma tiragem,

66 Idem. f. 143.

67 Idem. f. 151, 169 e 170.

68 Idem. f. 206.

69 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º8 (1808-1810). Fundo 030 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 42. [Theodoro José Biancardi, de acordo com os Registos de Obras, era o editor do periódico *Telégrafo Português* e também foi o editor de *Semanario Lusitano*, cujo número 8 teve seu registro na f. 57, em junho de 1807. O preço da impressão do *Semanário* foi de 6\$400.]

70 RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da moeda. 1992.

71 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º9 (1810-1814). Fundo 031 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 482, Série contabilidade. f. 88-149.

seguido das histórias da *donzella Theodora* e da *princesa Magalona*, editadas em 1.000 e 2.000 exemplares, respectivamente⁷². A impressão lisboeta da *Historia da donzella Theodora* foi concretizada em 1814, como atesta o colofon do exemplar arquivado na Biblioteca Nacional da Ajuda⁷³.

Para o ano de 1814 há, então, 2 registros de pagamentos para publicações de romances, quais sejam, *Historia da donzella Theodora* e *Historia da Magalona*, situação que destoa da que pudemos verificar a partir da coleta dos anúncios da *Gazeta de Lisboa*, que totalizam 8 ofertas de romances nesse ano. O mesmo pode-se dizer com base no “Catálogo de livros da loja de Francisco Xavier de Carvalho”⁷⁴, do mesmo ano, no qual foram anunciados 21 romances. No início desse catálogo há uma advertência em que se explica que os livros provenientes da Imprensa Régia estariam marcados com “IR”. Da lista de títulos de romances coletados nesse catálogo, nenhum vinha com essa marca, mas os 21 romances constantes demonstram que a circulação do gênero nesse ano não foi afetada pela falta de produções da casa impressora oficial.

Em compensação, em 1815, o livreiro João Nunes Esteves investiu bastante em seu catálogo de romances, pagando pela impressão de *A caixinha*, *Amigos rivaes*, *Contos Moraes*, *Adelaida*, *Sofia* e *A pastora dos Alpes*⁷⁵. Além dos investimentos do livreiro, outros bolsos colaboraram para o aumento de romances em circulação nesse ano, como os do Major Luiz Jozé Lobo, que custeou a publicação do quarto tomo de *Celestina*⁷⁶; os de João Henriques, responsável pela edição de 1.000 exemplares de *Metusko ou os Polacos*⁷⁷ e de igual quantia de *Homem, ou os limites da razão*; os de Antonio Joaquim de Carvalho,

72 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º9 (1810-1814). Fundo 031 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 482, Série contabilidade. f. 205, 221, 238, 241 e 248.

73 Cota: 154-IV-6.

74 Cf. “Catalogo dos livros da Imprensa Regia, e de outros muitos de sortimento, que se vendem na loja de Francisco Xavier de Carvalho, abaixo da Igreja dos Martyres em Lisboa. Na Imprensa Regia. Anno 1814. Com licença”.

75 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º10 (1814-1818). Fundo 033 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 483, Série contabilidade. f. 82, 90, 97, 111, 119 e 124. [Com exceção de *Contos Moraes*, dos quais foram feitas 500 reproduções, as tiragens desses romances foram de 1.000 exemplares]

76 Idem, f. 62.

77 Idem, f. 91.

que solicitou 500 cópias de *As vendedeiras de amor*; e os de Roberto Jozé, que financiou os gastos para que 350 exemplares de *O crime mais horroroso* fossem publicados⁷⁸.

Também muito ricas em informações sobre os romances da Impressão Régia de Lisboa são as folhas destinadas ao ano de 1816. Nesse ano, João Nunes Esteves reaparece para solicitar a impressão de *Combate das paixões*, novamente da *História da Magalona* e da *Historia da donzella Theodora*, da *Historia de Carlos Magno*, de *Acasos da Fortuna*, de *Florinda* e de *Heroismo de Amor*, assim como o Major Luiz Jozé Lobo, para a de *Novella o avarento*⁷⁹. Outros livreiros, como Joaquim Manuel do Nascimento e, após sua morte, a viúva Nascimento, arcaram com os gastos relativos à publicação de 500 exemplares dos tomos 3 e 4 de *Tom Jones*⁸⁰. Além disso, constam os nomes de Roberto Jozé, para 350 impressões da *Historia de Elmano e Marília*; de João Henriquez, para 1.000 da *Novella O padre Jorge*; de Manoel Dias dos Santos, para 1.000 do *Conto da Bela e da Fera* e de Elias Antonio da Fonseca, para 1.000 da *Novella Dorothea*⁸¹.

Os anos de 1815 e 1816, assim, foram muito produtivos no que concerne à impressão de romances, o que pode ser visualizado na tabela I, nos Anexos desta tese, na qual se verifica uma soma de 25 romances publicados nesses anos. Boa parte dessa produção foi anunciada nos mesmos anos na *Gazeta do Rio de Janeiro* e Alfredo do Valle Cabral, considerando-a como vinda dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro, acabou por sugerir nesse período um pico de publicação de romances, que, na verdade, eram majoritariamente importados.

Inegavelmente, João Nunes Esteves, livreiro em Lisboa, foi o maior responsável pelo aumento da produção romanesca da Impressão Régia portuguesa, prosseguindo, no ano de 1817, com as solicitações dos seguintes títulos: *Historia da Imperatriz Porcina*, 2.000 exemplares; *Novella da Bella e da Fera*; *Irmans Rivaes*; e *Simplicidades de Bertholdinho*, todos em 1.000 cópias, além de um segundo tomo de *Heroismo de amor*, 1.000

78 Idem, f. 62-115.

79 Idem, f. 152, 134, 149, 175, 183, 184, 201 e 149. Tiragens: 1.000, 2.000, 2.000, 2.000, 1.000, 1.000, 1.000 e 500 exemplares.

80 Idem, f. 167, 180, 186, 193 e 195.

81 Idem, f. 137, 137, 176 e 202.

exemplares⁸². Outras pessoas também fizeram requerimentos de impressão de romances nesse ano, como D. Leonor Correia, para *Arcamband e Batilde*; Antonio Maria Fortado, para *Amantes Verdadeiros*; Francisco Joze, para *Felicio e Paulina*; Manoel dos Santos, para *O crime mais horroroso*; Antonio Innocencio Barbuda para *A filha de dois pais*; Elias Antonio da Fonseca, para *Jaquelina* e Pedro Bonnardel, para *Novella Portuguesa da Lindoro e Palmira*⁸³.

O ano de 1818 foi, da mesma forma, um ano produtivo para os leitores que apreciavam romances, graças aos pedidos de publicação de *Guilherme, ou a epoca encontrada* e *Sofia, ou o consorcio violentado*, por Elias Antonio da Fonseca; *A experiencia amorosa* e *Feliz arrependimento*, por Evaristo Jozé de Carvalho; *Zelia no deserto* e *Contos Moraes, ou o amor da patria*, por João Nunes Esteves; *Conto Oriental* folhetos 1 e 2, pela Viuva Nascimento e *Arrependimento premiado*, por João Henriques⁸⁴.

No seguinte ano, o número de impressões em prosa de ficção diminuiu consideravelmente, sendo apenas três os títulos publicados: *Carta de Heloyza a Abelard*, em 1.500 cópias, por solicitação de Pedro Bonnardel; *Os votos temerários*, 500 exemplares, por requisição de D. Leonor Correia de Sá e *Collecção de Novellas*, em 500 reproduções, a pedido de Victorino Roiz⁸⁵. Outra vez, se apresenta uma situação diversa daquela expressa no catálogo do livreiro Francisco Xavier de Carvalho, no qual, considerando os títulos repetidos, que já haviam sido anunciados em catálogos de anos anteriores e somando-se aos que apareceram pela primeira vez em 1819, calculamos um total de 53 romances anunciados, que revelam uma grande demanda por livros do gênero⁸⁶.

82 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º10 (1814-1818). Fundo 033 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 483, Série contabilidade. f. 250, 258, 284 e 245.

83 Idem. f. 220, 234, 237, 276, 283, 223 e 269. Tiragens: 500, 500, 200, 1.000, 500, 1.000 e 500 exemplares.

84 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º11 (1818-1821). Fundo 033 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 484, Série contabilidade. f. 1, 12, 10, 21, 19, 37, 36, 56 e 19. Tiragens: 100, 1.000, 500, 500, 1.000, 1.000, 1.000 e 1.000 exemplares.

85 Idem. f. 113, 120 e 137.

86 Cf. “Catalogo dos livros da Impressão Regia, e de muitos outros de sortimento, que se vendem na Loja de Francisco Xavier de Carvalho, em Lisboa, ao Chiado, defronte da rua de S. Francisco, N.º 2. Lisboa: Na Impressão Regia. Anno 1819. Com licença.”

Já em 1820, os romances retornam ao prelo, por iniciativa de Jorge Rey, com *Atala ou os amantes no deserto*; de Francisco Jozé Alves, com *Arnida ou os triunfos da virtude*; de João Nunes Esteves, com *Historia de Carlos Magno e Acafos da Fortuna*; e de Francisco Xavier de Carvalho, com *Celestina*⁸⁷. Quadro que se arrefece em 1821, em que somente *Cartas familiares* foi impresso, com os recursos de João Nunes Esteves⁸⁸.

Finalmente, em 1822, deu-se uma nova impressão de um romance que parece ter feito muito sucesso em Portugal, pela quantidade de edições que foram registradas, *Celestina*, que foi publicado em 500 cópias, sob a responsabilidade de Francisco Xavier de Carvalho⁸⁹.

De um modo geral, os solicitantes dessas impressões são livreiros estabelecidos em Lisboa, como João Nunes Esteves, Viuva Bertrand e filho, Joaquim Manuel do Nascimento e, posteriormente, a viúva Nascimento e seus filhos. No entanto, há casos distintos, como os de Theodoro José Biancardi, autor de *Cartas Americanas* (1809) e de José Pedro de Souza Azevedo, tradutor de *Historia de dois amantes, ou o Templo de Jatab* (1807)⁹⁰. Constan, ainda, nomes que supostamente não teriam relação com a impressão de livros do gênero, como José Vicente, “compositor da Cafa”, e Major Luiz Jozé Lobo, este último para dois romances: *Novella Celestina*, em 1815, e *Novella O avaro*, em 1816. Roberto Jozé e Manoel Dias dos Santos, cujas ocupações não sabemos, têm seus nomes escritos nos *Registos de Obras* por 2 e 3 vezes, respectivamente. Além disso, há duas solicitações feitas por uma mulher, D. Leonor Correia de Sá, que custeou a impressão de *Arcamband e Batilde*, em 1817, e de *Os votos temerários*, em 1819. Até o momento, não identificamos quem poderia ser D. Leonor, não citada em anúncios relativos ao comércio de livros, por exemplo. No entanto, desperta interesse o registro de uma solicitação feminina para impressão desses títulos. Seria Leonor Correia de Sá, com seu nome precedido de “D[ona]”, uma aristocrata interessada em ficção, uma autora, ou, mesmo, um pseudônimo

87 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º11 (1818-1821). Fundo 033 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 484, Série contabilidade. f. 161, 161, 170, 198 e 233. Tiragens de 1.000 exemplares, com exceção de *Celestina*, que foi impressa em 425 números.

88 Idem, f. 263. Tiragem: 500 exemplares.

89 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º12 (1821-1824). Fundo 034 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 485, Série contabilidade. f. 131. Tiragem: 500 exemplares.

90 Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol XIII, p. 374.

de um autor? De qualquer forma, todas essas pessoas, assumindo o papel de editores, devem ter se interessado principalmente nos lucros dessa atividade promissora, que contava com um público consumidor garantido.

Exceção feita aos livreiros, pouco sabemos informar sobre os nomes constantes como solicitantes das impressões, mas foi possível verificar, por exemplo, alguns dados sobre Elias Antonio da Fonseca, que tem seu nome em quatro registros. Segundo Innocencio Francisco da Silva, trata-se de um mestre de primeiras letras, que se utilizava do pseudônimo “Eliano Aonio” em suas composições, dentre as quais destaca *Versos de Eliano Aonio* (1806) e as “novellas” *Dorothea* (1816) e *Jaquelina* (1817), publicadas pela Impressão Régia. A opinião do autor sobre Elias Antonio da Fonseca não é das melhores, mas reitera o caráter financeiro da impressão de livros no período: “O seu merecimento, considerado litteralmente, é inferior á mediocridade. Estou bem persuadido de que o auctor jámais aspirou a outra gloria, que não fosse a de tirar d'estas producções alguns minguados recursos, para tornar menos pesado o encargo da familia (...)”⁹¹.

No total, até 1800, 03 romances foram publicados nessa casa impressora e, entre 1800 e 1822, outros 71 títulos em prosa de ficção foram dados ao prelo pela mesma, além de outros 10 que alcançaram reedição. *Acasos da Fortuna*, por exemplo, teve sua impressão solicitada por três vezes nos anos de 1813, 1816 e 1820, pelo livreiro João Nunes Esteves, que também arcou com os custos de impressão e reimpressão de *Heroísmo do amor*, em 1816 e 1817; *Historia da donzella Theodora*, em 1814 e 1816; e *História de Carlos Magno*, em 1816 e 1820. Alguns casos chamam a atenção por terem sido registrados diferentes nomes de solicitantes para um mesmo título, como ocorre com *Celestina*, que foi impresso três vezes num período de sete anos, primeiro sob responsabilidade do Major Luiz Jozé Lobo, em 1815, e do livreiro Francisco Xavier de Carvalho, em 1820 e 1822. *A Bela e a Fera*, impresso em 1806 com a classificação de “conto” e, em 1817, como “novella”, também teve sua edição paga por diferentes solicitantes, Manuel Dias dos Santos e João Nunes Esteves, respectivamente. O primeiro foi apontado como devedor da publicação de *O crime mais horroroso*, em 1817, mas o mesmo título já havia saído à luz com os recursos de Roberto Jozé, em 1815. A *História da Magalona*, por sua vez, despertou interesse de impressão nos livreiros João Henriques, em 1814, e João Nunes Esteves, em 1816. E *Sofia*,

91

SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. II, p. 225.

ou o consorcio violentado, contou com o financiamento de João Nunes Esteves, em 1815 e de seu provável autor, Elias Antonio da Fonseca, em 1818.

Solicitadas pelos mesmos livreiros ou por iniciativa de diferentes responsáveis, essas reimpressões de narrativas escritas em poucas páginas apontam para uma dinamicidade do mercado livreiro lisboeta, ainda que considerando apenas os títulos publicados pela casa impressora oficial. Em curtos intervalos, reimprimiam-se pequenos romances que possivelmente já estivessem com suas edições esgotadas. Feitos, como vimos, em “2 folhas” e vendidos a preços módicos (*Celestina*, por exemplo, foi anunciada por 120 réis⁹²), essas histórias possivelmente contemplavam aspectos que agradavam o público leitor e obtiveram, dessa forma, sucesso editorial.

Do número total de registros, 53 foram feitos por solicitantes identificados como livreiros, sendo que 27 foram feitos sob responsabilidade de João Nunes Esteves. Joaquim Manoel Lopes do Nascimento e sua viúva ocupam o segundo lugar entre os comerciantes que mais requisitaram romances junto à Impressão Régia de Lisboa, somando 7 registros em seus nomes. João Henriques aparece em 5 solicitações, enquanto que Francisco Xavier de Carvalho e Pedro Bonnardel são citados em 2.

Os livros de contabilidade, então, apontam para um funcionamento intenso da Impressão Régia de Lisboa, cujo recorte estudado abordou somente os relativos à prosa de ficção. Tal funcionamento pode ser considerado parecido com o de uma outra tipografia qualquer, como tantas que na época havia em Lisboa, imprimindo a partir das encomendas, mediante pagamento adiantado, com o propósito único de gerar lucros para a casa, embora esta fosse oficial.

De acordo com Gonçalves Rodrigues, no mesmo período 20 oficinas tipográficas disponibilizaram seus prelos para imprimir prosa de ficção⁹³. Comparando-se o total de

92 *Gazeta de Lisboa*, 01/09/1817.

93 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.* [Gonçalves Rodrigues não informa todos os locais de impressão dos títulos que apresenta, mas podemos verificar, em ordem cronológica, os seguintes: Officina Simão Thaddeo Ferreira, Tipografia Rollandiana, Off. Antonio Rodrigues Galhardo, Off. da Academia Real das Ciências, Off. José Filipe, Off. Ferreyriana, Off. Pedro Ferreira, Off. Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, Off. João Rodrigues Neves, Off. Joaquim Tomaz de Aquino Bulhões, Typ. Lacerdina, Impressão de Alcobia, Real Imp. da Universidade de Coimbra, Imp. João Baptista, Off. Joaquim Rodrigues d’Andrade, Off. J. F. M. de Campos, Imp. Gaandra e Typ. Silviana. Além da própria Impressão Régia de Lisboa e da Impressão Régia do Rio de Janeiro]

impressões dessas oficinas com o da Impressão Régia de Lisboa, é possível ter uma idéia do papel da casa impressora oficial no cenário de produção e circulação de romances. De acordo com o levantamento do pesquisador português, as outras tipografias juntas imprimiram, entre os anos de 1800 e 1822, um somatório de 514 títulos do gênero, enquanto que a Impressão Régia de Lisboa publicou sozinha aproximadamente 16% dessa soma.

Nota-se, dessa forma, que uma boa porcentagem dos títulos em prosa de ficção que circulavam nas primeiras décadas do século XIX, em Portugal e também no Brasil, tinha origem na imprensa oficial lisboeta. O resultado final pode ser considerado de grande representatividade, considerando-se que se tratava de uma tipografia oficial, que, supostamente, não precisaria de recursos de terceiros para continuar suas atividades e não teria seus serviços voltados para a publicação de obras a partir de solicitações de pessoas não ligadas ao governo⁹⁴.

Uma última observação sobre o assunto pode ser feita em relação à produção de romances pela casa impressora oficial lisboeta nos anos de 1808 e seguintes. Como vimos, nesses anos, no máximo dois títulos foram publicados por ano, sendo que entre 1810 e 1811 nenhum romance saiu à luz. A impressão de romances foi retomada com maior fôlego somente a partir de 1815, com 11 publicações. A baixa produtividade na produção de narrativas ficcionais entre 1808 e 1814, possivelmente também estendida aos demais gêneros de livros, deve ter sido devida à mudança da Família Real para a América portuguesa, cujas conseqüências para a colônia veremos a seguir.

I. 4) Chegada da Família Real e fundação da Impressão Régia do Rio de Janeiro

Ao sentirem-se ameaçados pela invasão francesa, sob pressão de Napoleão Bonaparte, D. João e grande parte da Corte portuguesa embarcaram rumo ao Brasil, colocando em prática uma hipótese de transferência da Família Real, levantada como alternativa de

94 Há que se lembrar, ainda, que os pedidos de solicitação de impressões para o período estudado, de particulares ou de funcionários da própria casa, ocupam quase 7 livros, com 300 páginas cada, em média.

escape às dificuldades internas e às guerras desde o século XVI⁹⁵. A comitiva que acompanhou a Família Real, com os membros do governo de diferentes escalões, trouxe grande parte dos seus pertences, inclusive papéis da máquina administrativa portuguesa, que passaria a exercer a gerência a partir da colônia. Após uma passagem pela Bahia, onde se decretou a abertura de seus portos⁹⁶, a Corte seguiu para o Rio de Janeiro e lá se instalou em 7 de março de 1808.

D. Antônio Araújo de Azevedo, então responsável pela pasta da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para exercer sua função em Portugal havia encomendado na Inglaterra prelos e demais acessórios de uma tipografia completa, que trouxe, encaixotados na Nau Medusa, para o Brasil⁹⁷. Antônio Araújo de Azevedo instalou os tais prelos no pavimento inferior de uma casa à Rua do Passeio, nº 44, casa esta que compraria em 1810⁹⁸. D. João, entretanto, destituiu D. Antônio de seu cargo, nomeando D. Rodrigo de Souza Coutinho como novo responsável pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra⁹⁹. D. Rodrigo, tido na época como um homem culto e adepto de uma política de aproximação com a Inglaterra, também detinha, como vimos no capítulo I.2, a experiência de ter participado do estabelecimento tipográfico instalado no bairro lisbonense do Arco do Cego, intitulado *Tipografia calcográfica, tipoplástica e literária do Arco do Cego*.

A presença de D. João e de sua Corte na América portuguesa exigia uma série de atos do reinado, a fim de legalizar as mudanças nas repartições do real serviço, que prosseguiriam suas atividades na sede do vice-rei. Tais atos incluíam todas as nomeações, divisões de cargos e criação de secretarias e demais órgãos da hierarquia administrativa. De acordo com Lilia Schwarcz, “muitos desses cargos foram criados apenas para atender

95 Cf. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *Administração Joanina no Brasil (1808-1821): o processo de criação de um Estado independente*. Texto disponível no endereço: <www.fafich.ufmg.br/pae>, consultado em 20 abril de 2007.

96 Cf. CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 12.

97 Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz., 2002. *Op. cit.* p. 249.

98 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 13.

99 D. João teria preterido D. Antonio para o cargo, possivelmente por causa de erros deste nas negociações entre os governos francês e português. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* p. 245.

àqueles que vieram com o regente e reclamavam sua subsistência”¹⁰⁰.

Era preciso, então, publicar esses atos que se acumulavam desde a chegada da Corte e, assim, tão logo tomaram conhecimento de que D. Antônio havia trazido equipamentos de impressão para o Brasil, foram estes colocados em funcionamento¹⁰¹. Subordinada à Secretaria que os detinha, foi criada a Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808 e, aproveitando a data de aniversário do Príncipe Regente para homenageá-lo, a Imprensa Régia publicou a

RELAÇÃO DOS DESPACHOS PUBLICADOS NA CORTE PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS E DE GUERRA NO FAUSTÍSSIMO DIA DOS ANOS DE SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR.E DE TODOS OS MAIS QUE SE TEM EXPEDIDO PELA MESMA SECRETARIA DESDE A FELIZ CHEGADA DE SUA ALTEZA REAL AOS ESTADOS DO BRASIL ATÉ O DITO DIA. NO FIM: RIO DE JANEIRO EM 13 DE MAIO DE 1808. NA IMPRESSÃO RÉGIA.¹⁰²

Trata-se, na verdade, de uma relação avulsa, listando os despachos assinados e remetidos aos devidos órgãos públicos do reino, documento que, em outras circunstâncias, não teria muita importância. Na mesma data, D. João assinou um Decreto legalizando o uso dos prelos da recém criada Imprensa Régia:

Tendo-Me constado, que os Prélos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que há da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario do Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim estendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instruções, e Ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito. Com Rubrica do Príncipe Regente N.S.¹⁰³

100 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* p. 246.

101 Cf. MORAES, Rubens Borba de., 1979. *Op. cit.*, p. 99-100.

102 Idem. *Ibidem*.

103 O texto do Decreto pode ser acessado em:

<http://www.iel.unicamp.br/memoria/base_temporal/Historia/index.htm>.

O documento permitia, além dos serviços do reino, a impressão de outras obras quaisquer, desde que os interessados em publicá-las pudessem pagar por isso e obtivessem a autorização da censura. Para a administração da Imprensa Régia, foi nomeada uma Junta Diretora, em 24 de junho de 1808¹⁰⁴, composta pelos deputados José Bernardes de Castro¹⁰⁵; José Mariano Pereira da Fonseca¹⁰⁶ e José da Silva Lisboa¹⁰⁷.

O Decreto sem número de 24 de junho de 1808¹⁰⁸, que “manda[va] estabelecer a Junta de Direção da Imprensa Régia e lhe dá[va] regimento provisório”, além de nomear os três deputados para a Junta de Direção, estabelecia suas funções, resumidamente apresentadas no próprio texto:

(...) organizar interinamente a Imprensa Regia, tanto no que toca ao economico do mesmo estabelecimento, como à ordem que se deve seguir na publicação das obras que hão de sahir dos prélos da mesma Imprensa Regia

E mais especificadas no regimento que o acompanhava, como por exemplo:

A Direcção fará logo proceder ao exame de tudo o que é necessario empregar na mesma officina, e fará proceder ao estabelecimento das folhas por onde devem ser pagos todas as semanas os que alli trabalharem, regulando-se a quantidade dos empregados, segundo os trabalhos de que a mesma Officina Regia se houver encarregado.

Além das funções administrativas, a Direção deveria analisar os manuscritos enviados para serem lá impressos, com a função de “examinar” e “vigiar” tudo o que fosse mandado publicar e impedir a impressão de escritos que contrariassem moral ou politicamente os bons costumes.

104 Sobre a criação da Junta Diretora da Imprensa Régia do Rio de Janeiro e seu funcionamento, ver também NEVES, Lúcia Bastos P. das. & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C., “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil” in *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 4 (1), 113-119, 1989.

105 José Bernardes de Castro, natural de Portugal, Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. [Para informações sobre os diretores nomeados, conferir, entre outras fontes: CABRAL, Alfredo do Valle., 1998, *Op. cit.* p. 13-34.]

106 José Mariano Pereira Fonseca (1773-1848), natural do Rio de Janeiro, futuro Marquês de Maricá.

107 José da Silva Lisboa (1756-1835), depois Visconde de Cayrú, natural da Bahia.

108 Todos os textos dos decretos referentes à Imprensa Régia do Rio de Janeiro foram encontrados em *Collecção das Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Vol 1, 1808-1809. Disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O mesmo Decreto [de 24 de junho de 1808] fornece alguns indícios, mas também algumas dúvidas, sobre o processo de solicitação de impressão das obras, uma vez que, no texto, não fica claro a quem competia o dispêndio dos gastos da impressão, nem como o solicitante (autor, tradutor ou editor) era recompensado:

A mesma Direcção procederá a um calculo, a quanto podem montar as despezas da impressão de quaesquer escriptos e obras, segundo a letra, formato e qualidade do papel, ajustando o pagamento por empreitada, se assim parecer mais economico e o quanto racionavelmente se possa vender nas circunstancias do tempo, logar e qualidade da obra, fazendo-se publico recenceamento respectivo, afim de que os que intentarem imprimir por sua conta fiquem entendidos e não desanimem de dar à luz as obras que quizerem, devendo-se ter em vista sobretudo a facilidade da instrucção publica, como um dos principaes destinos da criação da Direcção. A Direcção não deve taxar o preço das obras impressas por conta de seus donos.

A Direcção determinará o numero de exemplares que se devem dar aos autores, tradutores, ou seus legitimos herdeiros e cessionarios, que offerecerem gratuitamente manuscritos para a Impressão Regia.

Poderão porém estes reimprimir por sua conta, senão passados dez annos, as mesmas obras, sendo-lhes livre imprimir na mesma impressão por sua conta, notas e addendos em separado.
[grifo nosso]

Não sabemos se todas as pessoas que desejassem imprimir alguma obra deveriam pagar para tal, mas, ao que parece, o valor a pagar seria de conhecimento público. É possível deduzir que havia dois diferentes processos: no primeiro, o solicitante poderia conceder gratuitamente seu manuscrito e solicitar que a Impressão Régia arcasse com os custos de produção, recebendo, em troca, apenas alguns exemplares e podendo, se necessário, imprimir posteriormente adendos à mesma obra, com pagamento à parte; ou, num segundo processo, poderia pagar pela impressão um valor estipulado pela casa impressora, de acordo com a qualidade da obra e teria o direito de comercializar toda a produção com um preço sugerido pela Impressão Régia.

Não há dúvidas, no entanto, de que, em ambos os casos, o solicitante deveria enviar, junto à obra, um requerimento por escrito e aguardar a análise da obra, por parte da Junta de Direcção ou, se necessário, por parte de “pessoas de profissão competente”, como mostra o texto a seguir, do mesmo decreto:

Deve-se fazer publico que todos os que quizerem imprimir papeis e obras, as devem levar à Casa da Impressão, fazendo requerimento à Direcção por escripto, para com seu despacho se mandar imprimir.

Sendo os papeis e obras de natureza que impliquem com objectos de religião, legislação e politica, os Directores ficam autorizados para, quando julgarem preciso, mandal-as rever por pessoas da profissão competente, dirigindo-lhes para esse effeito o officio em nome de Sua Alteza Real e exigindo o seu juizo e approvação por escripto, à vista da qual se mandarão

imprimir com as correcções necessarias, precedendo licença desta Secretaria de Estado [dos Negócios Estrangeiros e da Guerra].

Os livros e documentos mandados para serem impressos por parte ou interesse do Reino, por sua vez, percorriam um caminho diferente, uma vez que não passavam por análises e possíveis censuras:

Para José Bernardes de Castro

O Príncipe Regente Nosso Senhor he servido que V. Mce. Mande imprimir três mil Exemplares de Conhecimentos da Décima na forma da Minuta inclusa = Deos guarde a V. Mce. Paço em 3 de novembro de 1808. = D. Fernando Jozé de Portugal.¹⁰⁹

Assim, os pedidos de impressão enviados pelo governo eram publicados com a seguinte indicação no rodapé da página de rosto: “Por ordem de Sua Alteza Real”, “Por Ordem de Sua Majestade” ou “Por Ordem Superior”. Já as que tinham sido enviadas pelos autores e conseguiam passar pela censura, recebiam as indicações: “Com Licença do S.A.R.”, “Com Licença”, “Com licença da Mesa do Desembargo do Paço”, etc¹¹⁰.

Para o controle dos impressos, os diretores da Junta contavam ainda com o auxílio dos censores régios, nomeados pelo Decreto de 27 de Setembro de 1808, todos eles já detentores de cargos de confiança de D. João, como se pode notar na reprodução do texto a seguir:

Attendendo à proposta que a Mesa do Desembargo do Paço me fez em consulta de 12 do corrente mez, hei por bem approvar e nomear para Censores Regios os seguintes para executarem o seu Ministério sem outro título que deste Decreto que se expedirá a cada um delles por Provisão da Mesa que passará pela Chancellaria sem direitos novos ou velhos o Padre Mestre Frei Antonio da Arrabida, Confessor do Príncipe da Beira meu muito amado e prezado filho; o Padre Mestre João Manzoni, Confessor da Infanta D. Marianna, minha muito amada e prezada tia; Luiz José de Carvalho e Mello, do meu Conselho e Corregedor do Crime da Côrte e Casa, e José da Silva Lisboa, Deputado da Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste Estado do Brazil. Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Setembro de 1808.
Com Rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor. [grifo nosso]

A responsabilidade da censura, no entanto, não ficou por muito tempo a cargo da administração da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pois, ainda em 1808, a Mesa do

109 *Registro de Avisos e Offícios*. Livro 1 da Corte – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, notação IJJ 1 155. Série Interior Gabinete do Ministro. A6/Codes. p.144v. [Como consultamos os livros de *Registro de Avisos e Offícios*, não tivemos acesso à “Minuta inclusa” que o texto citado menciona. As consultas aos *Avisos e Offícios* originais, também disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, se mostraram insuficientes, uma vez que somente uma pequena parte deles foi preservada.]

110 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 9.

Desembargo do Paço requereu para si as funções atribuídas à Junta Diretória no que diz respeito ao exame dos manuscritos enviados para publicação e ao controle de quais deles seriam impressos, e conseguiu¹¹¹.

Durante os anos de funcionamento da Impressão Régia aos quais nos restringimos, menos de duas décadas, a primeira casa impressora permanente do Brasil publicou títulos os mais heterogêneos, começando por imprimir a divulgação dos atos oficiais e disposições legais, tais como decretos, portarias e contratos. Com o tempo, segundo Camargo e Moraes, imprimiu 1.429 livros de interesses culturais diversos¹¹², impulsionada num primeiro momento pela construção de estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro, como, por exemplo, a Real Academia dos Guardas-Marinha (1808), A Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808), a Academia de Artilharia e Fortificações (1810) e a Real Academia Militar (1811), instaladas pelo Príncipe Regente e que, para cumprir seus currículos, careciam de livros de “ciências matemáticas, físicas, química, história natural, técnicas de guerra e fortificações de defesas”¹¹³. Além de materiais para essas disciplinas, foram também publicados livros de geometria, medicina, direito e higiene e saúde pública¹¹⁴, uma vez que o Príncipe Regente incentivava, em caráter pragmático, as pesquisas científicas¹¹⁵. Posteriormente, passou a publicar almanaques, calendários eclesiásticos e cartas de jogar. Foi ainda significativa a impressão de “brochuras, folhetos, opúsculos, sermões, prospectos, obras científicas, literárias, traduções de textos franceses e ingleses versando sobre agricultura, comércio, ciências naturais, matemática, história, economia, política, filosofia, teatro, romance, oratória sacra, poesia, literatura infantil. [...]”¹¹⁶.

Em 10 de setembro de 1808, a Impressão Régia publicou o primeiro periódico

111 Cf. NEVES, Lúcia Bastos P. das. & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C., 1989. *Op. cit.*; NEVES, Lúcia Bastos P. das., 2002. *Op. cit.*; VILLALTA, Luiz Carlos., 2002. *Op. cit.*

112 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Dos Annaes da Imprensa Nacional à Bibliografia da Impressão Régia” in CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Impressão Régia*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993. Vol. 1.

113 SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 256.

114 Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.*

115 Cf. VILLALTA, Luiz. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” in SOUZA Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol I. Rio de Janeiro: Cia das Letras. p. 349.

116 SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 256.

impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. No ano seguinte, o volume de trabalho fez com que fosse necessário instalar outro prelo nas Oficinas da Impressão Régia, desta vez de madeira e já construído no Rio de Janeiro¹¹⁷. Para perpetuar a instalação do novo prelo, foi impressa a seguinte inscrição:

À
IMORTALIDADE
DO REAL E SEMPRE AUGUSTO
NOME
DO PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR
É DEDICADA
A
ESTRÉIA
DO PRIMEIRO PRELO CONSTRUÍDO NA AMÉRICA DO SUL
NO
RIO DE JANEIRO
NO ANO DE M.DCCC.IX¹¹⁸.

Com o intuito de melhorar seu faturamento, o Príncipe Regente instituiu o Decreto de 31 de Outubro de 1811, que “Manda[va] incorporar à Impressão Regia desta cidade o fabrico e a venda das cartas de jogar”.

No ano de 1815, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, a Impressão Régia do Rio de Janeiro recebeu uma nova administração, com uma segunda Junta Diretora formada pelos três diretores que já nela atuavam e por um quarto, Silvestre Pinheiro Ferreira¹¹⁹. Esta Junta governou até 1830 e decidiu renomear a Impressão Régia, agora chamada Régia Officina Typographica. Posteriormente, em 1818, quando D. João fora aclamado rei, este nome foi substituído por Tipographia Real. No ano de 1821, o estabelecimento passou a se chamar Typographia Nacional, nome que perdurou até 1826, quando se tornou a Typographia Nacional e Imperial¹²⁰. Tantas mudanças de

117 SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 250.

118 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 15.

119 Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), natural de Lisboa. Cf. CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 46.

120 “A Impressão Régia conservou esse título por poucos annos, sendo denominada em documentos officiaes, Regia Typographia, Real Officina Typographica, Regia Officina Typographica, Imprensa Regia, Imprensa Nacional, Typographia Nacional, e , de novo, Imprensa Nacional.” BELLO, *Oliveira. Imprensa Nacional (officina official) 1808-1908: apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.p. 20. Conferir ainda CABRAL,

nome não nos impedem de continuar tratando a primeira casa impressora permanente por “Impressão Régia”, uma vez que os próprios Registros oficiais da época persistem na primeira denominação

Para o Presidente da Junta Directoria da
Real Officina Typographica e Fabrica das
Cartas de Jogar

O principe Regente Meu Senhor He servido, que na Impressão Regia se imprima á custa do seu author o Manuscrito que incluso se remette, da Obra intitulada Corographia Brazilica = O que V. Mce. fará presente na Junta Directoria da Regia Officina Typographica, e Fabrica das Cartas de Jogar para que assim se execute = Deos Guarde a V. Mce. Paço em 12 de Setembro de 1815 = Marquez de Aguiar.¹²¹

Após alguns anos de funcionamento, a Impressão Régia do Rio de Janeiro já havia aumentado em muito a quantidade de trabalhos por ela publicados e fazia-se necessária uma nova instalação para seu funcionamento, uma vez que o edifício onde se situava não conseguia mais abrigá-la. Assim confirma o aviso seguinte:

Para o Presidente da Junta Directoria da
Real Officina Typographica e Fabrica das
Cartas de Jogar

O Principe Regente Meu Senhor a quem foi presente o Officio de 14 do corrente da Junta Directoria da Real Officina Typographica, e Fabrica das Cartas de Jogar, que representa a necessidade de se mudarem as Officinas da Typographia, e das Cartas de Jogar do Edificio em que atualmente se achaõ por não ter aí proporções precisas para estes estabelecimentos, lembrando as Casas, que estaõ devolutas, em que morou o Enviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britanica, he servido, que a Junta mande fazer as convenientes averiguações para se conhecer se as Listas Casas offerecem ás accommodações necessarias para nelas se estabelecerem as suas Officinas, e informe o que achar para o Mesmo Senhor resolver o que for devido. O que V. Mce. fará presente na referida Junta, para que assim se execute = Deos Guarde a V. Mce. Paço em 17 de Junho de 1815= Marquez de Aguiar. [grifo nosso]¹²²

No Rio de Janeiro, o monopólio da Impressão Régia perdurou até o ano de 1821 e, a partir de então, outras tipografias foram instaladas na cidade, algumas com maior êxito. A circulação de livros foi significativa no período de atuação da casa impressora oficial da América portuguesa, contando com periódicos, como importantes veículos de divulgação dos títulos disponíveis.

Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 15-26; HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* p. 44; e SCHWARCZ, Lilia Moritz., 2002. *Op. cit.*, p.249.

121 **Registro de Avisos e Offícios.** Livro 8 da Corte – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, notação IJJ 1 181.Série Interior Gabinete do Ministro. A6/Codes. f. 95v.

122 Idem. f. 44.

Rubens Borba de Moraes, na introdução à sua *Bibliografia da Impressão Régia*, comentou como digno de nota o fato de nossa primeira tipografia oficial ter disponibilizado seus prelos para a publicação de romances.

No começo do século XIX a moda de ler romances atinge Portugal. Aparecem traduções e adaptações de novelas célebres, geralmente francesas. São publicações, quase sempre, sem o nome do autor, porém com títulos sugestivos de maneira a tentar o provável leitor e principalmente as leitoras. (...) Com a vinda da Corte e a mudança para o Rio de quase toda a nobreza e a burguesia rica de Lisboa, a moda de ler romances pegou na nova capital. A Impressão Régia publicou mais de vinte entre os anos de 1810 e 1818. É considerável e demonstrativo.¹²³ [grifo nosso]

Ao contrário do que diz Rubens Borba de Moraes, a “moda de ler romances” teve início já no século XVIII. Até mesmo os habitantes da América portuguesa, embora tivessem que se utilizar da importação, pela falta de imprensa no período, tinham acesso aos livros do gênero romance antes da chegada da Corte. Assim demonstram os estudos dos documentos de importação e pedidos de licença para correr, analisados por Márcia Abreu, a partir dos quais é possível afirmar que o romance seria, também no Rio de Janeiro, uma das leituras preferidas, desde o século XVIII:

Basta ver que o livro de Fénelon [*As Aventuras de Telêmaco*] era *best seller* indiscutível na cidade, desde 1769, ao menos. Outros entravam e saíam da preferência dos leitores, sem abalar, entretanto, a supremacia do gênero: no primeiro período [1769 a 1807], 55% das obras que compõem a lista das preferidas são romances; no segundo período [1808 a 1826], considerados os envios controlados pela censura portuguesa, os romances passam a ser responsáveis por 58% dos mais solicitados. (...) Não há como negar, portanto, a ampla difusão da leitura de romances no final do século XVIII e início do XIX, tendência reconhecida nos países europeus e, como se vê, também forte no Brasil.¹²⁴

Certamente, com a chegada da Corte e com o incremento do número de livreiros no Brasil, a oferta e a circulação de romances aumentaram, contando, a partir de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro* como veículo de anúncio. Nesse periódico, os livreiros ofereciam títulos para venda, com diferentes estratégias para chamar a atenção dos consumidores, como veremos a seguir.

123 MORAES, Rubens Borba de. "A Impressão Régia do Rio de Janeiro: Origens e Produção" in CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.* Vol. I. p. XXIX.

124 ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. p. 131.

I.5) “Extra, extra”: romances em anúncios de jornais

A. *Gazeta do Rio de Janeiro* e outros periódicos luso-brasileiros

Em 10 de setembro de 1808, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou o número 1 da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹²⁵. O primeiro periódico impresso no Brasil seguia os padrões de tamanho e formato dos jornais europeus e tinha como funções principais divulgar os atos oficiais, noticiar acontecimentos estrangeiros e locais, bem como publicar elogios e reverências à Família Real¹²⁶. Na folha de rosto, logo abaixo do nome do jornal, vinha uma inscrição em Latim: “Doctrina... vim promovet insitam, Rectique cultas pectora roborant. Horat” (Ode III; Liv. IV) [A doutrina promove a força inata e os cultos corretos fortalecem os peitos¹²⁷]. Publicada entre os anos de 1808 e 1822, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve como diretores Frei Tibúrcio José da Rocha, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e Cônego Francisco Vieira Goulart.¹²⁸

De poucas páginas, entre quatro e oito em média, a *Gazeta* foi idealizada, inicialmente, como semanal. A demanda, possivelmente, tenha requerido um segundo número durante a semana, nas quartas-feiras, como justifica o aumento do valor da subscrição: “Avisa-se o Publico, que a Gazeta do Rio de Janeiro sahira todas as quartas, e Sabados; em consequência os Assinantes deverão assistir com o dobro da primeira assinatura”. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 17/09/1808)

O periódico dispunha de um quadro de avisos, no final da publicação, logo depois de “Notícias Marítimas” (de entradas e saídas de embarcações), que era utilizado tanto pelos próprios editores para anunciar, por exemplo, futuras publicações extraordinárias, como por

125 *Gazeta do Rio de Janeiro*. Microfilme. MEC - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil – Serviço de Reprografia. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp). Limitamo-nos às indicações das datas de publicação dos anúncios que adiante transcreveremos.

126 Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* p. 252.

127 Idem. *Ibidem*.

128 Cf. SEMERARO, Cláudia Marina (org.) *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo, SP: Museu de Arte de São Paulo/ Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.

comerciantes e mesmo assinantes. O quadro de avisos era, na maioria das vezes, encerrado com informações sobre o serviço de Correio ou com indicações de erratas. O periódico trazia na última página o local de impressão e o ano.

Os anúncios de venda de livros vinham neste quadro de avisos, dividindo espaço com resultados de jogos de loteria e ofertas de produtos e serviços diversos, desde tecidos a carruagens, de aluguéis e venda de imóveis a leilões, de apresentações teatrais a professores e empregados oferecendo seus prestativos serviços, de venda a busca de escravos. Não encontramos nenhuma informação sobre o valor dos anúncios nos primeiros anos de publicação, porém, a partir do ano de 1817, é possível afirmar que uma certa quantia era cobrada, com base no texto seguinte, retirado do quadro de avisos:

Adverte-se ao público que os annuncios, que houverem de pôr na gazeta do 1^o de Julho em diante, deverão pagar duzentos réis por cada linha da mesma Gazeta (assim como se pratica nas outras Portuguezas); e porque não se pode avaliar exactamente de antemão o numero de linhas, que o mesmo annuncio póde render, aquelles que na occasião da entrega do manuscrito derem mais do seu importe, poderão depois de publicado na Gazeta, haver na loja o excesso que lhes competir; assim como serão obrigados as faltas os que derem de menos. Igualmente se affiança a possivel brevidade nos mesmos annuncios. (28/06/1817) [grifo nosso]

O tamanho de um anúncio no quadro de avisos poderia variar bastante e preencher de 1 a 6 linhas, considerando que o quadro não era dividido em colunas¹²⁹. Assim, podemos considerar o preço de um anúncio oscilando entre 200 a 1200 réis, quantia esta última que na época seria suficiente para a compra de duas garrafas de aguardente de anis, a 560 réis cada¹³⁰. O fato é que, independentemente do valor cobrado, e, mesmo tendo todos de passar, de acordo com Valle Cabral, pela “aprovação do Oficial-Maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra”¹³¹, muitos e diversificados foram os anúncios impressos nesse periódico.

Segundo as informações do quadro de avisos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era comercializada tanto em números avulsos, a 80 réis cada, como pelo sistema de assinatura semestral, com pagamento antecipado de 1.900 réis, exclusivamente na “Caza” de comércio

129 A partir do número 53, a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou a ser editada com duas colunas, o que não interferiu no formato original do quadro de avisos.

130 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)” in *Revista de História*, XLVI (94), 441-457, 1973. p. 451.

131 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p.16.

de Paulo Martin Filho, livreiro que chegara ao Rio de Janeiro com 20 anos de idade, em 1799, enviado pelo pai, Paulo Martin, comerciante francês com uma loja já estabelecida em Lisboa. Juntamente com Francisco Rolland, filho de um conhecido livreiro francês, Paulo Martin Filho sofreu críticas e oposições dos livreiros portugueses “que através dos Juízes do Ofício de Livreiro, chegaram a solicitar à Junta de Comércio que impedissem a sua vinda”,¹³².

Embora Paulo Martin filho não figurasse como participante do sistema administrativo, ou ocupante de qualquer outro cargo, tanto na Imprensa Régia, como na direção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, podemos afirmar que garantiu para si o privilégio de distribuidor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro*, como vemos no seguinte anúncio, retirado do primeiro número da *Gazeta*, no qual aparece como responsável exclusivo pela comercialização do periódico e pela administração das assinaturas:

Faz-se saber ao Público: Que a *Gazeta do Rio de Janeiro* deve sahir todos os Sábados pela manhã: Que se vende nesta Corte em Casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 rs.: Que as Pessoas, que quizerem ser Assignantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Casa, pagando logo os seis primeiros mezes a 1:900 rs.; e se lhes serão remetidas as folhas a suas cazas no Sábado pela manhã: Que na mesma *Gazeta* se porão quaesquer anúncios que se queirão fazer; devendo este estar na 4^a. feira no fim da tarde na Imprensa Régia (10/09/1808)¹³³. [grifo nosso]

A maioria dos romances anunciados também era vendida na loja de Paulo Martin Filho. Não podemos afirmar com certeza se Paulo Martin Filho era o responsável pela publicação dos romances, mas, de fato, a impressão e o anúncio no Brasil de títulos de sucesso em Portugal poderiam representar uma venda certa e Paulo Martin Filho renovava seu estoque com as últimas novidades européias, possivelmente por meio das remessas de livros vindos da loja de seu pai, o livreiro que mais enviava livros para o Brasil a partir de 1796¹³⁴.

Sem dúvida, Paulo Martin Filho foi um dos principais livreiros no Brasil da época, mas o grande número de romances por ele anunciado e a exclusividade da venda da *Gazeta*

132 BRAGANÇA, Aníbal. “Uma introdução à história Editorial brasileira” in *Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias* Vol. XIV, 2002. p. 57-83. p. 70.

133 O texto foi publicado no primeiro número da *Gazeta*, em 10 de setembro de 1808. O valor do exemplar avulso variava conforme o tamanho do jornal, como nos aponta o anúncio: “A *Gazeta Ordinária de Sabbado* proximo, n. 70, conterà duas folhas, e por isso o seu preço he de 160 reis.” (29/08/1810)

134 Cf. ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 141.

do *Rio de Janeiro* não necessariamente seriam justificados pela carência de pontos comerciais, já que, de acordo com os anúncios, muitos eram os comerciantes que vendiam livros, além das pessoas que vendiam obras de segunda mão e das que vendiam outras mercadorias e também livros em seus estabelecimentos na cidade do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822. Há ainda os nomes citados por Maria Beatriz Nizza da Silva¹³⁵, Márcia Abreu¹³⁶ e Laurence Hallewell¹³⁷, que unidos aos anunciantes, formam um conjunto de 46 opções para a compra e venda de livros e periódicos na Corte. [vide tabela IV, nos Anexos desta tese]

Interessante é que o anúncio de renovação de assinatura do periódico, finalizando o primeiro semestre de publicação, pede aos interessados que providenciem o pagamento do semestre seguinte na Loja da Gazeta:

Finalizando em Março do corrente anno a assignatura da Gazeta feita pelos primeiros seis mezes. Faz-se saber ao Publico, que a seguinte continuará desde o mez de Março até o fim do anno, para se poder depois seguir regularmente para o futuro, os dous semestres, como de costume. As Pessoas que quizerem assignar dirigir-se-hão à Loja da Gazeta, onde farão saber os seus nomes e moradas, e darão logo 9\$000, preço muito modico, por isso que deverão ter nesta nova assignatura todas as Gazetas assim as Ordinárias como as Extraordinárias, &c.

As Pessoas que quizerem fazer Annuncios na Gazeta dirigir-se-hão d' aqui em diante à Loja da Gazeta, onde se lhes tomará a devida nota como se praticava na Impressão Régia. (28/01/1809) [grifo nosso]

Com o passar dos anos, é o livreiro Paulo Martin Filho quem continua sendo o responsável pela divulgação e comercialização da *Gazeta do Rio de Janeiro*, obviamente, beneficiando-se dos lucros provenientes¹³⁸. Entretanto, algumas resoluções continuavam a ser tomadas no endereço da Loja da Gazeta.

Isso pode levar-nos a levantar a hipótese de que, embora não fizesse parte da administração da Impressão Régia, Paulo Martin Filho, principal comerciante da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tenha sido contemplado também com o prestígio de nomear sua livraria como Loja da Gazeta. A Loja da Gazeta foi uma das principais anunciantes nas páginas do jornal homônimo, sem mencionar, porém, quem era o seu proprietário.

135 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)" in *Revista de História*, XLVI (94), 441-457, 1973.

136 ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* pp. 146-150.

137 HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.* pp. 47-8.

138 Cf. Aviso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 04/04/1804.

Embora a *Gazeta do Rio de Janeiro* tenha sido o periódico de maior número de edições no período, não monopolizou os prelos disponíveis por muito tempo, pois, em 1813, por iniciativa de Manuel Ferreira Araújo Guimarães, foi lançado *O Patriota: jornal literário, político, mercantil*¹³⁹, publicação mensal, que cedia suas mais de 100 páginas para literatos das artes e das ciências exatas. Havia nesse periódico comentários críticos às obras publicadas pela Impressão Régia, dentre as quais, infelizmente, não foram considerados dignos de notas os romances. Em 1814, é possível encontrarmos alguns dados sobre a subscrição deste periódico, como o valor de 6.000 réis pelos 6 números ou 1.200 réis o exemplar avulso, vendidos na Loja da Gazeta e na de Francisco Luiz Saturnino da Veiga.

Sahio á luz: o N. 1^o. do PATRIOTA, jornal Litterario Político &c. Do Rio de Janeiro. Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda N. 34, por 800 réis. Na mesma Loja já continuação as Subscrições do dito jornal para o primeiro Semestre do corrente anno por 4\$ réis, e dela se enviarão para fora da Corte pelo Correio áquellas pessoas, que o desejarem, havendo feito a respectiva Subscrição [...] (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/01/1813)

Os volumes d'*O Patriota* diminuíram a cada publicação, tornando a edição bimestral, de mais ou menos 120 páginas, e encerrando sua efêmera participação no cenário cultural do Rio de Janeiro com o número 6, de novembro e dezembro de 1814. Uma vez que nos ateremos, como já dito, aos anúncios de romances, este periódico ficará excluído das futuras discussões.

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, os anúncios de livros e de documentos (decretos, alvarás, relações, etc.) eram precedidos pela indicação “Sahiram á luz”, geralmente seguidos de informações como o preço e o local onde poderiam ser adquiridos, como por exemplo, a própria Loja da Gazeta. Em alguns casos, os livreiros anunciavam obras importadas, indicando que eram “novamente chegados de...” ou “proximamente chegados de ...”. Somente nos ateremos aos anúncios que contenham romances, alguns deles publicados pela Impressão Régia, excluindo, assim, muitos anúncios de obras de direito, medicina, matemática, política, filosofia, zoologia, além dos religiosos, dos militares e dos inúmeros decretos, alvarás, leis, etc.

139 *O Patriota: jornal literário, político, mercantil*. 1813/1814. Impressão Régia. Rio de Janeiro. Acervo do IEB - Instituto de Estudos Brasileiros, USP.

Coletar tais anúncios pressupõe certa dificuldade, já que, num primeiro momento de publicação, o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* não dispunha de uma classificação dos avisos nele publicados a fim de separar, por exemplo, os anúncios de venda das obras jurídicas, dos de livros militares e romances. Os anúncios também não traziam informações completas, o que poderia causar problemas com a identificação das obras, que vinham com poucas indicações bibliográficas.

Como exemplo de uma classificação incompleta ou não mencionada das obras, observemos o recorte seguinte, no qual a Loja da Gazeta oferece um “Drama Histórico”, possivelmente uma obra de Belas-Letras, juntamente com as obras políticas *Proteção á Franzeza e Embarque dos apaixonados*¹⁴⁰.

Sahio á luz o Drama Heroico, intitulado: *Ulissea Libertada*; que se há de representar hoje no Real Theatro, em obsequio ao Nome de S.A.R. o Principe Regente N.S. Vende-se na Loja da Gazeta, por 480 réis com capa de papel pintado, aonde se achão *Proteção á Franzeza* por 330 réis. *Embarque dos apaixonados*, por 400 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 24/06/1809)

Neste outro exemplo, a novela *Cartas Americanas* vem classificada como tal, porém juntamente com obras políticas e religiosas:

Sahio á luz: *Os sebastianistas* por Jose Agostinho de Macedo, por 960 réis, _ *Justa defeza do Livro intitulado os Sebastianistas, e resposta propria a todas as Sátiras com que tem sido atacado seu Author José Agostinho de Macedo*, por 330 réis _ Vende-se nas lojas de Manoel Pereira de Mesquita, e na Gazeta, aonde se achão *O Novo Argonauta* por José Agostinho de Macedo, por 640 réis _ *A Besta de sete cabeças, e dez contos, Visão do Evangelista S. João*, por 640 réis – *Exame crítico do Correio Braziliense*, por 640 réis – *Cartas Americanas, Novella*, por 960 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 30/06/1810) [grifo nosso]

Um dos romances da lista dos atribuídos à Impressão Régia do Rio de Janeiro que apareceu primeiramente na consulta aos anúncios, seguindo a ordem cronológica, foi *Cartas americanas*, cuja edição original data de 1809¹⁴¹, em Lisboa. Esse romance merece uma atenção especial por ter sido considerado uma publicação reeditada pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1822. As propagandas desse livro na *Gazeta do Rio de Janeiro* iniciam-se em 1810, ano da publicação do romance que Alfredo do Valle Cabral

140 Os títulos anunciados juntamente com o drama são de publicações possivelmente políticas: *Embarque dos apaixonados dos francezes para o hospital do mundo, ou segunda parte da proteção à franzeza*. Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L. 1946 2. *Proteção á franzeza*. Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L. 3286//17 P.

141 Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.* Vol. 1

condecorou como o primeiro impresso no Brasil, *O diabo coxo*, cujos anúncios foram publicados a partir do ano seguinte.

Em período pouco posterior, possivelmente por causa da demanda de anúncios ou mesmo como uma técnica de venda por parte dos livreiros anunciantes, houve uma certa divisão no modo de oferecer os livros. Assim, procurava-se agrupar os livros de direito, por exemplo, num mesmo aviso, abrindo-se um outro aviso para o grupo dos romances. Dessa forma, com o passar do tempo, a miscelânea foi perdendo forças e dando espaço para uma certa organização, como segue:

Tambem sahio á luz: *Cartas de Heloiza á Abailardo*; nova edição em proza. Vende-se por 330 nas lojas de Manoel Joaquim Alves Porto, e na da Gazeta, onde se achão as seguintes novellas: *Philosofa por Amor* 2 vol. 1:920, *Cartas de huma Peruviana*, 2 vol 1:600, *Paulo e Virgínia*, 2 vol 1:600, *Choupana India*, 1 vol. 640, *Historia de dois Amantes*, 1 vol. 960, *Diabo Coxo*, 2 vol. 1:600 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 02/12/1812)

Os anúncios posteriores seguiram a mesma configuração e repetiam os nomes dos romances publicados anteriormente, o que nos sugere certa aceitação do gênero por parte do público leitor. Curiosamente, os anúncios desses livros eram, na maioria das vezes, de responsabilidade da Loja da Gazeta, que oferecia livros em número maior de anúncios que os outros livreiros.

Como vimos no exemplo acima, os anúncios geralmente apresentavam livros agrupados, previamente classificados como “novellas”. Estabelecendo um raciocínio de análise dos anúncios quanto à classificação dos gêneros, podemos concluir que o anúncio abaixo transcrito oferecia novelas somente, infelizmente, sem menção ao local de publicação das mesmas. Valle Cabral atribui a edição destas à Impressão Régia, mas curiosamente, não mencionou *O Amor Ultrajado* como pertencente ao conjunto dos romances vindos dos prelos desta casa.

Na loja da Gazeta se achão as seguintes novellas. _ *O Bom Marido*, 640 réis. _ *A Boa Mãi*, 480. *A Má Mãi*, 330. *Duas Desafortunadas*, 330. *Triste effeito de huma infelicidade* [sic] 330. *O Amor Ultrajado*, 330. *Castigo da Prostituição*, 330. *Infelicidade* [sic] *Vingada*, 160. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 26/02/1817) [grifo nosso]

Poderíamos, como fez Nizza da Silva, questionar a atribuição dos demais livros à Impressão Régia do Rio de Janeiro, não fosse o fato de *As Duas Desafortunadas* e *Triste effeito de huma infelicidade* estarem arquivados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, pela consulta dos mesmos, termos constatado que mantêm em suas folhas de rosto as

inscrições: “Na Imprensa Régia”, “Rio de Janeiro”.

Questionamento semelhante pode ser levantado a partir do anúncio seguinte, no qual a obra *Amante Militar*, já anunciada em 06 de junho de 1816, como uma edição que “sahio à luz”, aparece como vinda de Lisboa.

Na loja da Gazeta se achão as seguintes novellas vindas proxicamente de Lisboa. *Ethebrina*, 3 volumes 4\$000: *o Averno*, 960: *Luiza*, 2 vol. 2\$000: *o Amor desgraçado*, 1 vol. 960: *Selicourt*, 1 vol. 960: a *Amante Militar*, 1 vol. 960: *Sophia*, 1 vol. 960: *Amantes Desgraçados*, 1 vol. 960: *o Pobre forge, ou o Militar da forma*, 1 vol. 960: *Contos Moraes*, 1 vol. 960: *Adelaide*, 960: *Emancia, ou os efeitos do Ciume*, 1 vol. 960: *o Caldeireiro*, 1 vol. 960: *o Solitario*, 1 vol. 960: a *Maior Generosidade*, 1 vol. 1\$600: *Amigos Rivaes*, 1 vol. 960. (Gazeta do Rio de Janeiro, 04/06/1817) [grifo nosso]

Sabemos que esse romance foi mesmo publicado em Lisboa, pela Imprensa Régia, mas, se acompanhássemos apenas as informações dos anúncios e considerássemos, como Valle Cabral, *Amante militar* como uma impressão feita no Rio de Janeiro, teríamos que admitir que 2 edições de mesmo título estavam dispostas nas prateleiras dos livreiros. Isso poderia até ocorrer, pois a publicação de romances e de outras obras na América portuguesa não substituiu, de modo algum, as importações de livros vindos de Portugal e de outras partes da Europa, que abasteciam os livreiros brasileiros e eram igualmente anunciados no quadro de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁴².

O valor de um romance nacional ou importado ficava entre 160 e 960 réis por volume e, no caso dos romances importados, que geralmente eram vendidos em forma de coleção com vários volumes, este valor poderia ser ligeiramente diminuído no caso da compra da obra completa:

Na loja da Gazeta se acha o complemento da *Historia d infeliz Clara Harlowe*, que são 8 volumes, desde o tomo 7 a 15 a 960 réis cada volume, e se vendem separados, e toda a obra por 12\$800 réis. (Gazeta do Rio de Janeiro, 08/03/1820) [grifo nosso]

A partir do ano de 1822, ocorreu uma diminuição substancial do número de anúncios na *Gazeta do Rio de Janeiro*, limitando-se a um ou dois avisos de comércio e resultados dos jogos lotéricos. O mesmo aconteceu com as notícias estrangeiras, predominando notícias das províncias do Brasil, muito possivelmente pelo fervor do período da pré-Independência, que ocupava os editais, incluindo cartas e respostas da Família Real. Este foi o ano de encerramento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, extinta em 31 de dezembro, no seu

número 157.

A *Gazeta*, que até então não era considerada como veículo oficial do governo, embora apresentasse características de que fosse, foi substituída pelo *Diário do Governo*, em 1823, este sim, lançado como impresso oficial, declaradamente responsável pela divulgação dos atos do governo, das leis e decretos assinados, nos moldes dos conhecidos Diários Oficiais da atualidade.

Na verdade, desde 1821, outras tipografias já haviam sido instaladas na cidade, produzindo periódicos diversos, a maioria deles de cunho político. A Typographia do Diário, por exemplo, a partir de 1822, era a responsável pela publicação de um jornal concorrente, o *Diário do Rio de Janeiro*. Publicado desde primeiro de junho de 1821, inicialmente pela Real Typographia, o *Diário do Rio de Janeiro*¹⁴³ possuía uma tiragem diária (com exceção dos domingos e “dias de santos de guarda”), tendo em sua capa informações como notícias meteorológicas, horários do pôr do sol e marés. Neste periódico, podemos afirmar com certeza que os anúncios eram publicados gratuitamente, conforme aviso de 1º de junho de 1821: “Neste Diário se insérem gratuitamente todos e quaesquer Annuncios ou Noticias particulares, que convenhão, e seja lícito imprimir (...)”.

O *Diário* apresentava como inovação o fato de haver as Seções de “*Obras Publicadas*” e “*Livros a Venda*”, com anúncios numerados, separadas dos avisos referentes a *Correio*, *Amas de Leite*, *Arrendamentos*, *Medicina*, etc. Também de poucas páginas, o periódico era encerrado por: “Na Real Typographia. Com Licença de SAR”. Mas, a partir de 1º de Setembro, possivelmente devido à regulamentação da liberdade de Imprensa, decretada em 28 de agosto de 1821, a inscrição passou a ser somente “Na Typographia Nacional”, sem menção à “SAR”. Já em 1822, encerava-se com uma inscrição que indica maior independência de produção: “Na Typographia do Diário, Rua dos Barbonios, N. 72”.

A liberdade de imprensa e a demanda por periódicos políticos, nesse período, impulsionaram a abertura de novas tipografias, como a citada *Tipografia do Diário*, que além do jornal, imprimia obras diversas. Somavam-se a esta a *Tipografia de Moreira Garcez*, a *Nova Oficina Tipográfica*, a *Oficina de Silva Porto & Cia*, a *Tipografia dos*

143 *Diário do Rio de Janeiro*. MEC – SEAC plano nacional de microfilmagem de periódicos Brasileiros – Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp). Assim como no caso dos anúncios da *Gazeta*, limitamo-nos, nas seguintes citações, às indicações de referência às datas de publicação.

Anaes Fluminenses e a *Tipografia de Torres & Costa*, todas fundadas entre os anos de 1821 e 1822¹⁴⁴.

Com a criação do *Diário* e a futura extinção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os anúncios de romances foram transferidos para o primeiro, seguindo o mesmo formato de edição das ofertas antigas, como no exemplo abaixo:

Sahio á luz *Leitura para os Meninos contendo hum silabario completo, huma colecção de agradaveis historias proprias á primeira idade, e hum Dialogo sobre a Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia natural ao alcance dos meninos*. Vende-se por 330 réis na loja da Gazeta, em casa de Jeronimo Guimarães na rua do Sabão, na de Paulo Martin na rua da Quitanda, e na de João Baptista dos Santos na rua da Cadeia, junto ao Correio velho, nas mesmas lojas se acha Dita o instrutivo explicando os fundamentos de huma CONSTITUIÇAM [sic], e os poderes que a formão e executão. (*Dário do Rio de Janeiro* 21/08/1821)

Um grande número de periódicos era também anunciado no *Diário*, como *O Macaco Brasileiro*, *O Patriota Sandoval Periódico Político*, *O Espelho*, *O Constitucional*, *O Periquito da Serra dos Órgãos*, *O Regulador* e o *Papagaio* entre os anos de 1821 e 1822. A maioria deles, de caráter político, visava a defender os ideais constitucionalistas e de independência, num período de transição pelo qual passavam os brasileiros.

B. Como vender romances: A *Gazeta de Lisboa* e os discursos de anúncios nos dois lados do Atlântico

Como vimos, os romances da Imprensa Régia do Rio de Janeiro eram anunciados principalmente no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, por diversos livreiros, juntamente com uma variedade de outros produtos ofertados. No mesmo período, em Portugal, eram anunciados na *Gazeta de Lisboa* romances impressos pela Imprensa Régia de Lisboa e por outras tipografias portuguesas.

A consulta aos anúncios portugueses revela que alguns romances foram oferecidos tanto pelos livreiros instalados no Rio de Janeiro, como pelos sediados em Lisboa. No caso de livros publicados na América portuguesa e anunciados em Lisboa, havia, em algumas ocorrências, a indicação do local de impressão: “Sahirão á luz, impressas no Rio de Janeiro, as seguintes obras [...]” (*Gazeta de Lisboa*, 31 de Dezembro de 1812). Podemos considerar,

144

MORAES, Rubens Borba de., 1979. *Op. cit.* p. 106.

ainda, como prova de circulação de impressos cariocas no mercado livreiro português um manuscrito do “Catalogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos, n.º. 6 defronte do Chafariz do Loreto”¹⁴⁵, que o livreiro Paulo Martin pediu para que fosse impresso em Lisboa. Nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, contudo, o local de publicação dos livros não era especificado.

O periódico *Gazeta de Lisboa* teve um longo período de publicação, com início em 10 de Agosto de 1715¹⁴⁶, sofreu uma interrupção entre os anos de 1763 e 1777 e passou por uma mudança de título em 1821¹⁴⁷. Nesse ano, passou a ser chamado de *Diário da Regência*, nome que foi alterado, posteriormente, para *Diário do Governo*.

Outros 62 periódicos circularam em Portugal entre 1801 e 1820, de acordo com Lúcia Maria Mariano Veloso¹⁴⁸, que, ao estudar a imprensa periódica portuguesa, considerou o jornal nesse período como de caráter utilitário, “usado pelo governo como forma de controlo da opinião pública, desmentindo boatos e procurando manter a estabilidade social”.

Além dos avisos feitos pelos órgãos administrativos, diversos produtos e serviços eram anunciados nessa seção, que se colocava a serviço do público leitor¹⁴⁹. Basta dizer que era possível a um cidadão propagandear suas habilidades e conhecimentos, oferecendo aulas aos interessados em aprendê-los; tornar pública a intenção de venda de um imóvel, de um produto qualquer; ou, anonimamente, a necessidade de um empréstimo, como no aviso

145 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Real Mesa Censória. Caixa 72 [1812 – X – 27]. *apud.* ABREU, Márcia. “Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas”. *Revista Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro n. 21, 199-222, 2005.

146 Cf. MEIRELLES, Juliana. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IFCH. Campinas, SP: [s.n.], 2006. p. 36-40.

147 Há pouquíssimos avisos nas últimas décadas do século XVIII. O próprio texto noticioso nem sempre preenchia as 4 páginas do periódico, que, às vezes, até era impresso em uma só coluna. Em muitos números não há nem mesmo o quadro de avisos e, em alguns, ele é substituído por uma “Advertência”, como a que publicou o Cirurgião Isaac Gaudin, sobre seu novo endereço de atendimento ao público e seus grandes feitos de cura, em 30 de Junho de 1781.

148 VELOSO, Lúcia Maria Mariano. “Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa” in SOUZA, José Manuel de. & VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *Historia da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

149 Lembremos que os anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa* e na *Gazeta do Rio de Janeiro* também precisavam passar pelo crivo da censura prévia.

seguinte: “Se alguém quizer dar a juro tres contos de reis, fobre boa hypotheca, deixe avifo na loja da Gazeta” (*Gazeta de Lisboa* 22 de Janeiro de 1802). Uma seção como essa certamente seria um bom lugar para avisar a perda de um bem pessoal ou de um objeto de estima. Até mesmo um montante de dinheiro poderia ser procurado, como aconteceu com o distraído José Frederico Ludovici, que perdeu no dia 8 de fevereiro de 1802 “huma porção de papel-moeda” e, no dia 23 seguinte, anunciou na *Gazeta de Lisboa* as alvissaras proporcionais a quem a ele a devolvesse. (*Gazeta de Lisboa*, 23 de Fevereiro de 1802)

Os livros também tinham lugar garantido nessa seção, sendo anunciados como outros produtos quaisquer, por diversos livreiros que indicavam seus endereços para que o leitor escolhesse o ponto de venda que melhor lhe conviesse. Constituídos como avisos ao público e do público, de autoria dos órgãos governamentais e de qualquer pessoa que tivesse algo a oferecer ou a pedir, esses anúncios podem ser também considerados uma importante fonte de dados sobre circulação de romances.

A partir da leitura dos anúncios, observamos algumas estratégias de venda utilizadas por livreiros d’aquém e d’além mar. Alguns anúncios ofereciam somente um título, com especial destaque para os casos de lançamentos; outros anunciavam um conjunto de livros, estabelecido com base nas novidades editoriais, no estoque de romances do livreiro anunciante ou mesmo no grupo de livros, de todos os gêneros, disponíveis para venda naquele momento. Na maioria dos casos, encontramos poucas indicações bibliográficas, como o título ou o idioma da edição original, no caso de se tratar de uma tradução. Autoria e nome do tradutor são dados quase nunca informados, substituídos por iniciais, expressões vagas como “huma senhora”, “huma habil penna”, ou, simplesmente, “***”. Note-se o exemplo abaixo:

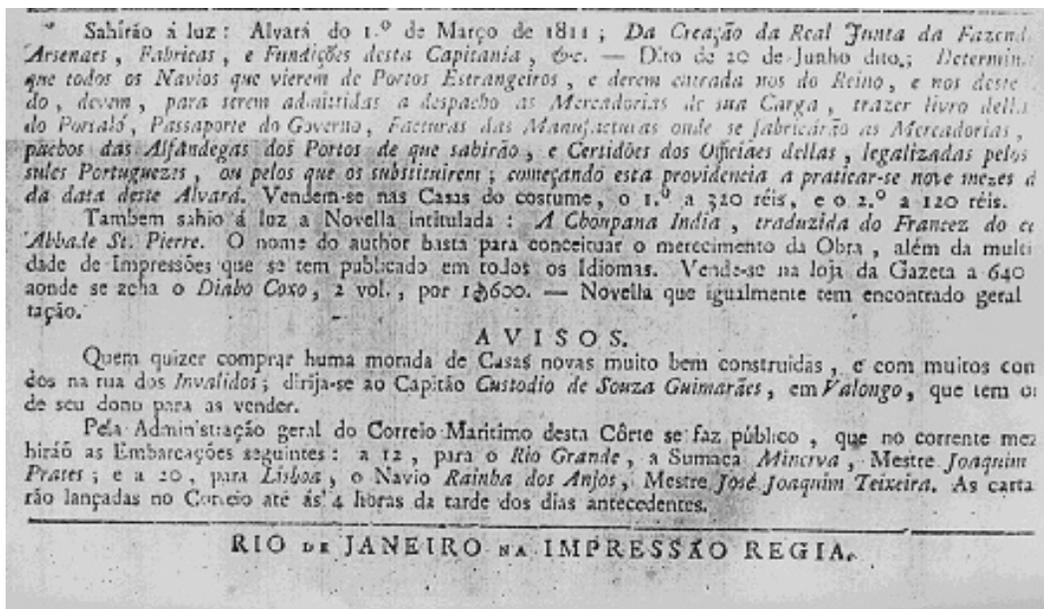
Sahio á luz a Obra intitulada *Cartas de huma Peruviana*, traduzidas do francez por huma Senhora. 2 volumes por 1600 réis, vende-se nas lojas de Manoel Joaquim, rua da Quitanda na esquina da rua S. Pedro, e na da Gazeta, onde se achão as seguintes: *Philosopha por amor*. 2 volumes 1920; *Historia de dois amantes*. 960; *Choupana India*, 640; *Paulo e Virgínia*, 2 volumes 1600. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 01 de Julho de 1812) [grifo nosso]

Entretanto, há casos como o seguinte, em que o anunciante informa o nome do autor, Chateaubriand [François René], possivelmente já conhecido do público por seus romances *Atala* (1801) e *Le génie du christianisme* (*O gênio do cristianismo*, 1802):

Sahio á luz a interessante Novella traduzida do Francez de Chateaubriande, *Renato Epizodio*

do *Genio do Christianismo, de as Aventuras de Aristono* e se vende na rua da Quitanda N. 35, e na casa do Livreiro Nicoláo Mandilo por 640. (*Diário do Rio de Janeiro*, 04/11/1821) [grifo nosso]

No próximo anúncio, a loja da Gazeta, além de nomear o autor, utiliza a notoriedade do mesmo para garantir o mérito da obra, além do fato de esta ter sido já impressa muitas vezes em outros países e idiomas:



Também sahio á luz a Novella intitulada *A Choupana India*, traduzida do Francez do celebre Abade St. Pierre. O nome do author basta para conceituar o merecimento da Obra, além da multiplicidade de Impressões, que se tem publicado em todos os idiomas. Vende-se na loja da Gazeta a 640 réis; aonde se acha o *Diabo Coxo*, 2 vol., por 1\$600 réis _ Novella que igualmente tem encontrado geral aceitação. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Julho de 1811.) [grifo nosso]

Mesmo que *A Choupana India* não fosse um romance conhecido pelo público, “o nome do autor basta[ria]” e, se não bastasse, havia ainda o recurso à “multiplicidade de Impressões” desse romance em vários países e “em todos os idiomas”.

Os comentários escritos sobre os romances traduzidos revelam a importância da escolha de um determinado título para uma versão em Língua Portuguesa, feita, possivelmente, com base na prévia receptividade da obra em seu país de origem ou em outras traduções:

Sahio á luz a Novella intitulada *a Fillosa por amor, ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*, 2 vol., por 1\$600 réis; que tem merecido geral aceitação em todos os idiomas. Vende-se na loja de Paulo Martin, filho, aonde se achão *Historia de dois amantes*, por 960 réis. _

Paulo e Virgínia, 2 vol., por 1\$600 réis. _ *Choupana India*, por 640 réis. _ *Diabo Coxo*, 2 vol., por 1\$600 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Março de 1812) [grifo nosso]

Sahio á luz: *Metusko, ou os Polacos*, Novella de Mr. Pigault Lebrun; vertida em Portuguez por Joaquim José Pedro Lopes. _ He huma novella bem conduzida, cheia de variados quadros, de lances sentimentaes, e que goza hoje a luz publica em diversas linguas da Europa. Vende-se por 240 réis na loja de João Henriques, rua Augusta N.º 1; na de Carvalho ao Pote das Almas N.º 67; na de Carvalho, ao Chiado; e nas mais do costume. (*Gazeta de Lisboa*, 3 de Agosto de 1815) [grifo nosso]

A mesma estratégia usou o livreiro Nascimento para anunciar *O diabo coxo*, quando da publicação lisboeta da tradução de seu segundo volume, valorizando o conhecimento da obra em “todas as nações da Europa”:

Sahio á luz o segundo volume que completa a traducção da mui divertida Obra, intitulada *o Diabo Coxo*. Todas as pessoas que compráão o primeiro volume impresso em 1806, desejavão, e sentião não poderem ter completa esta galante Obra; razão porque se encarregou huma habil penna de concluir a traducção do que faltava, que era sem duvida a parte mais interessante e jocosa. Sahe este segundo volume adornado com quatro estampas finas, que realção muito a edição da Obra, que achando-se agora completa, he mui digna de achar em Portugal o acolhimento que tem merecido em todas as nações da Europa. Vende-se na loja de Nascimento na rua dos Algebibes, N.º 18, por 480 réis este 2.º vol. encadernado. (*Gazeta de Lisboa*, 4 de Agosto de 1814) [grifo nosso]

Além da notoriedade do romance em outros países, Nascimento não se esqueceu de mencionar o sucesso do primeiro volume dessa “galante Obra”, cuja leitura até a data do anúncio ainda tinha de ser feita de forma incompleta, por falta de uma tradução da continuação. A esperada versão em Língua Portuguesa da “parte mais interessante e jocosa”, anunciada com entusiasmo, viria satisfazer a curiosidade dos leitores que já conheciam a primeira parte da história. O anúncio é bastante persuasivo, pois o livreiro se aproveita da provável notoriedade do romance, cujo primeiro volume havia sido publicado em Portugal em 1806, para oferecer a impressão do segundo, que, de acordo com o anúncio, satisfaria a curiosidade dos leitores quanto ao final da história.

O texto transcrito cria expectativas quanto à continuação da narrativa anunciada em Lisboa, além de ressaltar as qualidades materiais da impressão, incluindo “quatro estampas finas”. A edição de *O diabo coxo* feita nesse ano deve ter representado para o livreiro uma boa oportunidade de venda tanto da segunda parte, recém publicada, como da primeira. Além do anúncio do livreiro Joaquim Manuel do Nascimento, encontramos no ano de 1814 outras ofertas desse romance em Portugal, uma delas no “Catalogo dos livros da Impressão

Regia, e de outros muitos de sortimento, que se vendem na loja de Francisco Xavier de Carvalho”¹⁵⁰ e outra, no *Jornal de Coimbra*¹⁵¹.

Indicações preciosas, como o preço das edições, as variações de valores consoantes ao tipo de encadernação das mesmas, além dos dados sobre a materialidade dos romances, são presentes em muitos casos. *O Combate das Paixões*, por exemplo, foi anunciado por 120 réis, com a relevante instrução de que se tratava de uma obra impressa “em typo Inglez e bom papel”. (*Gazeta de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1816). Já para o anúncio do segundo volume d'*O diabo coxo*, o destaque ficou por conta das estampas que adornavam a edição com preço estimado em 480 réis. (*Gazeta de Lisboa*, 10 de novembro de 1807):

Sahirão á luz: *Os Amantes Desgraçados*, novella, em 8.º, seu preço 160 réis. _ *O Diabo Coxo*, *Verdades sonhadas*, e *Novellas de outra vida trazidas a esta*: traduzido em Portuguez. Esta obra, que he huma boa critica, se acha adornada de estampas: custa 480 réis. _ Vendem se na Casa da Gazeta; na loja de Luiz José de Carvalho, aos Paulistas; nas dos livreiros em Alcantara, e em Belem, na de José Tiburcio. (*Gazeta de Lisboa*, 10 de Novembro de 1807) [grifo nosso]

Ao anunciar *O diabo coxo*, os livreiros portugueses também ressaltaram o caráter de crítica à sociedade que o romance trazia. Possivelmente conhecedores do enredo, escolheram para colocar nesse veículo de propaganda do produto justamente um comentário às críticas encontradas no romance. Em muitos casos, os discursos acerca dos enredos e dos temas tratados no romance mereciam menção no anúncio, que poderiam ocupar um espaço considerável, como na transcrição a seguir, publicado no Rio de Janeiro, sobre *Cartas Americanas*:

Na loja da Gazeta se achão as seguintes obras: *Cartas Americanas*, nas quaes por meio de huma Novella muito bem escrita se descrevem os usos e costumes de Lisboa, assim como huma narração desde a sahida de S.A.R. para o Brazil até o presente, do acontecido na sobredita Capital, por 960 réis. [...]. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 14 de Julho de 1810)

Os livreiros interessados em vender *Cartas Americanas* em Portugal, por sua vez, além dos comentários sobre o enredo, acrescentaram algumas informações, compondo uma espécie de micro-crítica. Mais elaborado e com indicações bibliográficas, o discurso dos

150 “Catalogo dos livros da Impressão Regia, e de outros muitos de sortimento, que se vendem na loja de Francisco Xavier de Carvalho, abaixo da Igreja dos Martyres em Lisboa”. Na Impressão Regia. Anno 1814. Com licença. [Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: BNLx: 1144 P]

151 “Lista de alguns Livros que se-imprimirão na Regia Officina Typographica, e outras de Lisboa”. *Jornal de Coimbra*, Volume VII, Num. XXXI, parte II, pp.41-50.

mesmos fazia referência a um outro romance, *Cartas Persas* (*Lettres persanes*, 1721), de Charles de Montesquieu, que teria sido tomado como modelo por Theodoro José Biancardi para a confecção de seu romance. De acordo com o anúncio, o público consumidor alvo certamente já teria lido a obra francesa, ou uma tradução, e compreenderia a comparação e o fio condutor da narrativa do autor luso-brasileiro.

Sahio á luz huma Obra intitulada, *Cartas Americanas* publicadas por Theodoro Jose Biancardi. O Author tomando Montesquieu por modelo servio-se da fórma de Romance para ter hum fio, com que prendesse os differentes assumptos que se propunha escrever, e que saõ entre outros, luxo, escravidão, modas, educação das mulheres, Theatros, jogo, demandas, influencia das Artes e Sciencias nos costumes dos póvos, e por ultimo o Governo e Administração dos Francezes em Portugal. Vende-se por 400 réis na loja da Impressão Regia, ao Terreiro do Paço; na da Gazeta; da de Carvalho, aos Martyres, e na de Francisco Luiz Leal, em Alcantara. (*Gazeta de Lisboa*, 28 de Abril de 1809)

O enredo, comentado com intuitos publicitários, merecia especial atenção se tratasse de um fato tido como real, histórico, ou se em seu conteúdo houvesse episódios de sentimentalismo que aumentassem o valor da obra anunciada. Veja-se o exemplo do anúncio do romance *Lausus e Lídia*, que se vale de “rasgos de heroísmo” para se dignificar:

Sahio á luz: o *Conto Historico ou Novella intitulada: Lausus e Lidia* traduzido do Francez. Esta interessante Novella he extrahida de huma notavel passagem da Historia, e se faz digna do bom acolhimento do publico pelo seu interesse, e rasgos de heroismo que contém: vende-se por 80 réis nas principaes lojas de livros de Lisboa.” (*Gazeta de Lisboa*, 6 de Dezembro de 1815) [grifo nosso]

Já para o próximo anúncio, o livreiro Paulo Martin Filho achou interessante destacar detalhes do estilo do romance, comentando a forma em que foi escrito, “mui nobre, e elegante”:

Sahio á luz a linda obra intitulada *Cartas familiares amorozas, e ternas de huma amante a seu apaixonado;* vende-se na loja de Paulo Martin rua dos Pescadores, por 640. Esta obra he concebida n’hum estilo, ao mesmo tempo que mui amorozo, mui nobre, e elegante (*Diário do Rio de Janeiro*, 12/12/1822) [grifo nosso]

Nos discursos dos anúncios, foi possível perceber que, com o passar do tempo, romances supostamente famosos atingiram outros públicos, alcançando outras materialidades, como aconteceu com *O diabo coxo*, que, numa espécie de paródia ao romance, passou a ser publicado como um periódico político, confeccionado no ano de

1822, por João Pinto de Queiroz e “offerecido aos verdadeiros constitucionaes”¹⁵². Trata-se de uma adaptação do romance, acomodada à situação política portuguesa, cujo texto apresenta diálogos que comentam os principais acontecimentos políticos de Portugal e do Brasil, bem como as personalidades neles envolvidas. O primeiro número deste periódico foi anunciado no Brasil com a indicação “sahio á luz”, cujos problemas de identificação da casa impressora (lisboeta ou carioca) já comentamos anteriormente.

Sahio á luz 1^o. Capitulo da interessante Obra intitulada _ *O Diabo Coxo* _ na qual se descreve o caracter de varios Deputados nas Cortes de Lisboa, pertenções das mesmas a respeito do Brasil, etc. etc. vende-se na loja da Gazeta por 560 rs. N.B. os seguintes Capitulos hirão sahido sucessivamente e com brevidade, até se completar a Collecção. (*Diário do Rio de Janeiro*, 09/08/1822)

Já o romance *Paulo e Virgínia*, possivelmente bem conhecido do público luso-brasileiro, mereceu um novo olhar, a partir de outras formas de manifestação artística. Com direito a encenação e dança, foi apresentado como peça teatral, cerca de uma década após sua publicação no Rio de Janeiro. O Teatro São João foi o local da apresentação, conforme se vê no seguinte anúncio:

Anúncio do Theatro de S. João:

Paulo e Virgínia

Adornado de vestuario rico, e proprio ao character, onde além dos engraçados Bailaveis de que he composta, tem a Scena do Naufragio, completamente executada com todo maquinismo necessário. (*Diário do Rio de Janeiro*, 09/11/1822)

Havia nos anúncios, ainda, os casos de livreiros que se limitavam a listar um grande número de títulos disponíveis em seus estabelecimentos, seguidos de seus preços, como em um catálogo. Assim o fez, repetidas vezes, o livreiro lisboeta F. B. O. de M. Mechas, em longos anúncios publicados a partir de 1816. Outros comerciantes ofereciam seus catálogos em anúncios de romances, como o livreiro Paulo Martin Filho:

Na loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda N. 34, se achão as seguintes Novellas, a *Philosofa por amor*, 2 vol. 1:920. *Historia de dois amantes*, 960. *Paulo e Virgínia*, 2 vol. 1:600, *Choupana India*, 640. *Cartas de huma Peruviana*, 2 vol. 1:600. *Diabo Coxo*, 2 vol. 1:600. *Cartas Americanas*, 960 réis: assim como hum grande surtimento na mesma matéria, cujo catálogo se pôde ver na mesma loja. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 24 de Outubro de 1813) [grifo nosso]

152

Exemplar consultado pela Professora Márcia Abreu na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob a cota: L

30917 V.

Finalmente, havia catálogos impressos nas últimas páginas de determinados romances e que foram anunciados conjuntamente, como um incremento ao próprio volume em que constavam, como no exemplo abaixo:

Na loja da Gazeta se acha. _ *Receita para Melancolicos ou descrição do reino do amor*, por 330 réis, cujá novella no fim tem hum acrescimo de hum Catalogo de algumas novellas que se vendem na mesma loja. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 13 de Novembro de 1819) [grifo nosso]

Aproveitemos o anúncio do livreiro sediado no Brasil, Paulo Martin filho, para uma nota sobre o preço dos romances. Um romance publicado em Lisboa e anunciado na América portuguesa apresentava uma diferença de preço para a venda no Brasil, que até poderia ser justificada pelos gastos com a importação, como as taxas de liberação nas alfândegas e o custo do transporte. Mas a mesma justificativa não pode ser usada para os casos dos romances impressos no Rio de Janeiro, para os quais, mesmo que fossem reimpressões de obras dadas à luz em Portugal, eram atribuídos preços mais altos.

Tomemos como exemplo o caso do segundo tomo de *O diabo coxo*, cujo anúncio na *Gazeta de Lisboa* transcrevemos anteriormente, e o do anúncio do mesmo título na *Gazeta do Rio de Janeiro*, datado de 26 de janeiro de 1811, para a venda de dois tomos. Em Portugal, o segundo volume dessa obra era vendido por 480 réis, enquanto que no Rio de Janeiro, a narrativa valia 1.600 réis. O número maior de pontos de venda e de tipografias em Portugal, que poderiam configurar uma concorrência e forçar o barateamento da obra, além da maior disponibilidade da matéria prima para as impressões, já que na América portuguesa se fazia necessário importar o papel, podem ter sido as causas dessa diferença de preços no Rio de Janeiro, onde os recursos eram mais escassos.

Os preços informados nos anúncios também esclarecem sobre os lucros obtidos com a publicação dos romances, uma vez que, em se tratando da casa impressora oficial lisboeta, esses preços podem ser comparados com os cobrados pela edição. A título de ilustração, vejamos um caso já citado no capítulo I.3, com base nos livros de *Registo de Obras impressas*: o Major Luiz José Lobo solicitou à Imprensa Régia de Lisboa a publicação da *Novella Celestina*, no ano de 1815. Para tanto desembolsou a quantia de 40\$480, referentes ao custo de impressão de 500 exemplares da novela (“nove folhas e meia a 2000 rs --- 19\$000” e “11 resmas e 13 mãos de papel a 1800 rs --- 21\$360”) mais o

serviço de “brochura dos exemplares da Licença --- \$120”¹⁵³. Cada um dos exemplares de *Celestina* custou para o Major 80,96 réis. Levando em conta que esse título foi anunciado na *Gazeta de Lisboa*, em 1º de setembro de 1817, a ser encontrado na casa do livreiro “F. B. O. de M. O Mechas”, pelo preço de 120 réis, o lucro pela venda dessa obra, a ser gozado pelo Major e pelo livreiro, ficou calculado em 39,04 réis, praticamente um terço de seu valor de venda.

Contudo, no caso dos livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro, fica a dúvida quanto às vantagens (ou desvantagens) em investir em livros impressos na cidade, uma vez que, conquanto não tivemos acesso aos valores cobrados na Imprensa Régia do Rio de Janeiro pelas publicações, observamos que os preços finais, anunciados nos periódicos, eram mais elevados que os vigentes em Portugal, pelo menos em se tratando de romances. Observemos no próximo capítulo quais foram os romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, como eram esses romances e em que medida essas informações podem elucidar melhor essa dúvida.

153 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Registo de obras impressas, liv.º10 (1814-1818). Fundo 033 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 483, Série contabilidade. f. 62.

Capítulo II – Definição do *corpus*

II. 1) Delimitação dos títulos efetivamente publicados no Rio de Janeiro

Como vimos na Introdução desta tese, um dos nossos objetivos de trabalho era delimitar quais foram os romances saídos dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Para alcançarmos esse objetivo, elaboramos várias listas com títulos que possivelmente satisfariam tal requisito, com base nos catálogos de Alfredo do Valle Cabral e de Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo¹⁵⁴. (Veja-se a lista com os 30 títulos indicados nos *Annaes da Imprensa nacional do Rio de Janeiro* e outros 5 citados na *Bibliografia da Imprensa Régia*, nas páginas 3 e 5 desta tese, respectivamente.)

Como nem sempre havia, junto ao título indicado nos *Annaes* e na *Bibliografia*, as informações “novella” ou “conto”, várias listas dos possíveis romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro foram feitas (e refeitas), até alcançarmos um número determinado de romances, eliminando ou readicionando alguns títulos. Tomemos, por exemplo, o caso de *Amante Militar*, anunciado como “Novella” na *Gazeta do Rio de Janeiro* e apresentado como tal por Alfredo do Valle Cabral:

Sahiram á luz as Novellas seguintes, que se vendem na loja da Gazeta. Combate das paixões, 640 _ Lausus e Lydia 480 _ O amigo traidor 480 _ A cadelinha pelo autor do piolho viajante 800 _ Amante Militar 960 _ Metusko, ou os Polacos 800 _ Recreio domestico, ou Ramallete de Novellas, historias, contos &c., 1600. [grifo nosso]¹⁵⁵

Ao consultarmos, porém, outras fontes, como o *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*, tivemos conhecimento de que o título *Amante Militar* remetia a uma comédia, como informou o

154 CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881. [cuja reedição encontra-se no periódico *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, Vol. 4 (3), 1998]; CAMARGO, Ana Maria de Almeida, MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993.

155 *Gazeta do Rio de Janeiro*. Microfilme. MEC - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil – Serviço de Reprografia. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp). 06 de junho de 1816.

autor do *Diccionario*, ao comentar um conjunto de comédias teatrais traduzidas pelo lisbonense Nicolau Luís¹⁵⁶. Isso resultou, num primeiro momento, em um corte desse título em nossa lista. No entanto, passado algum tempo, foi localizado, na Biblioteca Nacional de Lisboa, o texto integral de *A amante militar*, uma “novella” impressa em 1816, na Impressão Régia de Lisboa, conforme atesta sua folha de rosto¹⁵⁷. Essa localização nos fez reconsiderar a classificação do título, recolocado como um romance. Entretanto, como nosso intuito era o de restringir esta tese aos romances feitos nos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro e descobrimos ter sido esse romance impresso em Lisboa, *A amante militar* já não poderia mais fazer parte de nosso *corpus* de análise.

Além disso, o alcance de nosso objetivo mostrava-se incerto, pois as dúvidas subjacentes à fortuna crítica, como as apontadas por Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁵⁸, levavam à exclusão dos títulos observados apenas em anúncios, como tendo sido impressos em Lisboa. Porém, a existência dos títulos consultados pela pesquisadora na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, somada à descoberta de publicações da Impressão Régia de Lisboa, em datas próximas às atribuídas às publicações da Impressão Régia do Rio de Janeiro, recolocavam o problema do estabelecimento da lista de títulos preparados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro.

A historiadora não acreditava, por exemplo, na possibilidade de que fossem impressos na América portuguesa os mesmos títulos editados pela Impressão Régia de Lisboa, sobretudo em períodos próximos, haja vista a configuração política em que o Brasil se encontrava, submetida ao mesmo monarca e às mesmas regras. No caso específico dos romances, no entanto, encontramos provas de que um mesmo título poderia ser impresso tanto em Portugal como no Rio de Janeiro. Através de pesquisas realizadas junto à Biblioteca Nacional de Lisboa, Márcia Abreu encontrou, por exemplo, o romance *O Castigo da Prostituição*, publicado na Impressão Régia de Lisboa, em 1818¹⁵⁹, livro que já havia sido editado na Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1815, conforme pode ser

156 SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Vol. 6, pp. 275-6.

157 Biblioteca Nacional de Lisboa, cotas: L 6615//5 P e L46033 P.

158 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, SP: Com. Ed. Nacional, 1977.

159 Exemplar consultado na Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L 6602 P.

verificado na edição conservada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, consultada por Maria Beatriz Nizza da Silva. Dessa forma, o mesmo título foi impresso no Brasil e em Portugal, num intervalo de apenas três anos.

As informações relativas à importação dos romances impressos em Portugal também apontavam para o questionamento da produção de livros do gênero no Brasil. As então famosas histórias da *Donzela Theodora* e da *Princesa Magalona*, por exemplo, foram requeridas por muitas vezes, como no “Pedido de autorização para remessa de livros para o Rio de Janeiro, submetida a exame em 26 de dezembro de 1814 e aprovado em Lisboa em 19 de janeiro de 1815”¹⁶⁰. Portanto, os dados relativos a esses títulos, citados nos catálogos comentados em nossas fontes, poderiam fazer referência às edições importadas, não fosse o fato de a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dispor de uma edição da *Donzela Theodora*¹⁶¹, cuja folha de rosto atesta claramente que o exemplar fora editado no Rio de Janeiro, em 1815, mesmo ano de concessão daquele pedido de remessa.

Chegamos à conclusão de que apenas o contato com os livros poderia nos dar alguma garantia quanto ao local de publicação, por meio das informações das folhas de rosto. Entretanto, em três casos de livros não localizados, é plausível atribuímos a publicação à Imprensa Régia do Rio de Janeiro, com base na documentação de censura localizada.

Embora não tenhamos localizado um exemplar de *Aventuras Galantes de dois fidalgos estudantes* impresso no Rio de Janeiro, por exemplo, dispomos do pedido enviado pelo livreiro Paulo Martin à Mesa do Desembargo do Paço, solicitando licença para que pudesse comercializar a obra, conforme abaixo transcrito:

Diz Paulo Martin, que tendo feito reimprimir o folheto intitulo Aventuras galantes de dois Fidalgos Estudantes e achando-se a mesma reimpressaõ pronta apresenta os quatro Exemplares do costume e requer a V. Mage. licença para q' a dita possa correr. (Despacho: “Vai deferido. Rio de Janre. 26 de 9bro. de 1818.”)¹⁶²

160 ABREU, Márcia. *Histórias de Cordéis e Folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999. pp. 49-54.

161 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: (37, 10, 3b).

162 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Mesa do Desembargo do Paço – Licenças. Código do Fundo: 4K. Seção de guarda: codes. Caixa 821 (antiga 171). *apud* ABREU, Márcia. “Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas”. *Revista Convergência Lusítada*, Rio de Janeiro, n° 21, 199-222, 2005.

O livreiro em atividade no Rio de Janeiro, que já havia imprimido as *Aventuras galantes*, de acordo com o pedido, solicitava junto ao órgão responsável, também localizado no Rio de Janeiro, licença para “correr”, ou seja, para pôr o livro à venda. Tendo em vista que, no período, não havia outras casas impressoras na cidade e que a licença para correr foi solicitada à Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro, é provável que essas *Aventuras* tenham sido mesmo impressas na Impressão Régia do Rio de Janeiro e, portanto, poderão fazer parte de nossos comentários. Apesar disso, esses comentários serão feitos a partir da leitura da edição lisboeta, feita pela Impressão de Alcobia, em 1816¹⁶³.

Apesar de muitas buscas, não foi possível localizar sequer um exemplar de *Cartas familiares amorozas, e ternas de huma amante a seu apaixonado; Perigos descobertos; Carta escrita pela Senhora *** residente em Constantinopla*¹⁶⁴; nem de *Leituras para os meninos*.

Nos dois últimos casos, entretanto, há uma hipótese de publicação no Rio de Janeiro, pois foram encontrados os pareceres favoráveis à impressão, deferidos pelos Censores Régios da Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

Senhor

O Manuscrito junto intitulado – Carta escrita pela Senhora de ... residente em Constantinopla &. e que Zeferino Vito de Meireles pertender imprimir, nada contem contra o Estado, Fé ou Costumes, e por isso o julgo nas circunstancias de poder imprimir-se. Vossa Magestade Mandara o que fôr Servido. Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 1819.

D^r. Fr. Joze Doutel
Censor Regio¹⁶⁵

163 Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: 6597 1 P.

164 De acordo com Sandra Vasconcellos, essa carta talvez seja a tradução de uma das cartas contidas em *Turkish Embassy Letters*, da escritora inglesa Mary Wortley Montagu (1689-1762), livro publicado originalmente em Londres, em 1763. [CF. VASCONCELLOS, Sandra Gardini Teixeira. “Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)”. Ensaio disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memória/Ensaios/index.htm>>, consulta em 13/04/2004.]

165 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Mesa do Desembargo do Paço – Licenças.Caixa 821 (antiga 171).Pacote 04, doc 78. *apud* ABREU, Márcia. “Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas”. *Revista*

Senhor

Em observancia do despacho desta Mesa de 23 de Fevereiro, li o manuscripto intitulado = Leitura para os Meninos = que pede licença para imprimir o Capitão Joze Saturnino da Costa Pereira. Parece-me deferível a licença pedida. V. Mag^e. porem Mandara o que for do Real Agrado.

Rio de Janeiro 3 de Março de 1818.

O Censor Régio

Jozé da Silva Lisboa¹⁶⁶

No entanto, para *Leituras para os meninos, contendo huma collecção de Historias Moraes relativas aos defeitos ordinarios ás idades tenras, e hum dialogo sobre a Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia Natural*, que, de acordo com seu título, poderia conter narrativas em prosa ficcional, não é possível tecer maiores comentários, apesar de haver a licença favorável para imprimir, pois, além de não o havermos localizado, nem mesmo sabemos se se trata de uma obra de ficção¹⁶⁷.

Esse tipo de preocupação é necessário, pois ao examinar os livros *Recreio domestico, ou Ramalhete de novellas, historias, contos, &c; A farofia, ou loucura dos casamentos por hum ratazana e Receita para melancolicos, ou descripção do reino do Amor*, todos

Convergência Lusitana, Rio de Janeiro, n° 21, 199-222, 2005. [Anterior a este parecer do Censor Régio, há um outro de um frei: “Exmo. Rmo. Snr’

Por odem de V. Exa. Rm. li a Carta junta, escripta em Constantinopla, sobre as mulheres Turcas, seos modos de viver, &a. e nada achei de contrario a Sta. Fé, e bons costumes. Este ‘meo parecer; V. Exa. Rma. Mandará o q’for servido. Convento de S. Antonio do Rio de Janeiro 30 de outubro de 1819. Fr. Franco. de S. Carlos”. (Vay deferido. Rio de Janro. 22 de 9bro. de 1819)].

166 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Mesa do Desembargo do Paço: Licenças. Caixa 820 (antiga 170). Pacote 3 – doc 60. *apud* ABREU, Márcia. 2005. *Op. cit.*

167 De autoria de José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), um dos diretores da Impressão Régia do Rio de Janeiro, esse livro parece ter obtido o agrado do público, uma vez que foi anunciado por várias vezes até 1821, provável ano de sua reedição. O título sofreu pequenas alterações, passando para *Leitura para os meninos, contendo hum silabário completo, huma collecção de agradáveis historias próprias á primeira idade, e hum Dialogo sobre Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia natural ao alcance dos meninos*. As alterações no título revelam com maior clareza o caráter didático da obra. (anúncio do *Diário do Rio de Janeiro*, em 21/08/1821).

localizados, vimos que esses livros não eram narrativas ficcionais. O primeiro caso não é uma narrativa, mas uma coletânea de várias delas, publicada em Portugal em dois números, cujo segundo data de 1815¹⁶⁸. De formato seriado, essa coletânea, então, é mais parecida com um periódico do que com um conto ou um romance. *A farofia*¹⁶⁹ é um texto em verso, com adágios populares que alertavam sobre os perigos que enfrenta quem resolve se casar. Também em versos é o texto *Receita para melancólicos*¹⁷⁰. Além de não serem obras em prosa de ficção, vimos que esses títulos não foram publicados no Brasil. Da mesma forma, não há nada que indique que tenham sido publicados no Rio de Janeiro os títulos seguintes¹⁷¹: *A Choupana Índia; Cartas de huma peruviana; O amor offendido, e vingado; A boa mãe; O Bom marido; História verdadeira da princeza Magalona; A infidelidade vingada; A Má Mãe; A amante militar; O crime mais horroroso ou o amigo traidor; A cadelinha pelo author do Piolho Viajante; Combate das paixões; Lausus e Lydia; Metusko, ou os Polacos; Renato, Epizodio do Genio do Christianismo, e as Aventuras de Aristono; e Cartas americanas*¹⁷².

168 Biblioteca Nacional de Lisboa L 6590 P.

169 Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L 69513P.

170 Biblioteca Nacional de Lisboa HG 11493 V.

171 Não foram localizados pareceres, pedidos de licença, nem exemplares que comprovassem a impressão desses livros no Rio de Janeiro nas bibliotecas consultadas. Efetuamos visitas à Biblioteca do Senado, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras; à Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico e ao Acervo Pessoal do Bibliófilo José E. Mindlin; contatamos via fax, carta ou e-mail a Biblioteca do Mosteiro de São Bento; Biblioteca Mário de Andrade; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a Biblioteca da Universidade de Brasília; a Biblioteca da Imprensa Nacional; o Arquivo Histórico de Porto Alegre; a Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul e o Instituto Moreira Sales; e também entramos em contato com os colecionadores Prof. Ivan Junqueira, Júlio Peterson e Iaponan Soares de Araújo. Com exceção de *Renato, Epizodio do Genio do Christianismo, e as Aventuras de Aristono*, todos os demais títulos listados foram localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca da Universidade Católica João Paulo II, em Lisboa. Esses livros passaram por processo de digitalização ou tiveram seus textos digitados e podem ser consultadas no site do projeto temático “Caminhos do Romance no Brasil – séc. XVIII e XIX” (<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>).

172 O livro *Cartas americanas* despertou um maior interesse em nossas pesquisas, pois, geograficamente, situa-se parte em Lisboa e parte no Brasil-colônia. Além disso, apresenta alguns personagens que habitavam a América portuguesa e se correspondiam com o protagonista que estava em Lisboa. A narrativa se passa no período da tomada de Lisboa pelos franceses, tema longamente tratado, porém há um fio condutor do enredo relacionado a uma triste história de amor de dois jovens separados pelo Atlântico. Contudo, não foram localizados exemplares de impressão desse livro na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, somente em tipografias lisboetas: BIANCARDI, Theodoro José. *Cartas americanas*.

Ressaltamos a importância de essas obras terem sido localizadas, uma vez que Alfredo do Valle Cabral e Rubens Borba de Moraes não tiveram acesso às mesmas e as consideraram como impressas no Rio de Janeiro. Como há exemplares publicados em Lisboa em datas próximas, acreditamos, como Maria Beatriz Nizza da Silva, que Valle Cabral tenha cometido equívocos quanto ao local de impressão desses títulos.

Já para o caso do título *Carta de Heloaze a Abailardo*, foram localizadas duas edições lisboetas¹⁷³ e mais uma edição que, conforme atesta a folha de rosto do exemplar consultado¹⁷⁴, foi publicada no Rio de Janeiro. No entanto, esse livro também ficará de fora de nosso *corpus* de análise, por não ser uma narrativa de ficção, porquanto, além da falta de um enredo, a história editorial desse título revela-nos que se trata de uma tradução em prosa do poema *Eloisa to Abelard*, de Alexander Pope (1688-1744), o qual, por sua vez, se inspirou nas célebres cartas da história de *Heloisa e Abelardo*, do século XII¹⁷⁵.

Finalmente, ficou estabelecido que saíram dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro os seguintes títulos:

1. Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de hum viagem á Lua e Canícula. Trad. André Jacob Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814.

2. O Castigo da Prostituição. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

Lisboa: Impressão Régia, 1809. (Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L 8703 P. No Brasil, outro exemplar dessa edição pôde ser consultado no Acervo pessoal de José Mindlin.) e BIANCARDI, Theodoro José. *Cartas americanas*. Lisboa: Impressão de Alcobia, 1820. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras: 79, 1, 20.)

173 Ambas as edições foram impressas na Officina de Joaquim Rodrigues d'Andrade, em 1815 e 1817. Márcia Abreu localizou essas edições na documentação da Mesa do Desembargo do Paço, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

174 Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, há dois exemplares desse título, com 29 páginas, sob as cotas [37, 5, 23] e [37, 5, 23 A].

175 O poema de Pope foi traduzido em versos para Língua Portuguesa e publicado em Londres no ano de 1801, com o título *Epistola de Heloyza a Abaylard composta no idioma Inglez por Pope e traslada em versos portuguezes por ** Mos* (Londres: Na Officina de Guilherme Lane, 1801 [Biblioteca da Universidade Católica João Paulo II, cota: CP-420]). A leitura dessa epístola, comparada à do poema revela uma tradução bastante fiel. (Cf. *The poetical works of Alexander Pope with his last corrections, additions, and improvements*. Elibron Classics, 2006. Facsimile da edição de 1787, feita por John Bell, em Londres. [coleção pessoal]).

3. *O Diabo Coxo verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

4. *As duas desafortunadas*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

5. *A filósofa por amor ou cartas de dous amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

6. *Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria*. Trad. Carlos Ferreira Lisbonense. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

7. *História de dois Amantes ou o Templo de Jatab*. Trad. José Pedro de Souza Azevedo. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

8. *Paulo e Virgínia. História fundada em factos*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.

9. *Triste effeito de huma infidelidade*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

Vejam os, a seguir, a apresentação de cada um deles:

II. 2) O primeiro contato com os livros

A partir da observação do conjunto de narrativas ficcionais publicadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro e da leitura de seus textos, podemos dizer que este apresenta grande diversidade em sua forma e conteúdo, tal como acontecia com as narrativas que já circulavam anteriormente no Rio de Janeiro. Romances em um ou dois volumes, que mantinham os textos integrais da tradução já editada em Portugal, eram publicados juntamente com pequenos contos, trechos segmentados de outras obras e até adaptações de livros ou de apenas algumas partes recortadas.

Iniciemos a apresentação com esses casos: a história do romance *História de dois amantes, ou o templo de Jatab*, por exemplo, impressa no Rio de Janeiro em 1811¹⁷⁶, é, na

176 Acervo Pessoal do Bibliófilo José Mindlin e Acervo do IEB/USP: L¹⁹334.; Há também um exemplar na British Library, em Londres, shelfmark 80402.bb.26.(8). Dado disponível no endereço: <http://blpc.bl.uk> na British Library, shelfmark: 8042.bb.26.(8)4; e no Acervo do IEB/USP: L¹⁹334. [O livro tem 60 páginas, 20 centímetros

verdade, um trecho da que havia sido escrita em vários tomos em *Memoires Turcs avec l'Histoire galante de leur séjour en France. Par un auteur Turc de toute les Academies Mahométones licencié en Droit Turc, et Maître-és-Arts de l'Université de Constantinople* e impressa em Paris, no ano de 1743¹⁷⁷. Antes de ser impresso na América portuguesa, o trecho do livro francês já havia sido traduzido por José Pedro de Souza Azevedo e publicado pela Imprensa Régia de Lisboa, em 1806, com o título *Templo de Jatab, Coleção de Memórias Turcas*¹⁷⁸.

Na mesma linha de textos que são formados de recortes de outros livros em prosa de ficção já publicados em formato integral e que circulavam de forma segmentada em Portugal, há os casos dos chamados “Contos moraes”, como *As duas desafortunadas*, de Fañçois Marmontel (1723-1799), publicado originalmente na França, entre os anos de 1761 e 1771, no livro *Contes Moraux*¹⁷⁹, e impresso como folheto avulso no Rio de Janeiro. Tal obra, traduzida do francês para o português, foi publicada em Portugal, no ano de 1785, pela Officina Antonio Alvarez Ribeiro, com o título *Contos moraes para entretenimento e instrução das pessoas curiosas. Extrahidas dos melhores auctores*¹⁸⁰, dentre os quais figurava *As duas desafortunadas*. Ao que tudo indica, os contos foram posteriormente separados e publicados sob a forma de pequenos folhetos, de cerca de 30 páginas, como fez

de altura por 12,5 de largura, e as seguintes informações na folha de rosto: “Traduzida e acomodada por J.P.S.A. Nova Edição”, além de uma pequena vinheta e de um aviso do livreiro Paulo Martin, anunciando o preço do livro, 960 réis, e outros romances que poderiam ser comprados em sua loja.]

177 A pesquisadora portuguesa Maria Teresa Esteves Payan Martins, examinando os documentos de censura da Real Mesa Censória, no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, encontrou pareceres sobre a impressão de *História de dois amantes* em Portugal que aumentariam as suspeitas levantadas com a leitura da edição publicada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. O resumo do enredo português, apresentado por Martins, contava alguns episódios da vida do protagonista que não são narrados na publicação do Rio de Janeiro. Um contexto introdutório da vida do personagem, por exemplo, que poderia auxiliar a compreensão de acontecimentos futuros, é omitido na edição luso-brasileira. Cf. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de Estudos Portugueses/Universidade Nova de Lisboa, 2001.

178 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da moeda, 1992.

179 Há um exemplar dos *Contes Moraux* na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a cota: L 7891 P

180 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

a Impressão Régia de Lisboa, que publicou esse título no ano de 1818¹⁸¹. Nesse caso, o título chegou aos prelos luso-brasileiros sem antes passar pela oficina tipográfica oficial portuguesa, porque *As duas desafortunadas* já havia sido publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1815, também em forma avulsa¹⁸².

No mesmo ano, veio à luz o título *O castigo da Prostituição*¹⁸³, com uma estrutura muito parecida com a dos contos morais de Marmontel. Acerca desse livro nos restam dúvidas no que tange a sua autoria e história editorial¹⁸⁴, mas sabemos que certamente foi publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro. De acordo com Gonçalves Rodrigues, *O castigo da Prostituição* também teria sido novamente publicado em Portugal no ano de 1818, mas, curiosamente, por três distintas tipografias e em diferentes formatos: pela Impressão Régia de Lisboa, como *in* 8° e com 52 páginas; ainda pela Impressão Régia, *in* 12°, com apenas 18 páginas; e, pela Typographia Rollandiana, com 39 páginas e formato *in* 8°.

É questionável o fato de que a Impressão Régia portuguesa tenha publicado este livro duas vezes no mesmo ano e com formatações tão díspares. Ainda que o título tivesse atingido uma vendagem tão grande que exigisse uma reedição no mesmo ano, mesmo contando com uma edição da Typographia Rollandiana, restaria a dúvida: se o sucesso alcançado fora tão grande, qual a razão para as modificações materiais dessa obra? Para complicar o entendimento dos processos de escolha de uma linha editorial nas casas impressoras oficiais do reino, encontramos um exemplar de uma outra edição de 1818, feita pela Impressão Régia de Lisboa, com 32 páginas¹⁸⁵, não mencionada por Gonçalves

181 *As duas desafortunadas. Conto moral traduzido do francez por ****. Lisboa. Na Impressão Regia. 1818. Com Licença. Localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob a cota: L 6602 P.

182 Localizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Obras Raras, cota: (37, 10, 8). [A edição tem 32 páginas]

183 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras: 37, 10, 9. [O exemplar *in* oitavo tem 32 páginas]

184 Gonçalves Rodrigues aponta duas indicações de autores para essa obra: “Genlis” (Condessa Stéphanie Felicite Ducrest de Saint Aubin/ 1746-1830) e “Edward Young” (1683-1765). Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

185 Biblioteca Nacional de Lisboa: (L6602 P) e (L18334 1 P).

Rodrigues e cujo registro de impressão não foi feito nos livros de *Registo de Obras* dessa casa impressora¹⁸⁶.

Os anos de 1815 e de 1818, para o Rio de Janeiro e para Lisboa, respectivamente, parecem mesmo terem sido representativos quanto à publicação de contos morais, pois além de *As duas desafortunadas* e de *O castigo da prostituição*, um outro título foi publicado em 1815, pela Imprensa Régia instalada na América portuguesa, e, em 1818, por sua congênere lisboeta. Trata-se de *Triste efeito de huma infidelidade*¹⁸⁷. Essa narrativa ficcional foi publicada pela primeira vez em língua portuguesa na cidade do Porto, em 1785 e conseguiu reedições nos dois lados do Atlântico.

Dentre os títulos publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, há casos de impressões em número reduzido de páginas, mas que não são compostas por um segmento ou de uma adaptação de outros livros, como o folheto *História da Donzella Theodora. Em que se trata de sua grande formosura, e sabedoria*, cujos dados apontam para uma edição original em 1540, escrita em Zaragoza, por Juana Milian¹⁸⁸. A partir de uma tradução castelhana, o folheto foi vertido em português por Carlos Ferreira Lisbonense e publicado em Portugal, pela primeira vez, pela Officina Herdeiros de Antonio Pedrozo Galrão, em 1712. O título obteve bastante sucesso em Portugal, pois após essa edição muitas outras se

186 Como vemos, vários dados concernentes à produção e à circulação dos romances no início do século XIX, tanto em relação aos impressos no Rio de Janeiro, quanto àqueles produzidos em Portugal, sugerem novas questões. Poderíamos até imaginar que, durante o processo de recolha dos inúmeros dados necessários para a composição de sua ampla obra *A tradução em Portugal (1495-1834)*, Gonçalves Rodrigues pudesse ter cometido algum equívoco, sobretudo se considerarmos que também não viu todas as obras por ele descritas, baseando-se, em alguns casos, em catálogos de bibliotecas pessoais, de bibliotecas leiloadas, de livreiros, além de “anúncios incluídos na imprensa contemporânea”, como afirma em seu prefácio. No entanto, a partir da localização do exemplar português citado, uma solução para o caso se transforma em algo ainda mais difícil de concretizar.

187 De acordo com Gonçalves Rodrigues, *Triste efeito de huma infidelidade*, pode ter sido editado a partir de uma adaptação ou de uma segmentação de *Les Mémoires et Aventures d'un homme de qualité*, coleção francesa escrita por Antoine François Prévost (1697-1763), e publicada originalmente por volta de 1730. Segundo o autor, é possível que *Triste efeito de huma infidelidade* seja uma tradução ou adaptação do último volume da coleção. Traduzidas para o português, as *Aventuras de hum homem de qualidade, ou memórias e sucessos do Marquez de Renoncour* foram publicadas em 1792 e em 1811 pela Officina Simão Thadeo Ferreira, in 8º e com 369 páginas. Tivemos contato com uma publicação recente desse romance em francês (Prévost. Antoine. *Mémoires et aventures d'un homme de qualité qui s'est retiré du monde*. Elibron Classics, 2006), que traz o texto integral da edição parisiense de 1808, mas, consultando os 3 volumes, não encontramos indícios de que a história de *Triste efeito* pudesse ter sido dele retirada.

188 Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. 2, pp. 30-31 e Vol. 9, p. 35.

seguiram: em 1735, 1741, 1745 e 1755 pela Officina Pedro Ferreira; em 1758, pela Officina Francisco Borges de Souza; em 1783, pela Officina Francisco José dos Santos e em 1822, pela Imprensa de Alcobia¹⁸⁹.

No Rio de Janeiro, *História da Donzella Theodora* foi impressa em 1815, pela Impressão Régia. No exemplar localizado¹⁹⁰, encontramos a importante informação do nome do tradutor, Carlos Ferreira Lisbonense, na folha de rosto, uma das poucas menções feitas a esse profissional, que, como vimos ao analisar os anúncios, quase sempre é citado apenas por iniciais ou asteriscos. A impressão da *História da Donzella Theodora* poderia significar uma venda certa, tendo em vista as várias edições que desse título foram feitas em Portugal e os muitos pedidos de autorização para importá-lo.

É possível estabelecer um paralelo entre os segmentos e adaptações publicados no Rio de Janeiro e os pequenos livros de baixa qualidade material e grande circulação que compunham a coleção francesa conhecida como *Bibliothèque Bleue*, analisada por Roger Chartier¹⁹¹. Esses livros passavam por um processo de adaptação, no qual se resumiam muitos trechos e se retiravam outros, principalmente os descritivos, de modo a diminuir o número de páginas, tornando a edição mais barata, e a facilitar a leitura, publicando, basicamente, somente o cerne da obra original.

É preciso, no entanto, lembrar que o público para o qual os livros da *Bibliothèque Bleue* eram produzidos, pessoas pobres, mas alfabetizadas, possivelmente não se assemelhasse ao do Rio de Janeiro. Porém, ainda assim, é possível encontrarmos algumas semelhanças entre estas

Histórias, romances ou contos que obedecem a certas estruturas narrativas, ao mesmo tempo descontínuas e repetitivas, que sobrepõem os fragmentos, empregam várias vezes os mesmos

189 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

190 Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, localizado na seção de Obras Raras, cota: 37, 10, 3b. Há ainda uma edição portuguesa na Biblioteca nacional de Lisboa, na cota L 4980 V. A edição da Impressão Régia do Rio de Janeiro, de 30 páginas, se encontra em muito mau estado, tendo quase todas as suas folhas danificadas por furos de traças, o que, inclusive, compromete a leitura das últimas páginas. Como não encontramos nenhum anúncio desta obra nos periódicos que pesquisamos, não somos capazes de informar seu preço na época.

191 Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil. 1990.

motivos, ignoram as intrigas complicadas, que requerem uma memorização exata dos acontecimentos, ou das personagens¹⁹².

Como acontece também com os romances aqui tratados, Chartier constatou que os livros franceses que analisou apresentavam tamanhos pequenos *in oitavo* e *in duodécimo*, com número de páginas variado e que poucos eram os livros com imagens no corpo do texto, sendo que alguns apresentavam uma gravura na folha de rosto. Da mesma forma, nosso objeto de estudo poderia ser comparado com os *Chapbooks* produzidos no final do século XVII, que perduraram até o início do XIX e foram descritos por Victor Neuburg¹⁹³ como baratos e também pouco extensos.

Essas adaptações apresentam outras semelhanças com os títulos por nós estudados: o fato de terem sobrevivido à concorrência da importação, já que a compra de livros vindos da metrópole poderia significar uma melhor opção, devido aos custos mais baixos; e a circunstância de que a maioria deles tenha desaparecido, restando alguns poucos exemplares com colecionadores. Por fim, também é comum a particularidade de catálogos de livreiros, oferecendo outros títulos, virem impressos em alguns dos volumes.

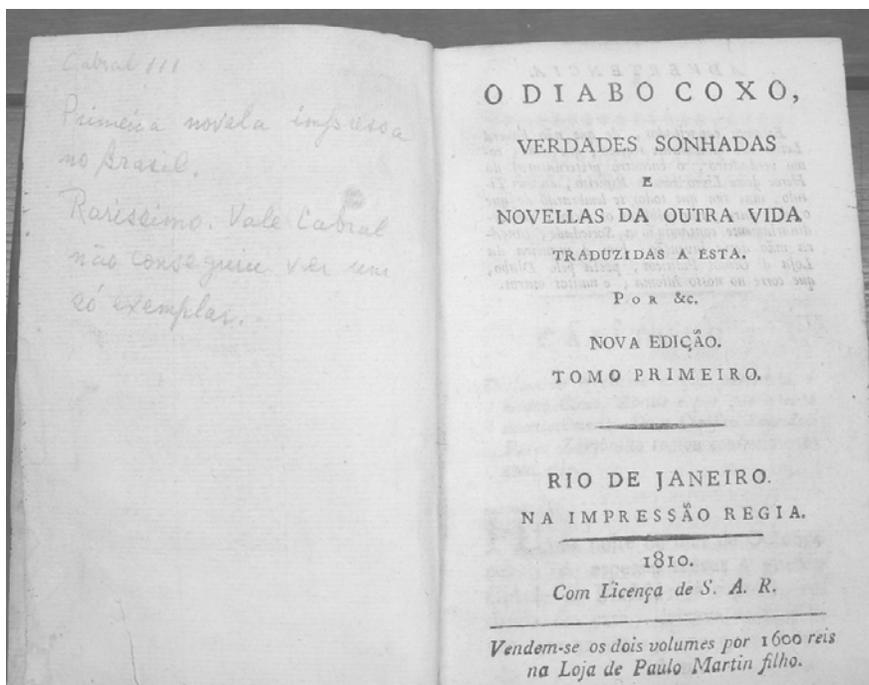
Nos casos dos *Chapbooks* e dos livros da *Bibliothèque Bleue*, os autores observaram a interferência do editor na formatação das impressões, modificando o formato do livro, alterando a disposição do texto, inserindo ilustrações, excluindo períodos longos e descritivos ou mesmo resumindo o conteúdo original. O controle das edições derivadas ficaria, então, vedado ao autor da primeira versão e esta, após as diversas intervenções tipográficas, já suportaria diferentes processos de leitura e compreensão¹⁹⁴.

Como já dissemos, essas considerações não abrangem os títulos integrais publicados, com edições mais extensas, às vezes impressos em dois tomos, como ocorre com *O diabo coxo; Paulo e Virgínia historia fundada em factos; A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos e Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen*.

192 Idem. pp. 173-4.

193 NEUBURG, Victor. "Chapbooks in America: Reconstructing the Popular Reading of early America" in DAVIDSON, Cathy N. *Reading in America: Literature and Social History*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1989. pp. 81-113.

194 Sobre interferências do editor, ver: CHARTIER, Roger (org.) *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 96-105. Ver também: CHARTIER, Roger. "Crítica textual e história cultural - o texto e a voz, séculos XVI-XVII" *In Leitura: teoria e prática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.



Biblioteca José e Guita Mindlin

O diabo coxo foi o primeiro romance publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1810¹⁹⁵, poucos anos depois de sua primeira impressão em português, feita pela Typografia Lacerdina, em 1806¹⁹⁶. Conforme indicação de Antonio Gonçalves Rodrigues, estudioso dos trabalhos de tradução em Portugal, feitos entre os séculos XV e XX, o tradutor dessa edição teria sido Joaquim Manuel de Sequeira Brandão¹⁹⁷. Esse tradutor parece não ter sido o único a se concentrar na tradução de *O diabo coxo*, uma vez que, segundo Innocencio Francisco da Silva, o alentejano Pedro Freire de Oliveira (1758-1814), professor régio de gramática latina e autor de vários títulos didáticos, também traduziu o romance aqui apresentado. Seguiram à edição portuguesa de 1806 outras edições

195 Portugal: Biblioteca Nacional da Ajuda: Cota: 73-I-42 e 43. Acervo pessoal de José Mindlin. [A coleção de Rubens Borba de Moraes, colocada sob os cuidados do amigo José Mindlin, apresenta preciosidades como esse romance de dois tomos, com 134 e 174 páginas. O exemplar do acervo de José Mindlin mantém detalhes como a encadernação da época e apresenta a seguinte anotação manuscrita do antigo dono (Rubens Borba de Moraes): “Cabral 111. Primeira novela impressa no Brasil. Raríssimo. Vale Cabral não conseguiu ver um só exemplar”.]

196 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

197 Idem. [Gonçalves Rodrigues indica ainda a existência de uma edição manuscrita feita por esse tradutor, arquivada sob a cota MS 695-A em Portugal, na Biblioteca Municipal do Porto. No entanto, não foram encontrados dados biográficos sobre Joaquim Manuel de Sequeira Brandão em outras fontes de referência]

publicadas em 1808, 1813 e 1819. As quatro edições, feitas em um período de pouco mais de uma década, comprovam a boa aceitação da obra por parte do público leitor português, haja vista que o romance mereceu uma segunda edição apenas dois anos após ter sido publicado pela primeira vez, o que sugere que as aventuras do diabo coxo, quando dadas à luz em Língua Portuguesa, foram compradas todas e esgotadas nas livrarias em pouco tempo.

Certamente, o enredo de *O diabo coxo* era já conhecido do público português, uma vez que esse romance havia sido escrito quase um século antes de ser publicado pela primeira vez nesse país. A tradução em língua portuguesa pode ter sido feita com base em uma das edições francesas escritas por Alain-René Le Sage, autor de *Le Diable Boîteux*, publicado em 1707¹⁹⁸. Esse autor escreveu seu romance a partir da adaptação de um outro: *El diablo cojuelo*, texto escrito em 1641, pelo espanhol Luís Velez de Guevara, como informou o próprio Le Sage na “Epístola” publicada na segunda edição desse romance, datada de 1726, em que a dedicou ao autor espanhol, declarando que este lhe havia fornecido o título e a idéia de seu romance¹⁹⁹.

Outro romance impresso no Rio de Janeiro em seu formato integral foi *Paulo e Virgínia. Historia fundada em factos*. Jacques-Henri Bernardin de Saint Pierre é o autor da edição original desse romance, publicado com o título *Paul et Virginie*, em 1788²⁰⁰. Tendo sido traduzido para o português, *Paulo e Virgínia* foi impresso no ano de 1807, em Lisboa; no ano de 1818, em Paris, pela Typografia Barrois²⁰¹ e no ano de 1823, também em Lisboa, pela Typografia Rollandiana²⁰². No Rio de Janeiro, esse título saiu à luz no ano de 1811, em dois volumes²⁰³.

198 Cf. DEMOUGIN, Jacques (direction de). *Dictionnaire des Littératures française et étrangères*. Paris: Larousse, 1994.

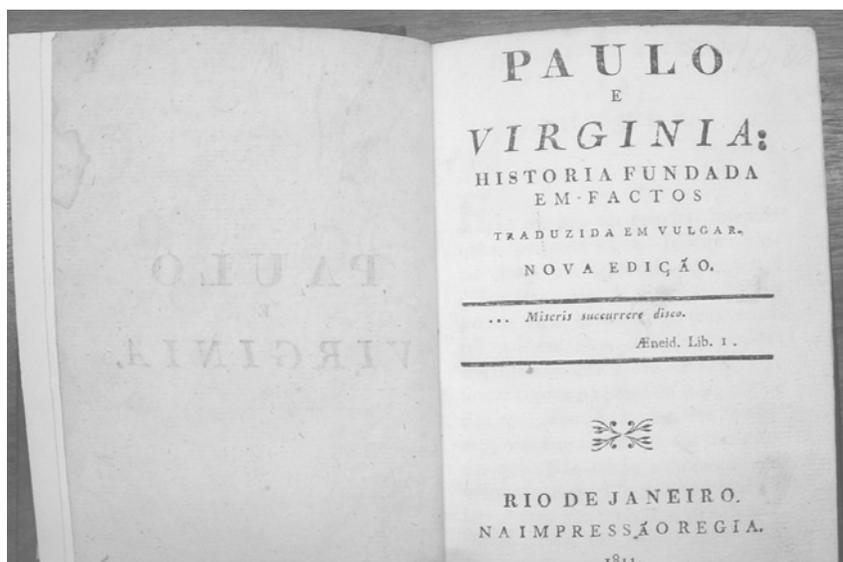
199 “Epître au très illustre auteur Luis Velez de Guévara” in LE SAGE. *Le diable boiteux: Nouvelle édition corrigée, refondue, ornée de figures, et augmentée d’un volume*, consultado na edição: LE SAGE. *Le Diable boiteux*. Paris: Gallimard, 1984. p. 27.

200 Cf. DEMOUGIN, Jacques. *Op. cit.*

201 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.* [o nome do tradutor não foi mencionado por Gonçalves Rodrigues.]

202 Biblioteca Nacional de Lisboa: Cota L8678 P.

203 Acervo pessoal José Mindlin.



Biblioteca José e Guita Mindlin

Também em dois volumes, foi publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro *A filósofa por amor ou Cartas de dous amantes apaixonados, e virtuosos*²⁰⁴, cuja primeira edição em Língua Portuguesa data de 1806²⁰⁵, traduzida por Luís Caetano de Campos (1750-1820?), português dedicado às ciências físicas, matemáticas e também às belas-letas²⁰⁶, a partir de uma versão espanhola. No Rio de Janeiro, o primeiro tomo desse romance foi publicado pela Impressão Régia no ano de 1810, seguido pelo segundo tomo em 1811²⁰⁷.

Por fim, num texto integral, mas com apenas um volume, a Impressão Régia do Rio de Janeiro imprimiu as *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen*, que tem sua

204 Gonçalves Rodrigues, em estudo sobre a tradução em Portugal, considerou esse romance como tendo sido escrito pelo francês Retif de la Bretonne. De acordo com o pesquisador, la Bretonne, para compor esse romance, teria adaptado a primeira parte de um livro intitulado *Julie ou La Nouvelle Heloise*, de Jean-Jacques Rousseau, publicado pela primeira vez em Paris, no ano de 1766 [Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*]

205 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

206 Tendo viajado por diversos países da Europa, Luís Caetano de Campos publicou entre 1790 e 1793, quando retornou a Lisboa, quatro tomos das *Viagens d'Altina nas cidades mais cultas da Europa, e nas principaes povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo*, romance de grande sucesso na época. (para dados bibliográficos, ver: SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol 5. pp. 235-236)

207 Utilizamos uma cópia do exemplar encontrado na Universidade Católica João Paulo II, cota: CPLE 1894 – CDU 840.94 (044) – NBC: 1136784. [2 volumes, com 117 e 105 páginas]

autoria atribuída ao cientista e bibliotecário alemão Rudolf Erich Raspe (1737-1794), que a publicou, em 1785, pela primeira vez na Inglaterra, o que explica o idioma da edição original dessa narrativa.

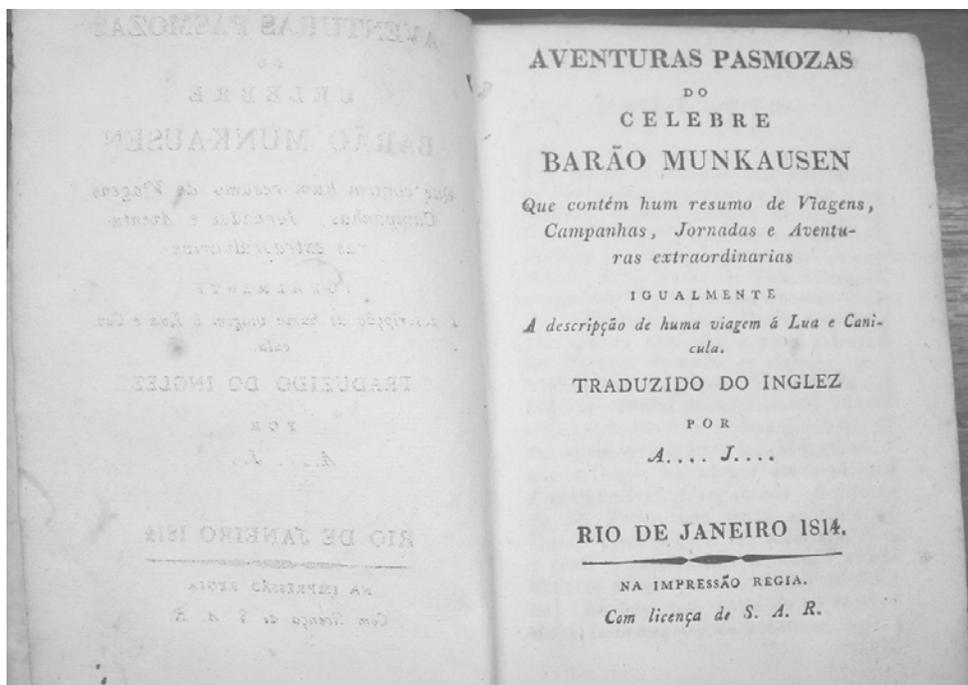
Em nossas pesquisas, não descobrimos dados que apontassem para uma tradução desse romance em Língua Portuguesa feita em Portugal, mas no ano de 1814, o capitão da Marinha e da Guerra André Jacob, na altura morador do Rio de Janeiro, traduziu do inglês para o português as aventuras do barão de Munkausen e solicitou permissão à Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro para imprimir seu manuscrito. O manuscrito da tradução foi encaminhado para José Bernardes de Castro, então deputado da Junta Diretora da Impressão Régia, nos seguintes termos:

Para José Bernardes de Castro
O Príncipe Regente Meu Senhor He servido que revendo V. M. o Manuscrito intitulado as Aventuras pasmozas do Barão Munchhausen com huma Viagem á Lua, A Canicula traduzido do Inglez pelo Capitaõ da Mar. e Guerra André Jacob, e naõ achando inconveniente na sua Impressão o faça imprimir ás custas do seu Tradutor = Deos guarde a V. Mce. Paço em 18 de Junho = Marquez de Aguiar²⁰⁸.

Assim se efetuou, no mesmo ano, a possível primeira edição em português, intitulada *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canicula*, feita pela Impressão Régia do Rio de Janeiro²⁰⁹.

208 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: *Registro de Avisos e Ofícios*. Livro 7 da Corte –1814-1815 – f. 33v. (Notação: IJJ 1 185. Série Interior Gabinete do Ministro. Seção de guarda: A6/Codes).

209 Acervo pessoal de José E. Mindlin. O livro foi confeccionado em tamanho *in 8º* e contém 144 páginas, além de um Prefácio (páginas III a V), um Índice (páginas VI a XIV) e uma folha de erratas (pag. XV).



Biblioteca José e Guita Mindlin

Segundo o colecionador José Mindlin, essa edição teria sido a primeira tradução em Língua Portuguesa das aventuras de Munkausen publicada e constatamos que uma edição lisbonense, de 1838, impressa na Typographia Rollandia e arquivada no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro²¹⁰, mantém o mesmo texto da anterior lusobrasileira. O cotejo dos dois exemplares, feito a partir das fotografias da edição de 1838 e da de 1810, atesta a permanência do texto da tradução de André Jacob, com pequenas alterações editoriais na divisão da narrativa entre as páginas do livro. É curioso o fato de que nenhuma outra tipografia portuguesa tenha publicado esse romance antes de 1814, nem mesmo a Impressão Régia de Lisboa, mas como não foram localizados dados que comprovem a publicação desse livro em Portugal anteriormente à edição feita no Rio de Janeiro, acreditamos que a Impressão Régia instalada na colônia tenha sido a primeira oficina a publicar esse romance em Língua Portuguesa. Isso não era comum, pois, geralmente, no Rio de Janeiro, imprimiam-se romances que já haviam sido publicados em Portugal por outras tipografias, mas, como vimos nesse capítulo, alguns títulos que foram

210

Real Gabinete Português de Leitura (estante 29, n.º 29269).

publicados em ambas as casas impressoras oficiais saíram à luz primeiramente na Impressão Régia do Rio de Janeiro.

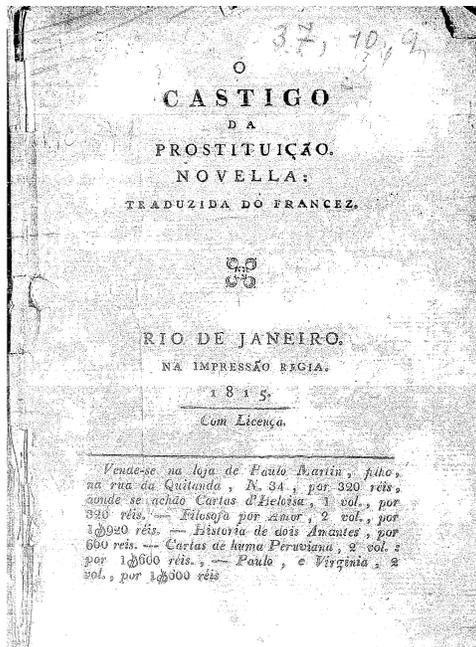
II. 3) Edições em comparação

No rol de romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro e pela Impressão Régia de Lisboa, encontramos títulos que foram impressos nos dois lados do Atlântico, com pouco tempo de intervalo entre uma edição e outra e sem grandes modificações no texto divulgado. Incluem-se nesse caso *O Castigo da prostituição* (Rio de Janeiro, 1815; Lisboa, 1818), *As duas desafortunadas* (Rio de Janeiro, 1815; Lisboa, 1818), *História da donzella Theodora* (Lisboa, 1814; Rio de Janeiro, 1815), *História de dois amantes ou o templo de Jatab* (Lisboa, 1807; Rio de Janeiro, 1811) e *Triste efeito de huma infidelidade* (Rio de Janeiro, 1815; Lisboa, 1818)²¹¹.

Em se tratando de duas casas impressoras congêneres, esperava-se mesmo que mantivessem um catálogo comum de títulos, que poderiam ser reeditados. No entanto, como já sabemos, não houve no Rio de Janeiro uma simples reedição de romances já impressos pela Impressão Régia de Lisboa, pois foram publicados títulos diferentes, sendo que alguns vieram à luz primeiramente na América portuguesa.

As divergências na disposição das informações e também na maneira como o texto é apresentado (tamanho da mancha gráfica, divisão dos parágrafos, tipos utilizados, etc.) ocorrem em todos os casos de reedição. Tomemos como exemplo o título *O Castigo da prostituição*: as folhas de rosto das duas edições apresentam número significativo de diferenças, a começar pela diagramação:

211 Com exceção de *Historia da donzella Theodora* e de *Historia de dois amantes*, os demais títulos não constam dos livros de *Registo de obras* da Impressão Régia de Lisboa, porém foram localizados e podem ser consultados no site do projeto “Caminhos do romance no Brasil séculos XVIII e XIX” (<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>). Também houve reedição do título *Carta de Heloaze a Abailardo* (Rio de Janeiro, 1812 [?]; Lisboa, 1819), que não será analisado nesta tese pelas razões expostas no capítulo II.1.



Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Biblioteca Nacional de Lisboa

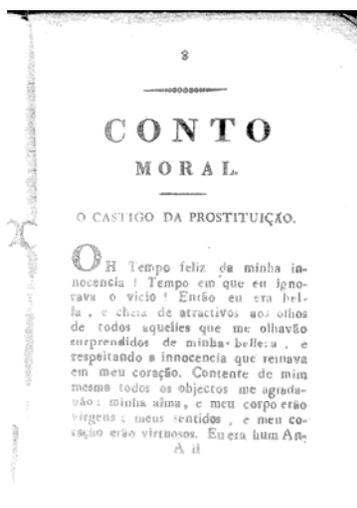
Entre o título e o local de impressão, as folhas de rosto apresentam uma estampa, que difere de edição para edição e, embora no período D. João estivesse no Brasil, foi em Portugal que se imprimiram símbolos régios nesse espaço. No exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, há o brasão da bandeira do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves (1816-1822), cujos elementos são: a esfera armilar, que fazia parte da bandeira pessoal de D. Manoel I e foi utilizada na do Principado do Brasil (1645-1816); o escudo da monarquia lusitana, no centro, com as cinco quinas e os sete castelos; e uma coroa. O exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por sua vez, não apresenta símbolos régios e traz apenas uma vinheta, comum nas demais publicações em prosa de ficção da casa²¹².

212 Para descrição do brasão, consultei: TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1999. p. 490; e o site <<http://www.monarquia.org.br/NOVO/obrasilimperial/Bandeirashistoricas.html>>, visitado em 14/03/2007. Para os comentários acerca do símbolo régio e da vinheta, contei com a colaboração do Professor João Luís Lisboa, a quem agradeço.



A Impressão Régia de Lisboa já dispunha dessa gravura com símbolos régios aberta, podendo reutilizá-la como matriz em muitas edições da casa. Provavelmente, a oficina tipográfica real situada no Rio de Janeiro também dispunha, nesse período, de um clichê com a esfera armilar, o escudo da monarquia lusitana e a coroa para ser utilizado nos documentos oficiais, pois, no ano de 1817, por exemplo, ele foi estampado na *Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, &c*²¹³. Porém, divergindo da prática usada pela Impressão Régia portuguesa, esse clichê não era utilizado nos romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro.

Mesmo nas indicações bibliográficas, os frontispícios divergem. Em Portugal, *O Castigo da prostituição* foi classificado como um “conto moral”, enquanto que, no Rio de Janeiro, a obra foi impressa com o título seguido da informação: “novella”.



Essas variações na classificação não são muito claras, pois não obstante a folha de rosto do exemplar carioca indicar que se tratava de uma “novella”, o leitor, ao chegar na página 3 do livro, encontraria a classificação “Conto moral”. Isso reforça a idéia de que, nos primeiros anos do século XIX, ainda havia certa incerteza na nomeação de um gênero para os textos impressos em prosa de ficção, incerteza essa que levava os tipógrafos e os anunciantes muitas vezes a usar termos como “novella” e “conto” como sinônimos²¹⁴.

213 Imagem disponível em:

<http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/images/Tpage1.jpg>, consulta em 26/06/2007.

A indicação de que se tratava de uma tradução é comum nas duas edições, porém, no Rio de Janeiro, o editor preferiu simplesmente não mencionar o nome do tradutor, apresentado sob os símbolos “***” na edição lisboeta. Também em ambas há um anúncio apontando para o local onde esse título poderia ser adquirido: “em casa de João Nunes Esteves”, em Lisboa, ou “na loja de Paulo Martin, filho”, no Rio de Janeiro. Os nomes dos dois livreiros vêm seguidos do endereço detalhado de seus estabelecimentos, mas Paulo Martin aproveitou melhor o espaço e, além de avisar sobre o valor cobrado por *O castigo da prostituição*, divulgou outras obras de que dispunha em seu estoque, acompanhadas de seus respectivos preços. Note-se que os títulos do anúncio do livreiro foram todos considerados como publicações feitas no Rio de Janeiro, embora, como vimos, alguns deles não tenham saído dos prelos da Impressão Régia dessa cidade.

Tais anúncios feitos por Paulo Martin filho e impressos em outras publicações da casa impressora instalada na América portuguesa levaram estudiosos a considerar que esse livreiro tivesse sido o editor responsável pela publicação das obras em prosa de ficção. Rubens Borba de Moraes, por exemplo, responsabilizou Paulo Martin Filho pela edição dos romances publicados pela Impressão Régia, qualificando-o como “nosso primeiro editor”²¹⁵ e Hallewell²¹⁶, citando Rubens Borba, também sugeriu esta qualificação.

De fato, observando as folhas de rosto de outros romances feitos no Rio de Janeiro no período, nota-se que os dizeres de Paulo Martin Filho são recorrentes e podem assinalar sua atividade de editor. Possivelmente, a Impressão Régia instalada na América portuguesa também dispunha de um controle contábil de seus trabalhos, como ocorria com a Impressão Régia de Lisboa, cujos livros de *Registo de obras* mapearam grande parte das obras nela publicadas, apontando os solicitantes de cada uma delas como devedores da edição, mas, infelizmente, não localizamos dados sobre os responsáveis por todas as edições feitas no

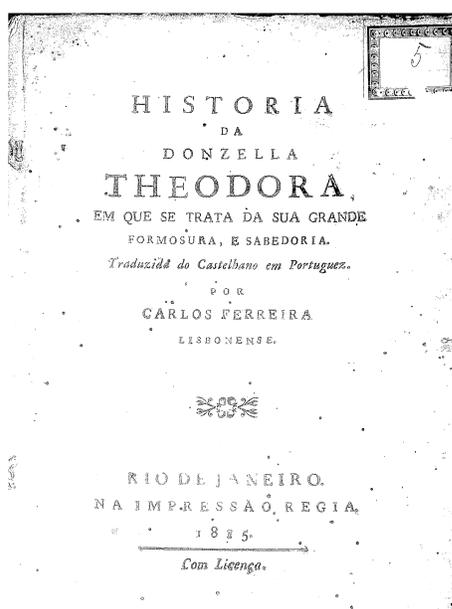
214 Isso também acontecia em alguns anúncios nos quais os títulos admitiam diferentes indicações de gênero. Veja-se, por exemplo, o caso de *Amor, e Probidade, Novella extrahida de hum Romance em cartas, com os mesmo título*, oferecido na *Gazeta de Lisboa*, em 24/04/1819. [imagem do livro *O Castigo da prostituição*, encontrado no site do projeto “Caminhos do romance no Brasil séculos XVIII e XIX” <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>.]

215 CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Impressão Régia*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993. Vol. 1. Introdução, p.XXIX.

216 HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo, SP: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985. p. 41.

Rio de Janeiro. Paulo Martin Filho deve ter sido um dos editores de romances e outros nomes podem ter tido sua parcela de participação na publicação das narrativas de nosso *corpus* de análise, como Zeferino Vito Meireles, que, como vimos no capítulo II.1, solicitou a impressão de *Carta escrita pela senhora* ***.

Muitos dos romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro apresentavam o anúncio de Paulo Martin Filho, que não se faz presente, contudo em *História da donzella Theodora*. As folhas de rosto da edição lisboeta e da reedição feita no Rio de Janeiro desse título apresentam número menor de divergências, uma vez que, com exceção do local e ano de impressão, trazem os mesmos dizeres. O diferencial fica por conta da ilustração presente na portada da edição localizada em Portugal:



Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

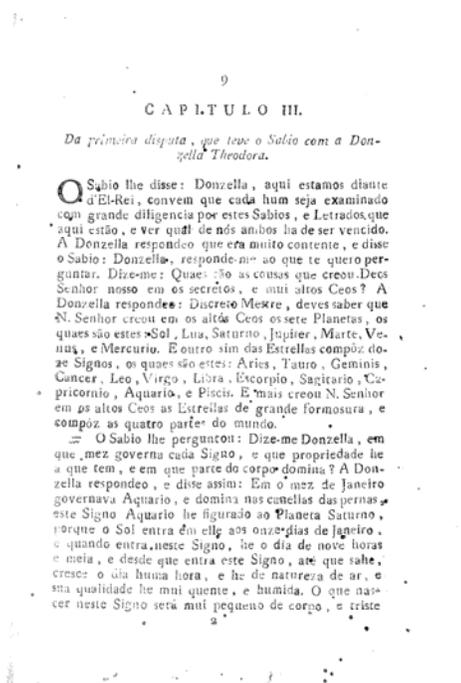


Biblioteca da Ajuda/Palácio Nacional da Ajuda/Lisboa

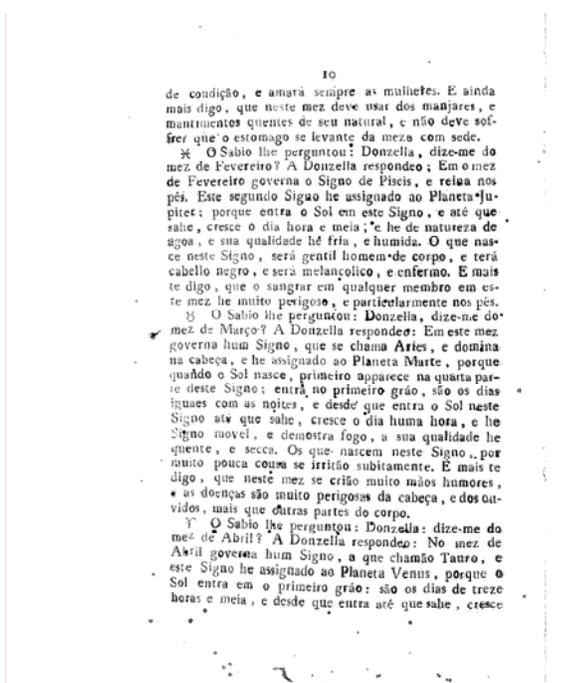
As personagens principais dessa narrativa (o rei Miramolim, a donzela Theodora e o mercador) receberam grande destaque na apresentação da obra, ocupando, inclusive, um espaço um pouco maior que o dedicado ao título. Tamanha foi a importância dada pelo editor para essas figuras que nem mesmo estampou-se o brasão Real, comumente presente nas obras da Impressão Régia de Lisboa. O único símbolo que poderia remeter à realeza só poderia ser visto pelos leitores de período posterior, após o arquivo desta obra por parte da

Real Biblioteca Pública, atual Biblioteca Nacional, que carimbou a portada com um motivo de uma coroa.

A edição feita no Rio de Janeiro não proporciona ao leitor a vantagem de conhecer as personagens logo na folha de rosto, mas por si só já mereceria comentários sobre algumas características que a diferenciavam das demais narrativas ficcionais em número reduzido de páginas publicadas pela Impressão Régia da cidade, na medida em que revela um cuidado tipográfico maior em relação aos demais títulos até aqui apresentados. Vale dizer, por exemplo, que essa edição apresenta ilustrações dos símbolos do zodíaco no capítulo 3 e didascálias que antecedem cada um dos capítulos. Esses cuidados tipográficos não só tornavam a edição mais atraente, como também facilitavam a leitura do folheto, influenciando na compreensão da história.

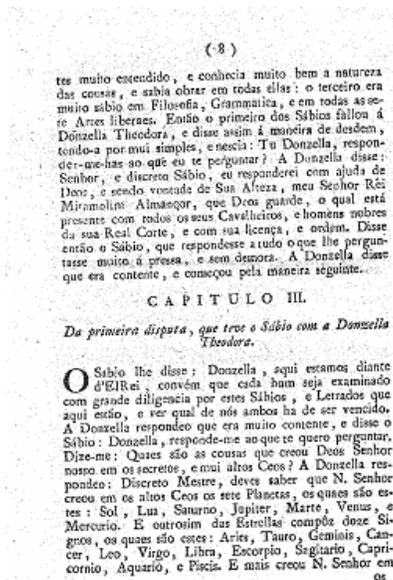


Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Porém, se comparada com a edição feita em Lisboa, a donzela carioca sai em desvantagem no quesito ilustração. Manteve-se a distribuição dos capítulos e das didascálias, mas, em Portugal o tipógrafo (ou o editor) caprichou nas ilustrações, embora, talvez para ganhar espaço, tenha aumentado a mancha gráfica e compactado o texto.



Biblioteca da Ajuda/Lisboa



Biblioteca da Ajuda/Lisboa

Apesar das ocorrências de reedições, a partir das reflexões feitas até o momento acerca dos históricos das Impressões Régias de Lisboa e do Rio de Janeiro, de suas produções editoriais e da maneira como os romances publicados nessas oficinas tipográficas era anunciada pelos comerciantes que lidavam com livros, acreditamos que não havia mesmo uma relação editorial entre elas e consideramos que, embora fossem órgãos oficiais, ambas funcionavam como uma tipografia. Como vimos, as Impressões Régias, além de publicarem os documentos do governo e os impressos relativos à legislação, recebiam pedidos de impressão e executavam seus trabalhos, cobrando os preços concernentes. E nesse processo é que se enquadraria a impressão de romances.

A impressão de romances no Rio de Janeiro parece não ter despertado tanto o interesse dos editores como ocorreu em Lisboa, pois, dentre muitos documentos e obras, publicados entre 1808 e 1822, apenas 9 (ou 11) romances saíram à luz pela Impressão Régia e ainda é difícil vislumbrar os motivos pelos quais foram impressos. Sobretudo se considerarmos que alguns títulos se repetiam e que o mesmo romance algumas vezes era impresso antes no Rio de Janeiro e só alguns anos depois em Lisboa.

Fato interessante é que tanto as edições feitas no Brasil, como as portuguesas poderiam ser adquiridas nos livreiros da cidade do Rio de Janeiro e, portanto, não sabemos

mesmo se foi um bom negócio para a casa impressora oficial da colônia imprimir essas obras que teriam que concorrer com as importações. É certo que, no caso da preferência pela obra impressa na Imprensa Régia de Lisboa, o livreiro teria que arcar com os custos provenientes do processo de envio e o leitor teria que aguardar certo tempo até que o livro passasse por muitos trâmites burocráticos. No entanto, se essa obra já tivesse sido encomendada por um livreiro, estaria à disposição do comprador, quiçá até na mesma prateleira que o exemplar carioca.

Também é verdade que as impressões feitas no Rio de Janeiro eram nítidas, com letras que apresentavam serifas, algumas editadas com boa encadernação, com capas em couro e folhas de guarda. De acordo com Rubens Borba de Moraes, os livros da Imprensa Régia do Rio de Janeiro eram confeccionados com esmero:

Sob o ponto de vista tipográfico, não há a menor dúvida de que os impressores de hoje teriam muito o que aprender, vendo os livros e folhetos da Imprensa Régia. Esses compositores anônimos, vindos de Portugal, conheciam o *métier*. Eram mestres. Sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa época são obras-primas de tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil²¹⁷.

Por outro lado, o preço a ser pago para a casa impressora do Rio de Janeiro pela edição de um livro poderia ser bem caro, pois, como comentou Maria Beatriz Nizza da Silva, “quanto ao custo da impressão, sabemos pela correspondência de Luís dos Santos Marrocos que no Rio de Janeiro era mais elevado do que em Lisboa ou na Bahia”²¹⁸. Contudo, isso não se refletia nos preços para o consumidor final, pois, embora os valores nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* fossem maiores se comparados aos divulgados na *Gazeta de Lisboa*, considerando-se somente o mercado de livros da América portuguesa, os valores eram os mesmos tanto para os impressos no Rio de Janeiro como para os importados. A “novella Atala”, por exemplo, “composta em Francez pelo afamado Chateaubriand, e traduzida em Portuguez, hum volume, nitida impressao e bonita encadernação” foi oferecida, em 1819, por 960 réis, mesmo preço cobrado para *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes*, no ano anterior²¹⁹.

217 MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. p. 175.

218 SILVA, Maria Beatriz Nizza da., 1978. *Op. cit.* p. 25.

219 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 03/03/1819 e 09/12/1818, respectivamente.

Assim, pode-se dizer que as razões que levavam os editores (autores, tradutores ou livreiros) a imprimir romances no Rio de Janeiro não podem ser avaliadas somente pelos motivos financeiros. Da mesma forma, tais razões não deveriam estar relacionadas com o prestígio, pois, como veremos, os livros em prosa de ficção, embora agradassem os leitores, carregavam ainda no início do século XIX uma rejeição ao reconhecimento, vinda de longa data. A partir da leitura desses romances, levantamos a hipótese de que houvesse outras razões.

No Capítulo seguinte, compreenderemos melhor como eram esses romances, com a apresentação e a análise de seus prefácios, enredos, personagens e desfechos. Esclarecemos que essas análises serão feitas de forma coletiva, a fim de entendê-los em conjunto, apesar da diversidade, que dificultou o trabalho. No decurso da pesquisa, foi surgindo maior quantidade de informações sobre determinados títulos, que, às vezes, nos levavam a um questionamento diferenciado para cada um ou, talvez, para um pequeno grupo deles. Entretanto, a falta de dados para outros títulos nos impedia a confecção de uma análise individual. Se, por um lado, dispúnhamos de títulos como *O diabo coxo* e *Paulo e Virgínia*, ainda hoje lembrados em seus países de origem e que têm reconhecimento nos demais onde foram traduzidos; por outro, percebemos que a maioria das obras aqui examinadas não contou com discursos críticos no período em que foram publicadas, dispondo atualmente de apenas algumas linhas de comentários feitos em dicionários bibliográficos, pois nem mesmo foram localizados seus pareceres de censura.

Poucos títulos, como os das publicações feitas em poucas páginas, por exemplo, podem ser agrupados em um conjunto, se ponderarmos que podem se tratar de recortes ou mesmo adaptações de outros livros, uma vez que apresentam características materiais comuns. Entretanto, há os casos de traduções de romances publicados com seus textos completos. Uma linha de escolha que valorizasse os discursos moralizantes mostrava-se como uma alternativa de abordagem dos textos de nosso *corpus*, mas, conforme veremos no Capítulo III, mesmo essa linha não pode ser seguida em todos os romances.

Assim, o conjunto se mostra heterogêneo, desafiando-nos a estabelecer conclusões e apontar respostas para a escolha desses 9 títulos selecionados para serem impressos na América portuguesa. Contudo, se analisado em pequenos grupos, pode-se traçar certa unicidade pelo viés temático, pela prática de reedição de romances de sucesso, pela

materialidade ou mesmo pelos processos de editoração aos quais, aparentemente, alguns títulos foram submetidos.

Capítulo III - Os romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro

III.1) O romance no contexto europeu

Os livros em prosa de ficção publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro provavelmente eram desvalorizados, tanto as edições em número reduzido de páginas, como *O Castigo da prostituição*, *As duas desafortunadas*, *História da donzella Theodora*, *História de dois amantes* e *Triste efeito de huma infidelidade*; quanto as integrais, bem encadernadas, com textos mais extensos e, na maioria dos casos, divididos em dois volumes, como *Aventuras pasmozas do celebre barão de Munkausen*, *O diabo coxo*, *A filósofa por amor* e *Paulo e Virgínia*.

A razão de desqualificação se deve ao fato de que o gênero romance sempre esteve às voltas com certo preconceito e com dificuldades de aceitação, justificados, entre outras causas, por não ter sido contemplado com normas clássicas como as estabelecidas na tradição Poética. Com o passar do tempo, novos motivos foram surgindo, por parte de críticos, religiosos e outros homens de letras, que levantavam defeitos, impropriedades e outras características de inconfiabilidade, a fim de desqualificar esse gênero.

Por outro lado, tais motivos também instigaram a invenção de justificativas, elaboradas por autores e críticos, e o aprimoramento de técnicas de escrita e apresentação dos livros, movidos pelos romancistas, a fim de promover o efeito contrário. Esse jogo de forças suscitou debates interessantes, sobre os quais atualmente vários autores têm se debruçado. Da mesma forma, existiram questões que promoveram a consolidação do gênero, sobretudo na Inglaterra setecentista, como a criação, a leitura, a divulgação e a análise dos romances, questões estas que despertaram o interesse de críticos e historiadores nos últimos anos.

De acordo com Antonio Candido, desde o século XVI, pessoas letradas e escritores dedicados à prosa ficcional já vinham se esforçando para teorizar sobre o novo gênero, buscando, inclusive argumentos de afirmação na Antigüidade, como o fez Robortello num

comentário à *Poética* de Aristóteles²²⁰, em 1548. As idéias de Robortello, entretanto, foram refutadas nos *Discorsi*, de Gherardi Cintio, em 1554²²¹, que alegou que o autor havia direcionado sua análise para poemas cavaleirescos italianos, para os quais, de acordo com Cintio, as normas prescritas na *Poética* não se aplicariam, já que, segundo ele, os poemas apresentavam falhas na unidade da ação, ponto considerado negativo também no romance, presente, aliás, em outros críticos futuros.

No século XVII, as tentativas de valorização e reconhecimento prosseguiram, ainda que de maneira um pouco confusa, como em *Le tombeau des romans* (1626), no qual François Langlois tentou traçar uma teoria do romance em duas partes, sendo uma favorável e outra desfavorável ao gênero. François Langlois, ou Fancan, defendia em uma parte de seu livro a legitimidade da ficção, justificando-a, entre outros argumentos, pela validade moral do gênero. Em outra parte, expunha problemas estéticos que, segundo Fancan, pelo mecanismo de identificação do leitor com os personagens, poderiam ser perdoados²²².

Sem berço nobre, desfavorecido de regras clássicas que contemplassem seu modo de escrita, o romance adentrou o século XVIII, período em que as tentativas de vencer os preconceitos para com sua leitura se intensificaram, bem como as investidas dos que se posicionavam contra sua divulgação. Um tema controverso nos debates, por exemplo, às vezes usado como argumento favorável ao reconhecimento do gênero, às vezes com o intuito oposto, era a capacidade do romance de representar a realidade em seus enredos, de forma que as histórias se mostrassem prováveis de acontecer com o leitor, que, por sua vez, pela presença de quadros do cotidiano que o aproximassem do texto, se identificaria com as

220 Robortello. *Comentários à Poética*. Florença, 1548. *apud* CANDIDO, Antonio. “O patriarca” in *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 2003. p. 73. [o crítico considera Robortello como “o sinal precursor da teoria do romance”.]

221 *Discorsi di M. Giovambattista Gherardi Cinthio (...) intorno al comporre de i Romanzi, delle Comedie, e delle Tragedie, e di altre maniere di Poesie*. In Venegia apresso Gabriel Giotolito de Ferrari et Fratelli, MDLIII. *Apud* CANDIDO, Antonio., 2003. *Op. cit.* p.74.

222 LANGLOIS, François. *Le tombeau des romans ou il est discoru I. Contre lès romans. II. Pour les romans*. A Paris, Chez Claude Morlot, au mont saint Hilaire, a la Diligence. MDCXXVI. Avec Privilege du Roy. *Apud* CANDIDO, Antonio. “Timidez do romance” in *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 2003. p. 91.

personagens, caracterizadas e individualizadas, com nome e sobrenome. O relato de acontecimentos verossímeis, vividos por personagens particularizadas que provocariam essa identificação, foram temas do trabalho de Ian Watt, que, ao analisar obras dos romancistas ingleses Defoe, Richardson e Fielding, definiu as inovações no método narrativo da prosa ficcional como “realismo formal”²²³.

Outro ponto polêmico também relacionado ao leitor era justamente o fato de que o romance nesse período já havia conquistado o gosto do público. Se, por um lado, esse público garantia o sucesso dos romances e, inegavelmente, já movimentava um crescente comércio desse tipo de livros, por outro, acusava o gênero de ser um artigo popular, o que, por sinal, era muito mal visto na época. Além disso, a leitura dos romances por uma classe social de menor prestígio e menor formação intelectual era considerada de pouco proveito e criticada pela possibilidade de levar à corrupção dos costumes²²⁴.

Uma das saídas encontradas pelos romancistas, a fim de reverter algumas das acusações e valorizar o gênero em formação foi ressaltar o caráter instrutivo do romance, buscando na tradição clássica, as justificativas necessárias para que seus escritos fossem considerados como instrumentos de educação. Nesse propósito, foram retomados os versos de Horácio em sua *Arte Poética*, ou antes, *Epístola aos Pisões*, que assinalavam como finalidade da poesia instruir e, ao mesmo tempo, deleitar, uma vez que era desejo dos

223 “O método narrativo pelo qual o romance incorpora essa visão circunstancial da vida pode ser chamado seu realismo formal; formal porque aqui o termo ‘realismo’ não se refere a nenhuma doutrina ou propósito literário específico, mas apenas a um conjunto de procedimentos narrativos que se encontram tão comumente no romance e tão raramente em outros gêneros literários que podem ser considerados típicos dessa forma. Na verdade o realismo formal é a expressão narrativa de uma premissa que Defoe e Richardson aceitaram ao pé da letra, mas que está implícita no gênero romance de modo geral: a premissa, ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias.” (WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 27).

224 Cf. VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. 1. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, SP: FFLCH/USP, 2000. p. 101.

poetas serem úteis e agradáveis²²⁵. Os preceitos horacianos, estendidos da poesia à prosa, foram posteriormente utilizados como justificativas por vários autores de romances. No contexto inglês setecentista, por exemplo, Richardson escreveu em uma correspondência: “Instruction, Madam, is the pill; Amusement is the gilding” [“A instrução, Madame, é a pílula; a diversão é o dourado”]²²⁶. Outros escritores, em defesa do romance, também alegaram instruir e deleitar como funções do gênero²²⁷.

Instrução e deleite foram, assim, duas das justificativas utilizadas pelos romancistas, que tiveram papel importante na legitimação de seus escritos, inserindo defesas nos prefácios ou mesmo em trechos dos romances. Com base nessas inserções dos primeiros romancistas ingleses, o norte-americano Arthur Jerrold Tieje concluiu que os defensores atribuíram, em busca do reconhecimento da prosa de ficção, ainda outras funções para o romance: edificar; representar a vida quotidiana e despertar emoções de simpatia²²⁸.

Essas funções, no entanto, não seriam suficientes para derrubar outras acusações, entre as quais figuravam as que se referiam à defesa da moral, tendo em vista que muitas das narrativas em circulação apresentavam comportamentos condenáveis e personagens adeptos da imoralidade. O religioso Massilon, por exemplo, avaliava que o romance despertava a volúpia, gerando o adultério, pois, por meio de sua leitura, “a mulher cristã aprende a enganar os olhos de seu marido, a violar a santidade do leito conjugal; o esposo, a romper, como correntes insuportáveis os castos laços do matrimônio que até mesmo os Pagãos respeitavam”. Além disso, servia de instrumento de aprendizado negativo, no qual “uma juventude sem experiência vem estudar o crime, aprender os segredos que ignorava talvez, e cujo conhecimento levará à sua perda”. Para Massilon, nas cenas dos enredos que

225 Cf. HORACIO. “Epístola aos Pisões” in ARISTOTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A Poética Clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990.

226 RICHARDSON, S. “Carta a Lady Elchin”, 22 de setembro de 1755. in VASCONCELLOS, Sandra Guardini Teixeira. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 46.

227 Ver também: HUET, Pierre-Daniel. *Lettre de Monsieur Huet à Monsieur de Segrain sur l'origine des romans*. Paris: s/d, pp. 5 - 6. Tradução de Márcia Abreu. Apud ABREU, Márcia Azevedo de. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. p. 306.

228 TIEJE, Arthur Jerrold. “The Critical Heritage of Fiction in 1579” *Englische Studien*, n. 47, p. 415-448. apud CANDIDO, Antonio., 2003. *Op. cit.* pp.83-5.

considerava obscenas, casados e solteiros, enfim, se perderiam sem “outro freio além de um instinto brutal, outra regra que seus desejos, outra ocupação que atizar suas paixões”²²⁹.

Márcia Abreu, em *O caminho dos livros*, verificou que o combate aos detratores nesse período exigia ainda mais esforços, uma vez que a crítica não se limitava às questões morais. O próprio caráter ficcional dos romances foi usado contra sua legitimação, uma vez que, por exemplo, levantou-se a questão de que os leitores poderiam tomar os discursos dos romancistas como verdadeiros, o que já seria bastante prejudicial; como se não bastasse, havia ainda o perigo de que o texto de ficção corrompesse os relatos históricos. Tais observações, classificando o romance como uma mentira corruptora, ganharam força nas palavras de Charles Porée, que acrescentou à desqualificação dos romances sua característica perigosa com relação a outras áreas do conhecimento: “pois eles não poupam nem a História, nem a Geografia, nem a Poesia, nem a Eloquência; todas as espécies de Literatura com as quais eles têm alguma ligação”²³⁰.

Michael McKeon, a partir de uma análise do gênero no século XVIII, acompanhada de um contexto histórico do desenvolvimento da burguesia, em ascensão na Inglaterra no mesmo período, considerou que o romance viria mesmo propor novas concepções de virtude e de verdade, questionando valores aristocráticos. Para o autor, a virtude, antes carregada de um tom hierárquico, com significado de honra ou nobreza familiar, passou a ser considerada como um adjetivo pessoal, de valor moral, que designaria um sujeito de bom caráter. Já a verdade, até então histórica, poderia ser sugerida no romance, a partir das estratégias dos romancistas, pois seria possível criar uma ficção dita como um relato verdadeiro²³¹, como fizeram alguns autores que se diziam depositários de manuscritos ou editores de cartas reais encontradas por acaso ou a eles confiadas em momentos extremos.

229 MASSILON. *Discour inédit de Massilon, sur lê danger des mauvaises lectures, suivi e plusieurs pieces intéressantes*. Paris: Beaucé, 1817. *Apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* pp. 274-277.

230 PORÉE, Charles. *De Libris qui vulgo dicunter romanesses oratio habita*. Paris: Bordelet, 1736. Tradução francesa “Discours sur les Romans”, por BARDOU-DUHAMEL, In: *Traité sur la manière de lire les auteurs avec utilité*. Paris: 1751, vol. 3, p. 13, p. 21. *Apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* pp. 272.

231 MCKEON, Michael. “Generic Transformation and Social Changes: Rethinking the Rise of Novel”. in DAMRASCH Jr., Leopold. *Modern Essays on Eighteenth Century Literature*. New York: Oxford University Press, 1998. pp. 159-180.

Assim o fez Daniel Defoe, que, a fim de comprovar a veracidade de seus escritos, se apresentou como depositário de um texto enviado por um juiz da paz²³². Já Samuel Richardson, declarou-se depositário de um conjunto de cartas que apenas editou para publicação²³³. Henry Fielding, por sua vez, assumindo o caráter ficcional de suas narrativas, argumentou que, embora pudesse distorcer o conhecimento dos fatos verídicos, o romance revelaria aspectos íntimos das personagens, descrevendo as pessoas como realmente são, em oposição aos relatos históricos que, centrados em acontecimentos memoráveis e na coletividade, poderiam não revelar as características verdadeiras de seus protagonistas. O autor, dessa forma, se colocou como um verdadeiro biógrafo/historiador, apesar de escrever ficção²³⁴.

Fielding também se precaveu dos que atacavam o romance adjetivando seus enredos de imorais. A fim de justificar o comportamento de algumas personagens, o romancista argumentou que os exemplos da virtude tratados nos romances agiriam melhor, na tarefa de ensinar a moral ao leitor, que os preceitos morais explicados sem uma contextualização. Nessa tarefa, o comportamento eventualmente condenável deveria ser tomado como contra-exemplo²³⁵.

A justificativa de Henry Fielding, publicada no prefácio ao romance *Joseph Andrews* (1742), contextualiza-se no período de consagração do romance realista. Os textos críticos ingleses do século XVIII estabeleceram uma diferenciação terminológica para os escritos em prosa de ficção produzidos antes de *Pamela*, 1740, e os posteriores. *Romance* e *novel* passaram, então, a identificar, respectivamente, duas formas de escrita da narrativa ficcional que divergiam, basicamente, pela ausência ou presença do realismo e pelo modo com que este era tratado. Clara Reeve escreveu sobre essa diferenciação, considerando o *novel* como uma pintura do cotidiano, feita ao tempo da escrita, com uma narração verossímil e uma linguagem mais natural, próxima, portanto, do leitor. Essas

232 Cf. DEFOE, Daniel. *A Relation of the Apparition of Mrs. Veal*. In: SCOTT, Walter (org.) *The Novels and Miscellaneous Works of Daniel De Foe*. Oxford: D.A. Talboys, 1840. Vol. 5. 1a edição: 1706. *Apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 299.

233 Cf. VASCONCELLOS, Sandra Guardini Teixeira., 2002. *Op. cit.* pp. 92-5.

234 Idem. *Ibidem*.

235 FIELDING, Henry. *Joseph Andrews*. London: Penguin Books, 1985, p. 39. [O prefácio a *Joseph Andrews* data de 1742].

características, em sua opinião, possibilitariam uma identificação com os personagens descritos²³⁶. Denis Diderot também exaltou a possibilidade da identificação do leitor de um romance com as personagens nele descritos, ressaltando a construção individualizada de cada uma das pessoas que figuravam numa das narrativas de Richardson:

Há quarenta [personagens] em *Grandison*, mas o que é assombroso é ver que cada um tem suas próprias idéias, sua expressão facial, seu tom de voz e que essas idéias, expressões e tons variam com as circunstâncias, interesses e paixões, como se vê, sucederem-se, uma depois da outra, em um mesmo rosto, as diferentes expressões das paixões.²³⁷

E parece terem sido a descrição do cotidiano e a identificação com as personagens duas grandes defesas do gênero e os pontos mais marcantes para diferenciação do romance realista que ascendia, em relação aos escritos romanescos. Mesmo assim, esses pontos receberam críticas como as que fez, em 1790, o autor Luis Caetano de Campos, advertindo, na voz da protagonista de seu romance, a perigosa identificação do leitor com personagens tão verossímeis. A personagem Altina, que havia ganhado de sua mãe alguns livros “com enredos amorosos”, que não julgava perigosos “quando a natureza não entra também com alguma parte”, teve de admitir: “A semelhança, que eu julgava achar entre mim, e as heroínas das historias, que lia, me fazia tomar tanto interesse nos seus sucessos, que era arrebatada com gosto, quando as via triunfantes, e filhas de grandes Personagens”. E o perigo estaria, portanto, na identificação: “Este delirio tinha entrado de tal modo na minha

236 “O Romance [romanesco] é uma fábula heróica, que trata de pessoas e coisas fabulosas. – O Romance [moderno] é uma pintura dos costumes e da vida real do tempo em que foi escrito. O Romance [romanesco] descreve, em linguagem sublime e elevada, aquilo que nunca aconteceu nem poderia ter acontecido. – O Romance [moderno] faz uma narração familiar das coisas que acontecem todos os dias diante de nossos olhos, da forma como poderiam acontecer a um amigo nosso ou conosco mesmo; e sua perfeição está em representar cada cena de uma maneira tão fácil e natural, fazendo com que ela pareça tão provável, a ponto de nos enganar e persuadir (ao menos enquanto estamos lendo) de que tudo é real, até que sejamos afetados pelas alegrias e tristezas das pessoas da história, como se elas fossem nossas próprias.” [REEVE, Clara. *The Progress of Romance*. Colchester: W. Keymer, 1785, p. 111. *Apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* p. 292.

237 DIDEROT, Denis. “Éloge de Richardson”. In *The Journal étranger*, 1761. Tradução de Márcia Abreu. O “Éloge” está disponível *on line* no seguinte endereço: (<http://www.engl.Virginia.edu/enec981/dictionary/25diderotC1.html>). [Diderot refere-se à obra de Richardson, *Sir Charles Grandison*, cuja primeira edição é de 1753-54].

cabeça, que eu era já menos attenta ás lições de Maman, e até parecia algumas vezes inquieta, e sobresaltada”²³⁸.

Os intuitos dos romancistas e dos defensores do romance, de alcançar reconhecimento e de firmar o gênero como consolidado, ainda não haviam sido alcançados no final do século XVIII, embora o público, a despeito dos debates, já o tivesse elegido como uma das leituras preferidas. Assim, as defesas da representação da realidade e da identificação apareceram repetidas vezes e tiveram que se manter fortes o bastante para, juntamente com outros pontos a favor, como a instrução, o deleite, a edificação e a valorização da moral, se fazerem presentes nos romances e nas discussões sobre os mesmos por todo o século XVIII.

Esses pontos, bem como os métodos utilizados pelos romancistas ingleses que se consagraram nesse período, como a descrição das personagens individualizadas, com especial atenção para os seus sentimentos e para o modo como os comportamentos dessas personagens poderiam agir como exemplos (e contra-exemplos) de conduta a serem seguidos (ou não) pelos leitores; bem como a técnica de afirmar que seus enredos contavam uma história verdadeira, da qual ocupavam apenas o lugar de mediadores, foram retomados no século XIX, inclusive no Brasil, como será notado ao analisarmos os romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro, nos quais as alusões a tais métodos também podem ser encontradas.

Apesar do grande sucesso do *novel* e mesmo com tantas tentativas de se teorizar sobre o romance moderno, este não monopolizava a preferência dos leitores europeus, pois outras formas de narrativas ficcionais continuavam em circulação ou reapareciam no mercado livreiro. O gênero de literatura de viagens, por exemplo, em voga desde o século XVI, também alcançou seu espaço no cenário literário europeu da segunda metade do século XVIII e conquistou o gosto popular com narrativas cujos enredos traziam aos europeus informações sobre os lugares longínquos, descrevendo os diferentes hábitos, práticas religiosas e formas de governo dos habitantes de distantes países, bem como suas paisagens exóticas. Entre as aventuras dos viajantes protagonistas, lidando com diferentes costumes e

238 CAMPOS, Luis Caetano de. *Viagens de Altina nas cidades mais cultas da Europa e nas principais povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo*. Lisboa: 1790-93, 4 tomos, pp. 36 - 37. *Apud* ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit.* pp. 283-4.

comparando com os que até então conheciam, os autores do gênero algumas vezes inseriam um tom de crítica aos governos europeus ou à soberania de seus religiosos²³⁹.

Não obstante o preconceito social, as mulheres também alcançaram seu espaço na produção ficcional e podem-se listar como fatores de aproximação do gênero às penas femininas a necessidade pecuniária e a busca de independência financeira. As exigências quanto ao modo como essas autoras emergentes deveriam tratar das questões morais e a crítica dos homens romancistas, predominantes na produção ficcional não impediram as escritoras de publicarem romances²⁴⁰. A produção romântica feminina continuou a proliferar no século XIX, como exemplifica o seguinte anúncio:

Contes Nouvelles et historiettes, par madame la comtesse de Genlis; madame la comtesse de Beaufort d'Hautpoul; madame Dufresnoy; M. L., 2 vol. in 12°, ornés de sept gravures – 6 fr.²⁴¹

Segundo Sandra Vasconcelos, em seu livro *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*, a partir de 1756, a produção do romance gótico foi também retomada na Inglaterra, num contexto em que o *novel* ascendia com sucesso. Numa reação ao desenvolvimento industrial e à nova configuração da sociedade inglesa, autores como Horace Walpole, de *The Castle of Otranto* (1764), recorreram à nostalgia aos períodos de constituição da cultura inglesa e de seus mitos, recriando uma prosa de ficção em ambientes noturnos, marcados pelo medo²⁴².

A fim de examinar a circulação de romances na França em um período pouco posterior, Robert Darnton dedicou-se à análise das listas de pedidos de livreiros franceses, em atividade entre as décadas de 70 e 80 do século XVIII, enviadas à Société

239 CF. MARTINS, João Paulo. “História e Romance: a idéia de história em As aventuras de Telêmaco e as relações entre texto histórico e a prosa ficcional na passagem dos séculos XVII e XVIII”. Comunicação apresentada no **I Seminário brasileiro sobre o livro e a história editorial**. Rio de Janeiro – novembro 2004. Texto disponível em (<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/joaopaulommartins.pdf>)

240 Cf. VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, 2002. *Op. cit.* pp. 103-4.

241 Anúncio no catálogo: “Romans Nouveaux: Notice des Livres de Fonds que se trouvent chez Arthus Bertrand, Libraire, Rue Haute feuille, n° 23, a Paris”, que acompanha o exemplar de *Ouvres de Mme. La Baronne Isabelle de Montolieu Tome IX Caroline de Lichtfield ou Mémoires d'une famille prussienne*. A Paris: Chez Bertrand, 1821.” [coleção pessoal de Márcia Abreu]

242 VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, 2002. *Op. cit.* pp. 118-135.

Typographique de Neuchâtel, além das listas de livros apreendidos nas aduanas. O autor verificou que os títulos recorrentes apontavam uma preferência pela literatura obscena, difamatória e sediciosa, confirmando que a literatura proibida, geralmente composta por livros heréticos, imorais ou que, de alguma maneira, significassem uma ameaça aos sistemas políticos vigentes em determinada época, sempre insistiu em burlar as malhas da censura. Justamente por seu caráter de reprovação, os livros censurados aguçavam a curiosidade do leitor, desafiavam as diferentes formas de controle da circulação e movimentavam o mercado editorial clandestino, com significantes marcas de vendagem. Compunham o conjunto dessa literatura analisada por Darnton obras anti-clericais, como *Histoire de Dom B...*; livros com enredos de orgias sexuais, como *La putain errante*; de cunho filosófico, como *Questions sur l'Encyclopédie*, de Voltaire; políticos, como *Système social*, de Holbach; biografias difamatórias, como *La Vie privée de Louis XV* e as *Chroniques Escandaleuses*, como a de Guillaume Imbert Bourdeaux²⁴³.

As encomendas coletadas por Darnton revelaram que todos esses livros, com conteúdos que variavam entre pornografia e filosofia propriamente dita, eram designados por parte dos livreiros pelo jargão “filosóficos”, muito embora não fossem todos de idéias filosóficas como hoje as concebemos. Na realidade, nesses livros ilegais, a filosofia, sem ser exposta sistematicamente, se fazia presente como pensamento crítico, expresso pelas personagens muitas vezes nos intervalos de suas relações sexuais.

Já Roger Chartier, analisando a produção livreira na França, também no século XVIII, chamou a atenção para a “Bibliothèque Bleue”²⁴⁴, como vimos no capítulo II.1. Assim, nos setecentos, diferentes estilos de prosa ficcional, em diferentes formas materiais, circulavam, clandestinamente ou não, em diversos países europeus, ainda que burlando os mecanismos de censura²⁴⁵.

243 DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 87-91.

244 Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil. 1990.

245 De acordo com Darnton, os comerciantes, a fim de correrem menos risco, faziam questão de pedir para que esses romances fossem transportados escondidos nos fundos das caixas ou disfarçadamente intercalados entre as páginas de outras publicações. Tantas precauções eram necessárias, dada a sua proibição, quer pelo teor obsceno de seus conteúdos, quer pelas críticas que levantavam ao sistema absolutista e à religião, ou mesmo por serem, na maioria dos

Os estudos sobre a produção e o comércio de romances no século XVIII, então, nos revelam que havia variadas estratégias de composição desse gênero, que procurava se afirmar, e que havia ficção para todos os gostos e, possivelmente, público para os diversos tipos de romances disponíveis no mercado. No caso da América portuguesa, considerando aspectos como publicação e circulação de romances no Rio de Janeiro, podemos vislumbrar algumas semelhanças com o que ocorria na Europa.

III. 2) Iniciando a leitura: prefácios dos romances

No contexto luso-brasileiro, é certo afirmarmos que também houvesse uma convivência entre diferentes tipos de narrativas ficcionais. Neste trabalho, tentamos mostrar a diversidade do conjunto de romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro e também alguns pontos comuns em alguns deles. Se, por um lado, há gritantes diferenças materiais entre um folheto e uma edição em dois volumes, por outro, há semelhanças em parte dos romances que podem ser analisadas conjuntamente.

Cinco dos romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, por exemplo, apresentam prefácios, ou paratextos denominados “Prólogo”, “Ao Leitor” ou “Advertência”. Nesses para-textos, que preparam o leitor para as narrativas, os autores ou tradutores demonstram-se conhecedores das discussões sobre a defesa e valorização do romance em voga no século XVIII e, assim, apresentam um discurso de exaltação do gênero. Na mesma linha, quatro deles atribuem valor de verdade aos escritos que oferecem aos leitores, afirmando que suas histórias não foram inventadas. Além disso, informam previamente o leitor sobre o intuito moralizante do texto, que será desenvolvido no decorrer

casos, objeto de contrabando, impressos ilegalmente no estrangeiro, em cidades próximas às fronteiras francesas. E tudo isso tinha um preço, condizente com os riscos aos quais os negociantes estavam expostos e com a apresentação tipográfica dos livros, que, mesmo publicados em formatos pequenos, eram dotados de “marcas de respeitabilidade: frontispício, prefácio, apêndice e notas”. Mesmo assim, Darnton acredita que os *best sellers* proibidos conquistaram grande circulação, pois estavam ao alcance, por exemplo, de artesãos e de lojistas mais abastados. (Cf. DARNTON, Robert., 1998. *Op.cit.*p. 86)

dos enredos, com exemplos e contra-exemplos de virtude, bem como com o castigo dos vícios.

A filósofa por amor, por exemplo, apresenta um prólogo bastante extenso, de autoria não identificada, que tem início com uma reflexão sobre a importância do romance²⁴⁶:

Acha-se tão geralmente espalhado o gosto das Novellas, que este gênero de obras chegou a ser huma espécie necessária, e os authores contrahirão para com o Publico a obrigação de divertillo com esta classe de produções, e de renovallas com frequência²⁴⁷.

Declarando que o romance era “huma espécie necessária” e em renovação, o autor do prólogo tenta esboçar uma tradição para o gênero, por meio de um breve histórico da prosa ficcional, citando desde manifestações romanescas de cavalaria, até as publicações francesas de sua época. Nesse percurso histórico, não deixa de eleger aqueles romances que considerava mais notáveis: “Sem embargo há Novellas immortaes. A nova Heloisa vivirá [sic] sempre”. Ainda na busca de legitimação, aponta como valor para o romance a utilidade de seu conteúdo: “há algumas [novelas] que merecem de ser lidas, porque são uteis aos Leitores”²⁴⁸, retomando o preceito horaciano de utilidade e deleite, tratado no capítulo III.1, desta tese.

Ao discorrer sobre os caminhos pelos quais passou o romance até a época em que escrevia, o autor do prólogo de *A filósofa por amor* dedicou especial atenção para as publicações epistolares: “Este methodo [epistolar], mais variado, offerece de huma maneira mais viva ao Leitor os differentes acontecimentos que se lhe referem”²⁴⁹, e, nesse ponto, percebemos um esforço do autor para inserir a narrativa que apresenta, também escrita em cartas, no rol desses romances epistolares, os melhores em sua opinião.

Além de tratar do romance, se preocupa em discorrer acerca do leitor, pessoa de importância, com “L” maiúsculo, como na citação do parágrafo anterior, que merecia todo o respeito. O autor também aproveita o contexto para demonstrar erudição quanto às regras

246 Por ser um pouco extenso, optamos por não transcrever todo o prólogo da edição carioca de *A filósofa por amor ou dous amantes apaixonados, e virtuosos*. Assim, incluiremos passagens selecionadas, na medida em que os comentários sobre as mesmas forem surgindo.

247 *A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Tomo I, Prólogo, p. 3

248 Idem. p. 5.

249 Idem. p. 4.

da verossimilhança, “todos desejam de serem distrahidos; mas que seja ao menos com huma apparencia de verdade”²⁵⁰, e enaltecer a obra que oferece ao público: um romance que retrataria uma história verdadeira, provinda de um conjunto de cartas, organizadas por um dos personagens, Durval, e que o autor, sendo depositário das mesmas, decidiu publicar:

A Novella que offereço, não he huma Novella: he huma historia verdadeira. (...) Durval escreveu a sua historia, e pôz em ordem as cartas que a compunhão; enchendo o intervallo com huma exposição historica, que enlaçava ainda mais os acontecimentos, e as cartas. Tive por conveniente apartar tudo o que escrevêra, por achallo repetido nellas, não servindo senão para debilitar a intriga, e o interesse, e pela mesma razão dou as cartas sós; porque me sinto mais particularmente inclinado a este methodo de escrever, que, como disse, me parece mais vivo, mais variado, e mais capaz por conseguinte de fazer huma impressão sensível²⁵¹.

Assim, o autor do prólogo apresenta o gênero romance, que já havia conquistado seu público leitor, como digno de reconhecimento; concentra os elogios naqueles romances escritos em forma de cartas; demonstra-se conhecedor das normas de escrita de um bom texto ficcional, sobretudo no quesito verossimilhança; e oferece um romance que superaria os demais, por tratar-se de uma história verdadeiramente acontecida, a que ele apenas proporcionou meios para que chegasse ao crédulo leitor.

Ao apresentar seu texto como um relato verdadeiro, o autor de *A filósofa por amor ou Cartas de dous amantes apaixonados, e virtuosos* demonstra estar a par dos recursos de construção de romances e de prefácios utilizados por romancistas ingleses de sucesso no século XVIII. Afirmar que o romance era uma história real, como vimos, foi lugar comum nos prefácios desse período, como forma de defesa contra as críticas que envolviam o discurso ficcional *versus* o discurso histórico.

Procedimento semelhante fora empregado por Samuel Richardson, que, a fim de atribuir maior credibilidade a sua obra *Pamela*, declarou-se depositário de um conjunto de cartas pessoais, portanto apresentadas como verdadeiras, que, a certo momento, decidiu publicar²⁵². Seguindo o método de Richardson, o autor de *A filósofa por amor* optou por contar essa história em cartas, que, além de reforçarem o caráter verídico da obra, seriam mais adequadas para “fazer huma impressão sensível”, ou seja, deixariam transparecer

250 Idem. Ibidem.

251 Idem. p. 6.

252 Cf. VASCONCELLOS, Sandra Guardini Teixeira., 2002. *Op. cit.* pp. 92-5.

melhor as emoções do momento da escrita, como já defendia o romancista inglês²⁵³.

Uma reflexão sobre o gênero também pode ser encontrada no prefácio de *As Aventuras pasmozas do celebre barão de Munkausen*, que ressalta a importância do surgimento do romance para o ambiente literário da época (século XVIII, considerando que o tradutor André Jacob apenas traduziu o prefácio da edição inglesa, ou início do XIX, no caso de ter sido esse tradutor o autor do prefácio). Declarando a influência que recebeu do romance *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, o autor estabeleceu uma comparação, que será recorrente no enredo, entre sua obra e este romance, a fim de colocar as *Aventuras pasmozas* no rol dos romances por ele julgados como bons.

A comparação intentava, ainda, apresentar a narrativa dos feitos de Munkausen como superior ao romance de Swift. Nesse texto inicial, o autor transcreveu uma parte do prefácio de *Gulliver*, propondo que, assim como as palavras que esse personagem havia dito eram respeitadas como um discurso verdadeiro, “espera-se por tanto, que estas aventuras [as de Munkausen] sejam recebidas com o mesmo signal de respeito; e que a exclamação *Temos hum Munkausen!* Daqui em diante se faça a toda a noticia authentica”²⁵⁴. Assim, ironicamente, até mesmo nas mais mirabolantes aventuras do barão de Munkausen, qualificadas no título como “pasmozas”, foi empregada a estratégia de apresentação do romance como se fosse uma história real.

A mesma estratégia foi utilizada por Bernardin de Saint-Pierre, autor de *Paulo e Virgínia, historia fundada em factos*, cujo subtítulo “fundada em factos” aponta para um discurso de verdade. A tradução desse romance, feita no Rio de Janeiro, traz uma “Advertência” do autor, que assegurava a veracidade dos acontecimentos do romance:

Advertência do Author: Eu me propuz grandes intentos nesta pequena obra. Procurei pintar nella hum território, e vegetaes differentes dos da Europa. Nossos poetas assaz descansarão seus amantes a borda dos rios nos prados, e a sombra das faias. Eu quis assentar alguns na praia do mar, ao pé dos rochedos, a sombra dos coqueiros, das bananeiras e dos limoeiros em flor. Não

253 Para saber mais sobre os argumentos de Samuel Richardson, ver VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. 1. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, SP: FFLCH/USP, 2000. pp. 110-111.

254 RASPE, Erich Rudolf. *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canícula*. Trad. André Jacob. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814. Prefácio p. V. [O recurso de declarar a narrativa como verdadeira, nesse caso, se estendeu por todo o enredo.]

faltão a outra parte do mundo, senão Theócritos, e Virgilio, para que tenhamos della pinturas ao menos tão interessantes como as de nosso paiz. Eu sei que alguns viajantes cheios de gosto nos derão descrições encantadas de algumas ilhas do Mar do Sul, mas os costumes dos Europeus, que alli aportão desfigurão as vezes a sua paizagem. Eu desejei reunir a belleza da natureza de huma pequena sociedade. Eu me puz também de pôr em evidência algumas grandes verdades, entre esta: que nossa felicidade consiste em viver conforme a natureza, e a virtude. Com tudo não me foi preciso imaginar alguma novella para pintar famílias felizes. Eu posso assegurar que as de que vou falar existirão verdadeiramente, e que sua historia he verdadeira nos seus principaes acontecimentos, os quaes me forão confirmados por alguns habitantes, que conheci na Ilha de França. Eu não acrescentei senão algumas circunstancias indifferentes mas que, sendo-me pessoaes tem ainda nisto alguma realidade. Depois de ter formado, há alguns annos, hum esboço mui perfeito desta espécie de pastoral, roguei a huma bella Senhora, que freqüentava as grandes sociedades, e alguns homens graves, que vivião longe dellas de ouvir a leitura della, a fim de presentir o effeito que faria n’huns leitores de caracteres tão differentes: tive a satisfação de ver-lhes derramar todos lagrimas. Este foi o único juízo que eu pude fazer, e isto foi também tudo o que eu queria saber della. Mas como as vezes hum grande vicio acompanha hum pequeno talento, este successo me inspirou a vaidade de dar a minha Obra o titulo de Retrato da Natureza. Felizmente me lembrei o quanto me era estranha a mesma natureza do clima onde nasci, quanto n’huns paizes, onde não vi suas produções senão como viajante, he ella rica, variada, amável, magnífica, mysteriosa, e quanto sou despido de sagacidade, de gosto e de expressões para conhecella e pintalla. Considerei então, e mudei de parecer. Comprehendi pois este fraco ensaio debaixo do nome, e no fim dos meus Estudos da Natureza, que o público acolheo com tanta bondade, para que este lembrando-lhe minha impaciência, o fizesse sempre recordar-se, da sua indulgência.”²⁵⁵ [grifo nosso]

Assim como em *A filósofa por amor*, se repete a fórmula, comum nos prefácios dos romances da segunda metade do século XVIII, de apresentar a obra como relato de um acontecimento verídico, para conquistar a preferência do público e argumentar a favor do gênero, diante daqueles que criticavam o caráter fantástico do romance. No caso de *Paulo e Virgínia*, esse aspecto poderia ser, ainda, confirmado pelo testemunho de pessoas de confiança, ou antes, “alguns habitantes” que o autor conheceu na ilha onde se passa a história.

Essa estratégia parece ter sido frutífera para alguns romancistas, uma vez que os leitores podem mesmo ter acreditado no caráter real de suas histórias. Bernardin de Saint Pierre, por exemplo, em uma nova edição de *Paulo e Virgínia*²⁵⁶, escreveu um *Préambule*, em que informava que seu romance já havia conquistado o público, contando com muitas traduções, representações teatrais em vários países e, até mesmo, com nomes de crianças

255 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Paulo e Virgínia. História fundada em factos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. p. 3-8.

256 *Paul et Virginie* [Document électronique]/Bernardin de Saint-Pierre; texte établi par Pierre Trahard, ...; nouv. éd. rev. et augm. par Edouard Guiton. [s/d]. Disponível em: Gallica Paul et Virginie <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101430q>>, documento consultado em 10/11/2006.

imitando os dos protagonistas. O autor declarou ter recebido cartas de leitores que acreditavam em sua história e, ainda, atestavam a existência de alguns personagens, o que também poderia ser uma outra estratégia sua para manter o aspecto de veracidade dado ao romance.

A pressão de veracidade era tanta que, na contracorrente, o responsável pela edição de *O diabo coxo verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta*, publicada pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, achou necessária uma “Advertência”, em que alertava para a ficcionalidade de seu relato, afirmando o caráter fantástico do encontro do protagonista do romance com um diabo:

Advertência

Estamos capacitados, de que não haverá Leitor tão nimiamente sincero, que tome como verdadeiro, o encontro preternatural do Heróe deste Livro com o Espírito, do seu Título; mas sim que todos se lembrarão de que o A., para fazer públicos os vícios, que ordinariamente contamina a Sociedade, lançara mão desta invenção; bem a maneira da Loja d’Óculos Políticos, posta pelo Diabo que corre no nosso Idioma; e muitos outros²⁵⁷.

O leitor, então, se depara com um discurso contrário ao dos defensores do gênero que se esforçaram para caracterizar suas obras como verdade, pois o autor da “Advertência” declarava que tudo não passava de uma ficção, usada pelo autor “para fazer públicos os vícios”, tal como verificava que vinha sendo feito pelo livro “Loja d’Óculos Políticos”²⁵⁸ e por “muitos outros”. Nesse caso, o tradutor preferiu ressaltar que a narrativa, apesar de se tratar de uma invenção, teria um intuito moralizador, que, após a leitura do texto entendemos, seria alcançado por meio da descrição de comportamentos censuráveis, reforçada por comentários do protagonista. Dessa forma, o tradutor demonstra ser conhecedor de outros recursos utilizados pelos romancistas em defesa e valorização do gênero, uma vez que contra-exemplos de conduta foram também empregados com intuito de transmitir ensinamentos morais por autores de romances setecentistas, que justificavam as ações condenáveis dos personagens com o argumento de que os leitores, percebendo e

257 LE SAGE, Alain-René. *O Diabo Coxo verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. p. 2.

258 O tradutor pode ter feito referência ao livro: *Loja de óculos políticos: fantazia moral ou invectiva, pela qual o cortesão pode comprar e escolher os de melhor gosto: para descobrir verdades, ver a boa fortuna, conhecer os homens sem os tratar*. Lisboa: Officina João Rodrigues Neves, 1804. (Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L 32764 P).

julgando as situações expostas, agiriam de maneira contrária.

No caso de *O diabo coxo*, a explicação para a negação da narrativa como um discurso verdadeiro pode ser atribuída à censura pela qual passou o manuscrito da tradução antes de sair à luz. A versão francesa dessa história foi traduzida para a Língua Portuguesa e teve seu pedido de impressão submetido à Real Mesa Censória em 31 de Janeiro de 1782. Os censores Frei Joaquim de Santa Ana, Pedro Viegas de Novais e Frei Francisco de Santa Ana posicionaram-se contra a publicação e a circulação do romance, apesar de reconhecerem a divulgação do mesmo em outros países europeus. E os motivos alegados começavam pela presença do personagem diabo, palavra que, segundo o parecer elaborado, teria sua etimologia vinda do grego, com atribuições de calúnia e falsidade²⁵⁹.

Além das preocupações com a exaltação do gênero, com as regras de construção e com as vantagens e os perigos da apresentação dos romances como histórias verdadeiramente acontecidas, também se vê nos prefácios um respeito ao leitor, por meio do emprego da clássica fórmula da modéstia para captar sua benevolência. Assim o fez Bernardin de Saint-Pierre, acompanhando seus pares, ao solicitar a bondade do público, diante de seu “fraco ensaio”, como se pedisse para que o leitor amenizasse os eventuais defeitos, poupando o romancista de críticas.

A mesma solicitação é feita em *Historia de dois amantes, ou o Templo de Jatab*, num texto chamado “Ao Leitor”, publicado na edição feita pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro:

Prologar, he uso antigo, e subtrahir-me a esta lei, seria faltar à civilidade, ainda-que por outro lado trate de Tu ao Leitor, sem com elle ter relações. Farei com tudo aqui hum mixto, pois que ao Amigo Leitor, he que dedico esta obra, visto que nelle encontro hum Protector, concorrendo aos meus fins: a elle apresento a Tradução da História de dois Amantes Turcos, que envolve a descripção do Templo de Jatab, as ceremonias de seus Ministros e os principaes artigos da seita daquelle Profeta: ao Leitor peço me desculpe todas as faltas, e conheça o quanto me interesse em ser útil desejando-lhe, segundo o uso, Prologar, hum Vale”

Numa tentativa de conquistar o destinatário, que o tradutor esperava poder considerar como um amigo, pois pretendia tratá-lo por “Tu”, ainda que “sem com elle ter relações”, a tradução é oferecida ao leitor, que passa a ocupar um lugar na dedicatória, anteriormente

259 Portugal – ANTT. Real Mesa Censória. Censura e Pareceres. Caixa 12, 1782, n.º 3. [documento localizado e transcrito por Márcia Abreu]

destinado aos nobres, aos ricos e a personalidades régias, os quais, muitas vezes, concediam recursos aos escritores ou mesmo financiavam a publicação de suas produções. Em tempos de uso de subscrição para publicação de obras (processo no qual se angariavam fundos para dar os manuscritos ao prelo²⁶⁰) e de constituição de um mercado livreiro movido pelos recursos financeiros dos leitores, de fato, seriam estes os novos “Protector[es]” que fomentavam a divulgação dos escritos, como faziam os mecenas nos tempos passados.

O tradutor de *História de dois amantes*, após um breve resumo da narrativa, também se adiantou em pedir desculpas por eventuais falhas, à espera de que o leitor fosse compreensivo. Por fim, procurou valorizar o romance com o propósito de se fazer útil, justificativa que, como vimos, era comum nesses textos introdutórios.

Assim, os esforços despendidos pelos autores e tradutores nos prefácios dos romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro criavam uma aproximação com o leitor luso-brasileiro, conquistando sua afeição, dividindo com ele segredos de histórias “verdadeiras” confiadas em sigilo, colocando-o a par do trajeto do gênero que ascendia na Europa, bem como, ainda que de maneira superficial, de normas de escrita e de construção. Além disso, forneciam pistas, que o preparavam para os enredos e personagens que se seguiam, sobre os quais voltaremos nossa atenção doravante.

III. 3) Por dentro das tramas: temas, personagens e ambientes

Nos romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, percebemos várias das características dos romances setecentistas ingleses, comentadas nos itens anteriores, como a apresentação do texto como um fato verdadeiramente ocorrido, técnica que aparece nos prefácios e se desdobra pelos enredos; a exaltação da moral e a crítica aos valores

260 Alguns autores e mesmo livreiros/editores recorriam à prática de subscrição, ou assinatura, a fim de reduzir os riscos de não retorno dos gastos com a impressão, como o fez Joaquim Manuel do Nascimento, que publicou na *Gazeta de Lisboa* a coleta de assinantes para o “3.º tomo da galante Novella Tom Jones”. (*Gazeta de Lisboa*, 26 de Janeiro de 1816).

aristocráticos, marcante em alguns deles²⁶¹; a justificativa de que a obra seria útil ao leitor, por deleitar e instruir, tópica utilizada desde a Poética de Horácio²⁶²; e, ainda, a tática de instrução a partir de modelos e anti-modelos de virtude, com desfechos que indicavam o castigo para as personagens viciosas e a recompensa para as virtuosas²⁶³.

Para a criação de uma atmosfera de verdade em torno dos enredos, a descrição dos cenários onde se passavam as histórias e das personagens nela atuantes foram importantes ferramentas utilizadas pelos romancistas. Essas descrições, notadas em alguns dos romances da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, nos fazem retomar as teorias de Ian Watt sobre a principal marca distintiva do romance moderno: a capacidade de retratar o cotidiano, a partir de técnicas descritivas, tais como a pintura dos locais e a caracterização das personagens²⁶⁴.

No conjunto de romances aqui tratados, a preocupação com o ambiente se faz presente de maneira mais expressiva em *Paulo e Virgínia*. Os protagonistas dessa história,

261 Como vimos, Michael McKeon, analisando os romances ingleses do século XVIII, concentrou-se na relação da ascensão desse gênero com o contemporâneo desenvolvimento da burguesia, analisando as novas formas de concepção da virtude apresentadas nos enredos, a partir de valores dessa classe social. Cf. MCKEON, Michael. "Generic Transformation and Social Changes: Rethinking the Rise of Novel". in DAMRASCH Jr., Leopold. *Modern Essays on Eighteenth Century Literature*. New York: Oxford University Press, 1998. pp. 159-180.

262 Como já dito, Horácio, em *Epístola aos Pisões*, distinguiu instrução e deleite como funções da poesia. [Cf. ARISTOTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A Poética Clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990]. No intuito de estabelecer uma tradição para o romance, alguns defensores do gênero retomaram essas funções clássicas atribuindo-as também à prosa. [Cf. ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. p. 306; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 46]

263 Os discursos dos romancistas em defesa do gênero com o qual trabalhavam apresentam estratégias para justificar o caráter moralizante do romance e sua função de instruir os leitores, mesmo que fosse por meio de maus exemplos de comportamentos, pois prevaleciam os desfechos com a virtude recompensada e o vício punido. Acerca desses discursos, ver: ABREU, Márcia., 2003. *Op. cit*; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. 1. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, SP: FFLCH/USP, 2000; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira., 2002. *Op. cit*.

264 Ian Watt descreveu o romance moderno como uma forma narrativa realista, que trata das experiências humanas, boas ou más, bem como de seus efeitos, por meio de uma técnica denominada pelo autor de "realismo formal". O autor exemplifica suas considerações com os textos de romancistas ingleses, como Defoe e Richardson, que apresentaram personagens individualizados, em situações e lugares específicos, com nomes próprios e particularidades, ambientados em cenários descritos com detalhes. Cf. WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990. pp. 15-22.

moravam com suas mães (Margarida e Madame de la Tour) e dois escravos (Domingos e Maria), em uma ilha pouco povoada, afastada de grandes centros, onde foram criados como irmãos. No entanto, eles se apaixonaram e tiveram de se separar porque, a certa altura, Virgínia foi intimada a morar com uma tia rica, em Paris. Ao retornar para a ilha, o navio em que Virgínia estava passou por uma tempestade e ela não sobreviveu, pois, apesar dos apelos, se negou a se atirar no mar, temendo que ficasse parcialmente despida.

Nesse romance, os locais onde se passam os acontecimentos são descritos com minúcias, com longa exposição da paisagem da ilha onde os personagens principais moravam, exaltando-se o exotismo dos trópicos, valorizado em oposição aos ambientes urbanos. Como na passagem seguinte:

[Paulo] hia aos bosques visinhos desarraigar limoeiros, laranjeiras, tamarinhos ainda novos, cuja copa he de hum verde tão bello, e palmeiras, cuja fructa he cheia de huma nata substancial, e assucarada, que tem o perfume da flor de laranjeira. Plantava estas arvores já crescidas á roda deste recinto. Nelle tinha semeado sementes de arvores, que já ao segundo anno davão flores, ou fructas, taes como a agathis, da qual pendião em roda, como os cristaes de hum lustre longos caxos de flores brancas; o alfeneiro da Persia, que eleva direito ao ar suas girandolas rôxas; a papaya, cujo tronco sem ramos fórma huma columna ouriçada de melões verdes, e tem hum capitel de largas folhas semelhantes ás da figueira²⁶⁵.

A exposição dos ambientes naturais tem lugar privilegiado na escrita desse romance. Ao descrever, por exemplo, um episódio em que os protagonistas se perderam quando caminhavam sozinhos de volta para suas casas, o narrador direciona a atenção para as árvores e rochas do local onde as crianças se encontravam:

Caminhavão assim de vagar atravessando os bosques; mas a altura das arvores, e a espessura de seus ramos, e folhagens, lhe fizerão logo perder de vista a montanha das tres mamás, á qual se dirigião, e o sol, tambem, que não tardava a pôr-se. Passado algum tempo, deixarão sem perceber-se a vereda trilhada, pela qual tinhão andado até então, e se acharão n'hum labirinto de arvores, de líauas, e de rochas, que não tinha sahida²⁶⁶.

A natureza exuberante, descrita no enredo de *Paulo e Virgínia*, nos faz lembrar os discursos de viajantes que visitaram o Brasil no século XIX e, nas considerações sobre suas estadias, fizeram questão de ressaltar a predominância da natureza exótica, num cenário

265 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Paulo e Virgínia. História fundada em factos*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. pp. 50-51.

266 SAINT PIERRE, Bernardin de., 1811. *Op. cit.* p. 41.

bastante diverso do europeu²⁶⁷. De fato, a valorização da natureza deve ter agradado os leitores luso-brasileiros, que, possivelmente se identificaram com a paisagem tropical que ornava a ilha nesse romance.

A descrição da paisagem nesse romance também agradou escritores portugueses, como Almeida Garrett, que, em 1826, considerou o trabalho de Bernardin de Saint-Pierre exemplar nesse aspecto, elogiando *Paulo e Virgínia* ao criticar a obra *Marília de Dirceu*. Para Almeida Garrett, Tomás Antônio Gonzaga melhor teria feito se nessa obra tivesse privilegiado os elementos naturais da paisagem brasileira e colocado a protagonista Marília “à sombra das palmeiras”, tal qual Virgínia em sua ilha tropical²⁶⁸.

No mesmo romance, encontramos um trabalho mais apurado de descrições das personagens, que são apresentadas com características físicas e psicológicas. No caso de Virgínia, essas características foram colocadas em consonância com a apresentação da paisagem, pois o narrador estabeleceu uma associação entre as modificações ocorridas no corpo, nos sentimentos e no comportamento da protagonista com os fenômenos naturais. Na passagem abaixo, por exemplo, a natureza anunciava para a heroína os sinais de desenvolvimento de seu corpo, além dos primeiros sintomas de seu amor por Paulo, por meio de uma mudança no clima e de uma tempestade:

N'huma daquellas noites abrazadoras Virgínia sentio repetir em dobro todos os symptomas do seu mal. Ella se levantava, se assentava, tornava a deitar-se, e não achava em postura alguma

267 Uma reflexão sobre as imagens do Brasil apresentadas pelos viajantes, tanto em seus escritos, como nos quadros que pintavam, pode ser encontrada em ABREU, Márcia. “Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar o Novo Mundo” in DUTRA, Eliana de Freitas & MOLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVII-XX*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

268 “em geral a Marília de Dirceu é um dos livros a quem o público fez imediata a boa justiça. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso (...) ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que a pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!”. GARRETT, Almeida. *Parnaso Lusitano apud ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. pp. 57-58.

nem o somno, nem o descanso. Ella se encaminha ao clarão da lua para a sua fonte. Ella avista a nascente della, que a pesar da secura, corria ainda em fios de prata sobre os flancos pardos do rochedo. Ella se mergulha no seu tanque. (...) Ella entrevê na agua, sobre seus braços nus, e sobre seu seio, os reflexos das duas palmeiras dispostas pelo nascimento de seu irmão, e pelo seu, que enlaçavam por cima de sua cabeça seus ramos verdes, e seus tenros cocos. Ella pensa na amizade de Paulo, mais doce que os perfumes, mais pura que a agua das fontes, mais forte que as palmeiras enlaçadas; e ella suspira. (...) Com tudo, aquelles calores excessivos levantarão do oceano vapores que cobrião a ilha como hum vasto parasol. Os cumes das montanhas os ajuntavão á roda de si, e huns longos sulcos de fogo sahião de quando em quando de seus picos enneoados. Logo huns trovões horrosos fizeram ressoar com o seu estrondo os bosques, as planicies, e os valles; humas chuvas espantosas semelhantes a cataratas, cahirão do Ceo. Humas torrentes espumosas se precipitarão ao longo das encostas desta montanha; o fundo desta planicie se tornára hum mar; o chão levantado, onde estão sentadas as cabanas, huma ilhota; e a entrada deste valle, huma comporta, por onde sahião confusamente, com as aguas estrepitosas, as terras as arvores, e os rochedos²⁶⁹.

As demais personagens, da mesma forma, tiveram suas particularidades descritas. Paulo, por exemplo, exhibia a “a sua tez mais tostada, seu nariz mais aquilino e seus olhos, que eram pretos, terião tido mais viveza, se as longas pestanas que raiavão á roda como pencéis não tivessem dado a maior doçura”²⁷⁰. Além disso, “na idade de doze annos [era] mais robusto, e mais intelligente que os Europeos aos quinze annos”²⁷¹ e tinha o “talhe de um homem e a simplicidade de hum menino”²⁷². Quanto aos outros “cada hum se valia do seu carácter particular: Margarida de huma alegria viva; Madama de la Tour de huma theologia doce; Virgínia da franqueza, e da cordialidade”²⁷³.

Outros títulos publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, no entanto, nem sempre obedeciam a esse princípio do romance moderno e tais cuidados com a localização e com a descrição das personagens foram deixados de lado. Isso ocorre nas publicações de menor número de páginas, nas quais o local das histórias é pouco mencionado.

Para Ian Watt, como vimos, também compunha o realismo formal a caracterização individualizada das personagens, que receberiam nomes e sobrenomes. A ocorrência desse quesito nos romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro é pequena, com algumas exceções de citação de sobrenomes, no caso de Mme. de la Tour, ou no dos pais de Adelaida, protagonista de *A filósofa por amor*, que são apresentados como Sr. e Sra de Saint-Fray. De maneira geral, nem todas as personagens dos romances analisados neste

269 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Op. cit.* pp. 85-88.

270 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Op. cit.* p. 25.

271 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Op. cit.* p. 50.

272 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Op. cit.* p. 79.

273 SAINT PIERRE, Bernardin de. *Op. cit.* p. 66.

trabalho recebem nomes e, às vezes, são identificadas pela profissão (como uma aia, um soldado e um mosqueteiro, em *Triste efeito de huma infidelidade*) ou por um título (como um duque, em *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes*).

O desejo de simular a verdade e a valorização da moral foram características marcantes dos romances ingleses e franceses do século XVIII. Em sintonia com a produção ficcional européia, nos romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, ainda que considerada a diversidade do conjunto, a moral também se faz notar. Para além das estratégias de convencer o leitor sobre uma suposta veracidade das histórias, o intuito moral está presente em quase todos os títulos e são comuns nos enredos alguns modelos de comportamento exemplar de personagens, como o caso de Virgínia.

Em *Paulo e Virgínia*, a moral das personagens pode, ainda, ser encontrada sob diferentes aspectos. Além do modelo de virtude da heroína, que preferiu a morte à exposição parcial de sua nudez, o comportamento e a história de vida das mães dos protagonistas são apresentados de forma a incitar uma reflexão acerca dos preceitos morais e da apropriação dos mesmos, aliada a uma crítica aos valores aristocráticos, dentre eles a impossibilidade de união entre pessoas que não fizessem parte de uma mesma classe social.

Michael Mckeeon, ao tecer considerações sobre personagens de romances ingleses do século XVIII, nos auxilia a compreender melhor essa apropriação. Para o autor, as mudanças sociais ocorridas na Inglaterra no período, como a ascensão de uma classe burguesa que procurava se legitimar, desencadearam novas formas de concepção da moral, redefinindo, então, virtude como uma característica individual e conquistada a partir de ações, independente de honras familiares e títulos aristocráticos²⁷⁴. O conceito de virtude, utilizado pelos romancistas ingleses, também foi empregado nas obras francesas do gênero, como verificamos em *Paulo e Virgínia*, por exemplo, na caracterização das mães dos protagonistas.

A situação civil de Madame de la Tour, viúva, parece aceitável, embora ela fosse censurada por parte de sua tia rica residente em Paris, pelo fato de ter contraído um matrimônio com um homem de condição social inferior, realizado contra a vontade de sua família. O leitor toma conhecimento da opinião da tia francesa por meio de uma carta que esta remeteu ao governador da ilha, na tentativa de difamar a honra de Mme. de la Tour.

274 Cf. VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, 2002. *Op. cit.* p. 15.

Nesse momento da leitura, em que o passado da mãe de Virgínia se tornou público e foi posto sob suspeita, um impasse é colocado pelo narrador: de um lado, está uma senhora francesa influente e rica, em defesa dos valores aristocráticos; e, do outro, uma mulher deserdada, totalmente sem posses, que se casara somente por amor e mantinha uma boa conduta durante sua estadia na ilha. Embora o governador da ilha tivesse optado por acatar o julgamento da primeira, o leitor é levado a criar uma maior empatia por essa última.

Quanto à Margarida, mãe solteira, enganada por um homem que a abandonou grávida, o julgamento moral pelo viés aristocrático se tornaria mais severo e isso é perceptível no modo indiferente como o mesmo governador da ilha a tratava. Todavia, o leitor é levado a ter grande consideração por essa personagem, pois, com humildade, a mãe de Paulo mantinha uma vida honesta e havia acolhido e auxiliado Mme. de la Tour nos momentos mais difíceis.

Além disso, mesmo com origens sociais diferentes, essas duas mulheres se tornaram amigas e, por extensão, seus filhos cultivaram grande simpatia um pelo outro. Quando se tornaram jovens, Paulo e Virgínia, se apaixonaram, fato que retoma a reflexão acerca da distinção de classes, sobretudo no quesito matrimonial. O amor entre os jovens, de certa forma, já era previsto por suas mães, mas a reação delas quanto à possível união se deu de forma diversa. Madame de la Tour temia um casamento entre Paulo e Virgínia, relembrando das dificuldades que enfrentara ao escolher para si um esposo sem condições financeiras para proporcionar-lhe um vida digna. Pensava no futuro de Virgínia, sem grandes perspectivas, já que esta, da mesma forma como ocorreu consigo, nada receberia dos parentes que se encontravam na França. Margarida, por sua vez, nada temia em relação a essa união, cuja idéia de concretização lhe agradava. Contudo, a mãe de Paulo, de origem pobre, tomou conhecimento do abismo social que separava seu filho de Virgínia na ocasião em que esta organizava sua partida para morar junto da tia francesa.

Os preparativos para a viagem incluíram a compra de roupas, tecidos e acessórios, com o dinheiro provindo da parenta distante, uma vez que a jovem não dispunha de vestimenta adequada para se apresentar na Corte francesa. Mesmo sabendo da necessidade dessa viagem, Margarida não via empecilhos para uma união futura entre seu filho e Virgínia, mas, na ocasião, a visão de Virgínia vestida e ornada como uma senhorita da Corte causou tamanho impacto em Margarida, que esta, esquecendo-se de quem era a

menina que criara quase como filha até o momento anterior ao toucador, convenceu-se de que o enlace seria impossível.

A passagem em que Virgínia e sua mãe adquirem essas roupas e que causa uma espécie de revelação em Margarida, quanto à diferença social entre sua família e a de Mme. de la Tour, remete a outros aspectos de comportamentos corteses em sociedades aristocráticas também criticados nesse romance, como os temas da valorização da aparência e da representação.

Richard Sennett escreveu sobre a valorização da aparência, iniciando com um esclarecimento sobre o desafio a ser enfrentado pelos europeus na difícil tarefa de relacionar-se com os que ele chamou de estranhos, ou seja, com aqueles que não faziam parte do círculo familiar ou com quem não mantinham laços íntimos. O autor ressaltou que, com o desenvolvimento das cidades, surgiram locais onde os estranhos poderiam se encontrar, como praças, parques, cafés e bares, nos quais, a fim de demarcar e ordenar os espaços, fazia-se necessária a criação de novas e diversificadas formas de discurso e vestuário²⁷⁵.

Técnicas de apresentação pessoal, com especial atenção aos trajes, foram desenvolvidas, de forma que o corpo, decorado com roupas e acessórios, acabou por funcionar em público como um manequim, com a função de apresentar adornos, de maneira inexpressiva. A elite abastada, então, abusava da maquiagem e das perucas e, como a vestimenta, por si só, poderia distinguir diferentes níveis sociais, por meio de um simples tipo de fita ou de botão, certos trajes e adornos eram proibidos a determinados profissionais²⁷⁶. Contudo, era permitido que se usassem roupas confortáveis no ambiente privado dos lares²⁷⁷.

275 Cf. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre valorização da aparência, ver também: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; VILLALTA, Luiz Carlos. "A sociedade como um teatro: Relações Perigosas, de Choderlos de Laclos". Texto apresentado no **X Congresso Internacional da Abralic**, ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 31 de julho a 4 de agosto de 2006. [o texto pode ser consultado no site www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br].

276 SENNETT, Richard. *Op.Cit.* pp. 88-89.

277 Idem, pp. 117-120.

No que tange ao comportamento, numa sociedade em que os sentimentos, as reais intenções, as opiniões e até as origens deveriam ser ocultadas sob a representação, fazia-se também necessário um controle constante dos gestos e das expressões faciais, a fim de se evitar a exposição involuntária e indesejada de si. Algo nem sempre possível, uma vez que a própria constituição dos traços físicos poderia ser considerada elemento comprobatório de estados psicológicos alterados²⁷⁸. Acreditando que o corpo poderia expressar as verdadeiras emoções da alma, foram desenvolvidos estudos científicos voltados para a descrição das leituras possíveis de serem feitas por meio dos movimentos corporais e, ainda, foram escritos tratados que transmitiam regras de comportamento e cortesia, uma vez que os nobres se viam obrigados a conhecê-las e dominá-las²⁷⁹. Maneiras não faltavam para se encobrir e representar no contexto europeu, quer fosse por meio do discurso, da vestimenta, dos adornos ou dos gestos corporais controlados.

As roupas de Virgínia, ou seja, a aparência construída para a visita à França, encobriam a real situação social da jovem, desprovida de bens materiais e de noções de cultura erudita, como o conhecimento da escrita, por exemplo, e, assim, eram indispensáveis no núcleo de parentes para o qual ela estava sendo enviada, uma vez que estes se encontravam num ambiente de Corte, com regras de apresentação e de modos de como portar-se.

A estadia de Virgínia na Europa, de acordo com as cartas que esta remeteu à mãe, mostrou-se muito produtiva na formação da protagonista em relação aos estudos. E a notícia dessas conquistas culturais por parte da moça reafirmava a diferença entre ela e Paulo. Se antes ambos eram analfabetos, após a viagem encontravam-se a uma distância intelectual que, apesar dos esforços de Paulo em aprender a ler, parecia intransponível. Entretanto, antes de retornar da Europa, saudosa de sua vida simples, essa personagem declarou em carta à sua mãe que pretendia esquecer-se da vida na Corte e retomar as atividades cotidianas que fazia antes da partida. E, verdadeiramente, o amor entre os protagonistas se manteve até os últimos momentos de vida de Virgínia que, conformada

278 SENNETT, Richard. *Op. cit.* pp. 41-44.

279 Cf. REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade” in CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 169-175.

com o fato de que deveria morrer afogada se quisesse se manter fiel aos seus princípios morais, nada fez para mudar seu destino.

Com menor conformismo diante dos obstáculos impostos ante a realização da felicidade, Adelaida, a protagonista de *A filósofa por amor* talvez já não pudesse ser considerada uma personagem tão exemplar, uma vez que, por amor, se colocou contra a opinião de seus pais. Entretanto, a história de Adelaida, dialoga com *Paulo e Virgínia*, na medida em que mantém características de valorização da moral e de crítica social. Esse último tema volta à baila em *A filósofa por amor* e, nesse romance, as referências ao comportamento aristocrático também apontam para os limites sociais que impunham obstáculos aos relacionamentos amorosos entre nobres e plebeus. Com maior desenvolvimento da discussão acerca desse assunto, da mesma forma, é reforçada a defesa da virtude individual.

Em resumo, essa é a história de Adelaida, uma estudante, filha de pais muito ricos, que se apaixonou por Durval, um homem sem títulos de nobreza, filho de lavradores. Aos olhos do narrador, conforme declarou no prólogo, a união desses dois jovens apaixonados seria algo aceitável e totalmente consoante aos princípios da natureza. Entretanto, no enredo, foram colocados muitos empecilhos ao casal, de origens sociais distintas, justificados no prólogo pelo fato de que “a natureza, porém perdeu muito dos seus direitos, a sua voz só falla aos corações, e he mui geral, envergonharem-se de adornar a sua boca com ella”²⁸⁰.

A possibilidade de um relacionamento entre pessoas de classes diferentes feriria convenções vigentes no Antigo Regime, que valorizavam as demarcações sociais. A oposição presente no enredo entre os desejos e comportamentos naturais, ligados ao privado e as convenções culturais aristocráticas, ligadas ao público, envolvia, como vimos, desde regras de cortesia e modos de como vestir-se, até normas de comportamento, direcionadas para a constituição da civilidade²⁸¹.

O principal entrave para o casamento das personagens principais, Durval e Adelaida, foi revelado, logo no início, pelo próprio Durval, que reconhecia seu lugar na sociedade

280 *A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. Tomo I, p. 7.

281 Cf. SENNETT, Richard. *Op. cit.* p. 117-120.

parisiense, como plebeu e filho de um lavrador: “jamais vossos pais consentirão na nossa união: porque eu não sou nobre, nem assas rico para o poder ser”²⁸². Mas a falta de títulos de nobreza ou de uma genealogia de prestígio não impedia a jovem rica de perceber no caráter de seu amante qualidades pessoais para ela mais valiosas: “Convence-te, jovem adorável, ainda que mui tímido, que para merecer a tua Adelaida bastão as tuas virtudes”²⁸³.

Ao elogiar as virtudes de seu amado, Adelaida se mantém na linha de defesa da moral, conceito, de certa forma, em modificação, a partir de valores burgueses, como analisou Michael Mckeon. No entanto, ainda que elencadas todas as virtudes de Durval, para os pais de Adelaida, nobres habitantes de Paris, o casamento era inaceitável, isso para desespero da jovem protagonista que, na luta por seus objetivos, se posicionava contra a opinião dos progenitores. A desobediência de Adelaida em relação às ordens paternas se fez ainda maior quando ela descobriu que sua mãe a enganara, contando que Durval já teria se casado com outra mulher. A severa reação da Sra. de Saint-Fray, ao ser desmascarada, nos informa sobre o comportamento que Adelaida deveria assumir, na perspectiva dos pais:

Tu não tens de modo algum o direito de dispor da tua pessoa, porque este direito pertence aos authores da tua existência. O teu primeiro dever he obedecer-lhes; apartar-se da sua obediência he hum crime, e todo crime destroe a virtude²⁸⁴.

Os pais desejavam que a protagonista se casasse com um outro pretendente, também nobre, com o qual já negociavam, assim o matrimônio seria dado por contratos e arranjos entre as famílias, de modo que seus nomes e suas fortunas fossem preservados e valorizados. A intenção de Adelaida, então, de se casar com um plebeu, inspirada pelo amor, soava como inconcebível aos pais, que a julgavam má, insolente e desonrada. Ainda assim, ela questionou a obrigação de ser submissa, em carta dirigida à mãe:

Não seria melhor dizer huma filha deve amar a virtude, e tudo sacrificar a ella? Este principio teria sido mais evidente, e conforme á vossa própria opinião sobre a nobreza, visto que a tratais de preocupação, e ao desejo de ser nobre, de paixão tão violenta como a do amor. [...] Entende-

282 *A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Tomo I, p. 14.

283 Idem. Tomo I, p. 15.

284 *A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Tomo II, p. 19.

se a autoridade de hum pai até violentar huma filha, fazendo-a renunciar à felicidade, e suffocar as virtudes?²⁸⁵

As atitudes da protagonista revelam uma outra característica do romance moderno, inserido numa sociedade burguesa, na qual as relações familiares foram, de certa forma, abaladas pela diminuição do peso da autoridade paterna, enquanto os jovens filhos, retratados diante de decisões importantes, como o amor e a carreira, ganharam espaço, apontando para o rompimento de algumas tradições aristocráticas²⁸⁶.

Como já se viu, as questões relativas à moral e à virtude, ainda que permeadas de alertas sobre as mudanças pelas quais estavam passando esses conceitos no século XVIII, são temas bastante desenvolvidos quando se trata de ficção e despertam polêmicas sobre a aprovação dos romances pelos órgãos da censura²⁸⁷. Dentre outras questões, a moral colocava todo um aparato censório em funcionamento no mundo luso, como foi dito no início desta tese. Todavia, curiosamente, conseguiram ser publicados, pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, alguns livros que poderiam ter sido interditados, pois traziam conteúdos duvidosos do ponto de vista da moral.

Um caso em que isso se torna mais visível é o de *História de dois amantes*, que conta a história de um comprador de escravas, Dely, que se apaixonou por uma das jovens que deveria comprar para seu patrão, Zulima. Ela era seguidora de uma religião que venerava um profeta chamado Jatab e só conseguiu ficar junto de Dely após muitos infortúnios, parte deles ocorridos dentro do templo dedicado a esse profeta. As dificuldades tiveram início com o fato de que Zulima precisava se entregar virgem a um dos ministros do templo, como parte de um ritual de purificação, previsto em sua religião. Dely conseguiu ficar com sua amada dentro do templo, passando-se por ministro e, depois de ser preso como impostor, fugiu, levando Zulima. Ao final da história, chegaram ricos à Constantinopla, onde o comprador de escravas teria que manter Zulima trancada em casa, pois a religião dela também previa que todas as mulheres prestassem favores sexuais a qualquer homem.

285 Idem. p. 14. e p. 66

286 Cf. HUNTER, J Paul. “The novel and social cultural history”. In Richetti, Jon (edited by). *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel* United Kingdom: Univ. Press, Cambridge. 1988. p. 21.

287 Em Portugal, a aprovação da impressão de *A filósofa por amor*, por exemplo, suscitou acalorados debates entre os censores que podem ser lidos em: ABREU, Márcia. “O “Mundo Literário” e a “Nacional Literatura”: leitura de romances e censura” in ABREU, Márcia (org.). *Trajatórias do romance: livros, leituras, autores*. No prelo.

Curiosamente, os comportamentos das personagens femininas dessa narrativa e o de seus pais e maridos, que, submissos aos preceitos da religião jatabista, tiravam proveito das mulheres e estabeleciam relações de comércio, foram expostos aos leitores, apesar da censura.

Como já foi dito, esse livro conta apenas um pedaço de um outro romance escrito em francês e a leitura do exemplar carioca evidencia que se trata mesmo de um recorte, pois o leitor tem a sensação de que o texto apresenta lacunas: o enredo é formado por uma sucessão de acontecimentos pouco explicados, com personagens apresentados sucintamente e ações rapidamente narradas, sem muitas descrições.

Lido sem o conhecimento de que se trata de um segmento, *História de dois amantes ou o templo de Jatab*, poderia ser tomado como um *esqueleto* de romance e comparado com textos designados por Bakhtin como “romance de aventuras de provações” ou “romance grego”, nos quais um casal apaixonado passa por diversas provações até conseguir sua união no final do livro, auxiliados, quando necessário, por personagens ou riquezas providenciais²⁸⁸. Com base nesses elementos, *História de dois amantes* seria como um romance grego, pois apresenta, sem maiores desenvolvimentos, um casal de amantes jovens, cuja união não pode ser concretizada, que passa por inúmeros obstáculos até o fim do livro, sempre mantendo a jovialidade e conseguindo seu intento com auxílios e tesouros vindos do acaso.

A pesquisadora Maria Teresa Esteves Payan Martins, investigando a censura em Portugal, localizou um parecer que proibia a publicação da tradução da edição integral francesa desse romance, emitido pela Real Mesa Censória, em 24 de setembro de 1770 e um outro documento, de 1777, em que Frei Francisco Xavier de Santa Ana denunciava o caráter lascivo do livro, com os seguintes termos:

É uma sátira a mais negra contra os costumes de toda a França, na qual o autor intenta persuadir que as mulheres de todos os estados e de todas as qualidades daquele Reino são tão

288 Outra semelhança se refere ao tempo. Segundo Bakhtin, o tempo no romance grego seria identificado apenas pela seqüência de acontecimentos que não somos capazes de cronometrar, mesmo porque os personagens permanecem jovens e irresistivelmente belos até o fim, não sofrem mudanças físicas ou psicológicas com a passagem do tempo e as experiências vividas. Interferências do acaso, viagens por terras longínquas, além de encontros e desencontros sucessivos, incluindo o seqüestro da heroína e atentados contra a castidade da mesma, são tópicos constantes nesses romances. Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 1975. pp. 213-233.

inconvenientes e têm tanta desonestidade (a que ele chama galantaria) que em sua comparação vêm a ser as mulheres de Constantinopla umas virgens vestais (...) Segundo ele diz, pode afirmar com a experiência que desde a última mulher da ínfima plebe até a primeira da maior grandeza, todas se prostituem pelo dinheiro sendo muitas vezes Ministros da Religião os mais interessados em as corromper²⁸⁹.

O documento de censura não foi transcrito em sua totalidade, mas a autora ressalta as características do manuscrito apontadas pelo censor: “depravadíssimo”, “Inçado de indecências e obscenidades” e que “tinha o atractivo de um estilo agradável, que, concorria para o fazer mais nocivo”. No parecer, mesmo com todos esses adjetivos, Frei Francisco Xavier de Santa Ana não proibiu a publicação do romance em Portugal, antes propôs cortes para a impressão “para ver se com aquela resolução se evitava que deste Reino se peçam semelhantes livros, e de fora dele deixem de os mandar”²⁹⁰.

O dicionarista Innocencio Francisco da Silva, ao apresentar *História de dois amantes*, com base na primeira edição portuguesa, de 1806, também expressou certo espanto pela publicação desse romance, questionando o fato de que a censura prévia não havia proibido sua impressão em Portugal e, dado ainda mais grave em sua opinião, permitiu uma segunda edição no Rio de Janeiro:

É uma novella em que a modéstia e honestidade dos costumes são mui pouco respeitadas. Não sei como em tempo de censura previa se permitiu a sua impressão! E por mais de uma vez, pois vi d'ella segunda edição feita, se não me engano, em Rio de Janeiro²⁹¹. [grifo nosso]

Para a edição feita na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, havia o agravante de apontar como iniciais do nome do tradutor J.P.S.A., provavelmente José Pedro de Souza Azevedo, um bacharel em matemática e filosofia, cujo trabalho de tradução de tragédias fora reconhecido em Portugal até José Pedro ser deportado, em 1810, por suspeitas de que ele fosse partidário das doutrinas da Revolução Francesa de 1789²⁹².

E em outros títulos publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro há exemplos de episódios que na época poderiam ser considerados condenáveis, como os casos de

289 Portugal. ANTT, Real Mesa Censória, Cx.10, doc. 68. *apud* MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de Estudos Portugueses/Universidade Nova de Lisboa, 2001.

290 Idem. *Ibidem*.

291 SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*. Lisboa, 1859. Vol. 7, p. 298.

292 SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. VII, p. 298.

jovens solteiras que engravidavam e, por isso, eram ameaçadas de morte por seus irmãos. Essa cena se repete em *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes* e em *Triste efeito de huma infidelidade*. No primeiro caso, os estudantes D. Antonio e D. João cuidaram de um bebê recém-nascido, abrigaram a mãe solteira, Cornélia, defenderam-na e ao pai da criança dos ataques do cunhado enfurecido e, ainda, conseguiram que todos se reconciliassem ao final. Já em *Triste efeito de huma infidelidade*, um mosqueteiro que se disponibilizou a ajudar a jovem grávida que fugia dos irmãos, acompanhada de uma aia e de um padre, não obteve sucesso, pois o pai da criança, após ter sido avisado do fato, se mostrou indiferente. Em consequência, a jovem se matou, deixando uma carta em que pedia que dela fosse retirado o bebê por meio de uma cirurgia, procedimento que não garantiu sobrevivida à criança.

Triste efeito de uma infidelidade foi comparado com *Les nuits de Paris*, romance de Restif de la Bretonne, por Maria Beatriz Nizza da Silva, que considerou que esse texto concentrava elementos de novelas de sucesso no século XVIII, tais como um benfeitor, uma dama com sua honra manchada, irmãos que a perseguem, uma falta, um amante indiferente e um fim trágico²⁹³. *Triste efeito* sugeria, assim, um *esqueleto* de um romance setecentista, já que os elementos não foram desenvolvidos, nem mesmo o fim trágico, em que a jovem se castiga com o suicídio. O curioso no enredo, para a historiadora, foi que, embora tivesse cometido uma falta grave, a dama não foi criticada e ainda mereceu o respeito de um mosqueteiro e de um religioso.

Um outro exemplo de uma jovem que se entregou aos prazeres antes do casamento pode ser encontrado em *O castigo da prostituição*, cujo texto revela a história de uma prostituta que, tendo envelhecido e adoecido, resolveu prevenir, com seu exemplo, as jovens donzelas para que não cometessem o mesmo erro. Para *O castigo da prostituição*, história de poucas personagens (a narradora ex-prostituta, o homem que lhe tirou a honra e uma alcoviteira), Maria Beatriz Nizza da Silva estabeleceu um cotejo com *Justine*, de Sade, ainda que no primeiro caso houvesse o intuito moral de advertência às jovens donzelas²⁹⁴. Entretanto, na opinião da autora, o intuito tornar-se-ia duvidoso, se considerado o discurso

293 Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, SP: Com. Ed. Nacional, 1977.

294 Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da., 1977. *Op. cit.*

da alcoviteira em favor dos prazeres descomprometidos em detrimento do matrimônio. Com efeito, as intervenções iniciais da protagonista sobre o casamento foram rapidamente esquecidas, quando a mesma passou por seu primeiro encontro amoroso. Nesse encontro, segundo Nizza da Silva, a jovem foi afetada por uma luta interior entre vício e virtude, tendo sido o primeiro o vencedor, já que, consumida pela libertinagem, a protagonista tornou-se prostituta.

Maria Lígia Coelho Prado também teceu considerações sobre os títulos publicados pela Imprensa Régia, em seu livro *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*²⁹⁵, e tomou as personagens femininas de *O castigo da prostituição* e de *Triste efeito de uma infidelidade* como antimodelos de virtude, pois se entregaram aos prazeres do corpo.

No entanto, pode-se dizer que a impressão desses títulos acompanhava uma discussão européia sobre o uso da prosa de ficção com uma função moralizadora. Há que se admitir que alguns dos desfechos podem apontar para uma aparente valorização da moral, pois, no final das histórias, apresentam arrependimentos e castigos, como no caso da prostituta de *O castigo da prostituição* que, arrependida e castigada pela enfermidade, advertiu as donzelas quanto aos perigos do caminho oposto ao do matrimônio. Também arrependido e mantendo o discurso da valorização do matrimônio, no final de *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes*, o casal, que já havia tido um filho, conseguiu uma união religiosa, com as bênçãos de um padre. Esses desfechos estão em sintonia com as idéias dos defensores do gênero, que diziam que um final como esses, com arrependimento das personagens que se comportassem de maneira duvidosa e com a punição dos vícios, dava ao texto um efeito de moralização.

O caso de *História de dois amantes* é, certamente, o mais curioso em relação à aprovação no quesito moral, pois nem mesmo no final as personagens foram punidas por seus comportamentos. Porém outros desfechos de romances podem ser tomados como duvidosos. Que dizer, por exemplo, da jovem grávida de *Triste efeito de uma infidelidade*, que, ainda que tomada pelos sentimentos de culpa e arrependimento, pecou duplamente ao suicidar-se, matando também ao filho que esperava em gestação? Um

²⁹⁵ Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp-Edusc, 1999.

desfecho como esse, com uma auto punição que culmina num pecado, caso desencadeasse polêmicas entre defensores e detratores do gênero romance, seria difícil de ser justificado pelo viés da moral.

Do conjunto de textos em menor número de páginas publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, *Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria*, destoa um pouco, provavelmente por ser um título escrito muito anteriormente à ascensão do romance moderno, pois, como vimos, trata-se de um escrito do século XV. Entretanto, pode-se dizer que essa narrativa também ensina comportamentos pelo exemplo positivo, a começar pelo título: a protagonista, apesar de sua “formosura”, mantinha-se “donzella”. Esse livro conta a história de Theodora, uma escrava branca de um mercador falido, que, para saldar as dívidas de seu senhor, sugeriu que fosse vendida para um rei, Miramolim. Como o preço exigido pela venda era alto, o rei decidiu testar os conhecimentos da escrava com questões sobre muitos temas, às quais a donzela respondeu corretamente. Impressionado com seus conhecimentos, o rei pagou o valor estipulado ao mercador e devolveu-lhe a escrava.

Não obstante ser uma escrava, a protagonista dedicou-se aos estudos, desenvolvendo uma esperteza invejável, que, no desafio lançado pelo rei, superou a inteligência de três sábios. E, embora tivesse recebido uma alta quantia em dinheiro, por seus próprios méritos, além de um vestido de brocado, não se deixou levar pela ambição ou pela vaidade e foi também fiel e leal ao seu senhor, conformada com sua condição de escrava.

Além da valorização da moral, como já dito, um outro tema comum em alguns dos romances aqui tratados é a crítica social, bastante explícita em *O diabo coxo*. Como sabemos, para composição da versão francesa desse romance, Le Sage modificou algumas das aventuras de *El diabo cojuelo*, de Luis Velez de Guevara e, utilizando-as como base, inseriu novos episódios, aumentando consideravelmente o conteúdo da obra. Foram mantidos no romance francês o local onde se passava a história, Madri, e as personagens principais: o estudante Dom Cléofas Leandro Peres de Zambulo; um mágico que havia aprisionado o diabo coxo; e o próprio demônio, Asmodeu. Da mesma forma, conservou-se a estratégia de utilização dos poderes de Asmodeu, como o vôo e a tática de retirar os telhados das casas das pessoas, sem que elas percebessem.

Tomando a possibilidade de bisbilhotar a vida alheia em surdina como modelo, Le Sage inventou muitas novas situações de investigação do que se passava no interior das casas, envolvendo outras personagens e aumentando o número de capítulos. A leitura da versão espanhola²⁹⁶ revela diferenças em comparação com a edição francesa, tanto no número, quanto nos temas das aventuras apresentadas em seus enredos. Num tempo em que não se pensava em originalidade e a produção literária era valorizada se feita a partir da imitação e da superação de obras já conhecidas, não haveria maiores problemas para Le Sage com a escrita de seu romance aproveitando e aprimorando uma idéia anterior.

Na edição de *Le Sage*, Asmodeu mostrou ao estudante os atos privados dos moradores da cidade, revelando desde histórias de amores proibidos até golpes de aventureiras para conseguirem dinheiro de homens tolos; de empregados contra seus patrões e de familiares em busca de heranças. Ao final, Asmodeu e Leandro presenciaram um incêndio em uma casa, de onde um pai pedia socorro para que alguém lhe salvasse a filha Serafina. O diabo, assumindo a aparência do estudante, salvou a moça e, diante dessa circunstância, o pai, agradecido, pensou em conceder a mão dela a Leandro.

Cabe aqui um parêntese esclarecedor sobre o enredo publicado no Rio de Janeiro. Como dissemos no capítulo referente aos anúncios de jornais, uma outra edição desse romance foi impressa em Portugal e em seu anúncio na *Gazeta de Lisboa*, o livreiro Joaquim Manuel do Nascimento propagandeou uma continuação da história, traduzida somente no ano de 1814.

A partir da consulta a uma edição francesa desse romance, verificamos que, em 1707, Le Sage deu à luz um romance em apenas um volume e, em 1726, publicou um segundo. Na edição consultada, feita com base no texto de 1726, o romance se divide em dois tomos, sendo que o primeiro deles termina no episódio do incêndio, em que Asmodeu, na aparência de Leandro, salva Serafina das chamas e o pai da moça cogita na possibilidade de recompensá-lo, concedendo-lhe a mão de sua filha em casamento. Mas, no segundo tomo, antes que o pai fizesse a proposta a Leandro, o diabo encaminhou o estudante para uma outra aventura. Muitos outros episódios decorreram até o último capítulo do segundo tomo,

296 Uma reedição da versão original foi feita recentemente no Brasil: GUEVARA, Luis Vélez. *O Diabo Coxo*. Trad. Líliliana Raquel Chwat, São Paulo: Ed. Escala, 2006.

no qual, reencontrando o pai de Serafina, Leandro lhe contou a verdade sobre o salvamento da dama e, pela honestidade demonstrada, foi aceito como genro.

Formado, então, de pequenas narrativas contadas pelo diabo coxo a Leandro e tendo como fio condutor um enredo que pode ser interrompido a qualquer tempo, já que os relatos acerca dos moradores das casas espionadas podem ser complementados ou silenciados por algum acontecimento externo, a estrutura do romance permitia mesmo que fossem inseridas pelo autor tantas aventuras quantas quisesse.

No caso da edição que foi publicada em 1810 no Rio de Janeiro, feita possivelmente com base na de 1806, da Typografia Lacerdina, é possível considerarmos que se trata mesmo da tradução apenas do primeiro volume da obra, cujo final da história, com o incêndio e a possibilidade de Leandro ser recompensado com a mão de Serafina, já dava indícios do desfecho do segundo. Ficaram de fora dessa edição aventuras ocorridas em outros locais, como no cemitério, e outras histórias contadas por Asmodeu, como “A força da amizade”, só traduzidas e publicadas em Língua Portuguesa em 1814²⁹⁷. Ainda que restritos à análise apenas do primeiro volume do romance, deparamo-nos com um enredo rico em narrativas de amores entre membros de posições sociais diferentes, de golpes, de dissimulações, de crimes e punições.

Em todos os casos narrados por Asmodeu, foram revelados aos amigos apenas os sentimentos e características apresentados pelos moradores das habitações examinadas,

297 Embora o segundo volume de *O diabo coxo* não tenha sido publicado no Rio de Janeiro no período contemplado em nossa pesquisa, os leitores cariocas não necessariamente ficaram sem saber o final da história, uma vez que os moradores da colônia portuguesa poderiam ler as demais aventuras relatadas no segundo volume, que aqui chegava pelo processo de importação. De acordo com as pesquisas de Márcia Abreu, que se debruçou sobre os documentos relativos à entrada de romances no Rio de Janeiro no período de 1769 a 1826, diferentes livreiros e editores solicitaram, por várias vezes, a permissão para a importação desse romance, como Joaquim Cardoso da Fonseca, procurador de Antonio Manuel Policarpo da Silva, em 1815, seguido pelo livreiro Bernardo Ribeiro de Carvalho, que também procurou meios de importar o romance em 1816. Outras três requisições foram feitas no ano de 1817, por “Borel, Borel e Cia”. No ano de 1819, o livreiro João Francisco Rolland requisitou a entrada desse livro por duas vezes, no mesmo período em que Jozé Francisco da Rocha intentava importá-lo. Outros três pedidos foram feitos em 1820: por João Gomes de Oliveira Silva, Pedro Jorge Rey e Antonio Rodrigues Toscano, procurador da livraria da Viúva Bertrand e filhos. Fontes: “Catálogos: exame dos livros para saída do reino com destino ao Rio de Janeiro” Portugal. ANTT. Real Mesa Censoria. Caixas 153, 154, 155 e 156 [os documentos manuscritos que nos possibilitaram tais considerações foram encontrados, transcritos e concedidos por Márcia Abreu]. Ver também: ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003. p. 89-137.

uma vez que o olhar através dos telhados, embora adentrasse a privacidade de uma casa, não podia desvendar pensamentos íntimos. Dessa forma, no romance aqui tratado, o leitor, ajudado pelas artimanhas do diabo, era capaz de observar uma parte da privacidade das personagens, de suas intenções, de suas reais aparências e dos seus sentimentos.

Tal observação pôde ser feita a partir de elementos externos, como as vestimentas, que eram diferentes das que se usava em público; ou os ornamentos, próteses, acessórios e outros artifícios que, retirados, revelavam outra aparência. Podia-se, ainda, reconhecer comportamentos desonestos, descobertos a partir de diálogos, monólogos ou ações realizados no interior das casas. Não era possível ao leitor, contudo, observar o que se passava nos corações das personagens, em seus sentimentos, em suas reflexões, uma vez que tudo isso se ocultava aos olhos indiscretos de Asmodeu e Leandro.

Alguns romancistas ingleses, num período pouco posterior ao da primeira edição francesa desse romance, passaram a se interessar em descobrir estratégias mais eficazes para mostrar ao leitor pensamentos e desejos íntimos das personagens. Samuel Richardson foi um dos que obteve esse efeito com *Pamela ou a virtude recompensada*, de 1740. Ao declarar-se apenas como editor de um conjunto de cartas escritas pela protagonista, isento de intervenções de sua autoria, Richardson foi capaz de revelar aos seus leitores as aflições, os desejos e as contradições de sentimentos descritos em cartas pessoais de uma jovem empregada assediada por seu patrão. Em tais cartas, feitas no calor da hora e inicialmente destinadas somente à leitura de destinatários confidentes, a personagem refletia consigo sobre o seu dilema pessoal e expunha desejos, conflitos interiores e circunstâncias, que eram registradas sem o temor do julgamento de pessoas estranhas à situação²⁹⁸. Guevara e Le Sage, sem dúvida, foram bem sucedidos em seus romances no que diz respeito à exposição do privado das personagens, porém não chegaram à introspecção.

No intuito de mostrar o que se passava na cabeça e no coração das personagens, o narrador de *A filósofa por amor* obteve mais sucesso, pois esse romance epistolar se aproxima mais da introspecção dos cinco correspondentes que se envolvem na trama: Adelaida, sua mãe, seu pai, Durval, e Júlia. Os destinatários são pessoas com certo convívio, para as quais eram dispensados os exageros de cortêsias, o que abria espaço para declarações e confissões de cunho pessoal. Angústias e consolações foram trocadas, então,

298

Sobre o assunto, ver: VASCONCELLOS, Sandra Guardini Teixeira., 2002. *Op. cit.* p. 71-80.

e o comportamento de alguns dos emitentes e receptores no momento da escrita dessas cartas puderam ser expostos. No caso de Adelaida, às vezes, foi preciso recorrer à amiga Júlia, que se encontrava distante de seu conflito familiar, para contar o que se passava no íntimo de seu quarto, para relatar suas conversas com os pais e, mesmo, para falar mais abertamente sobre Durval.

Contudo, para satisfazer a curiosidade do leitor sobre os comportamentos dissimulados das pessoas e suas verdadeiras intenções, bem como para criticar tudo isso, a estratégia de retirar os telhados das casas, empregada em *O diabo coxo*, foi suficiente. Pelas palavras de Asmodeu, em seus comentários sobre os moradores das residências escolhidas para observação, percebemos uma forte crítica do autor à sociedade de sua época, ao tratar das hierarquias, das preocupações excessivas com a aparência, dos comportamentos de adulação e das questões relativas à moral.

No romance, a personagem Asmodeu não poupou esforços para criticar o comportamento dissimulado, como na cena em que as pessoas se despiam de acessórios que ornavam suas aparências:

Destingo na casa vizinha dous quadros assaz galantes. Hum he huma annosa namorada, que se deita, depois de haver deixado os seus Cabellos, seus sobrolhos e seus dentes sobre o toucador. O outro hum galan sexagenario, que chega de visitar a sua amada. Tem já tirado o seu olho e seu bigode postiço, com a sua cabelleira que encobre huma cabeça calva. Elle espera que o criado lhe tire o braço e a perna de páo para se deitar com o resto²⁹⁹.

No contexto europeu e, portanto, também em Madri, atitudes corteses, maneiras corretas de controlar os movimentos do corpo e as formas de expressão condicionavam o comportamento e a comunicação da aristocracia a dissimulações na busca por uma reputação construída com base na notoriedade, naquilo que aparentava ser. E tais atitudes foram duramente criticadas no romance, uma vez que os personagens que as praticavam eram descritos como ridículos, falsos e hipócritas.

Críticas à sociedade européia também foram feitas pela personagem principal de *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munhausen que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canícula*, nas comparações que o protagonista Munhausen

299 LE SAGE, Alain-René. *O diabo coxo verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Vol. I, p. 29.

estabelecia com o comportamento dos variados povos que visitava nas suas expedições. Em primeira pessoa, com um narrador muito convencido de sua astúcia, esse romance descreve as várias viagens do barão Munkausen, que conta as mais duvidosas peripécias. Por onde passava, o barão tomava conhecimento de novos costumes, línguas, religiões, governos e habitantes, sempre estabelecendo comparações, que, na maioria das vezes, enalteciam ironicamente valores europeus, de modo a questioná-los. Exemplo disso é a aventura em que o barão libertou muitos escravos brancos, que haviam sido presos por certo povo africano, que os comercializava e os mantinha cativos para trabalharem até a morte em lavouras que cultivava no Pólo Sul, como segue:

Poucas semanas tinham passado nesta fadiga imensa de rebocar continuamente, quando encontramos huma frota de Negros. Devo informar-vos que estes vagabundos tinham achado meio de aprezaem navios em que hiam Europeos á Costa de Guiné, e tendo tomado gosto ao nosso luxo, tinham formado Colonias em algumas Ilhas novamente descobertas junto ao Polo do Sul, onde tinham variedade de lavouras de gêneros, que só produzem os Climas mais frios. Como os habitantes de Guiné não são próprios ao Clima, nem acostumados ao excessivo frio do paiz, formárão o projecto diabólico de procurarem escravos Christãos para lhes fazerem o trabalho. (...) Tendo lá [Escócia, Irlanda e Inglaterra] por compra , ou talvez por fraude e violencia apanhado hum grande numero de homens, mulheres e crianças navegavão com esta carregação para a outra extremidade do mundo, e a vendião aos Colonos, que ás pancadas os fazia obedecer, e trabalharem, como animaes brutos, o resto da sua vida.³⁰⁰

O episódio poderia ser lido como uma crítica aos europeus, já que a conquista de novos territórios, com clima diferente, a captura violenta de cativos para serem escravizados e o tráfico de escravos eram, justamente, os principais componentes de uma atividade agrícola e mercantil européia, relativamente aceitável na época, mas tendo como escravas pessoas negras.

Além de criticar os costumes europeus, o autor desse romance parece brincar com o próprio gênero, na medida em que satiriza a prática comum entre os seus pares de afirmar que o enredo que apresentavam provinha de uma história verdadeira. Tal prática tornou-se bastante difundida, a ponto de o autor de *Aventuras pasmozas do celebre barão de Munkausen* utilizá-la como uma paródia aos romances de seu tempo, pois, apesar de “pasmozas”, essas aventuras foram narradas como se realmente tivessem acontecido.

300 RASPE, Erich Rudolf. *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descripção de huma viagem á Lua e Canícula*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814. pp. 87-88.

Não obstante o caráter fantástico de todas as histórias contadas, no decorrer do texto, o Barão tentava comprovar suas aventuras, apresentando detalhes, como: “medimos o Crocodilo, cujo comprimento era exactamente de quarenta pés”³⁰¹, ou “entre outros [ninhos] achamos hum de Maçaricos de prodigiosa grandeza; a sua circumferencia era pelo menos o duplo do zimborio de S. Paulo em Londres”³⁰². Sob o mesmo prisma, o narrador fazia, ainda, referências geográficas e a períodos históricos, como por exemplo: “No principio do Reinado do prezente Rei tive alguns negócios a concluir na Ilha de Thanet”³⁰³. Todavia, as tentativas revelam justamente detalhes confusos, não específicos, nem explicados. Quanto mediria “o duplo do zimbório” da Catedral de São Paulo, em Londres? E quem seria o “prezente Rei”, atuante no tempo da aventura que se passou “na Ilha de Thanet”, não citado? Essas informações vagas, além de não levarem à descrição ou à possibilidade de visualização por parte do leitor, ridicularizam a tática usada por outros romancistas.

Na mesma linha de fazer paródias com o gênero e demonstrando ser conhecedor do preceito retórico da emulação, o protagonista menciona outros romances, tidos pelo narrador como inferiores, e supera feitos de personagens famosos, como Gulliver e D. Quixote. E essas paródias não se limitavam aos romances, pois, no intuito de se apresentar como superior a todos os homens de histórias já conhecidas, o narrador fazia, ainda que indiretamente, referências à mitologia e às histórias bíblicas do Antigo Testamento, como a de Jonas, por exemplo, que foi engolido por um peixe e conseguiu sobreviver³⁰⁴. Munkausen, que passou por situação semelhante, foi também capaz de sair vivo da barriga de um peixe, mas sem a ajuda divina.

Os romances da Imprensa Régia do Rio de Janeiro podem ter despertado, além do deleite e da instrução, momentos de reflexão crítica e questionamentos de situações postas. A crítica apresentada pelo barão de Munkausen sobre os escravos brancos, por exemplo, feita a partir de uma situação às avessas, denunciava uma prática europeia de emprego de

301 RASPE, Erich Rudolf., 1814. *Op. cit.* p. 5.

302 Idem. p. 57

303 RASPE, Erich Rudolf., 1814. *Op. cit.* p. 64

304 “Javé enviou um peixe bem grande para que engolisse Jonas. E Jonas ficou no ventre do peixe três dias e três noites. (...) Então Javé mandou que o peixe vomitasse Jonas em terra firme”. *Bíblia Sagrada* Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1991. Jonas, 2, 1. 11.

mão-de-obra escrava negra. A reflexão levantada pode ser tomada como bastante perigosa para a conjuntura histórica da América portuguesa do início dos oitocentos, se levarmos em conta a sua constituição populacional. Segundo Leila Mezan Algranti, na época da chegada de D. João e sua Corte, o Brasil era habitado por escravos introduzidos na lavoura açucareira, desde meados do séc. XVI, somados aos senhores de terras e meios de produção, comerciantes, clérigos e poucos profissionais liberais, além de desocupados e libertos que trabalhavam como escravos³⁰⁵.

A autora aponta ainda que, em 1808, o Rio de Janeiro abrigava 60.000 habitantes, dos quais 78,5% eram livres, 1,5% eram libertos e 20% eram escravos. Em 1821, o número de habitantes do Rio de Janeiro aumentou para 79.321, sendo 45,6% desse total composto por escravos e 54,4% por pessoas livres³⁰⁶. Nesse contexto, um questionamento sobre a escravidão talvez não fosse bem vindo, todavia, de acordo com o registro de avisos transcrito no Capítulo II.2 desta tese, o Príncipe Regente ordenou a José Bernardes de Castro que lesse o manuscrito da tradução de André Jacob e o mandasse imprimir, caso não encontrasse nenhum inconveniente. Dado o fato de que a impressão foi aprovada, as alusões aos negros que escravizavam brancos parecem não ter significado maiores entraves ao manuscrito.

Em *Paulo e Virgínia*, como vimos, alguns pontos críticos também poderiam levantar polêmicas, como as situações civis das mães dos protagonistas. É provável que o leitor, por meio das descrições positivas sobre o caráter das mães de Paulo e de Virgínia, fosse levado a posicionar-se a favor dessas mulheres, não obstante seus deslizes passados. Dado o sucesso desse romance, cremos que os habitantes do Rio de Janeiro, do período joanino, assim como as demais pessoas que por vários países o leram, tomaram partido dessas personagens e não compartilharam do julgamento apontado pelo governador da ilha sobre seus estados civis.

Ainda nesse romance, aliada à presença de um casamento entre uma mulher vinda da nobreza e um homem pobre, como foi o dos pais de Virgínia, a amizade entre Mme. de La

305 Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: os bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987. p. 23.

306 ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988. p. 30.

Tour e Margarida também poderia despertar certa estranheza aos olhos dos leitores oitocentistas. A historiadora Maria Lígia Coelho Prado, que analisou esse título em estudo sobre a leitura de romances no período joanino, chamou a atenção para o fato de as mães dos protagonistas serem tão amigas, mesmo pertencendo a classes sociais muito distintas: uma nobre e a outra plebéia³⁰⁷. Para Coelho Prado, esses estreitos laços de amizade não seriam aceitáveis na configuração social da época, hipótese a ser considerada desde o momento da escrita do romance, na França, mas que, como vimos, não interferiu em sua aprovação na América portuguesa.

Não obstante os pontos de tensão presentes nos romances analisados, como as passagens imorais; as críticas à aristocracia, que poderiam refletir comportamentos sociais vividos pelos leitores cariocas; e as exposições de novos valores burgueses, a impressão desses romances talvez se justificasse porque seus enredos traziam modelos de comportamentos morais, com recompensa às personagens que os seguiam e condenações aos que deles se desviavam. O público leitor deve ter ponderado essas questões e aprovado os romances da *Impressão Régia do Rio de Janeiro*, pois as histórias apresentadas nesses textos permaneceram no imaginário carioca por um longo período posterior, como veremos a seguir.

307 Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *Op. cit.*

Conclusão:

Este trabalho, que teve início com o levantamento dos títulos dos livros em prosa de ficção atribuídos à Imprensa Régia do Rio de Janeiro pelos pesquisadores que nos antecederam e prosseguiu com o questionamento das fontes e a busca dos exemplares, trouxe-nos, por um lado, o problema da delimitação de quais seriam os romances efetivamente publicados nessa casa impressora e, por outro, a solução da definição do conjunto desses romances, a partir da localização.

Como parte dos resultados de busca, foi possível traçarmos a história editorial de cada um desses livros, verificando que algumas das impressões que se acreditava terem sido feitas na América portuguesa eram reedições de traduções já impressas em Portugal, onde eram conhecidas graças ao trabalho dos tradutores, muitas vezes anônimos, e publicadas por diversas tipografias e também pela Imprensa Régia de Lisboa. Apesar dessas reedições, que pareciam endossar a hipótese de uma relação editorial entre as duas casas impressoras oficiais, concluímos que essa relação era inexistente, ao menos no caso de livros em prosa de ficção.

Ainda nesse processo de localização, pudemos conferir como os romances que nos interessavam eram anunciados pelos livreiros na *Gazeta do Rio de Janeiro* e na *Gazeta de Lisboa*, observando estratégias de venda, como a valorização do autor, das reedições em diversos países e, também, da materialidade.

Após a localização e a leitura dos romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, percebemos que não havia constância no conjunto, pois os romances eram diversos na materialidade em que foram compostos, no trato das personagens, nos temas que abordavam e na maneira como o fizeram. Alguns foram publicados em dois volumes, enquanto outros se limitaram a poucas páginas, entre 30 e 60. Da mesma forma, se uma parte dessas narrativas é composta por romances integrais, outra parte surge de um capítulo, um segmento ou uma adaptação de uma outra história.

Embora de materialidade e conteúdo variados, os romances publicados na América portuguesa entre 1810 e 1818 possuem características dos romances que circularam na Europa no século XVIII e repetem estratégias utilizadas pelos romancistas no intuito de

afirmar o gênero, como a apresentação das histórias como verdadeiras e o emprego da descrição das personagens e dos ambientes, a fim de valorizar os textos ficcionais e despertar uma identificação dos leitores. Como vimos, esse tipo de apresentação também se fez presente em paratextos dos romances aqui analisados e, ainda que em número reduzido, algumas personagens desses romances mereceram caracterizações bem cuidadas, com descrições detalhadas de aspectos físicos e psicológicos. A mesma dedicação pôde ser notada na descrição de parte dos locais onde se passavam os enredos, ambientes descritos pelo narrador.

Na mesma linha de diálogo com discursos de construção e de defesa do romance moderno, empregadas por autores ingleses e franceses, é possível encontrar nos romances da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, sobretudo se considerarmos o conceito de virtude empregado por Michael Mckee, tentativas de valorização da moral, ainda que nem sempre bem sucedidas. Outro tema presente no conjunto analisado é a crítica social, mais visível em *O diabo coxo*, com alertas contra valores aristocráticos, como o enaltecimento da aparência.

Nesse momento de balanço do trajeto e de exposição de conclusões, consideramos necessária uma reflexão acerca da circulação dos romances da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Os anúncios de venda dos romances publicados na primeira casa impressora oficialmente reconhecida são bons indícios de circulação desses romances, talvez a única forma de atestar a presença dos mesmos em relação ao período contemplado (1808-1822), pois nem mesmo os posteriores registros desses livros na Biblioteca Nacional foram totalmente preservados. Esses romances, cujo comércio parece ter sido bem sucedido, podem ter agradado os consumidores residentes no Rio de Janeiro, possíveis leitores. Apesar de comercializados e, provavelmente lidos, não foram muito valorizados na época, nem mesmo por seus donos/leitores, que não os preservaram para a posteridade. Raros exemplares, alguns danificados pelas traças, resistiram para nos auxiliar a contar essa história.

A construção de uma memória dos romances da Imprensa Régia nos apresentou dificuldades de fontes, pois quase não há discursos sobre os mesmos registrados no período em que foram publicados e, mesmo após quase dois séculos de existência desses romances, a bibliografia disponível especificamente sobre o assunto ainda é bastante resumida. As

restrições quanto aos indícios de circulação e a ausência de textos críticos oitocentistas, quer de teóricos portugueses, quer de luso-brasileiros, faz com que dos títulos da Impressão Régia do Rio de Janeiro e mesmo daqueles muitos outros que foram apontados nos periódicos do período, apenas uma pequena parcela seja lembrada atualmente, ainda assim, muitas vezes com base nos estudos que mereceram em seus idiomas originais.

A seleção de determinados títulos e gêneros, em detrimento de muitos outros, cuja leitura já havia conquistado o agrado do público leitor, também ocorria em outros países. Robert Darnton, por exemplo, constatou que os títulos que encabeçavam as listas de pedidos dos livreiros franceses em atividade nas décadas de 1770 e 1780 são atualmente desconhecidos, uma vez que não conseguiram um lugar na história literária da França. A fim de considerar as publicações de menor prestígio, o autor propôs que analisássemos a produção beletrística a partir de outra perspectiva:

Vemos a literatura de cada século como um conjunto de obras agrupadas em torno dos clássicos; e nossa idéia de clássico provém de nossos professores, que por sua vez a receberam de seus mestres, e assim por diante, até um momento qualquer nos inícios do século XIX. A História literária é um artifício criado ao longo de muitas gerações; apresenta-se ora reduzida, ora ampliada; puída em alguns pontos, remendada em outros; e por toda parte permeada de anacronismos. Pouco tem a ver com a verdadeira experiência da literatura no passado³⁰⁸.

Para analisarmos os livros de menor reconhecimento institucional, caso em que se encaixam os romances da Impressão Régia do Rio de Janeiro, tomamos como base um circuito proposto por Darnton, o “circuito das comunicações”, para entender a literatura levando-se em conta, além do autor e do leitor, o contexto em que os romances foram impressos, os sistemas de publicação, distribuição e circulação, bem como os meios de divulgação, nos quais é possível recuperarmos os discursos que sobre esses impressos foram proferidos na época de suas publicações³⁰⁹.

308 DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 9.

309 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 113. Circuito das Comunicações:

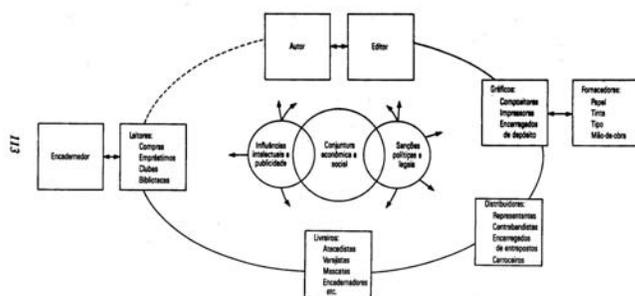
Para Darnton, esse circuito envolveria diferentes profissionais: o autor ou editor; os gráficos, os distribuidores, os livreiros e os leitores. No percurso, os livros sofreriam influências externas:

A própria literatura pode ser vista como um sistema de comunicações que se estende dos autores e editores até os leitores, passando pelos tipógrafos e livreiros. Ademais, pertence a uma cultura geral, em que veículos de todo tipo – impressos, manuscritos, orais e visuais – se entrecruzam e se interligam. Na França setecentista, os livros não competiam com o rádio e a televisão, mas circulavam numa sociedade transbordante de mexericos, boatos, piadas, canções, grafites, cartazes, pasquins, folhetos, cartas e jornais. Muitos desses veículos deixaram sua marca nos próprios livros, da mesma forma que os afetaram³¹⁰.

Gostaríamos somente de acrescentar nesse sistema de comunicação, proposto por Darnton para os estudos literários, o papel dos tradutores no percurso do autor para o leitor. No caso dos romances editados na Imprensa Régia, o papel desses profissionais foi de suma importância para a leitura e circulação do gênero, uma vez que as obras são traduções de enredos vindos de outros idiomas, sobretudo do Francês. Infelizmente, nem todos os nomes dos tradutores desses livros foram recuperados, principalmente pela incompletude de dados bibliográficos disponíveis tanto nos anúncios dos periódicos, como nos frontispícios dos próprios impressos, que geralmente não mencionavam os nomes dos tradutores ou apenas os citavam pelas iniciais.

Franco Moretti, ao estudar a literatura inglesa em seu artigo "The slaughterhouse of Literature", também constatou que a esmagadora maioria dos livros anunciados no catálogo *Columbell's circulating library*, uma amostra dos livros ingleses de sucesso no ano de 1845, não conseguiu um reconhecimento institucional.

The majority of books disappear _ and "majority" actually misses the point: if we set today's



canon of nineteenth century British novels at two hundred titles (which is a very high figure), they would still be only about 0.5 percent of all published novels. And the other 99.5 percent?³¹¹

Segundo o autor, o caminho necessário para esse reconhecimento teria seu início com as escolhas dos leitores, prosseguindo, num segundo momento, com a consagração através das instituições acadêmicas, do apreço da elite intelectual, dos pareceres críticos ou das escolas. Discordamos, em certo sentido, desse caminho somente na idéia inicial de que os leitores teriam um papel primordial no processo, uma vez que nem sempre a preferência do leitor é considerada.

Ainda que pouco valorizados, é possível considerar que os romances da Impressão Régia, juntamente com os romances importados que aqui aportavam, vindos da Europa, podem ter sido importantes na preparação das primeiras manifestações ficcionais nacionais como as que foram publicadas, pouco depois da Independência do Brasil, em periódicos. Juntamente com as traduções de enredos vindos principalmente da França, produções de autores nacionais eram publicadas nos jornais no período pós Independência. A relação entre a prosa de ficção e o periodismo resultou em narrativas curtas, adaptadas ao espaço dos jornais, que, apesar da temática de influência européia, procuraram se ajustar ao cenário brasileiro³¹².

Antonio Candido, analisando a conjuntura literária brasileira nesse período, solidariza-se com a idéia de que muitos títulos importados, nem sempre valorizados atualmente, podem ter tido suas parcelas de influência na configuração do romantismo:

Os livros traduzidos pertenciam, na maior parte, ao que hoje se considera literatura de carregação; mas eram novidades prezadas, muitas vezes, tanto quanto as obras de valor. Assim,

311 MORETTI, Franco; "The slaughterhouse of Literature" in *Modern Language Quarterly*, Vol. 61, nº1, 2000. p. 207. ["A maioria dos livros desapareceu _ e 'maioria', na verdade, perde o sentido: se consideramos o cânone atual de romances ingleses do século XIX com duas centenas de títulos (o que já é uma alta marca), eles ainda seriam apenas cerca de 0,5 por cento de todos os romances publicados. E quanto aos outros 99,5 por cento?" - tradução nossa]

312 Algumas delas foram também impressas em livros e, entre os títulos editados, podemos citar: de Lucas José de Alvarenga (1768-1831), *Statira e Zoroastes*, 1826; de João Manuel Pereira da Silva (1819-1898), *O aniversário de Dom Miguel em 1828*, 1839; de Justiniano José da Rocha (1812-1862), *Os assassinos misteriosos, ou a paixão dos diamantes*, 1839; de Varnhagen (1816-1878), *O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século*, 1840; de Joaquim Norberto Souza e Silva (1820-1891), *As duas órfãs*, 1841; e de Luiz Carlos Martins Pena (1815-1848), *Duguay-Trouin romance histórico*, 1841. Cf. SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ao lado de George Sand, Merimée, Chateaubriand, Balzac, Goethe, Irving, Dumas, Vigny, se alinhavam Paul de Kock, Eugène Sue, Scribe, Soulié, Berthet, Souvestre, Féval, além de outros cujos nomes sugerem atualmente: Bard, Gonzalès, Rabou, Chevalier, David, etc. Na maioria, franceses, revelando nos títulos o gênero que se convencionou chamar folhetinesco. Quem sabe quais e quantos desses subprodutos influíram na formação do nosso romance? Às vezes, mais do que os livros de peso em que se fixa de preferência a atenção³¹³.

Podemos supor que todos esses livros em circulação, embora não consagrados, podem ter influenciado a produção literária de autores de períodos posteriores. Este pode ter sido o caso dos romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Além disso, como vimos, os romances dessa casa impressora colocavam os leitores luso-brasileiros em contato com estratégias de construção do discurso ficcional, com linhas de defesa do gênero pelo viés da valorização da moral e com discussões teóricas em voga na Europa, transmitidas por meio dos enredos ou dos prefácios.

As narrativas ficcionais impressas na América portuguesa nesse período podem ter sido consultadas, lidas individualmente ou em voz alta, emprestadas e comercializadas, mas, com o passar do tempo, praticamente desapareceram. No entanto, participaram da formação do gosto do público luso-brasileiro por livros desse gênero; deixaram vestígios de que agradaram aos leitores e, ainda, de que tiveram alguma relevância no cenário literário até o final do século XIX.

Paulo e Virgínia, como vimos, tanto conquistou os leitores que habitavam o Rio de Janeiro no início dos oitocentos, que até teve seu texto encenado na cidade, em 1822, pouco mais de uma década depois de sua publicação em livro³¹⁴.

Pesquisas recentes mostram que, embora não tenhamos encontrado nenhum exemplar de *A filósofa por amor* em instituições brasileiras, há registros que comprovam não somente a existência de um exemplar desse romance, arquivado na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, como apontam para um indício de leitura, pois tal título despertou o interesse de um leitor, Domiciano da Costa, em 1834³¹⁵.

313 CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. II, p. 12.

314 “Anúncio do Theatro de S. João: Paulo e Virgínia. Adornado de vestuário rico, e próprio ao caracter, onde além dos engraçados Bailaveis de que he composta, tem a Scena do Naufragio, completamente executada com todo maquinismo necessário”. (*Diário do Rio de Janeiro*, 09/11/1822).

315 De acordo com a pesquisa realizada por Débora Cristina Bondance Rocha, que investiga a circulação de romances com base nas anotações dos livros de registros de consulentes da Biblioteca Nacional, Domiciano da Costa

Em meados do século XIX, o enredo de *O diabo coxo* mantinha-se conhecido dos leitores, pois, em 1862, o jornalista Ângelo Agostini, em parceria com Luís Gama e Sizenando Nabuco, fundou um periódico intitulado *Diabo Coxo*, que satirizava a sociedade paulistana da época, com a mesma estratégia de retirar os telhados das casas³¹⁶. Além disso, na década de 70 dos oitocentos, o modo de descrever as cenas e personagens criado em *O diabo coxo* ainda era aproveitado por autores de prosa de ficção, como o fez Elyσιο d’Albuquerque, no folhetim *Mariette*, publicado no periódico *O Liberal do Pará*. O autor, inclusive, informava estar se valendo dos “privilegios e imunidades de que gozão os romancistas e que a elles forão legados, como precioso thesouro por seu legitimo avô o diabo coxo”³¹⁷ para descrever o aposento onde se encontravam alguns dos personagens da história.

Referências ao romance *Paulo e Virgínia* foram feitas por autores oitocentistas consagrados da literatura brasileira, como José de Alencar, que citou “esse gracioso conto de Bernardin de Saint-Pierre, que todos lemos uma vez aos quinze anos, quando ainda não o sabemos compreender; e outra aos trinta, quando já não o podemos sentir” numa cena de *Lucíola*, em 1862³¹⁸. Machado de Assis também o mencionou no romance *Helena*, de 1876³¹⁹. Franklin Távora, por sua vez, no folhetim *O Sacrifício*, publicado na *Revista Brasileira*, em 1879, atribuiu os nomes de Paulo e Virgínia a dois dos personagens³²⁰.

De fato, *Paulo e Virgínia* foi um romance bastante conhecido dos leitores brasileiros até o final do século XIX e ainda hoje é lembrado por seu valor moral. Contudo, outros títulos

consultou *A filósofa por amor*, em 6 de maio de 1834. [Cf. ROCHA, Débora Cristina Bondance. *Leitores e leituras na Biblioteca Imperial e Pública do Rio de Janeiro (1833 – 1856)*. Iniciação Científica. Relatório de Pesquisa Fapesp, 2006. p. 11.]

316 Informação indicada por Rubiana Barreiros, que em seu trabalho de mestrado vem estudando a *Revista Ilustrada*, também de Ângelo Agostini.

317 D’ALBUQUERQUE, Elyσιο. *Mariette*. *O Liberal do Pará*. Belém, 10 de abril de 1870. apud FACIOLA, Rosana Assef. *Os romances-folhetins dos jornais de Belém do Pará entre 1858 e 1870*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes. Belém: [s/n], 2005. p. 99.

318 ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 97-8. 1ª ed. 1862. (Agradeço à Marta Cavalcante de Barros pela lembrança do título).

319 MACHADO DE ASSIS. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1985. Vol. I, p. 293. (Agradeço à Marta Cavalcante de Barros pela lembrança do título).

320 TÁVORA, Franklin. *O Sacrifício*. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, 1879. (Agradeço à Cristina Betioli Ribeiro pela indicação).

menos conhecidos continuaram a ser referidos nos veículos de divulgação literária dos oitocentos. Em meados da década de 70, por exemplo, o título *O castigo da prostituição* foi anunciado no catálogo da livraria Garnier, por 400 réis³²¹.

Essas referências em romances, periódicos e catálogos de livrarias comprovam a permanência dos títulos vindos dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro no imaginário dos leitores e também dos autores de romances por um período muito posterior ao de suas publicações. Assim, num momento inicial de publicação de livros no Brasil, a Imprensa Régia parece ter acertado em se render ao gosto do público e imprimir esses romances.

Chegado o momento de encerrar o assunto, esperamos ter contribuído com este estudo para a compreensão da vida cultural luso-brasileira nos primeiros anos dos oitocentos, da impressão de romances na primeira tipografia permanente da América portuguesa, das leituras em circulação no Rio de Janeiro e da maneira como estas reproduziam técnicas de autores europeus, com as quais possivelmente dialogaram, alguns anos depois, os autores nacionais.

321 “Catálogo dos livros de que é editor B. L. Garnier e de outros que se achão em grande numero na mesma livraria. Rua do ouvidor 69. Rio de Janeiro”. [s/d]. (Agradeço á Juliana Maia de Queiroz pela indicação).

Bibliografia

Ficção:

[autor desconhecido] *A amante militar*. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

[autor desconhecido] *O amor offendido, e vingado*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

[autor desconhecido] *O castigo da prostituição*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

[autor desconhecido] *O combate das paixões*. Trad. D. L. [?] Lisboa: Impressão Régia, 1816.

[autor desconhecido] *O crime mais horroroso, ou o amigo traidor*. Trad. A. J. B. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

[autor desconhecido] *A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

[autor desconhecido] *Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria*. Trad. Carlos Ferreira Lisbonense. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

[autor desconhecido] *História verdadeira da princeza Magalona, filha d'El de Nápoles, e do nobre, e valoroso cavalleiro Pierre Pedro de Provença, e dos muitos trabalhos, e adversidades, que passaram, sendo sempre constantes na fé, e virtudes, e como depois reinaram, e acabaram a sua vida virtuosamente no serviço de Deus*. Lisboa: Officina Thaddeo Ferreira, 1794.

[autor desconhecido] *A infidelidade vingada*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.

[autor desconhecido] *Recreio doméstico ou ramallete de contos, novellas, historias, ditos galantes, vidas dos grandes homens*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

[autor desconhecido] *Triste effeito de huma infidelidade*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.

D'AUCOUR, Claude Godard. *História de dois Amantes ou o Templo de Jatab*. Trad. José Pedro de Souza Azevedo. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

_____. *Memoires Turcs avec l'Histoire galante de leur séjour en France. Par un auteur Turc de toute les Academies Mahométones licencié en*

Droit Turc, et Maître-és-Arts de l'Université de Constantinople. Amsterdam, par la Societé, 1767.

BIANCARDI, Theodoro José. *Cartas americanas*. Lisboa: Imprensa Régia, 1809.

CHATEAUBRIAND. *Atala, Renato, Derradeiro Abencerrage*. Trad. K. D'Avellar. Rio de Janeiro: H. Garnier.

L'EPINOY, Charles Antoine Guillaume Pigault de (Pigault-Lebrun) [?]. *Metusko ou os polacos*. Trad. Joaquim José Pedro Lopes. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.

GRAFFIGNY, Madame Françoise d'Issembourg d'Happoncourt de. *Cartas de huma peruviana*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1802.

GUEVARA, Luis Vélez. *O diabo coxo*. Trad. Liliana Raquel Chwat. São Paulo: Ed. Escala, 2006.

LE SAGE, Alain-René. *Le Diable boiteux*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *O diabo coxo verdades sonhadas e novellas de outra vida traduzidas a esta*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

MARMONTEL, Jean François. *Contes moraux*. Elibron Classics, 2005. Fac-símile da edição de Paris: Jean-Edme Dufour & Philippe Roux, 1783.

_____. *A boa mãe*. Lisboa: Imprensa Régia, 1817.

_____. *O bom marido*. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.

_____. *As duas desafortunadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

_____. *Lausus e Lydia*. Lisboa: Officina Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1815.

_____. *A má mãe*. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.

POPE, Alexander. *Carta de Heloaze a Abailardo*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, s/d.

RASPE, Erich Rudolf. *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munhausen. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canícula*. Trad. André Jacob Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814.

_____. *The adventures of Baron Munchausen*. New York: Dover Publications, 2005. Reprodução integral de RASPE, Erich Rudolf. *The adventures of Baron Munchausen: A new and revised edition*. London, 1865.

SAINT-PIERRE, Bernardin de. *A Choupana Índia*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806.

_____. *Paulo e Virgínia. História fundada em factos*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811.

SILVA, Antonio Manuel Policarpo da. *Novella ou conto intitulado A cadelinha*. Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1816.

Textos teóricos:

ABREU, Márcia Azevedo de. *História de Cordéis e Folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

_____. (org) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. “Letras, belas-letas, boas letras” in BOLOGNINI, Carmen Zink (org.) *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado de Letras/associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. “Em busca do leitor: estudo dos registros de leitura de censores”. in: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2005

_____. “Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas”. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n° 21, 199-222, 2005.

_____. “Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo” in DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (org). *Política, nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

_____. “Censura e crítica: reações de um professor de retórica e poética à leitura de um romance”. in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Literatura Comparada – Abralic – no. 8, 2006. pp. 113-128.

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: os bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de História do livro e da leitura na América-portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

ANSELMO, Artur. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ARAUJO, Norberto & MENDES, Artur Pereira. “Aspectos da Tipografia em Portugal”. Conferência realizada na Imprensa Nacional de Lisboa em 6 de abril de 1913. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

BAKTHIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A Teoria do Romance*. São Paulo, SP : Hucitec. 3º Ed. 1993 (Ed. Unesp).

BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional 1808-1908: apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. “Uma introdução à história Editorial brasileira” in *Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias* Vol. XIV, 2002. p. 57-83

_____. *Eros Pedagógico: a função editor e a função autor*. Tese de doutorado apresentada a Escola de Comunicações e Artes – ECA. Universidade de São Paulo – USP, 2001.

CAMPOS, Fernanda Maria & LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. “Percurso do Poder e do saber nos finais do século XVIII: o papel da Imprensa Régia e da Casa Literária do Arco do Cego”, in *ANALIS Série História. Actas do Colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego” vol. VII/VIII*. Lisboa: Ed. da Universidade Autónoma, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira Vol. 1 (1750-1836): momentos decisivos*, Belo Horizonte, MG: Ed. Itatiaia; São Paulo, SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Iniciação à Literatura Brasileira*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, SP: Ed. Ática. 2000, 3º ed.

CHARTIER, Roger. (org.) *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Trad. Ida Boavida. Algés, Portugal: Difel, 1984.

_____. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

_____. "Crítica textual e história cultural - o texto e a voz, séculos XVI-XVII". In *Leitura: teoria e prática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: ed. Da UNESP, 1998.

_____. (org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DINES, Alberto. *Vínculos do Fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

DOMINGOS, Manuela. "Plano editorial e economia da edição". In *ANAIS Série Histórica. Actas do Colóquio "A Casa Literária do Arco do Cego" vol. VII/VIII*. Lisboa: Ed. da Universidade Autónoma, 2002.

FACIOLA, Rosana Assef. *Os romances-folhetins dos jornais de Belém do Pará entre 1858 e 1870*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes. Belém: [s/n], 2005.

FARINHA, Ramiro. *Imprensa Nacional de Lisboa: Sinopse da sua historia*. Edição comemorativa do II Centenário. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1969.

FERREIRA, Orlando da Costa. “Para uma introdução ao estudo do produto bibliográfico”. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, 11 (35), 11-36, 1968.

GONÇALVES, Rebelo. “A Imprensa Nacional de Lisboa e as Humanidades Clássicas. II Centenário 1768-1968” in *Evphrosyne. Revista de Filologia Clássica*. (Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Clássicos) Primeira Série, Vol. III. Imprensa Nacional de Lisboa. MCMLXI. pp. 227-244.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros obscenos no século XVIII*. Trad. Maria Aparecida Corrêa. São Paulo: Discurso editorial, 2000.

GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, Trad. do inglês Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo, SP: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Trad. Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HORACIO. “Epístola aos Pisões” in ARISTOTELES, HORACIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990.

HUNTER, J Paul. “The novel and social cultural history”. in Richetti, Jon (edited by). *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel United Kingdom*: Univ. Press, Cambridge. 1988.

LAJOLO, Marisa. *Literatura, leitores & leituras*. São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

_____. *Como e por que ler o Romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2004.

_____. & ZILBERMAN, Regina. *A Leitura Rarefeita*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.

_____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro 1769-1776*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. “Um breve itinerário Editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia” in GUEDES, Fernanda Maria (org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.

LINHARES, Temístocles: *História Crítica do Romance Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 1987.

LISBOA, João Luís. *Ciência e Política: Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade de Nova Lisboa, 1991.

LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha. *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

LUCKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance*. São Paulo, SP: Ed. Duas Cidades, Ed 34, 2000.

LUSTOSA, Isabel (Org.); DINES, Alberto (Org.). *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Brasiliense, 2001.

MCKEON, Michael. “Generic Transformation and Social Changes: Rethinking the Rise of Novel”. in DAMRASCH Jr., Leopold. *Modern Essays on Eighteenth Century Literature*. New York: Oxford University Press, 1998.

MARQUILHAS, Rita. "Sobre a Censura Inquisitorial Portuguesa no Século XVII". in ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 1999.

MARTINS, João Paulo. “História e Romance: a idéia de história em *As aventuras de Telêmaco* e as relações entre texto histórico e a prosa ficcional na passagem dos séculos XVII e XVIII”. Comunicação apresentada no “I Seminário brasileiro sobre o livro e a história editorial”. Rio de Janeiro – novembro/2004. Texto disponível em (<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/joaopaulommartins.pdf>).

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de Estudos Portugueses/Universidade Nova de Lisboa, 2001.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/IFCH, Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 1938.

MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1975.

_____. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1979.

MORETTI, Franco; “The slaughterhouse of literature” in *Modern Language Quarterly*, Vol. 61, nº1, 2000.

NEUBURG, Victor. “Chapbooks in America: Reconstructing the Popular Reading of early America” in DAVIDSON, Cathy N. *Reading in America: Literature and Social History*. Baltimore, London: The Johns Hopkins university Press, 1989. pp. 81-113.

NEVES, Lúcia Bastos P. das. & FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C., “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil” in *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 4 (1), 113-119, 1989.

_____. “Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002. pp. 121-153.

NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: (notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina)*. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1938.

PICHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp-Edusc, 1999.

REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade” in CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX*. São Paulo, SP: Ed. Da UNESP, 1996.

RIBEIRO, José Vitorino. *Imprensa Nacional de Lisboa: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500 a 1822)*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SALGADO, Graça. (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1985.

SANTOS, Antonio Ribeiro. *Memória sobre as origens da typografia em Portugal*. na Officina da mesma Academia. - Lisboa 1792-1814. - Memórias de litteratura. - V. 8, (1814), p. 1-76. (texto disponível em formato digitalizado no site da Biblioteca Nacional de Lisboa: <http://purl.pt/237>, consultado em 03/09/05)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2002

SEMERARO, Cláudia M. (org.), AYROSA, Christiane *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo, SP: Museu de Arte de São Paulo (MASP), 1979.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, SP: Com. Ed. Nacional, 1977.

_____. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, RJ, Vozes. 1981.

_____. “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)” in Revista de História, Vol. XLVI (94), 441-457, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996.

SOUZA, José Manuel de. & VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *Historia da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia

Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. 1. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, SP: FFLCH/USP, 2000.

_____. *Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)*. Disponível em

<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandra.ht>>, consulta em 15/05/2003.

VELOSO, Lúcia Maria Mariano. “Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa” in SOUZA, José Manuel de. & VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *Historia da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Administração joana no Brasil (1808-1821): o processo de criação de um Estado independente. Texto disponível no endereço: <www.fafich.ufmg.br/pae>.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” in SOUZA Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol I. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

_____. *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado, USP/FFLCH. São Paulo: [s.n.], 1999.

_____. “Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa” in ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. *O império luso-brasileiro e os Brasis: 1789-1808*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial” in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

_____. “A censura, a circulação e a posse de romances na América portuguesa (1722-1822)” in ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005.

_____. “A história do livro e da leitura no Brasil colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance”. *Revista Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro, n° 21, 165-185, 2005.

_____. “A sociedade como um teatro: *Relações Perigosas*, de Canderlos Laclos”. Texto apresentado no X Congresso Internacional da Abralic, ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 31 de julho a 4 de agosto de 2006. [o texto pode ser lido no site <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>, consultado em 16/07/2006].

VITERBO, Souza. *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para sua história)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: A Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Trad. António Costa. Porto: Civilização editora, 2005.

ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

Obras de referência:

150 anos de Tipografia Oficial: seleção de cento e cinquenta livros e periódicos impressos de 1808 a 1858 nas oficinas do departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e cultura do Rio de Janeiro, 1958.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Imprensa periódica portuguesa na metrópole e no império. Séculos XVII-XIX: edição comemorativa do tricentenário da publicação do primeiro periódico português*. Lisboa: Biblioteca nacional, 1941.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional, 1881.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Com todas as licenças necessárias. Anno Domini MDCCXIII (1713). Fac Simile: Hildesheim, Alemanha: Georg Olms Verlag AG, 2002.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808 a 1822*, Typographia Nacional, 1881. (reeditado no periódico: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, Vol. 4 (3), 1998).

_____. *Anais da Imprensa Nacional (1823-1831) e suplemento aos Anais da Imprensa Nacional (1808-1823) (separata do volume 73 dos anais da Biblioteca Nacional)*, Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia*, São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993, 2. Vol.

CANAVARRO, Pedro (Coord). *Imprensa Nacional. Actividade de uma casa impressora*. Vol. I 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Catálogo da colecção de miscelaneas: teatro*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974.

Coleção de Leis do Brasil. Imprensa Nacional.

DEMOUGIN, Jacques (direction de). *Dictionnaire des Littératures française et étrangères*. Paris: Larousse, 1994.

DRABBLE, Margaret & Stringer, Jenny. *Concise Companion to English Literature*. New York: Oxford University Press, 1996.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, São Paulo, SP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. *Diccionario de Mulheres Célebres*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991.

RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, (org. e coord.). *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil, de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa* Reconpilado dos vocábulos Impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na typographia Lacerdina, anno de 1813. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. Fac Simile da 2^o. Edição. Fotografada pela “Revista de Língua Portuguesa” sob direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Officinas de S.A. Litho-typographia Fluminense, 1922. 2 vol.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

TREMOCEIRO, Paulo Manuel Lamúrio Cascalheira. & JORGE, Teresa Cristina Dias Brito Revés. *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino/Ministério do Reino. Inventário*. Lisboa: Ministério da Cultura/IANTT, 1999.

Fontes primárias:

Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. (1809-1810). ANRJ. Série Interior – Gabinete do Ministro, Fundo A6, Codes.

Avisos e Ofícios do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1813-1821). ANRJ. Série Interior – Gabinete do Ministro, Fundo A6, Codes.

Catálogo de algumas obras que se vendem na Loja de Paulo Martin (vindas neste último navio de Lisboa). Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional, 1822.

Decretos e Cartas Régias para Lisboa (1809-1821), vol. I. ANRJ. Fundo 59, código 252, seção Codes.

Diário do Rio de Janeiro (1821-1822). Microfilme. MEC – SEAC plano nacional de microfilmagem de periódicos Brasileiros – Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro.

(disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

Gazeta de Lisboa (1808-1821). Microfilme. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822). Microfilme. MEC - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil – Serviço de Reprografia. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

Memórias sobre a Impressão Régia. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Memórias, vol 20. Diversos códices (SDH). Doc. 9, fls. 164-170.

O Patriota: jornal literário, político, mercantil. 1813/1814. Impressão Régia. Rio de Janeiro.

Receitas das despesas da Gazeta: pessoal, impressão e produto da venda da Gazeta. Arquivo Histórico do Itamaraty, Estante 343, prateleira 4, vol 22.

Registro de Avisos e Ofícios. Livros **1, 7-12 e 15** da Corte. ANRJ. Série Interior - Gabinete do Ministro.

Portugal – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. ***Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Economica, Administrativa e Literaria da Impressão Régia***. Livro 335.

Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. ***Consultas da Junta Administrativa Econômica e Literária***. Maço 365. Caixa. 487.

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. ***Registo de obras impressas, liv.º 06***, Fundo: 0028 IN, Seção: 2.2.13.1 478, Série: Contabilidade, ano: 1797-1803, Est.: 9A, Cf.º: A, N.º: 28

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. ***Registo de obras impressas, liv.º 07***, Fundo: 0029 IN, Seção: 2.2.13.1 480, Série: Contabilidade, ano: 1804-1808, Est.: 9A, Cf.º: A, N.º: 29

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. ***Registo de obras impressas, liv.º 08***, Fundo: 0030 IN, Seção: 2.2.13.1 481, Série: Contabilidade, ano: 1808-1810, Est.: 9A, Cf.º: A, N.º: 30

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. ***Registo de obras impressas, liv.º 09***, Fundo: 0031 IN, Seção: 2.2.13.1 482, Série: Contabilidade, ano: 1810-1814, Est.: 9A, Cf.º: A, N.º: 31

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas, liv.º 10*,
Fundo: 0033 IN, Seção: 2.2.13.1 483, Série: Contabilidade, ano: 1814-1818, Est.: 9A, Cf.º:
A, N.º: 33

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas, liv.º 11*,
Fundo: 0033 IN, Seção: 2.2.13.1 484, Série: Contabilidade, ano: 1818-1821, Est.: 9A, Cf.º:
A, N.º: 33

Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas, liv.º 12*,
Fundo: 0034 IN, Seção: 2.2.13.1 485, Série: Contabilidade, ano: 1821-1824, Est.: 9A, Cf.º:
A, N.º: 34

Outros:

Alguns endereços de *sites* de busca sobre o assunto:

Site do projeto temático “Caminhos do Romance no Brasil – Séculos XVIII e XIX”:
www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br

Site do projeto temático “Memória de Leitura”: www.unicamp.br/iel/memoria

Site oficial da Imprensa Nacional: www.in.gov.br

Site oficial da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: www.fbn.gov.br

Site da Biblioteca Nacional de Lisboa: <http://pesquisa.bn.pt>

Site da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbekian em Paris:

www.gulbekian-paris.org/

_____ em Lisboa:

www.gulbekian.pt/

Site da Biblioteca Nacional Francesa: <http://gallica.bnf.fr>

Idem: www.bnf.br/pages/zNavigat/frame/catalog.htm

Site da Biblioteca do Congresso Norte-Americano: <http://catalog.loc.gov>

Site da Biblioteca Nacional de Londres: <http://blpc.bl.uk>

Site da Biblioteca Nacional da Espanha: <http://www.bne.es/esp/cat-frame.htm>

ANEXOS

1. Para conhecer os textos excluídos

Embora delimitando o conjunto dos romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, tratados nesta tese, admitimos que a leitura de todos os outros, anunciados como se tivessem saído à luz no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1822, nos foi tão prazerosa, que decidimos dividir com o leitor um pouco dos seus interessantes enredos, nesse anexo.

Assim, os resumos elaborados no decorrer da pesquisa serão apresentados a seguir, precedidos dos dados disponíveis sobre a história editorial de cada um deles, em ordem alfabética.

i) A amante militar

a. Historia editorial:

O romance *A amante militar* foi anunciado na *Gazeta do Rio de Janeiro* em 06/06/1816 por 960 réis, pela loja da Gazeta, juntamente com outros romances. Possivelmente, o anúncio dessa data se refira ao lançamento da edição portuguesa que consultamos, publicada no mesmo ano pela Impressão Régia de Lisboa.

Como vimos, restava-nos certa dúvida quanto ao gênero desse título, baseada, sobretudo, nas informações dadas por Innocencio Francisco da Silva³²², que classificava essa obra como uma comédia. Esta dúvida foi sanada quando da localização do exemplar lisboeta³²³, pois a leitura da edição consultada atesta tratar-se mesmo de um texto em prosa

322 SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e Brasil*. 1859. Vol. 6, pp. 275-6.

323
6615//5 P) e (L46033 P).

Biblioteca Nacional de Lisboa, cotas (L

ficcional. Cremos que, no mesmo período, podem ter circulado duas obras homônimas, de gêneros diferentes.

b. Síntese do enredo:

A *amante militar* é um romance localizado na Inglaterra. Tem seu início na história de um rei que havia sido assassinado pelo exército de Cromwell, que tentava conquistar o território espanhol e suas possessões. Na região de Buenos Aires, eles saquearam uma casa onde morava a donzela Leonor de Velasco, noiva do Marquês de Padilha, por quem o capitão Kerme se apaixonou. Kerme, das tropas de Cromwell, seqüestrou Leonor e sua aia, Beatriz.

Leonor foi levada à Jamaica e guerrilhou como soldado, disfarçada de homem, enquanto seu noivo a procurava. Como demonstrava estar descontente com sua situação, o soldado chamou a atenção de um velho, a quem Leonor confessou ser uma mulher e que a ajudou a escapar de um combate contra os espanhóis, a fim de protegê-la de uma possível luta contra seu próprio pai. O combate, de fato, ocorreu e os navios de Padilha e Kerme combateram. Muito feridos, eles foram socorridos por Leonor. Revelada a identidade do soldado disfarçado, Leonor e Padilha se casaram e o capitão Kerme, após se recuperar, partiu para a Jamaica.

ii) *O crime mais horroroso, ou o amigo traidor.*

a. História Editorial:

O sobrenome “Le Sage” é a única informação que obtivemos a respeito do autor dessa obra³²⁴, mas ainda não somos capazes de definir se se trata do mesmo autor d’*O diabo coxo*, Alain-René Le Sage (1668-1747). Quanto à tradução, Gonçalves Rodrigues menciona o nome de Antonio Inocêncio Barbuda como o responsável por traduzir *O amigo traidor* para a Língua Portuguesa, a partir do original em francês.

324 RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da moeda. 1992.

De fato, esse livro foi publicado pela Impressão Régia de Lisboa, no ano de 1816, numa coletânea de obras de Antonio Inocêncio Barbuda, com o título *Originais, traduções e algumas peças copiadas de insignes authores*³²⁵. Precedeu essa edição uma de 1815, feita pela mesma casa impressora, com 29 páginas, que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa³²⁶. *O amigo traidor* foi anunciado no Rio de Janeiro, pelo valor de 480 réis, em 1816³²⁷.

O exemplar encontrado, de 26 páginas, traz uma “Dedicatória A hum amigo do Author, o qual o tem sempre protegido, e na presente Obra o patrocina para com os seus amigos, a fim de que estes para ella assignem”, que transcrevo:

O' Tu Mecenas, que sómente
Na força do meu mal te não sorriste,
Ficando até do que eu, mais descontente,
Nas trévas da tristeza, em que me viste:
Queira o supremo ser Omnipotente,
A cuja immensa Mão nada resiste,
Das desgraças te veja tão inzento,
Que não se eclipse o teu merecimento³²⁸.

b. Síntese do enredo:

Dom Flaminio, vindo da Espanha, fez amizade com Dom Pedro de Castilho, um senhor casado com a bela e vaidosa Dona Mathilde. Ela recebia um amante em sua casa e, ao saber disso, seu marido decidiu enviá-la para Aragon. O amigo Dom Flaminio foi chamado para acompanhar a dama até seu destino, porém, após as insinuações de Mathilde, não manteve seus votos de confiança. Os amantes, então, resolveram usar disfarces de ladrões para assassinar D. Pedro, quando este passasse com sua comitiva em direção a Aragon.

O ataque à comitiva, no entanto, não causou a morte de D. Pedro, que, moribundo em seu leito, ainda chamou o amigo para lhe confiar sua esposa e sua fortuna. De posse de todos os bens de D. Pedro, Flaminio se casou Mathilde, que, inconstante, logo começou a

325 RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.* [o autor aponta um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a seguinte localização: L 6509 P.]

326 Localização: L 6597 2.

327 *Gazeta do Rio de Janeiro*: 06/06/1816.

328 *A amante militar*. Lisboa: Impressão Régia, 1816. p. 5.

conceder certas liberdades a um jovem criado. Desconfiado e temendo a própria morte, D. Flaminio não hesitou em assassinar a esposa, deixando o criado fugir. No entanto, ao final, se arrependeu.

iii) *O amor offendido, e vingado*

a. História Editorial:

As informações contidas no “Termo Bibliográfico” que acompanha a cópia da edição enviada pela Biblioteca Nacional de Lisboa³²⁹, apontam o nome “Werbrocke” como do autor desse romance. Em 1815, *O amor offendido e vingado* foi publicado pela Impressão Régia de Lisboa, no formato *in* 8° e com 44 páginas³³⁰.

No ano seguinte, Paulo Martin Filho o anunciava no Rio de Janeiro por 160 réis, possivelmente fazendo referência à edição portuguesa. Outras duas edições portuguesas sucederam a anunciada e foram publicadas no ano de 1818, uma pela Impressão Régia portuguesa, no tamanho *in* 8°, com 14 páginas e uma pequena ilustração na folha de rosto; e outra pela Typografia Rollandiana, juntamente com *Vestina e Astor ou o amor generoso*, em formato *in* 12°, com um total de 102 páginas³³¹.

b. Síntese do Enredo:

Adriana era filha da Condessa de Leerven, que se casou com o Barão de Nierkove, e, após a morte da mãe, viajou com o marido para Gand, onde o casal encontrou o Imperador Carlos V. A Corte festejava com concertos, nos quais a cantora Safira brilhava e encantava o Barão. Em pouco tempo, Adriana soube do caso, que já se tornara público, entre essa cantora e seu marido, que gastava com a amante todas as suas posses. Humilhada, Adriana voltou à sua pátria, sem que isso despertasse preocupações no Barão.

329 *O amor offendido, e vingado: conto moral traduzido do francez / por* ***. Lisboa: na Impressão Régia, 1818. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 7 P.

330 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

331 Idem.

Os bens do Barão foram todos empregados nos desejos de Safira, enquanto Adriana planejava apenas uma maneira de se vingar. Assim, após providenciar grades e trancas para seu aposento, escreveu uma carta ao marido, dizendo que estava muito enferma, que desejava vê-lo pela última vez e entregar-lhe a fortuna que herdara de sua mãe. Nierkove decidiu visitá-la e foi recebido por Adriana no aposento com as trancas, onde a esposa provocou um incêndio, no qual ambos morreram.

iv) *A boa mãe.*

a. História Editorial:

Possivelmente, a primeira edição desse título tenha sido publicada entre 1761 e 1771, no livro de *Contes moraux*, de Jean-François Marmontel (1723-1799). Gonçalves Rodrigues acusa uma primeira versão em Português publicada em 1783, em conjunto com outros contos morais, de autoria e tradução não identificadas.

Após a primeira versão, outras traduções foram publicadas: uma delas, datada de 1785, foi encadernada em um volume com outros contos, sob o título *Contos moraes para entretenimento, e instrução das pessoas curiosas. Extrahidos dos melhores auctores...*, impressa no Porto pela Officina Antonio Alvarez Ribeiro, in 8º, com 124 páginas. Uma outra edição foi feita em 1803, além de uma terceira, de 1817, publicada pela Imprensa Regia de Lisboa, com 41 páginas³³².

b. Síntese do Enredo:

A viúva Mme. de Troene e sua filha Emília são as protagonistas desta história que se passa em Paris e que trata das preocupações de uma boa mãe quanto ao futuro e o casamento de sua filha única. Entre os pretendentes a mão e Emília, o Marquês de Verglan destacou-se por sua beleza, mas Mme. de Troene já sabia que ele não estaria disposto a se casar e ser fiel para com sua filha. O concorrente Belorz, “hum espírito justo, hum coração

332 Uma cópia desta última tradução nos foi enviada pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Segue a localização da mesma: L 6602 P.

recto”³³³, havia conquistado a simpatia da futura sogra. Contudo, a mãe não queria exigir de Emília que esta tomasse uma decisão baseada em suas ordens.

Assim, ela preparou algumas ceias, em que os pretendentes participariam de jogos nos quais fariam exposição de suas idéias, a partir de assuntos propostos. Verglan sempre se mostrava a favor da moda e da afetação, enquanto que Belorz defendia os bons costumes. Emília, porém, só conseguiu perceber o caráter do primeiro quando o viu alterado e vaidoso num jogo de Tábua, apostando o impossível. Após receber duas cartas de amor de seus pretendentes, a moça decidiu pedir conselhos à mãe, que preferiu não opinar. No fim, a jovem respondeu às cartas, pedindo para que Verglan se afastasse e aceitando o compromisso com Belorz.

v) *O bom marido*

a. História Editorial:

Jean-François Marmontel (1723-1799) é também autor dessa narrativa, que pode ter sido publicada pela primeira vez na França, entre os anos de 1761 e 1771, unida a outros títulos, nos *Contes Moraux*³³⁴.

No ano de 1790, saiu à luz em Língua Portuguesa, num impresso intitulado *Aventura de Hortênciã, ou o bom marido: primeira parte*, em 15 páginas, feito pela Officina Lino da Silva Godinho³³⁵. Já em 1815, foi publicado pela Impressão Régia de Lisboa, numa edição dos contos morais de Marmontel, acompanhado de outros contos do autor³³⁶.

Possivelmente, essa tenha sido a edição anunciada pela loja da Gazeta, no Rio de Janeiro, em 1816, pelo valor de 640 réis³³⁷. A oferta de *O bom marido* se repetiu em

333 MARMONTEL, Jean François. *A boa mãe*. Lisboa: Impressão Régia, 1817. p. 63.

334 Cf. DEMOUGIN, Jacques (direction de). *Dictionnaire des Littératures française et étrangères*. Paris: Larousse, 1994.

335 Localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob a cota: L 480 15 V.

336 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.* [Não localizamos esse exemplar]

337 *Gazeta do Rio de Janeiro*: 24/01/1816.

1817³³⁸ (mantendo o preço do ano anterior), uma possível referência à outra edição do livro, feita em 55 páginas pela Impressão Régia de Lisboa, nesse ano³³⁹.

b. Síntese do Enredo:

De intuito moral, o narrador desta história conta a lição que o bom marido ensinou à sua esposa Hortência. Casada com o Barão de Valsen, ela se divertia com as amigas, sem que o marido se importasse, muito ao contrário do que acontecia no casamento de sua prima Amélia com o jovem Lusane. Mas eis que Amélia e Valsen morreram e Hortência, aos 22 anos, se viu viúva, com dois filhos e poucas condições para criá-los. Seu pai, preocupado, procurou o viúvo Lusane para pedir conselhos e este resolveu a situação se apresentando como um bom partido para Hortência.

O bom marido tentava convencer Hortência dos perigos do mundo e das pessoas de má conduta, elencando seus defeitos e pedindo para que ela se desfizesse das antigas amizades, o que causou grande revolta na jovem freqüentadora dos eventos sociais de sua vizinhança. Hortência resolveu conquistar a confiança do marido e, acreditando ter alcançado seus propósitos, organizou um jantar para o qual recomendou aos empregados que deixassem entrar todos os que aparecessem. Lusane descobriu a sua intenção e ameaçou abandoná-la. Com a ameaça, ela hesitou e refletiu qual seria a importância de seus amigos diante da de sua família.

vi) *Novella ou conto intitulado A cadelinha.*

a. História Editorial:

Conforme indica o termo bibliográfico da edição que nos foi enviada pela Biblioteca Nacional de Lisboa, o autor desse romance seria o mesmo do livro *Piolho Viajante*, ou seja, Antonio Manuel Policarpo da Silva, livreiro lisboeta.

A edição localizada, de 1816, publicada pela Nova Impressão da Viúva Neves e

338 Idem: 26/02/1817.

339 Localizada na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a cota: L 6602 3 P.

Filhos, apresenta uma inscrição na segunda página, cuja autoria não nos é revelada: “Ridicularizar hum vicio, he ás vezes melhor, que corrigi-lo. B.”. As páginas subseqüentes comportam uma história de constante bom humor que se encerra na página 59. Acreditamos na hipótese de que a publicação de 1816 seja a original e que tenha sido essa a anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, por 800 réis, no mesmo ano de sua impressão³⁴⁰.

b. Síntese do Enredo:

Este livro conta desventuras pelas quais passou a cadelinha Merizá ao se apaixonar por um cão velho, seu vizinho. Ao saberem o que se passava, suas senhoras, decidiram afastá-la do motivo de seu sofrimento, enviando Merizá para a casa de uma parenta. Para a viagem, foram providenciados lanches, um enxoval, dinheiro para as despesas e uma carta de recomendação, tudo roubado pelos empregados contratados para acompanhá-la. A família espalhou cartazes pela cidade, oferecendo uma recompensa em ouro para quem encontrasse a cadelinha, que, enquanto isso, perambulava machucada, sofrendo pisadas e pontapés, além do assédio de muitos cães da rua.

A cadelinha foi encontrada por uma senhora que conhecia seus donos e os avisou. Foram todos em busca do animal, que, nessa ocasião, estava prenhe. Cinco cãezinhos nasceram após 15 dias, mas, como eram muito feios, foram assassinados pelas donas de Merizá, cadelinha que morreu logo após, acidentalmente esmagada.

vii) *Cartas Americanas Publicadas por Theodoro José Biancardi.*

a. *História Editorial*

Este romance epistolar foi escrito originalmente em Língua Portuguesa³⁴¹ e publicado em 1809, pela Impressão Régia de Lisboa³⁴². Há, ainda, uma outra edição portuguesa, de 1820, feita na Impressão de Alcobia³⁴³, consultada para esta apresentação.

340 *Gazeta do Rio de Janeiro*: 06/06/1816.

341 CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Impressão Régia*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993. Vol. 1, pp. 342-3.

O autor, Theodoro José Biancardi, nascido em 1777, exerceu cargos importantes para o governo português, trabalhando como Oficial Maior da Secretaria dos Negócios do Império e Oficial Maior da Secretaria da Câmara dos Deputados. No ano de 1816, viajou para a Cidade do Rio de Janeiro e permaneceu no Brasil até 1849, quando voltou à Lisboa. Segundo Innocência Francisco da Silva, o retorno à cidade natal foi curto e, poucos anos depois, o Oficial regressava ao Brasil, onde faleceria³⁴⁴.

No jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, este romance foi anunciado quatro vezes entre os anos de 1810 e 1815³⁴⁵, juntamente com outros romances precedidos por indicações como “Na loja da Gazeta se achão as seguintes obras”, ou “Na loja de Paulo Martin, filho, na Rua da Quitanda, N. 34, se achão as seguintes Novellas”. As *Cartas Americanas* também foram oferecidas em um anúncio do *Diário do Rio de Janeiro*, datado de 10 de Janeiro de 1822:

As reflexões sobre alguns sucessos do Brasil, acrescentadas com o Officio dirigido a S.A.R. pelo Governo Provisório da província de S. Paulo em data de 24 de Dezembro de 1821 por Theodoro Joze Biancardi continuão a vender na Loja de Paulo Martin rua da Quitanda N. 33 por 320 réis, assim como as *Cartas Americanas* do mesmo Author por 6\$000. Consideração sobre a integridade da Monarquia Portugueza divididas em 3 capítulos a saber: dos Independentes do Brasil, dos Anti-Constitucionaes de Portugal e do Brasil considerado Independente por 480³⁴⁶.

O dicionário de Innocência, ao listar as obras atribuídas a Theodoro José Biancardi, comenta a edição brasileira do primeiro livro do anúncio acima, *Reflexões Sobre Alguns Sucessos do Brasil*, com publicação datada de 1821. Na mesma lista, apresenta as *Cartas Americanas*, descrevendo seu enredo e comentando dados possíveis de seu histórico editorial:

É um pequeno romance moral em cinquenta e quatro cartas que o auctor declara haver intitulado assim seguindo o exemplo de Montesquieu nas *Lettres Persanes*. Parte d'estas cartas, que figuram escriptas de Lisboa e datadas de Dezembro de 1807 a Novembro de 1808, têm por assumpto os sucessos do tempo, e contêm a brevíssima narrativa de factos passados no período

342 Arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: L 8703 P. No Brasil, esta edição pode ser encontrada no Acervo pessoal de José Mindlin.

343 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras: 79, 1, 20.

344 Cf. SILVA, Innocencia Francisco da. *Op. cit.* Vol. 7, p. 308.

345 *Gazeta do Rio de Janeiro*: 30/06/1810; 14/07/1810; 24/10/1813 e 24/06/1815.

346 *Diário do Rio de Janeiro*, 10/01/1822.

da invasão francesa e restauração subsequente, com algumas reflexões adequadas. Creio ter ouvido dizer que o auctor o reimprimiu depois no Brasil.³⁴⁷

Com base nestes textos transcritos, Rubens Borba de Moraes indicou o romance como uma das publicações da Imprensa Régia do Rio de Janeiro³⁴⁸, embora no anúncio consultado não houvesse indícios sobre a casa impressora e o local de publicação de *Cartas Americanas*, que se “continu[av]ão a vender”. Além disso, há o fato de que o próprio Innocêncio já tivesse declarado uma incerteza quanto à edição da obra no Rio de Janeiro, advertindo: “Creio ter ouvido dizer (...)”. Contudo, não pudemos confirmar a (in)existência da edição de 1822.

Com 191 páginas e formato *in 8º*, o exemplar do romance localizado, de 1809, possui um pequeno prefácio:

Seguindo o exemplo do célebre Montesquieu, intitulei *Americanas* as Cartas que publico; e ajuntei-lhe notas, por que me pareceo indispensável em alguns lugares illustrar o texto, e em outros apontar os escriptos, donde se extrahirão factos e provas. Ceve-se a mordacidade dos Críticos no estilo, nos sentimentos, e nas idéas; não escrevem os Authores para contentar a todos, mas aos bons: e só destes amo os louvores, e os reparos³⁴⁹.

No final da edição, há um índice que, além de localizar as 54 cartas do romance, apresenta um pequeno resumo do assunto tratado em cada uma delas.

b. Síntese do Enredo:

O enredo desse romance epistolar trata do envolvimento amoroso entre Plácido e Emília, no período em que as tropas francesas de Junot ameaçavam adentrar a capital portuguesa. Plácido, enviado à Lisboa por ordem de seu pai, que intentava separá-lo de Emília, se correspondia com a namorada que o esperava no Brasil e com Leandro, um amigo brasileiro que o noticiava sobre sua família, bem como dissertava com Plácido sobre política. Nas cartas com o amigo Leandro, Plácido noticiava o que ocorria em Lisboa nos últimos meses do ano de 1807, ano da partida de D. João para a América portuguesa, além de comentar as muitas providências do francês Junot após a invasão, transcrevendo os

347 SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol 7, p. 309.

348 CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.* Vol. I, pp. 342-3.

349 BIANCARDI, Theodoro José. *Cartas Americanas*. Lisboa: Imprensa Régia, 1809. p. 6. [Biblioteca Nacional de Lisboa. L 8703 P].

textos dos decretos, parafraseando-os ironicamente e citando as *Gazetas* nas quais eram publicados.

Leandro informou ao amigo que ele teria uma oportunidade de ver Emília, uma vez que o pai dela planejava uma viagem a Portugal. Plácido, então, não quis tentar embarcar na comitiva do Príncipe Regente para o Brasil, temendo o desencontro com a esperada Emília, que, como já avisara Leandro, estaria brevemente em Lisboa. O namorado, entretanto, recebeu a notícia de que Emília havia falecido e se suicidou, incriminando o pai por sua morte.

viii) *Cartas de huma peruviana.*

a. **História Editorial**

A parisiense Madame Françoise d'Issembourg d'Happoncourt de Graffigny, após se separar de seu marido, voltou-se para a literatura, iniciando seus escritos com o romance epistolar *Lettres d'une Péruvienne*, publicado com grande êxito entre os anos de 1746 e 1747³⁵⁰.

Em Portugal, esse romance foi publicado pela primeira vez em 1802, como *Cartas de huma peruviana, traduzidas do francez na Língua Portuguesa por huma Senhora*, pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, edição esta consultada para nossos estudos³⁵¹. De acordo com Rubens Borba de Moraes, há, ainda, uma edição datada de 1828, feita pela Typographia Rollandiana³⁵².

Entre os anos de 1812 e 1815 esse romance foi anunciado quatro vezes na *Gazeta do Rio de Janeiro*³⁵³, por iniciativa dos livreiros Manuel Joaquim Alves Porto e Paulo Martin Filho, pelo preço de 1.600 réis, pelos dois volumes da obra. No primeiro desses anúncios, o romance foi precedido pelo texto “Sahio á luz”, acompanhando a propaganda de outros livros do mesmo gênero.

350 Conferir em DEMOUGIN, Jacques. *Op. cit.* e OLIVEIRA, Américo Lopes de. *Dicionário de Mulheres Célebres*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991.

351 Universidade Católica João Paulo II. Cota: LE 307.

352 CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.* Vol. I, p. 95.

353 *Gazeta do Rio de Janeiro*: 01/07/1812; 02/12/1812; 24/10/1813; 24/06/1815.

O livro tem início com uma introdução, de 12 páginas, que conta com várias notas de rodapé, instruindo o leitor sobre a história da nação peruana, suas lendas locais e sobre o período da colonização do Peru por parte dos espanhóis.

As 41 cartas numeradas e seguidas dos nomes de seus destinatários preenchem as 263 páginas desse romance *in 8º*, que conta com apenas uma remetente: a peruana protagonista, chamada Zilia. Durante o decorrer da narrativa são inseridas outras notas de rodapé explicativas, esclarecendo costumes e usos vocabulares de Zilia. O romance é concluído com a “Carta Última” seguida de uma página, não numerada, de “emendas” e erros tipográficos.

b. Síntese do Enredo

Essas cartas foram escritas (ou melhor trançadas, uma vez que ela utiliza-se dos nós de sua cultura, chamados kipos) por Zilia, justamente após uma invasão espanhola, que resultou na destruição do templo em que ela residia com outras donzelas. Zilia foi resgatada por um francês, Deterville, que simpatizou com esta jovem levando-a até sua casa, onde foi apresentada à Corte francesa. Entretanto, a peruana mantinha um descontentamento pois esperava ser retirada daquele lugar por seu namorado, Aza. Ao participar dos cultos, dos bailes e das convenções sociais européias, Zília tecia críticas a certos hábitos e à hipocrisia daquela sociedade.

Deterville declarou-se apaixonado por Zilia, que, mesmo não sabendo se veria Aza outra vez, disse que continuava amando-o e que a Deterville só poderia oferecer sua amizade. O francês viajou para a Espanha à procura de Aza, levando os kipos, nós que Zilia para ele havia trançado. Aza foi encontrado, mas se mostrou indiferente aos sentimentos de Zilia, uma vez que iria se casar com uma espanhola. Zilia, contou a Deterville sobre a traição de Aza e pediu para que voltasse para reencontrá-la, oferecendo-lhe, contudo, apenas sua amizade.

ix) A Choupana Índia

a. História Editorial

A *Choupana Índia* foi escrito pelo Abade Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814), originalmente com o título *L'Inde de la Chaumière Indienne* em 1791³⁵⁴. O autor manteve os ideais de inocência e de contato com a natureza de seu primeiro romance, *Paulo e Virgínia*.

Em Lisboa, *A Choupana Índia* foi publicada pela Typografia Rollandiana, no ano de 1806³⁵⁵. Anunciada freqüentemente na *Gazeta do Rio de Janeiro*³⁵⁶, primeiramente com a fórmula “sahio á luz” e nos anúncios seguintes completando um conjunto de romances oferecidos, esse título era oferecido pelo preço de 640 réis.

No exemplar localizado³⁵⁷, o romance tem início com um prefácio explicativo de 24 páginas, seguido de algumas notas, totalizando 37 folhas de para-texto que antecedem o enredo. Nestas páginas, Bernardin de Saint Pierre declarou não ter a intenção de com sua obra ridicularizar as Academias científicas, ainda que tivesse razões para se queixar delas.

b. Síntese do Enredo:

Um pesquisador partiu com a tarefa de responder às seguintes questões: 1. Como procurar a verdade?; 2. Onde encontrá-la? e 3. Deve-se comunicar a verdade?

Após entrevistar chefes políticos e religiosos, sem encontrar respostas e já encolerizado com a indiferença com que o recebiam, o protagonista desistiu de continuar suas pesquisas e partiu com seus empregados à procura de um lugar para descansarem. No caminho, encontrou um homem ao qual seus servos pareciam temer: um pária, homem cuja casta era tida pelos empregados como inferior. Para o pesquisador, no entanto, o pária representava um anfitrião que lhe oferecia um abrigo seguro contra a chuva, em sua humilde choupana.

354 CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.* Vol. 1, p. 71.

355 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

356 No total são 8 anúncios nas seguintes datas: 10/07/1811; 12/10/1811; 20/11/1811; 02/12/1812; 25/03/1812; 01/07/1812; 24/10/1813 e 24/06/1815.

357 Localização: cota L 6686 P. [o exemplar tem 85 páginas]

Impressionado com a sabedoria de seu anfitrião, ele decidiu retomar seu trabalho e perguntar-lhe suas três dúvidas, às quais o pária respondeu prontamente: só seria possível encontrar a verdade com o coração; que esta estava presente na natureza à espera de uma interpretação de suas belezas e sistemas e, finalmente, que a verdade deveria ser transmitida a todos aqueles que possuíssem um coração puro. O pesquisador compreendeu que na simplicidade do homem que o abrigara teria encontrado, senão respostas definitivas, ao menos a possibilidade de refletir melhor sobre sua condição de conhecedor de tantas leis e livros, bem como a de todos os sábios, poderosos e autoridades que visitara em sua expedição.

x) *O combate das paixões*

a. **História Editorial:**

Em 1816, a Impressão Régia de Lisboa publicou o romance *O combate das paixões*³⁵⁸ com a indicação de que este havia sido traduzido do francês e mencionando apenas as iniciais do tradutor, “D. L.” A publicação, de 44 páginas, apresenta uma advertência do tradutor, que justifica ter escolhido esta história para uma versão em Português “para que a sociedade Portuguesa aproveitasse com huma lição tão útil como deleitável”³⁵⁹. No enredo desse romance, o narrador mantém a idéia de conquista da benevolência do leitor, ou melhor, da leitora, chamada por “Senhora” no decurso da narrativa.

b. **Síntese do Enredo:**

Neste romance, Olímpia narra sua história em primeira pessoa, descrevendo os percalços pelos quais passou até chegar ao convento onde se encontrava enclausurada. Na infância, ela vivia com os pais, Armira e Clidanor, que desconhecia o fato de que a menina

358 Localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob a cota: L 6616 1 P.

359 *O combate das paixões*. Lisboa: Impressão Régia, 1816. p. 3.

não era filha de sua esposa, mas sim de uma amiga dela, Emília. Armira tinha um filho mais novo, Arimon, pelo qual Olímpia era apaixonada.

Quando Arimon estava com 15 anos, Armira revelou o segredo ao marido, que decidiu contar também aos filhos, a fim de que se casassem. Como o amor dos irmãos aumentava, Clidanor e Armira decidiram concretizar o matrimônio. Emília se viu, então, na obrigação de revelar a Clidanor que Olímpia era filha do envolvimento que tiveram ambos no início de seu casamento com Armira. Como não poderia se casar com seu irmão, Olímpia resolveu ir para um convento, mas não desfrutou de paz antes da morte de Armira, uma vez que esta a perseguia em busca da herança que a freira recebera com a morte de seu pai.

xi) História verdadeira da princeza Magalona, filha d'El de Nápoles, e do nobre, e valoroso cavalleiro Pierre Pedro de Provença, e dos muitos trabalhos, e adversidades, que passaram, sendo sempre constantes na fé, e virtudes, e como depois reinaram, e acabaram a sua vida virtuosamente no serviço de Deus.

a. História Editorial:

No *Diccionario Bibliográfico Portuguez* de Innocêncio Francisco da Silva as informações referentes a esse livro apontam para uma edição original francesa, escrita pelo cônego Bernardo de Treviers, em 1429, que foi impressa no formato in 4°. O dicionarista descreve a história editorial da Magalona apontando uma tradução em espanhol, publicada em 1625 e acredita, ainda, ter sido essa tradução a utilizada para que “alguém” vertesse a história em Português³⁶⁰.

A primeira edição em Língua Portuguesa, de acordo com Gonçalves Rodrigues, data de 1737³⁶¹, com reedições em 1753, pela Officina Herdeiros de Antonio Pedroso Galram; em 1759, pela Officina Francisco Borges de Souza; em 1767 e 1789 pela mesma casa; e em 1794, pela Officina Thaddeo Ferreira³⁶². Alfredo do Valle Cabral descreveu esse livro em

360 SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. III, p. 196.

361 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

362 Idem. Esta edição está localizada na Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 4980 10 V.

seus *Annaes*, apresentando detalhes da materialidade tais como o formato (*in 4º*) e o número de páginas (44) do mesmo, além da presença de uma xilogravura representando a princesa Magalona, que estaria impressa na folha de rosto³⁶³. Pela descrição, pode ser que o autor tenha tido a oportunidade de consultar uma edição publicada pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1815, mas, como não a localizamos, preferimos situar a *Historia verdadeira da princeza Magalona* entre as edições portuguesas.

b. Síntese do Enredo:

A princesa Magalona se apaixonou pelo francês Pierre, que estivera no reino de Nápoles para competir em jogos de cavalaria, e ambos fugiram para se casarem. Enquanto Magalona dormia, porém, um lenço seu, com três anéis amarrados, foi roubado por uma ave, que Pierre tentou agarrar, sem sucesso, fato que os distanciou. Pierre, que vagara perdido, foi preso por mouros e levado ao Cairo. Enquanto isso, Magalona continuou caminhando até chegar à Provença, cidade onde moravam os pais de Pierre, que ela não conhecia. Lá, a princesa ajudou doentes e construiu um hospital e uma igreja para melhor atendê-los.

Pierre, por sua vez, agradou o sultão do Cairo de tal modo que este lhe concedeu uma viagem para visitar os pais, entregando-lhe dinheiro e jóias, que o jovem escondeu em barris de sal. No entanto, ao descer em uma ilha em que seu navio parara, Pierre se perdeu da tripulação e foi abandonado. Como os barris estavam endereçados para Provença, foram doados para o hospital de Magalona. Pierre, salvo por pescadores, foi levado ao hospital de Provença, mas não reconheceu a enfermeira que dele cuidava até que ela trocasse de roupa e se vestisse como uma princesa. Finalmente juntos, o casal chamou os pais de Pierre para marcar a data do casamento.

xii) A infidelidade vingada

a. História Editorial:

363 CABRAL, Alfredo do Valle, 1881. *Op. cit.* p. 90.

É possível que *A infidelidade vingada* seja mais um dos contos morais traduzidos do francês que alcançaram sucesso em Portugal e também no Brasil. A loja do português João Nunes Esteves comercializou uma edição de 1818, impressa em Lisboa, na Imprensa Régia, como atesta o frontispício do exemplar consultado³⁶⁴. Contudo as informações desse frontispício não nos fornecem dados bibliográficos, como o nome do autor e do tradutor.

b. Síntese do Enredo:

O protagonista desse livro estava designado para se casar com a jovem Isabel, mas ela fugiu com o Barão Cuinac. Envergonhado, ele procurou uma nova pretendente e, indeciso entre Lucinda, uma senhora sem posses, e uma jovem rica, apresentada por seu tio, optou por Lucinda e foi deserdado. Lucinda o abandonou ao saber disso e, então, o protagonista resolveu tramar uma vingança: pediu para que Lucinda terminasse o compromisso que assumira com seu novo partido, num local onde a conversa pudesse ser ouvida por ele. Na conversa, o namorado de Lucinda pediu para que esta lhe devolvesse a proposta de casamento que lhe havia entregado, para garantir que ela não a usaria contra si e, como Lucinda se negava a devolver o documento, o antigo namorado interferiu na conversa, revelando o mau caráter da ex-noiva.

xiii) *Lausus e Lydia*

a. História Editorial:

A autoria dessa narrativa, também chamada “conto moral” ou “conto histórico”, é de Jean-François Marmontel (1723-1799). Gonçalves Rodrigues cita a primeira edição em Língua Portuguesa no ano de 1784³⁶⁵ e também uma outra edição de 1815, impressa na Officina Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, que localizamos³⁶⁶.

364 Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 8 P.

365 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

366 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 6597 4 P.

Também em 1815, a Imprensa Régia de Lisboa editou esse título, numa coletânea de “Contos Moraes vertidos em vulgar”³⁶⁷. As duas edições feitas no mesmo ano e por duas casas impressoras diferentes podem ser consideradas indicações de que a obra tenha obtido sucesso entre os leitores da época.

b. Síntese do Enredo:

Lausus era filho do rei Mesêncio e acompanhava seu pai nas batalhas, como o fez numa contra o do povo Preneste. Os encantos de uma das cativas desse povo, Lydia, surpreenderam a Lausus e a seu pai, que, ao perceber o interesse do filho, o afastou daquele lugar, obrigando-o a lutar em um exército distante. O rei planejou uma festa para seu casamento com Lydia, com direito a jogos de arena com gladiadores e animais ferozes perseguindo os prisioneiros. Lausus chegou à cidade disfarçado de prisioneiro, foi lançado na arena, para ser comido por um leão e, sem que o reconhecessem, combateu a fera com um punhal. Ao saber quem era o prisioneiro da arena, Mesêncio, arrependido, tentou de todas as formas conter o leão e encerrar o jogo, mas isto não foi necessário, uma vez que Lausus já havia matado o animal. Enfim, Mesêncio abraçou o filho e permitiu que este se casasse com Lydia.

xiv) A má mãe.

a. História Editorial:

Este é mais um dos contos morais do francês Jean-François Marmontel (1723-1799), que, como vimos, foram impressos em Portugal, tanto em conjunto quanto separadamente. Segundo Gonçalves Rodrigues, numa dessas impressões, datada de 1815, estaria este conto, encadernado no formato *in* 12°, juntamente com *O bom marido* e *As duas desafortunadas*, sob o título *Contos Moraes por ****³⁶⁸. Para nossa pesquisa, utilizamos uma outra edição,

367 Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: FG 848.

368 Cf. RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.*

de 1818, também publicada pela Impressão Régia de Lisboa³⁶⁹, cujo título sofreu uma pequena alteração, passando para *A mãe má*.

b. Síntese do Enredo:

Esta é a história de uma mãe má, por amar mais o filho primogênito, Mr. l'Etang, preterindo o mais novo, Jacó. Mr. l'Etang entrou na carreira de Magistratura, retirou a herança de seu pai e se casou com uma jovem rica, enquanto Jacó formou-se em humanidades e viajou para as Antilhas. No entanto, o filho mais velho, que sempre se divertia em aventuras fora do casamento, deixou esposa e cargo e se mudou para Paris com a amante Fátima. Ele teve que pagar muito dinheiro à esposa e, ainda, perdeu grande quantia no jogo, acabando por ser abandonado por Fátima.

A mãe adoeceu e recorreu a seu filho mais novo, que já Mr. l'Etang não poderia, e nem queria, ajudá-la. Jacó, por sua vez, que havia se estabelecido como comerciante na ilha de Santo Domingo, vendeu tudo o que tinha para se dirigir ao socorro da mãe, que o recebeu com a mesma disposição com que aceitou a casa nova e os recursos que o filho lhe providenciara. Após a morte do filho mais velho, a mãe reconheceu seu erro e propôs uma maior aproximação com Jacó. Ambos, então, viajaram para Santo Domingo, onde Jacó se casou.

xv) Metusko ou os polacos

a. História Editorial

De acordo com Gonçalves Rodrigues, a autoria deste livro é atribuída a Charles Antoine Guillaume Pigault de l'Épinoi (1753-1835), mais conhecido como Pigault-Lebrun, um comediante francês, cujas peças foram criticadas pelo estilo anticlerical e libertino³⁷⁰. Como não dispomos de dados sobre a publicação original de *Metusko ou os Polacos*, não podemos afirmar que seja este mesmo seu autor e até cogitamos se seria possível que um

369 Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: 6602 4 P.

370 DEMOUGIN, Jacques. *Op. cit.*

escritor criticado pelo estilo libertino conseguisse passar pelas malhas da censura portuguesa. A tradução para o português, de acordo com o *Diccionario* de Innocencio Francisco da Silva, foi feita pelo lisbonense Joaquim José Pedro Lopes (1778-1840)³⁷¹. *Metusko* foi publicado em Lisboa, pela Impressão Régia portuguesa, no ano de 1815³⁷².

b. Síntese do Enredo

Metusko era um poderoso general, admirado por todos, e em quem se espelhavam os jovens guerreiros, como Sobieski, que entrou no exército após ter firmado um compromisso de noivado com Polinska. Metusko, após vencer muitas batalhas, ficou hospedado na casa do pai de Polinska e, encantado com a beleza da jovem, mas irado por sua recusa, tomou-lhe à força. Polinska terminou o noivado, guardando em segredo sua gravidez, fruto do estupro, e entregou seu filho aos cuidados de um casal pobre.

Certa vez, Sobieski ficou hospedado justamente na casa deste casal e, ouvindo a voz de Polinska que, chamou um menino para perto de si, dizendo “meu filho”, ele descobriu o segredo e ficou furioso. Polinska lhe explicou tudo e, reconciliados, eles marcaram a data do casamento. Na cerimônia, porém, surgiu Metusko, preso pela acusação do estupro, e Polinska foi chamada a depor, tendo duas alternativas: casar-se com o pai de seu filho, limpando sua honra e também salvando a vida de Metusko ou entregá-lo à pena de morte. Persuadida por Metusko, ela optou pela primeira delas. Na cerimônia de casamento, no entanto, vendo a noiva se desfalecer, o general decidiu renunciar seu propósito. Com a partida de Metusko, Sobieski se casou com Polinska e se tornou um marechal, que libertou a Polônia.

xvi) Renato episódio do Gênio do christianismo

a. História Editorial:

371 SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. 4, p. 108. [As informações da biografia do tradutor foram retiradas desta mesma fonte].

372 Informações retiradas da folha de rosto da edição portuguesa consultada, encontrada na Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: 65971 P. Conferir também: SILVA, Innocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. 4, pp. 108-111.

De acordo com o primeiro anúncio desse romance, oferecido no *Diário do Rio de Janeiro* em 1821, seu autor é o francês François-René de Chateaubriand (1768-1848):

Sahio á luz a enteressante Novella traduzida do Francez de Chateaubriande, Renato Epizodio do Gênio do Christianismo, de as Aventuras de Aristono e se vende na rua da Quitanda N. 35, e na caza do Livreiro Nicoláo Mandilo por 640 réis³⁷³.

Possivelmente, o anúncio transcrito fazia referência à edição parisiense que saíra do prelo nesse ano, publicada na Officina A. Boleé, da qual Gonçalves Rodrigues acusa localização na Biblioteca Nacional de Lisboa³⁷⁴. De acordo com as informações dessa edição e também com os estudos de Inocencio Francisco da Silva, o tradutor de *Renato epizodio* seria Bento Luis Viana, natural da Ilha de São Miguel, cuja data de nascimento desconhecemos e que faleceu em Londres no ano de 1823³⁷⁵.

b. Síntese do enredo³⁷⁶

Renato era um homem órfão de mãe, criado longe do pai, com a irmã Amélia, que, a certa altura, decidiu entrar para um convento. Com essa decisão da irmã, o protagonista partiu em viagem por várias partes da Europa, à procura de respostas para as muitas questões que o afligiam. Resolveu morar numa choupana, de onde escreveu para a irmã, que veio visitá-lo e com ele ficou alguns meses. A melancolia, contudo, fez com que ela voltasse para o convento, deixando uma carta ao irmão, na qual lhe recomendava procurar uma ocupação e uma esposa, que lhe tirassem do pensamento os desejos de morte. O protagonista decidiu procurá-la, mas só conseguiu revê-la na sua cerimônia de consagração, na qual percebeu que ela desejava a morte por estar por ele apaixonada.

Renato partiu, então, da Europa em direção à América. Ao fim do relato, mostrou a dois amigos de uma tribo da Luisiana, onde se encontrava, uma carta da superiora do

373 *Diário do Rio de Janeiro*: 04/11/1821. [seguiu este anúncio outro de 10/11/1821, no mesmo jornal].

374 RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *Op. cit.* [o autor cita localização dessa obra na cota: L 48 319 P]

375 SILVA, Inocencio Francisco da. *Op. cit.* Vol. II, p. 350-1.

376 Feita com base na leitura da seguinte edição: CHATEAUBRIAND. *Atala, Renato, Derradeiro Abencerrage*. Trad. K. D'Avellar. Rio de Janeiro: H. Garnier. [s/d]

convento que declarava a morte de Amélia. Os ouvintes se comoveram de início, mas logo consideraram que os sofrimentos de Renato se davam pela razão de que ele fugia de seus compromissos e deveres. Tempos depois, Renato morreu num ataque dos franceses à Luisiana.

Tabelas:

**Tabela I: resumo dos dados sobre os romances atribuídos à
Impressão Régia do Rio de Janeiro**

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
<i>Amante militar</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1816.	Lisboa: Impressão Régia, 1816.			Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6615//5P e L 46033 P (ed. 1816)
<i>(O crime mais horroroso ou) o amigo traidor</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1815	Lisboa: Impressão Régia, 1815		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6597 2 P (ed. 1815).
<i>O amor offendido e vingado</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1815	Lisboa: Impressão Régia, 1818		Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 7 P (ed. 1818).
<i>Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes ou a historia admirável da famosa Cornelia de Bolonha</i>		Lisboa: Impressão de Alcobia, 1816		Gazeta do Rio de Janeiro: 09/12/1818 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: 6597 1 P (ed. 1816).
<i>Aventuras pasmozas do celebre barão de Munkausen. Que</i>	Rio de Janeiro: Impressão	Lisboa: Typographia Rollandiana,	Rio de Janeiro: Impressão	Gazeta do Rio de Janeiro: 17/12/1814	Real Gabinete Português de Leitura. Cota:

³⁷⁷ CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional 1808-1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881 (reeditado no periódico: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, Vol. 4 (3), 1998; CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993.

³⁷⁸ CABRAL, Alfredo do Valle. *Op. Cit.*; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. & MORAES, Rubens Borba de. *Op. cit.*; RODRIGES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil, de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1992; SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

³⁷⁹ *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1822). Microfilme. MEC – SEAC plano nacional de microfilmagem de periódicos Brasileiros – Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp); *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Microfilme. MEC - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil – Serviço de Reprografia. (disponível no AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
<i>contem hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descripção de huma viagem á Lua e Canícula</i>	Régia, 1814 ³⁸⁰ .	1835	Régia, 1814.	(Manoel Mandilo)	29269, estante 29. (ed. 1835). Acervo Pessoal José E. Mindlin. (edição 1814).
<i>A boa mãe</i>	1783	Lisboa: Impressão Régia, 1817		Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L6602 P (ed. 1817)
<i>O bom marido</i>	Lisboa: Off. Lino da Silva Godinho, 1790	Lisboa: Impressão Régia, 1817		Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L6602 3 P (ed. 1817)
<i>(Novella, ou conto intitulado) A cadelinha</i>		Lisboa: Na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1816		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L6616 7 P (ed. 1816)
<i>Carta de Heloaze a Abailardo</i>	Porto, 1785		Rio de Janeiro: Impressão Régia.	Gazeta do Rio de Janeiro: 02/12/1812 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 37, 5, 23 (ed. Rio de Janeiro)
<i>Carta escrita pela senhora de ***, residente em Constantinopla a huma sua amiga, em que trata das mulheres turcas, do seu modo de viver, divertimentos, vestidos, maneira de tratar os maridos, &c.</i>				Gazeta do Rio de Janeiro: 22/12/1819 (Manoel Joaquim da Silva Porto)	
<i>Cartas americanas</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1809	Lisboa: Impressão Régia, 1809 Lisboa: Impressão de Alcobia, 1820		Gazeta do Rio de Janeiro: 30/06/1810 (Manoel Pereira de Mesquita)	Acervo Pessoal José E. Mindlin. (ed. 1809). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
					8703 P (ed. 1809). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 79, 1, 20 (ed. 1820).
<i>Cartas familiares, amorozas e ternas de huma amante a seu apaixonado</i>				Diário do Rio de Janeiro: 12/12/1822 (Paulo Martin filho)	
<i>Cartas de huma peruviana</i>	Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1802	Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1802		Gazeta do Rio de Janeiro: 02/12/1812 (Manoel Joaquim Alves Porto)	Biblioteca da Universidade Católica João Paulo II/Lisboa. Cota: LE 307 (ed. 1802)
<i>O castigo da prostituição</i>	1785	Lisboa: Impressão Régia, 1818	Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.	Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 37, 10, 9 (ed. 1815). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 P (ed. 1818).
<i>A Choupana Índia</i>	Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806	Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806		Gazeta do Rio de Janeiro: 10/07/1811 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6686 P (ed. 1806)
<i>O combate das paixões</i>		Lisboa: Impressão Régia, 1816		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: 6616 1 P (ed. 1816)
<i>O diabo Coxo</i>	Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.		Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810	Gazeta do Rio de Janeiro: 26/01/1811 (Manoel Pereira de Mesquita)	Acervo Pessoal José E. Mindlin. (ed. 1810).
<i>As duas desafortunadas</i>	Porto: Officina	Lisboa: Impressão	Rio de Janeiro:	Gazeta do Rio de Janeiro:	Biblioteca Nacional de

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
	Antonio Alvarez Ribeiro, 1785	Régia, 1818	Impressão Régia, 1815	24/01/1816 (loja da Gazeta)	Lisboa. Cota: L 6602 P (ed. 1815). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 37, 10, 8 (ed. 1815 - Rio de Janeiro).
<i>A Farofia, ou loucura dos casamentos por huma Ratazana</i>				Diário do Rio de Janeiro: 04/06/1822	
<i>A filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos</i>	Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806		Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811	Gazeta do Rio de Janeiro: 25/03/1812 (Paulo Martin filho)	Biblioteca da Universidade Católica João Paulo II/Lisboa. Cota: CP-LE 1894 (ed. 1811)
<i>História de dois amantes ou o templo de Jatab</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1806		Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1811	Gazeta do Rio de Janeiro: 20/11/1811 (loja da Gazeta)	Acervo Pessoal José E. Mindlin. (ed. 1811). Acervo IEB. Cota: L ¹⁹ 334 (ed. 1811). British Library. Shelfmark: 8042. bb. 26. (8) 4 (ed. 1811)
<i>Historia da donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura, e sabedoria.</i>	Lisboa: Officina Herdeiros de Antonio Pedrozo Galrão, 1712		Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1815		Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 37, 10, 3b (ed. 1815) Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 4980 V (ed. 1815)
<i>Historia verdadeira da princeza Magalona, filha delrei de Nápoles, e do nobre e valeroso cavalleiro Pierre Pedro</i>	Lisboa: Ocidental, 1737	Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794			Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 4980 10 V (ed. 1794)

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
<i>de Proença, e dos muitos trabalhos, e diversidades que passarão, sendo sempre constantes na fé, e virtude; e como depois reinarão, e acabarão a sua vida virtuosamente no serviço de Deus</i>					
<i>A infidelidade vingada</i>		Lisboa: Impressão Régia, 1818		Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 8 P (ed. 1818)
<i>Lausus e Lydia</i>	1784	Lisboa: Officina de Joaquim Thomaz de A. Bulhões, 1815		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: 6597 4 P
<i>Leitura para os meninos, contendo huma collecção de Historias Moraes relativas aos defeitos ordinarios ás idades tenras, e hum dialogo sobre a Geografia, Chronologia, Historia de Portugal, e Historia Natural.</i>	Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818			Gazeta do Rio de Janeiro: 10/06/1818 (loja da Gazeta e Manoel Joaquim da Silva Porto)	
<i>A má mãe</i>		Lisboa: Impressão Régia, 1818		Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 4 P (ed. 1818)
<i>Metusko ou os Polacos</i>	Lisboa: Impressão Régia, 1815	Lisboa: Impressão Régia, 1815		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6597 1 P (ed. 1815)
<i>Paulo e Virgínia história fundada em factos</i>	1807	Lisboa: Typografia Rollandiana, 1823	Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811	Gazeta do Rio de Janeiro: 12/10/1811 (loja da Gazeta)	Acervo Pessoal José E. Mindlin. (ed. 1811). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 8678 P (ed. 1823)
<i>Perigos Descobertos</i>				Diário do Rio de	

Título ³⁷⁷	1º edição em Português ³⁷⁸	Edições portuguesas encontradas	Edições luso-brasileiras encontradas	1º anúncio no Rio de Janeiro ³⁷⁹	Localização
				Janeiro: 08/05/1822 (Paulo Martin)	
<i>Recreio doméstico, ou ramallete de contos, novellas, historias, ditos galantes, vidas de grandes homens</i>	Lisboa: Imprensa de Bernardo José de Alcobia, 1815	Lisboa: Imprensa de Bernardo José de Alcobia, 1815		Gazeta do Rio de Janeiro: 06/06/1816	Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6590 P (ed. 1815)
<i>Renato, epizodio do Gênio do christianismo</i>	Paris: Officina A. Boleé, 1818			Diário do Rio de Janeiro: 04/11/1821 (Manoel Mandilo)	
<i>Triste effeito de huma infidelidade</i>	Porto, 1785	Lisboa: Impressão Régia, 1818	Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815	Gazeta do Rio de Janeiro: 24/01/1816 (loja da Gazeta)	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cota: 37, 10, 11 (ed. 1815). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L 6602 P (ed. 1818).

Tabela II: Romances publicados pela Impressão Régia de Lisboa³⁸¹

Ano	Título	Solicitante	Publicados pela Impressão Régia de Lisboa	Publicados por outras tipografias ³⁸²
------------	---------------	--------------------	--	---

381 Constan nessa tabela todos os títulos de romances encontrados no catálogo CANAVARRO, Pedro (Coord). *Imprensa Nacional. Actividade de uma casa impressora*. Vol. I 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975; e nos livros de *Registo de Obras*, arquivados na Imprensa Nacional Casa da Moeda, em Lisboa. Como, nessa última fonte, eram registradas as solicitações de impressão, pode haver discordância nas datas de publicação, uma vez que nem sempre foram concretizadas no mesmo ano da requisição.

382 Os dados dessa coluna foram extraídos do levantamento de RODRIGUES, A. A. Gonçalves. *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da moeda. 1992.

Ano	Título	Solicitante	Publicados pela Impressão Régia de Lisboa	Publicados por outras tipografias 382
1777	<i>Aventuras de Diófanos</i>		01	0
1780	<i>Feliz (o) independente do mundo e da fortuna</i>		01	01
1799	<i>História de Gil Braz de Santilhana</i>		01	02
1800	<i>Historia de Anycio, e Lucine</i>	João Jacob de Mestral	01	07
1801	<i>Historia de Gil Braz de Santillana</i>	Viuva Bertrand e filho (livreira)	01	19
1802			0	31
1803	<i>Ilha (a) Incógnita</i>	José Antonio da Silva	01	43
1804			0	28
1805	<i>Historia de Adelaida</i>	Leonardo Pinheiro de Vasconcellos	01	16
1806	<i>Amores (os) de hum Heroe huma novella Novella de João de Callais Amor (o) vencido e castigado novella Laura e Nicella novella da Vida de Justina</i>	Antonio Patricio Joaquim Maria Coelho Manoel dos Santos Jose Lima José Francisco Carneiro “Dez.or”[desembargador?] Ozorio	06	22
1807	<i>novella Templo de Jatab Novella[s] Aristonous Viagens de Guliver (reimpressão do 1º tomo) Novella Zadig, ou o Destino</i>	José Pedro de Souza Azevedo (tradutor) José Joaquim de Paula Jose Bernardo Giron Jose Vicente (“compositor da Cafa”)	04	23
1808	<i>Kariton, Contos amorosos</i>	José Fenei	01	11
1809	<i>Cartas Americanas</i>	Theodoro José Biancardi (autor)	01	07
1810			0	01
1811			0	05
1812	<i>Prêmios de Amor Astúcias de Bertholdo, Engeitado A mulher atrevida e descarada Bertholdo</i>	Jozé Francisco João Nunes Esteves Joaquim Manoel do Nascimento Ignacio Pedro João Nunes Esteves	05	05

Ano	Título	Solicitante	Publicados pela Impressão Régia de Lisboa	Publicados por outras tipografias 382
1813	<i>Acasos da Fortuna</i> <i>Tom Jones (tomo II)</i>	João Nunes Esteves Joaquim Manoel Lopes do Nascimento	02	10
1814	<i>Historia da donzella</i> <i>Theodora</i> <i>Historia da Magalona</i>	João Nunes Esteves João Henriques	02	12
1815	<i>Novella Celestina</i> <i>Homem, ou os Limites</i> <i>da Rasão</i> <i>Caixinha (a)</i> <i>As vendedeiras de Amor</i> <i>Amigos rivaes</i> <i>Metusko ou os Polacos</i> <i>Contos Moraes</i> <i>Adelaida</i> <i>Crime (o) mais</i> <i>horroroso</i> <i>Sofia</i> <i>A pastora dos Alpes</i>	Major Luiz Jozé Lobo João Henriques João Nunes Esteves (livreiro) Antonio Joaquim de Carvalho João Nunes Esteves (livreiro) João Henriques João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Roberto Jozé João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro)	11	36
1816	<i>Combate das paixões</i> <i>Historia da Magalona</i> <i>Historia da donzella</i> <i>Theodora</i> <i>Historia de Carlos</i> <i>Magno</i> <i>Novella o avarento</i> <i>Tom Jones (tomo III)</i> <i>Conto da Bela e da</i> <i>Fera</i> <i>Tom Jones (tomo IV)</i> <i>Acasos da Fortuna</i> <i>Florinda</i> <i>Novella Dorothea</i> <i>Heroismo de Amor</i> <i>Historia de Elmano e</i> <i>Marília</i> <i>Novella O padre Jorge</i>	João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Major Luiz Jozé Lobo Joaquim Manuel do Nascimento (livreiro) Manoel Dias dos Santos Viúva Nascimento (livreira) João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Elias Antonio da Fonseca João Nunes Esteves (livreiro) Roberto Jozé João Henriquez	14	29

Ano	Título	Solicitante	Publicados pela Impressão Régia de Lisboa	Publicados por outras tipografias 382
1817	<i>Arcamband e Batilde</i> <i>Jaquelina</i> <i>Amantes Verdadeiros</i> <i>Felicio e Paulina</i> <i>Heroismo de amor</i> <i>Historia da Imperatriz</i> <i>Porcina</i> <i>Novella da Bella e da</i> <i>Fera</i> <i>Novella Portuguesa da</i> <i>Lindoro e Palmira</i> <i>Crime (o) mais</i> <i>horroroso</i> <i>Simplicidades de</i> <i>Bertoldinho</i> <i>Irmans Rivaes</i> <i>Filha (a) de dois pais</i>	D. Leonor Correio Elias Antonio da Fonseca (autor) Antonio Maria Fortado Francisco Joze João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Pedro Bonnardel Manoel dos Santos João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Antonio Innocencio Barbuda	11	30
1818	<i>Guilherme, ou a epoca</i> <i>encontrada</i> <i>Experiencia (a)</i> <i>amorosa</i> <i>Sofia, ou o consorcio</i> <i>violentado</i> <i>Arrependimento</i> <i>premiado</i> <i>Zelia no deserto</i> <i>Feliz arrependimento</i> <i>Conto Oriental (folheto</i> <i>I)</i> <i>Contos Moraes, ou o</i> <i>amor da patria</i> <i>Conto Oriental (folheto</i> <i>II)</i> <i>Conto Oriental (folheto</i> <i>III)</i>	Elias Antonio da Fonseca (autor) Evaristo Jozé de Carvalho Elias Antonio da Fonseca (autor) João Henriques João Nunes Esteves (livreiro) Evaristo Jozé de Carvalho Viúva Nascimento (livreira) João Nunes Esteves (livreiro) Viúva Nascimento (livreira) Viúva Nascimento (livreira)	10	52
1819	<i>Carta de Heloyza a</i> <i>Abelard</i> <i>Votos (os) temerários</i> <i>Collecção de Novellas</i>	Pedro Bonnardel D. Leonor Correia de Sá Victorino Roiz	03	51
1820	<i>Atala ou os amantes no</i> <i>deserto</i> <i>Arnida ou os triunfos da</i> <i>virtude</i> <i>Historia de Carlos</i> <i>Magno</i> <i>Acasos da Fortuna</i> <i>Celestina</i>	Jorge Rey Francisco Jozé Alves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) João Nunes Esteves (livreiro) Francisco Xavier de Carvalho	05	35
1821	<i>Cartas familiares</i>	João Nunes Esteves (livreiro)	01	23

Ano	Título	Solicitante	Publicados pela Impressão Régia de Lisboa	Publicados por outras tipografias 382
1822	<i>Celestina</i>	Francisco Xavier de Carvalho (livreiro)	01	18
Total			84	514

Tabela III: Livreiros que ofereciam romances na *Gazeta de Lisboa*

	Identificação	Localização/Data
1	?	“em Alcantara, na [loja] do Livreiro que vende a Gazeta” (19/06/1802)
2	A. Monteiro de Pina	“rua larga de S. Roque N.º 54 A.” (29/03/1816)
3	Alexandre Mallen	“no Porto” (29/09/1804)
4	Antonio Alvares Ribeiro (loja da Oficina tipográfica)	“no Porto (...) na esquina da travessa do Ferraz” (21/05/1803)
5	Antonio José de Carvalho José	“no Rocio” (26/01/1802)
6	Antonio Manoel Polycarpo da Silva	“á Praça do Commercio” (09/12/1814) “na Arcada do Senado.” (07/11/1815)
7	Antonio Nunes dos Santos	“ao Passeio” (31/01/1807)
8	Antonio Pedro	“na rua dos Ourives do Ouro” (16/01/1807)
9	Antonio Pedro Lopes	“na rua Aurea” (03/12/1805)
10	Bonnardel	“defronte do Correio Geral N.º I primeiro andar.” (14/10/1817)
11	Borel	“ao Loreto” (14/03/1807)
12	Calder	“em Lamego” (23/12/1817)
13	Costa Paiva e Companhia	“No Porto” (28/06/1815)
14	Deziderio Marques	“ao Calhariz N.º 12” (08/11/1815)
15	Domingos José Fernandes de Aguiar	“na da Ribeira velha” (19/05/1804)
16	Elvas	“em Évora” (12/05/1804)
17	Estevão Semiond	“em Coimbra” (22/05/1802)
18	F. J. de Carvalho	“ao Pote das Almas” (06/08/1817)
19	Fernando José Alves	“na rua de S. Bento” (23/01/1808)
20	Francisco Baptista Oliveira de Mesquita, o Mechas	“na travessa dos Romulares N.º 8 A, junto ao Cães do Sodré á Ribeira nova.” (28/10/1816)
21	Francisco José Alves	“na rua de S. Bento” (08/02/1805)
22	Francisco Luiz Leal	“em Alcantara” (28/04/1809)
23	Francisco Rolland	“ao Loreto” (04/02/1802)
24	Francisco Tavares Nogueira	“debaixo da Arcada da Praça do Commercio” (26/02/1803)
25	Francisco Xavier de Carvalho	“aos Martyres” (31/01/1807)
26	Grondona	“na rua da Madre de Deos junto á praça das Flores N.º 74” (10/12/1819)
27	Guerra	“a S. Pedro de Alcantara” (06/08/1816)
28	Impressão da Universidade de Coimbra (loja)	“em Coimbra” (28/06/1815)
29	Innocencio Jofé Porfirio	“na rua de Santo Antonio dos Capuchos” (10/10/1800)
30	J. A. da Madre de Deos	“ao Rossio” (28/05/1805)
31	João Baptista Morando (loja da Impressão)	“na rua da Roza da Partilhas N.º 153.” (06/08/1817)
32	João Henriques	“rua Augusta N.º I” (28/06/1815)

	Identificação	Localização/Data
33	João Nunes Esteves	“rua da Gloria, N.º 14” (01/02/1816) “rua do Ouro N.º 234.” (07/09/1819)
34	João Pedro Aillaud	“em Coimbra” (05/07/1803)
35	Joaquim Manoel Lopes do Nascimento	“na rua de S. Julião N.º 18.” (09/12/1814)
36	José Antonio da Silva	“á Praça da Figueira” (21/01/1804)
37	José Gomes Martins	“ao Erario novo” (04/09/1804)
38	José Joaquim Nunes	“em Braga” (19/06/1802)
39	José Pedro da Silva	“ao Rocio” (26/07/1806)
40	José Tiburcio Martins (capelista)	“em Belém” (26/01/1802)
41	Loja da Gazeta	“ao Terreiro do Paço” (01/05/1802) “que se mudou ultimamente para debaixo da Arcada do Terreiro do Paço junto á porta do Senado da Câmara” (16/07/1805)
42	Loja da Gazeta	“ao terreiro do Paço” (01/05/1802)
43	Loja da Impressão Régia	“ao terreiro do Paço” (26/01/1802)
44	Luiz José de Carvalho	“aos paulistas” (26/01/1802)
45	Manoel Pedro de Lacerda	“em Coimbra” (19/06/1802)
46	Nascimento	“na rua dos Algibebes, N.º 18” (14/09/1813)
47	Orcel e Semiond	“em Coimbra” (04/02/1802)
48	Pedro Antonio de Oliveira	“defronte do Espirito Santo.” (06/02/1816)
49	Pedro José Rei	“aos Martyres. N.º 19” (09/01/1807)
50	Reycend	? (12/05/1804)
51	Simão Thaddeo Ferreira (Loja da Oficina tipográfica)	“na rua da Atalaia, ao Bairro Alto” (29/09/1804)
52	Thomaz José da Guerra	“ao Collegio do [sic] Nobres” (Gazeta de Lisboa 19/05/1804)
53	Viúva Bertran e filhos	“aos Martyres” (04/02/1802)

Tabela IV: Comerciantes de livros no Rio de Janeiro entre 1808 e 1822³⁸³.

	Nome do Estabelecimento/negociante	Endereço/fonte
1	?	Rua Direita, 56. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 08/12/1810)
2	?	Rua Direita, n. 60. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 14/08/1821)
3	?	Rua dos Pescadores, n. 9. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 18/11/1815)
4	?	Botica rua dos Ourives, n. 19. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> ,

383 Tabela feita com base nos anúncios dos periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*; nas indicações fornecidas por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)” in *Revista de História*, XLVI (94), 441-457, 1973; Abreu, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2003. pp. 146-150; e HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Trad. do inglês Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo, SP: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985. pp. 47-8.

	Nome do Estabelecimento/negociante	Endereço/fonte
		06/10/1821)
5	?	Rua da Alfandega, n.35. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 11/12/1822)
6	?	Rua dos Sigatos, n. 24. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 22/02/1822)
7	?	Rua do Ouvidor, n. 10. (Abreu, 2003: 146)
8	? (Enciclopédias)	Rua do Senado, n. 9. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 04/10/1822)
9	“huma loja de livreiro”	Rua do Sabão pegado a Candelária. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 10/08/1814)
10	Anacleto da Silva	? (Abreu, 2003: 147)
11	Antonio José Ramos	Rua do Rosário, n. 14. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 25/03/1815)
12	Antonio Pereira de Almeida	Rua da Quitanda, n. 46. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 08/01/1814)
13	Armarinho da rua do Cano	Rua do Cano, n. 40. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 10/12/1821)
14	Bernardo Ribeiro de Carvalho Braga	? (Abreu, 2003: 147)
15	Botica de José Vicente Roza (vendia folhetos farmacêuticos)	Rua da Prainha. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 19/01/1820)
16	Botica do Diário	Rua da Quitanda, n. 109. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 16/07/1821)
17	Botica rua dos Pescadores	Esquina da travessa da Candelária, n. 6. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 13/09/1821)
18	Campos Bello & Porto	Rua do Ouvidor N. 48. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 10/09/1821)
19	Carvalho Junior	Rua do Ouvidor, n. 8. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 27/04/1822)
20	Cipriano José de Carvalho	? (Hallewell, 1985:47)
21	Domingos Cunha Pinheiro	Rua do Ouvidor, esquina do Beco das Cancelas. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 06/05/1809)
22	Francisco Nicolau Mandillo	Rua da Quitanda, n. 37. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 19/07/1817)
23	Francisco Rodrigues Pinheiro	Rua do Ouvidor, n. 90. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 16/08/1821)
24	Francisco Luiz Saturnino da Veiga	Rua do Ouvidor, n. 14; mudou-se para Rua da Alfândega, pouco acima da Quitanda, n. 17. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 28/08/1813)
25	Gonçalo Jozé de Souza Lobo	? (Abreu, 2003: 147)
26	Jerônimo Gonçalves Guimarães	Rua do Sabão, n. 12. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 24/06/1818 – o endereço muda para n. 14 no anúncio de 26/02/1820)
27	João Baptista dos Santos	Rua da Cadeia, n. 83. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 21/11/1822)
28	João Gomes de Oliveira	? (Abreu, 2003: 146)
29	João Roberto Borgeois	Rua da Quitanda, n. 33. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 18/11/1809)
30	Joaquim Antonio de Oliveira	Rua da Quitanda, 115. (Hallewell, 1985: 47)
31	José Antonio da Silva	Rua Direita. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 15/01/1812)
32	José Borges de Pinho	Rua do Ouvidor, n. 10. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 12/07/1814)
33	José Martins	Rua da Prainha, n. 25/27 (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 27/01/1819)
34	Loja da Gazeta/Paulo Martin Filho	Rua da Quitanda, n. 34. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 20/04/1814 – esta é a primeira data em que a Loja da Gazeta anuncia também seu endereço, embora tivesse anunciado seus produtos deste 1808)
35	Loja do Diário	Largo do Rocio, lado da rua do Conde n. 33. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 19/11/1821)
36	Luiz Cipriano Rebello	? (Abreu, 2003: 147)
37	Manoel Alves dos Santos e Cia	Largo da Lapa do Desterro, n. 104. (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 18/07/1821)
38	Manoel Joaquim Alves Porto	? (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 02/12/1812)
39	Manoel Joaquim da Silva Porto	Rua da Quitanda, esquina da rua São Pedro. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 01/07/1812)
40	Manoel Jorge da Silva	Rua do Rosário. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 17/01/1809)
41	Manoel Mandillo	Defronte da Capela dos Terceiros de N. S. do Carmo. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 06/05/1812)
42	Manoel de Miranda Corrêa	? (Abreu, 2003: 147)
43	Manoel Pereira de Mesquita	? (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 26/01/1811)

	Nome do Estabelecimento/negociante	Endereço/fonte
44	Manoel Pereira Maia	Rua da Alfândega, n. 2. (<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> , 06/06/1810)
45	Manoel Teixeira Bastos	? (Abreu, 2003: 147)
46	Moreira	Rua da Quitanda, 36. (Hallewell, 1985: 47)

Tabela V: pessoas que ocuparam cargos na Imprensa Régia do Rio de Janeiro³⁸⁴

Nome	Cargo	Período em que foram citados
Alexandre José Neves	Mestre Poncionista	1816
Antônio Arrábida (Frei)	Censor Régio	1808
Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes Antas	Gravador	?
Antônio Pedro Henriques de Melo (Sargento)	Administrador	1815-1816
Brás Antônio Castrioto	Escrevente, apontador interino e, após 1822, escriturário, pagador e responsável pelas chaves.	1816, 1822
Francisco Isidoro da Silva	1º escriturário e Guarda-livros	1808, 1811
Francisco José dos Reis	Mestre da Fábrica das Cartas	1816
Francisco Viera Goulart (deputado)	Redator da Gazeta do Rio de Janeiro e, após 1822, administrador e tesoureiro.	1822
Januário da Cunha Barbosa (Cônego)	Diretor	1830-1834
João Caetano Rivara	Gravador	?
João José de Souza	Gravador	?
João Manzoni (Pe.)	Censor Régio	1808
Joaquim José da Rocha	Almoxarife	1815
José Bernardes de Castro (deputado)	Diretor	1808-1830
José da Silva Guimarães	Administrador-geral da venda das Cartas de Jogar	1815
José da Silva Lisboa	Diretor e Censor Régio	1808-1830
José Saturnino da Costa Pereira	Diretor da impressão	1815-1819

384 Fontes: CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro 1808 a 1822*. Typographia Nacional, 1881. (reeditado no periódico) *Cadernos do Centro de pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, Vol. 4 (3), 1998; HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. Trad. do inglês Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo, SP: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985 e BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional (officina oficial) 1808-1908: apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Nome	Cargo	Período em que foram citados
(Tenente coronel)		
Lourenço José Álvares dos Reis	Administrador e, após 1819, tesoureiro	1816-1822
Lourenço José Alves dos Reis	2º escriturário, escrevente, pagador e apontador	1808
Luís José de Carvalho e Melo	Censor Régio	1808
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (brigadeiro)	Redator da Gazeta do Rio de Janeiro e Diretor	1813-?
Manuel de Jesus	Mestre abridor	1816
Manuel Mendes Dinis	Aprendiz de fundidor de letras	1811
Mariano José Pereira da Fonseca (Dr.)	Diretor e tesoureiro	1808-1815
Paulo dos Santos Ferreira Souto	Gravador	1808
Romão Eloi de Almeida Cazado	Gravador	1808
Silvestre Pinheiro Ferreira	Diretor	1815
Tibúrcio José da Rocha (Frei)	Redator da Gazeta do Rio de Janeiro	1808-1812
Tomás Antônio de Vilanova Portugal	Presidente da Junta Diretora	1819
Torquato José Pinto	Porteiro e fiel comprador	1808, 1814-15.
Zeferino Victo Meireles	Administrador	1822 (pediu demissão no mesmo ano)

Índice Remissivo

Para facilitar a localização, elaboramos um índice com títulos de livros em prosa de ficção e de periódicos, além de nomes de autores, tradutores, livreiros, censores e demais pessoas relacionadas à produção e circulação de livros no final do século XVIII e início do século XIX.

Títulos

Acasos da Fortuna, 31, 33, 34, xxx, xxxi
Amante Militar (a), 3, 53, 65, 66, 70, iii, vi
Amantes Desgraçados, 53, 60
Amantes Verdadeiros, 32, xxxi
Amigo traidor (o), 3, 65, iv
Amigos rivaes, 30, 52, xxx
Amor desgraçado (o), 52
Amor offendido e vingado (o), 3, 70, vi
Amor Ultrajado (o), 52
Amor vencido e castigado (o), 28
Amor, e Probidade, Novella extrahida de hum Romance em cartas, com os mesmo titulo, 86
Amores de hum Heroe (os), 28
Aniversário de Dom Miguel em 1828 (o), 139
Arcamband e Batilde, 32, 33, xxxi
Aristonoo, 29, xxix
Arnida ou os triunfos da virtude, 33, xxxii
Arrependimento premiado, 32, xxxii
Assassinos misteriosos, ou a paixão dos diamantes (os), 139
Astúcias de Bertholdo, 29, xxx
Atala ou os amantes no deserto, 33, 57, 90, xxiii, xxxii
Avarento (o), 31, 33, 52, xxxi
Aventuras de Diófanes, 26, xxix
Aventuras de hum homem de qualidade, ou memórias e sucessos do Marquez de Renoncour, 75
Aventuras de Telêmaco (as), 26
Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes, 3, 69, 90, 115, 116, 124, 125, xxv
Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen, 3, 71, 77, 80, 81, 82, 93, 106, 130, 131, 132, xxv
Bella e a Fera (a), 31, 34, xxxi
Boa mãe (a), 3, 53, 70, vii, viii, xxv
Bom marido (o), 3, 53, 70, viii, ix, xx, xxv
Cadelinha (a), 3, 65, 70, ix, x, xxv
Caixinha (a), 30
Caldeireiro (o), 53
Carta escrita pela Senhora de ***, 3, 68

Títulos

Cartas americanas, 5, 29, 33, 51, 60, 61, 62, 70, x, xi, xii, xxv, xxx
Cartas de Heloiza a Abelardo, 52, 71, 83, xxv
Cartas de huma peruviana, 3, 5, 52, 57, 62, 70, xiii, xxv
Cartas familiares amorozas, e ternas de huma amante a seu apaixonado, 5, 33, 61, 68, xxv, xxxii
Cartas Persas, 60
Castigo da prostituição (o), 3, 4, 53, 66, 71, 74, 75, 83, 85, 86, 93, 124, 125, 141, xxvi
Celestina, 30, 33, 34, 35, 63, xxx, xxxii
Choupana índia (a), 3, 5, 52, 57, 58, 62, 70, xix, xv, xxvi
Chroniques Escandaleuses, 102
Combate das paixões, 3, 31, 60, 65, 70, xxvi, xxxi
Constitucional (o), 55
Contes Moraux, 73, viii
Conto Oriental, 34, xxxii
Contos Moraes, 26, 30, 32, 52, 73, vii, xx, xxxi, xxxii
Crime mais horroroso ou o amigo traidor (o), 31, 32, 34, 70, iv, xxiv
Descobrimto do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século (o), 139
Diable Boiteaux (le), 79
Diablo cojuelo (el), 79
Diabo coxo (o), 3, 5, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 72, 77, 78, 79, 91, 93, 108, 109, 126, 127, 128, 130, 141, iv
Diário da Regência, 56
Diário do Governo, 53, 56
Diário do Rio de Janeiro, 5, 53, 54, 57, 61, 62, 69, 140, xi, xxiii, xxiv, xxv, xxvi, xxx, xxxiv, xxxv
Dorothea, 31, 34, xxxi
Duas desafortunadas (as), 3, 4, 53, 72, 73, 74, 75, 83, 93, xx, xxvi
Duas órfãs (as), 139
Duguay-Trouin romance histórico, 139
Eloisa to Abelard, 71
Emancia, ou os effeitos do Ciume, 53
Embarque dos apaixonados, 51
Engeitado, 29, xxx
Espelho (o), 55
Ethebrina, 53
Experiencia amorosa (a), 32
Farofia das farofias (a), 5, 69, 70, xxvi
Felicio e Paulina, 32, xxxi
Feliz arrependimento, 32, xxxii
Feliz independente do mundo e da fortuna (o), 26
Filha de dois pais (a), 32
Filósofa por amor ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos (a), 2, 52, 62, 72, 77, 80, 93, 104, 105, 107, 114, 119, 120, 121, 129, 140, xxvi
Florinda, 31, xxxi
Gazeta de Lisboa, 26, 28, 30, 31, 35, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 86, 90, 110, 127, xxxii, xxxiv

Títulos

Gazeta do Rio de Janeiro, 3, 8, 31, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 90, iii, v, viii, x, xi, xiii, xv, xxiv, xxv, xxvi, xxvii, xxx, xxxiv, xxxv, xxxvi,
Génie du christianisme (le), 57
Gênio do cristianismo (o), 57
Guilherme, ou a epoca encontrada, 32, xxxii
Helena, 141
Heroismo de Amor, 31, xxxi
Histoire de Dom B..., 102
História da donzella Theodora, 3, 4, 30, 31, 34, 67, 72, 75, 76, 83, 87, 93, 126, xxvii, xxx, xxxi
História de Adelaida, 28, 30, 51, xxix, xxx
História de Anycio, e Lucine, 27
História de Carlos Magno, 31, 32, 33, 34, xxxi, xxxii
História de dois amantes ou o Templo de Jatab, 3, 5, 29, 33, 52, 57, 58, 62, 72, 73, 83, 93, 109, 110, 121, 122, 123, 125, xxvi, xxix
História de Elmano e Marília, 31, xxxi
História de Gil Braz de Santilhana, 26, 27, xxix
História verdadeira da princeza Magalona, 3, 30, 31, 34, 67, 70, xvii, xviii, xxvii, xxx, xxxi
Homem, ou os limites da razão, 30
Ilha Incógnita (a), 27
Imperatriz Porcina, 31, xxxi
Infidelidade vingada (a), 3, 70, xviii, xix, xxvii
Irmans Rivaes, 31, xxxi
Jaquelina, 32, 34, xxxi
João de Callais, 28, xxix
Justine, 124
Kariton (conto), 29, xxx
La putain errante, 102
La Vie privée de Louis XV, 102
Laura e Nicella, 28, xxix
Lausus e Lydia, 3, 61, 65, 70, xix, xxvii
Leitura para os meninos, 3, 68, 69, xxvii
Liberal do Pará (o), 141
Lucíola, 141
Luiza, 53
Má mãe (a), 3, 52, 70, xx, xxvii
Macaco Brasileiro (o), 55
Maior Generosidade (a), 53
Marianne, 141
Marília de Dirceu, 113
Mémoires et Aventures d'un homme de qualité (les), 75
Memoires Turcs, 73
Metusko ou os Polacos, 3, 30, 58, 65, 70, xxi, xxvii, xxx
Mulher atrevida e descarada (a), 29, xxx
Novella Portugueza da Lindoro e Palmira, 30, xxxi
Nuits de Paris (les), 124

Títulos

Originais, traduções e algumas peças copiadas de insignes authores, v
Padre Jorge (o), 31, xxxi
Pamela, 98, 105, 129
Papagaio, 55
Pastora dos Alpes (a), 30, xxx
Patriota jornal literário, político, mercantil (o), 50
Patriota Sandoval Periódico Político, 55
Paulo e Virgínia, história fundada em factos, 3, 52, 57, 58, 62, 72, 77, 79, 91, 93, 106, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 133, 140, 141, xv, xxvii
Perigos descobertos, 5, 68
Periquito da Serra dos Órgãos (o), 55
Pobre Jorge, ou o Militar da forma (o), 52
Prêmios de Amor, 29, xxx
Proteção á Franceza, 51
Questions sur l'Encyclopédie, 102
Receita para melancólicos, 3, 60, 69, 70
Recreio domestico, 3, 65, 69
Regulador (o), 55
Renato, Epizodio do Gênio do Christianismo, 5, 57, 70, xxiii
Sacrifício (o), 141
Selicourt, 53
Simplicidades de Bertholdinho, 31
Sofia, 30, 30, 35, 52, xxx, xxxii
Solitario (o), 53
Statira e Zoroastes, 139
Systeme social, 102
Tom Jones, 29, 31, 110, xxx, xxxi
Triste effeito de huma infidelidade, 3, 4, 52, 73, 75, 83, 93, 115, 124, 125, xxx
Vendedeiras de amor (as), 31
Vida de Justina, 28, xxix
Votos temerários (os), 28, 33
Zadig, 29, xxix
Zelia no deserto, 32, xxxii

Nomes

A. A. Gonçalves Rodrigues, 29, 35, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, iv, v, vi, viii, xv, xvii, xix, xx, xxiii, xxix
Alain René Le Sage, 79, 108, 126, 127, 129, 130
Alexander Pope, 71
Alexandre Dumas, 140
Alfredo do Valle Cabral, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 31, 47, 51, 52, 65, 71, xvii
Almeida Garrett, 113
Ana Maria de Almeida Camargo, 4, 5, 7, 8, 10, 42, 51, 65, 86, x, xii, xiii, xv, xxiv
André Jacob, 71, 81, 82, 106, 133
Ângelo Agostini, 141
Antoine Prévost, 75
Antônio Araújo de Azevedo, 38
Antonio Candido, 93, 94, 96, 139, 140
Antonio da Arrabida, 41
Antonio do Desterro Malheyro, 18
Antonio Innocencio Barbuda, 32, xxxi
Antonio Isidoro da Fonseca, 18
Antonio Joaquim de Carvalho, 30, xxx
Antonio José da Silva, 18
Antonio Manuel Policarpo da Silva, 129, ix
Antonio Maria Fortado, 32, xxxi
Antonio Moraes e Silva, 13
Antonio Rodrigues Toscano, 128
Aristóteles, 94
Arthur Jerrold Tiejé, 96
B. L. Garnier, 142
Bento José de Miranda, 21
Bernardin de Saint-Pierre, 79, 106, 107, 109, 112, 113, 114, 141, xv
Bernardo Ribeiro de Carvalho, 128, xxxiv
Bertrand, 27, 33, 76, 101, 128, xxix
Charles de Montesquieu, 60
Charles Porée, 97
Chateaubriand, 139
Clara Reeve, 98
Cônego Francisco Vieira Goulart, 46
D. Antônio Araújo de Azevedo, 37, 38
D. João, 17, 20, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 84, 124, 133, xii
D. José I, 16, 17, 20, 23
D. Manoel, 84
D. Maria I, 17
D. Quixote, 132
D. Rodrigo de Souza Coutinho, 23, 37
Daniel Defoe, 95, 98, 111
Débora Cristina Bondance Rocha, 140
Denis Diderot, 99

Nomes

Edward Young, 74
Eliana de Freitas Dutra, 113
Elias Antonio da Fonseca, 31, 32, 34, 35, xxxi, xxxii
Elysio d'Albuquerque, 141
Erich Rudolf Raspe, 81, 106, 131, 132
Evaristo Jozé de Carvalho, 32, xxxii
F. B. O. de M. O Mechas, 62, 63
Fernando Guedes, 23
Francisco de Paula da Arrabida, 23
Francisco Jozé Alves, 32, 33, xxxi, xxxii
Francisco Rolland, 9, 128, xxxx
Francisco Xavier de Carvalho, 30, 32, 33, 34, 35, 61, xxxii, xxxiii
Franco Moretti, 138
François Langlois, 94
Franklin Távora, 141
Frei Francisco Xavier de Santa Ana, 111, 122, 123
Frei Joaquim de Santa Ana, 111
Frei Tibúrcio José da Rocha, 46
Gerald Cintio, 94
Gomes Freire de Andrada, 18, 19
Guillaume Imbert Bourdeaux, 102
Gulliver, 29, 106, 132, xxix
Henry Fielding, 95, 98
Hipólito José da Costa, 23
Horace Walpole, 101
Horácio, 95, 111
Ian Watt, 95, 111, 114
Innocencio Francisco da Silva, 33, 34, 65, 66, 75, 78, 80, 123, iii, xii, xvii, xxii, xxiii, xxiv
Ivan Teixeira, 84
J. Paul Hunter, 121
Jacques Demougin, 79, viii, xiii, xxi
Jacques Revel, 118
Jean François Marmontel, 26, 73, 74, vii, viii, xix, xx
Jean Starobinski, 117
Jean-Yves Molier, 113
João Gomes de Oliveira Silva, 128
João Henriques, 30, 31, 32, 34, 35, 58, xxx, xxxi, xxxii, xxxiii
João Jacob de Mestral, 27
João Manuel Pereira da Silva, 139
João Nunes Esteves, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 86, xix, xxx, xxxi, xxxii, xxxiii
João Paulo Martins, 101
João Pinto de Queiroz, 61
João Villeneuve, 20, 22
Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa, 09, 24, 25
Joaquim Cardoso da Fonseca, 128
Joaquim Carneiro da Silva, 21

Nomes

Joaquim José Escopezzi, 21
Joaquim José Pedro Lopes, 58, xxii
Joaquim Manoel Lopes do Nascimento, 35, xxx, xxxiii
Joaquim Manuel de Sequeira Brandão, 78
Joaquim Manuel do Nascimento, 31, 33, 59, 110, 127, xxxi
Joaquim Maria Coelho, 28, xxix
Joaquim Norberto Souza e Silva, 139
Jonathan Swift, 106
Jorge Rey, 33, 127, xxxii
José Antonio da Silva, 27, xxxiii, xxxv
José Bernardes de Castro, 39, 41, 81, 133
José de Alencar, 141
José Mindlin, 8, 70, 71, 72, 78, 81, 82, xi, xxiv, xxv, xxvi, xxvii
José Joaquim de Paula, 29, xxix
José Mariano da Conceição Veloso (frei), 23, 24
José Manoel Rodrigues Pereira, 26
José Pedro de Souza Azevedo, 29, 33, 72, 73, 123, xxix
José Saturnino da Costa Pereira, 69
José Vicente, 29, 33, xxxiv
José Vitorino Ribeiro, 21, 22, 23, 24, 25, 29
Jozé da Silva Lisboa, 69
Joze Doutel, 68
Joze Francisco da Rocha, 128
Juana Milian, 75
Juliana Meireles, 56
Justiniano José da Rocha, 139
Laurence Hallewell, 15, 18, 24, 45, 48, 86, xxxiv, xxxv
Leila Mezan Algranti, 16, 19, 133
Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, 28
Leonor Correia, 32, 33, iv, xxxi, xxxii
Leopold Damrasch Jr., 97, 110
Lília Schwarcz, 24, 37, 38, 42, 43, 45, 46
Lucas José de Alvarenga, 139
Lúcia Bastos Pereira das Neves, 16
Lúcia Maria Mariano Veloso, 56
Luís Caetano de Campos, 26, 80, 99
Luís dos Santos Marrocos, 90
Luís Gama, 141
Luis Vélez de Guevara, 79, 126, 127, 129
Luiz Antonio Rosado da Cunha, 18
Luiz Carlos Martins Pena, 139
Luiz Carlos Villalta, 16, 18, 19, 42, 117
Luiz José Lobo, 63
Machado de Assis, 141
Madame Gomes, 26
Major Luiz Jozé Lobo, 30, 31, 33, 34, xxx, xxxi

Nomes

Manoel Dias dos Santos, 31, 33, xxxi
Manoel dos Santos, 32, xxix, xxxi
Manoel Joaquim Alves Porto, 51, xxv, xxxiii
Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, 46, 49
Manuel José da Guerra, 21
Manuel Manescal da Costa, 22
Márcia Abreu, 8, 16, 17, 19, 20, 48, 53, 55, 61, 66, 67, 68, 69, 71, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 109, 111, 113, 121, 128
Margarida Ortigão Ramos, 27
Maria Beatriz Nizza da Silva, 4, 6, 49, 52, 66, 67, 71, 90, 124, 125
Maria Eunice Moreira, 113
Maria Lúcia Coelho Prado, 5, 6, 125, 133, 134
Maria Teresa Esteves Payan Martins, 73, 122, 123
Marquês da Borba, 25
Marquês de Pombal (Sebastião de Carvalho e Mello), 17
Marquês de Sade, 123
Marquez de Aguiar, 45, 81
Massilon, 96, 97
Michael McKeon, 97, 111, 120
Miguel Manescal da Costa, 21
Mikhail Bakhtin, 122
Mrs. D'Arnaud, 26
Nelson Schapochnik, 16, 19
Nicolau Luís, 66
Nicolau Pagliarini, 21, 22
Paulo Martin Filho, 48, 49, 50, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 67, 73, 86, 87, vi, xi, xiii, xxv, xxvi, xxi, xxxv
Pedro Bonnardel, 32, 35, xxxi, xxxii
Pedro Canavarro, 26, xxix
Pedro Viegas de Novais, 109
Pierre-Daniel Huet, 96
Pigault Lebrun, 58
Ramiro Farinha, 22
Regina Zilberman, 113
Restif de la Bretonne, 124
Revista Brasileira, 16, 141
Revista Ilustrada, 141
Richard Sennett, 117, 118, 119
Robert Darnton, 101, 102, 103, 137, 138
Roberto Jozé, 31, 33, 34, xxx, xxxi
Robortello, 93, 94
Roger Chartier, 76, 102, 118
Rosana Assef Faciola, 141
Rubens Borba de Moraes, 5, 6, 16, 19, 23, 39, 42, 51, 54, 65, 71, 78, 86, 90, x, xii, xiii, xv, xxiv
Samuel Richardson, 95, 96, 97, 99, 105, 106, 111, 129

Nomes

Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, 68, 95, 96, 98, 101, 105, 106, 115, 129
Silvestre Pinheiro Ferreira, 44, xxxvii
Sizenando Nabuco, 141
Stéphanie Felicite Ducrest de Saint Aubin, 74
Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira, 16, 39, 42
Teodoro de Almeida, 26
Teresa Margarida da Silva Horta, 26
Theodoro José Biancardi, 29, 33, 60, 70, x, xi, xxx
Thomaz Antonio de Villanova Portugal, 9
Tomás Antônio Gonzaga, 113
Vicente Joaquim, 28
Victor Neuburg, 77
Victorino Roiz, 32, xxxii
Viuva Nascimento, 31, 32, 33
Voltaire, 102
Zeferino Vito de Meireles, 68